UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

ROBERTO RESENDE SIMIQUELI

FORÇA E FRAUDE

Apontamentos sobre a *Teoria da Classe Ociosa* e os limites da mudança institucional

CAMPINAS

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

ROBERTO RESENDE SIMIQUELI

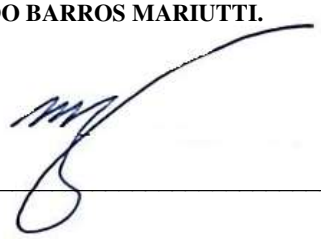
FORÇA E FRAUDE

Apontamentos sobre a *Teoria da Classe Ociosa* e os limites da mudança institucional

Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti – orientador

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico, área de concentração História Econômica.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO ROBERTO RESENDE SIMIQUELI E ORIENTADA PELO PROF. DR. EDUARDO BARROS MARIUTTI.



_____

Orientador

CAMPINAS
2016

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica Universidade
Estadual de Campinas Biblioteca do
Instituto de Economia Mirian Clavico
Alves - CRB 8/8708

Si45f

Simiqueli, Roberto Resende, 1984-
Força e Fraude : apontamentos sobre a *Teoria da Classe Ociosa* e os limites da mudança institucional / Roberto Resende Simiqueli. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Eduardo Barros Mariutti.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Veblen, Thorstein, 1857-1929. 2. Economia institucional. 3. História intelectual. 4. Classe ociosa. I. Mariutti, Eduardo Barros,1974-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Force and Fraud : comments on *The Theory of the Leisure Class* and on the limits to institutional change
Palavras-chave em inglês:
Veblen, Thorstein, 1857-1929
Institutional economics
Intellectual history
Leisure class
Área de concentração: História Econômica
Titulação: Doutor em Desenvolvimento Econômico
Banca examinadora:
Eduardo Barros Mariutti [Orientador]
Ramón Vicente García Fernández
Octavio Augusto Camargo Conceição
Ligia Maria Osorio Silva
Paulo Sérgio Fracalanza
Manuel Ramon Souza Luz
Data de defesa: 18-02-2016
Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

TESE DE DOUTORADO

ROBERTO RESENDE SIMIQUELI

FORÇA e FRAUDE

apontamentos sobre a *Teoria da Classe Ociosa* e os limites da mudança institucional

Defendida em 18/02/2016

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti
Instituto de Economia/UNICAMP

Profa. Dra. Ligia Maria Osório Silva
Instituto de Economia/UNICAMP

Prof. Dr. Paulo Sérgio Fracalanza
Instituto de Economia/UNICAMP

Prof. Dr. Octavio Augusto Camargo Conceição
Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS

Prof. Dr. Ramon Vicente Garcia Fernandes
Universidade Federal do ABC / UFABC

Prof. Dr. Manuel Ramon Souza Luz
Universidade Federal do ABC / UFABC

Dedico este trabalho a meu nobre e fiel amigo Freddie, companheiro de todas as horas, minutos e segundos de sua redação, e a meu filho Pedro, cuja radical tendência para a desordem foi tanto alívio quanto inspiração.

Talvez alguém se dedique, num futuro não muito distante, a um estudo das páginas de agradecimentos de trabalhos acadêmicos, lançando-se à análise de seu conteúdo, suas convenções estilísticas, e/ou das transformações observadas nesse gênero peculiar ao longo do tempo. Talvez este estudo já tenha sido feito, e eu simplesmente não saiba de sua existência. O fato é que os agradecimentos de virtualmente toda dissertação ou tese, no momento em que escrevo, começam com a constatação óbvia de que seria impossível agradecer a todas as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização do trabalho.

Não escapo do clichê, por uma razão muito simples - aprofundando-o, acredito que seria injustiça muito maior deixar esses agradecimentos de lado. Fora que não vejo problema algum em repetir um clichê quando ele é, como nesse caso, a mais pura verdade. Como tantos outros, este trabalho é resultado do apoio e da colaboração de dezenas de amigos, colegas e familiares. Repetindo outro chavão comum, apesar das muitas mãos e ouvidos que contribuíram com nosso labor, os deslizes são todos meus.

Cumprida a obrigatória digressão sobre a falibilidade dos agradecimentos e sua completa separação das limitações de nosso trabalho, resta fazer o que dá sentido a esta sessão - agradecer. E gostaria de começar por agradecer enormemente aos muitos membros do Grupo de Estudos em Nacionalismo, Ideologia e Imperialismo. O GENII foi e continua sendo, com sua tendência para a reflexão livre, contra-hegemônica e irreverente, espaço sempre aberto para a desconstrução do discurso dominante em economia e a exploração das fronteiras de contato com as demais ciências sociais.

Muitos dos membros do GENII foram, também, companheiros nas disciplinas que cursei ao longo do Doutorado em Desenvolvimento Econômico e no trabalho cotidiano de pesquisa e redação. Tive o prazer de poder contar com a companhia, amizade e apoio constante de Fábio Aquino, Gustavo Zullo, Fábio Pádua dos Santos, Lucas Andrietta, Thiago Franco, Henrique Braga, Lucas Corazza e tantos outros.

Felipe Martinez e Andrej Slivnik, amigos de longa data, também me apoiaram nesta empreitada (ainda que à distância).

Agradeço, também, à amizade e à crítica constante de Manuel Ramon Souza Luz, com quem tive o prazer de dividir não só o objeto de análise (a vida e a obra de Thorstein Veblen) como o entusiasmo com esse mesmo objeto. Pesquisador obstinado e grande amigo, Ramon acompanhou virtualmente todos os estágios da concepção e redação desta tese, participando, como membro da banca, dos exames de qualificação e defesa.

De forma similar, pude contar ao longo destes últimos anos com o apoio do Prof. Paulo Fracalanza e da Profa. Lígia Osório, por quem sempre tive enorme admiração. Graças ao Prof. Fracalanza fui capaz de limitar o que antes se estendia como um projeto de investigação que me consumiria a vida inteira ao trabalho que se estende pelas próximas páginas. Profundos agradecimentos à Profa. Lígia, que me acompanha desde o primeiro ano no Instituto de Economia da Unicamp, e esteve presente nos primeiros estágios dessa pesquisa e em todas as etapas de minha formação. Contar com os comentários de ambos durante a defesa não só ajudou a trazer nova luz sobre o objeto de análise; representou, para mim, a celebração de uma relação de aprendizado e amizade que já se estende por mais de uma década.

Aos professores Ramón García-Fernández e Octavio Camargo Conceição agradeço pelos benvindos comentários e pela primorosa leitura da tese. Apesar do pouco tempo de convívio, suas contribuições foram de grande valia para que eu pudesse repensar alguns aspectos deste trabalho durante e após a sua defesa.

Sou vastamente grato ao Prof. Eduardo Mariutti, presente desde meu retorno ao instituto e referência constante na realização deste trabalho. A postura contestadora e a atitude de irreverência frente aos muitos absurdos da carreira foram fundamentais para que eu pudesse seguir com a tese (e para que seu tom fosse preservado). Fora isso, as indagações criteriosas, posicionadas com precisão e trazidas à tona em momentos críticos foram fundamentais para que o avançar da pesquisa.

Agradeço imensamente a meus pais, Sebastião e Carmen Lúcia, e a meus irmãos, Ana Paula e Felipe, pela constante interferência e apoio. Minha família não só dividiu comigo os momentos felizes deste trabalho, como me ajudou a lidar com alguns dos episódios mais difíceis desta trajetória. Sem o apoio de vocês, esta tese pura e simplesmente não existiria.

Por fim, à Carla, ao Pedro, ao Freddie, ao Charlie, ao Dante e à Ellie, obrigado por tudo. Pela companhia constante, pelas risadas, pelas brigas, pelo carinho, pela bagunça, pelos bons momentos, pela força pra lidar com os momentos difíceis, e pela certeza constante de que, depois de um dia difícil (e muitas vezes frustrante) de trabalho, vocês estariam esperando por mim e me apoiando.

Resumo:

Nosso objetivo, com este trabalho, é revisitar a produção de Thorstein Bunde Veblen (1857-1929) ao longo da década de 1890, marcadamente seus dois trabalhos de maior renome - a *Teoria da Classe Ociosa* (1899) e *Why is Economics Not an Evolutionary Science* (1898). Lido como o fundador do institucionalismo econômico, Veblen goza da peculiar reputação de "ilustre desconhecido" entre os grandes nomes do Pensamento Econômico: suas teses, reconhecidas a partir da mordaz qualificação do consumo, do ócio e das distinções de status, são geralmente trabalhadas a partir de qualificações estanques, estabelecidas por intérpretes secundários do autor, e poucas vezes são alvo do escrutínio direto dos leitores.

A partir da reavaliação da estrutura argumentativa desses trabalhos, construímos uma hipótese de leitura da *Teoria da Classe Ociosa* que enfatiza seu caráter de crítica radical da sociabilidade predatória. Aos nossos olhos, Veblen teria lido a moderna civilização capitalista a partir de sua articulação em torno do trinômio propriedade-gênero-trabalho. Sob esta interpretação, suas teses ganham novos contornos: sai de cena o crítico dos costumes, o sociólogo econômico do consumo e o precursor da incorporação do "Bem de Veblen" ao cânone marginalista, e ganha forma um ataque visceral às instituições que ordenam a vida. A explicitação dos fundamentos violentos do arranjo institucional e da perpetuação dessa violência em práticas contemporâneas fundamenta outra linha argumentativa - a tensão sempre presente entre *mudança* e *conservadorismo*. Tomando esta problemática como eixo central de análise, construímos uma breve apresentação do convoluto período em que vive o autor; discutimos os primeiros contornos de sua teoria social em *Kant's Critique of Judgement* (1884), *Some Neglected Points in the Theory of Socialism* (1891) e *Why is Economics Not an Evolutionary Science?* (1898); apresentamos nossa leitura estrutural da *Teoria da Classe Ociosa* (1899)*;* e, por fim, contrastamos nossa hipótese às leituras estabelecidas a partir da chamada tradição Veblen-Ayres-Foster.

Palavras-chave: Veblen, Thorstein, 1857-1929; Economia institucional; História intelectual; Classe ociosa;

Abstract:

Our aim with this thesis is to revisit the *oeuvre* of Thorstein Bunde Veblen (1857-1929) throughout the 1890s, notably his two most renowned works - *The Theory of the Leisure Class* (1899) and *Why is Economics Not an Evolutionary Science* (1898). Read as the founder of economic institutionalism, Veblen enjoys the peculiar reputation of being "notoriously unknown" among the great names of Economic Thought: his thesis, commonly recognized from his lashing qualifications of consumption, waste and status distinctions, are generally read with the aid of conservative perspectives established by secondary interpreters of the author, and rarely through the direct scrutiny of readers.

From the revaluation of the argumentative structure of this work, we have built a reading hypothesis of the *Theory of the Leisure Class* that emphasizes his radical criticism of predatory sociability. In our eyes, Veblen would have read modern capitalist civilization by focusing on the trinity of property, gender and labor. Under this interpretation, his ideas gain new contours: the satirist of capitalist *élites*, economic sociologist of consumption and precursor of the incorporation of the "Veblen good" to marginalist canon leaves the stage, and a visceral attack on the institutions that rule modern day life takes their place. The violent foundations of the core of the institutional setting and the perpetuation of this violence in contemporary practices fundaments another of our lines of development - the ever-present tension between change and conservatism. Taking this issue as a central analytical axis, we provide a short presentation of the convoluted period in which the author lives; the first outlines of his social theory in *Kant's Critique of Judgement* (1884), *Some Neglected Points in the Theory of Socialism* (1891) and *Why is Economics Not an Evolutionary Science?* (1898) are discussed, followed by an in-depth presentation of our structural reading of the *Theory of the Leisure Class* (1899); and, at last, our hypothesis is contrasted to the perspectives that comprise the Veblen-Ayres Foster tradition.

Keywords: Veblen, Thorstein, 1857-1929; Institutional economics; Intellectual history; Leisure class.

SUMÁRIO

Introdução **1**

I. ***The Bard of Savagery*****: capitalismo e ciência à americana** **7**
I.1 - A América de Thorstein Veblen **7**
I.2 - A crítica vebleniana aos paradigmas teóricos de seu tempo **19**

II. ***A Institucionalização da Barbárie*****: comentários sobre a Teoria da Classe Ociosa** **53**
II.1 - Violência institucional e força pecuniária **55**
II.2 - Instituições e dinâmica da transformação institucional **94**
II.3 - Traços arcaicos e formas modernas **114**

III. ***Da revolta à reforma*****: uma leitura crítica da adequação cerimonial do institucionalismo vebleniano** **123**
III.1 - Ayres, Foster e Bush - o Institucionalismo Realmente Existente **130**
III.2 - No limite inferior da crítica: o Institucionalismo Bastardo **163**
III.3 - O Institucionalismo Radical e o resgate da crítica institucional **168**

Considerações finais **201**

Referências Bibliográficas **219**

Born like this
Into this
As the chalk faces smile
As Mrs. Death laughs
As the elevators break
As political landscapes dissolve
As the supermarket bag boy holds a college degree
As the oily fish spit out their oily prey
As the sun is masked
We are
Born like this
Into this
Into these carefully mad wars
Into the sight of broken factory windows of emptiness
Into bars where people no longer speak to each other
Into fist fights that end as shootings and knifings
Born into this
Into hospitals which are so expensive that it's cheaper to die
Into lawyers who charge so much it's cheaper to plead guilty
Into a country where the jails are full and the madhouses closed
Into a place where the masses elevate fools into rich heroes
Born into this
Walking and living through this
Dying because of this
Muted because of this
Castrated
Debauched
Disinherited
Because of this
Fooled by this
Used by this
Pissed on by this
Made crazy and sick by this
Made violent
Made inhuman
By this
The heart is blackened
The fingers reach for the throat
The gun
The knife
The bomb
The fingers reach toward an unresponsive god
The fingers reach for the bottle
The pill
The powder

We are born into this sorrowful deadliness
We are born into a government 60 years in debt
That soon will be unable to even pay the interest on that debt
And the banks will burn
Money will be useless
There will be open and unpunished murder in the streets
It will be guns and roving mobs
Land will be useless
Food will become a diminishing return
Nuclear power will be taken over by the many
Explosions will continually shake the earth
Radiated robot men will stalk each other
The rich and the chosen will watch from space platforms
Dante's Inferno will be made to look like a children's playground
The sun will not be seen and it will always be night
Trees will die
All vegetation will die
Radiated men will eat the flesh of radiated men
The sea will be poisoned
The lakes and rivers will vanish
Rain will be the new gold
The rotting bodies of men and animals will stink in the dark wind
The last few survivors will be overtaken by new and hideous diseases
And the space platforms will be destroyed by attrition
The petering out of supplies
The natural effect of general decay
And there will be the most beautiful silence never heard
Born out of that.
The sun still hidden there
Awaiting the next chapter.

Serious shit…

Dinosauria, we

Charles Bukowski

Publicado em 1992, *Dinosauria, we* (ou *Born into this*, título pelo qual é conhecido por muitos dos leitores do poeta) é parte de um dos últimos livros de Henry Charles Bukowski (1920-1994). Seu realismo sujo deixou uma marca indelével na literatura norte-americana do século XX, manifesto ora na poesia anárquica e auto-referenciada, ora na prosa transgressora, na crítica ao lugar comum, à rotina, às escolhas fáceis presentes na aceitação de um modo de vida estruturalmente imposto aos sujeitos desde seu nascimento.

Dinosauria, we é um de seus manifestos finais contra um modo de vida opressor. Como boa parte da sua obra, o poema pode ser lido como um braço erguido (com o gesto obsceno provavelmente imaginado pelo leitor) em desafio contra a vida pré-fabricada, a castração cotidiana, a negação da criatividade, a repetição do trabalho, a irracionalidade de um sistema que se julga, mais do que tudo, racional. Bukowski, embriagado pela alternância entre revolta e rejeição, se afirma desde meados do século como o lirista das rachaduras do *American Way of Life*. Alemão, trazido para os Estados Unidos ainda na primeira infância, marginalizado por seu sotaque e pela aparência, ostentaria com orgulho as chagas do proscrito.

Mas caracterizar Bukowski e sua obra como marginais é fácil demais. É muito conveniente enquadrá-lo como *the barbarian at the gates*, o inimigo implacável do civilizado, do culto, do bom, *alheio* a essas mesmas noções de civilização, cultura e moral. Bukowski é parte do sistema. É fruto dele. Foi criado, deformado, mutilado e excretado por ele. E sua resposta é denunciá-lo, não como um crítico externo, não como um *outsider* que, espantado, vê de um parapeito o absurdo do cotidiano nas sociedades modernas. Bukowski vive esse cotidiano. Experimenta a rotina de uma série de trabalhos intelectual e fisicamente degradantes. Abandona uma carreira estável nos correios norte-americanos (que, segundo ele, lhe trazia somente úlcera e mal-estar psicológico) para alternar entre uma série de trabalhos braçais e mal pagos enquanto submetia seus textos para periódicos literários. Abraçou a bebida como quem abraça um velho amigo, único capaz de lhe trazer conforto em meio ao turbilhão de descaso e imbecilidade da vida cotidiana.

É das entranhas da civilização capitalista que Bukowski lança seu ataque. E que ataque. A denúncia do texto que escolhemos como epígrafe não é um ponto isolado na longa luta do autor contra o *status quo*. E escrever não era só um ofício; era uma forma de fuga da possibilidade concreta, sempre presente, da insanidade - que viria ou pela adequação ao absurdo da vida na sociedade administrada ou sob sua rejeição derradeira e o abandono de qualquer forma compreensível de expressão.

Bukowski, essa espécie de *übermensch* ao avesso, em que o fracasso e a rejeição são a única forma possível de vitória contra um sistema que reduz homens a engrenagens, vocifera contra a futilidade de qualquer noção de progresso, civilização, racionalidade ou orgulho. Sua obra é não só um relato das falhas do modo de vida capitalista; é a negação paradigmática desse mesmo modo de vida.

Mas Bukowski não é o único a ler o caráter destrutivo, violento, predatório e absurdo da civilização capitalista. Outros trilharam caminhos similares. Críticos ferozes da modernização industrial, da ficção racionalista do progresso, dos códigos morais vitorianos. De uma forma ou de outra, todos experimentaram a resistência do sistema; alguns a receberam com certo orgulho, teimosamente levantando a voz a cada ordem de silêncio, insistentemente denunciando a falência dos sonhos da razão. Outros, de destino mais cruel, foram lenta e progressivamente subvertidos a escoras de apoio do sistema que criticaram em vida. Uma vez sepultados pelo tempo e pela memória, suas contribuições intelectuais foram paulatinamente esquartejadas, processadas e repaginadas para que seu teor crítico fosse subjugado.

Esse parece ser, em nossa leitura, o cruel fim da obra de Thorstein Bunde Veblen, o genial autor da *Teoria da Classe Ociosa*. Crítico implacável da civilização capitalista, Veblen foi reduzido, quase um século após sua morte, a um pacato complemento à taxonômica, hedonista e irreal ciência econômica que procurou desconstruir com suas críticas incisivas. Lido não como um pensador crítico de seu tempo e da forma como se produzem a vida, a cultura e a ciência no capitalismo, mas como um bem comportado cronista dos costumes e do desperdício, Veblen passou de uma ameaça real ao sistema a um conveniente acessório da Teoria do Consumidor, da Economia Industrial, ou do tradicional receituário de combate às patologias financeiras de nossa sociedade.

Geralmente lê-se Veblen em conjunção com a belíssima obra de Scott Fitzgerald, sua magnífica crônica da *Era do Jazz* e de seus exageros. Perde-se, assim, não só a essência do argumento vebleniano como a profundidade dos exercícios metalinguísticos de *O Grande Gatsby*, *Os Belos e Malditos* e *Este Lado do Paraíso*. Sob o domínio da forma, o *conteúdo* das duas obras é sacrificado às analogias fáceis; ambos tratavam do luxo, ambos exploravam extensivamente a dissolução dos abastados, ambos souberam transpor para as suas páginas a convulsiva América do começo do século.

Por isso escolhemos ler Veblen ao lado de Bukowski. Ambos se aproximam não pela forma, separada por cinco décadas de inovações estilísticas, ou pela superfície de suas críticas. Mas pelo registro ácido da violência cotidiana e silenciosa, do ininterrupto massacre promovido pelas engrenagens do capitalismo. Pela iconoclastia. Pela recusa do pertencimento às estruturas de status, prestígio, privilégio. Pela sua denúncia.

O presente trabalho tem por objetivo resgatar a radicalidade da crítica vebleniana à economia de seu tempo. Nesse intuito, nos concentramos sobre alguns momentos selecionados de sua produção para, por fim, nos lançarmos de encontro às interpretações do autor que se proclamam 'herdeiras' de seu *estudo econômico das instituições*. Privilegiamos um enquadramento específico da obra vebleniana e, dentro desse enquadramento, um componente em especial: a atenção dada pelo autor e pelos institucionalistas veblenianos à problemática da *mudança institucional*.

Para tornar a leitura mais conveniente, dividimos nossa exposição em três temas centrais, ligados por alguma linearidade temporal. Todos remetem, em última instância, à mesma problemática - a disparidade entre a contribuição original vebleniana e as interpretações de seus "discípulos", que têm por consequência uma apropriação profundamente seletiva das teses exploradas em *Why Economics is Not an Evolutionary Science?* e na *Teoria da Classe Ociosa*.

No primeiro capítulo - *The Bard of Savagery: capitalismo e ciência à americana* - apresentamos um breve panorama das vertiginosas transformações experimentadas nos Estados Unidos da América entre 1857 e 1929, período correspondente à vida do autor. Promovemos uma rápida digressão sobre os obituários de Veblen, representativos da leitura de seu legado nos dias imediatamente

posteriores a seu falecimento. Por fim, dispendemos a maior parte do capítulo com o estudo das primeiras contribuições analíticas do pensador norte-americano, discutindo *Kant's Critique of Judgement*, de 1884, *Some Neglected Points in the Theory of Socialism*, de 1891, e o notável *Why is Economics not an Evolutionary Science?*, de 1898.

Partindo dos primeiros movimentos da reflexão vebleniana, nos lançamos sobre a *batalha clausewitziana* da economia institucional: a leitura e interpretação da obra fundadora desse paradigma, a *Teoria da Classe Ociosa*, de 1899. Nos dedicamos de forma prolongada a esse texto, não só por sua importância para a compreensão do legado do autor, como pela sua relevância para a teoria social e econômica no século XX, e seu papel enquanto principal referência na compreensão da influência vebleniana e institucionalista. Poderíamos ter tomado outros pontos de partida, aqui; pouco se leu ou discutiu de outros trabalhos do autor, como *Imperial Germany and the Industrial Revolution*, *Essays on Our Changing Order* e *The Vested Interests and the Common Man*, e lê-los, hoje, se mostra ainda mais premente do que na data de sua publicação. A bem da verdade, esta pesquisa teve início com a leitura de *Imperial Germany*, e seu objetivo inicial era resgatar sua relevância para os exercícios de história econômica e sociologia política realizados ao longo do século XX, mas nesse intuito enfrentamos um obstáculo ainda maior: ler uma obra tida como marginal de um autor tido como marginal minimizaria enormemente nossas frentes de debate. Logo, em lugar de dedicarmos um estudo do magistral ensaio vebleniano sobre a modernização industrial alemã à 'roedora crítica dos ratos', preferimos nos envolver nas querelas sobre o sentido e as motivações presentes na obra magna vebleniana.

Logo, o segundo capítulo hospeda nossa leitura estrutural da *Teoria da Classe Ociosa*, sob o título de *A Institucionalização da Barbárie: comentários sobre a Teoria da Classe Ociosa*. Adotamos um expediente peculiar: procuramos ler o trabalho como uma contribuição fechada em si, deixando de lado, *por um capítulo*, as contribuições do contexto histórico e linguístico à produção da obra. Nesse momento, nos ocupamos tão somente da *exegese* das críticas do autor à civilização capitalista e da reorganização do referencial conceitual mobilizado por Veblen. Isso nos possibilita apresentar nossa *hipótese de leitura* com maior liberdade, sem que precisemos interromper a explanação de nossa interpretação do *estudo econômico das instituições* com as objeções e comentários das tradições de leitura do institucionalismo original.

Tradições estas que não são deixadas de lado ou excluídas do debate. Munidos de nossas posições sobre o ensaio de Thorstein Veblen, colocamos a hipótese à prova: o terceiro capítulo - *Da Revolta à Reforma: uma leitura crítica da adequação cerimonial do institucionalismo vebleniano* - é nossa oportunidade para debater a *Teoria da Classe Ociosa* com gerações de intérpretes. Por fim, após o percurso pelos prolegômenos do *estudo econômico das instituições*, a construção de nossa hipótese de leitura e sua contraposição aos marcos na interpretação da teoria social vebleniana, sumarizamos nossos argumentos em um conjunto de considerações finais.

Priorizamos, em nosso enquadramento, a percepção de que a obra magna do intelectual norte-americano se aproximaria, em vários pontos, dos cáusticos ataques de Bukowski ao *status quo*. Da mesma forma que o "velho beberrão", Veblen vê a humanidade como presa de um projeto civilizacional inerentemente falho, marcado por seu caráter violento, opressor e conservador. Como o eu-lírico de *Dinosauria, we*, nascemos em meio às ruínas de nosso próprio modo de vida. Exploramos os desertos psicológicos das metrópoles, em que uma sociabilidade predatória previne a humanização das relações sociais. Somos forçados a escolher entre nossa destruição imediata ou a sujeição a pequenos massacres cotidianos. Dessensibilizados, deformados, desesperados, descrentes e derrotados, experimentamos a cada dia o sabor da derrota para um conservadorismo maior que a vida, um obstáculo indestrutível no caminho das tentativas de resistência à opressão da sociedade administrada.

Nascidos em uma civilização cujo caractere definidor é seu barbarismo, abandonamos qualquer aspiração ao exercício pleno das capacidades do gênero humano. É a partir desta chave que pretendemos ler e discutir a obra de Thorstein Veblen.

I

The Bard of Savagery:
capitalismo e ciência à americana

I.1 - A América de Thorstein Veblen

Thorstein Bunde Veblen nasce em 30 de Julho de 1857, em Cato, Wisconsin, e falece no dia 3 de Agosto de 1929, vítima de uma parada cardíaca em Menlo Park, Califórnia. O período em que viveu, que tem início alguns meses antes do Pânico de 1857 e termina a poucas semanas da Crise de 1929, certamente proporcionou ao autor uma série de oportunidades interessantes para a reflexão sobre a realidade política, econômica e social dos Estados Unidos da América.

Wisconsin, o estado onde o autor nasce, é incorporado à União somente em 1848; logo, representa um dos primeiros territórios elevados a esse status, na expansão territorial norte-americana rumo ao Oeste. Por seu caráter "fronteiriço", em certa medida, e a estruturação da vida econômica em torno da produção agrícola, Wisconsin assume a mesma 'vocação' de tantos outros estados do Meio-Oeste, recebendo elevado influxo de imigrantes nórdicos para trabalho na agricultura. A família Veblen é representativa dos traços usualmente observados em comunidades migrantes com destino ao rural americano, nesse período - seu pai Thomas Anderson Veblen, se estabelece como carpinteiro, e Thorstein é o sétimo em uma família com onze filhos[1].

[1] Destes, o segundo (Andrew A. Veblen) desempenha papel fundamental na preservação do legado vebleniano. Andrew Veblen se torna uma das principais referências na redação de *Thorstein Veblen and His America*, a paradigmática biografia escrita por Joseph Dorfman (DORFMAN, 1934).

No intervalo entre o nascimento do sétimo filho de Thomas e Kari Veblen e seu falecimento, os Estados Unidos da América assistem à eleição de 1860 e à vitória de Abraham Lincoln, seguida da secessão e do início da Guerra Civil, em 1861; à aprovação do *Homestead Act*, em 1862; à proclamação do *Emancipation Act*, em 1863; ao fim da Guerra Civil com a rendição dos últimos confederados, em 1865; à fundação da Klu Klux Klan, em 1866; à conclusão das obras da *First Transcontinental Railroad*, em 1869, mesmo ano em que é fundada a *National Woman Suffrage Association*; a uma segunda crise financeira, o Pânico de 1873, acompanhada do ocaso da *National Labor Union*; à brutal guerra movida pelo Estado contra os Comanche, Kiowa, Cheyenne e Arapaho, no Texas, em 1874; à progressiva institucionalização dos direitos de cidadãos afro-americanos com o *Civil Rights Act* de 1875; à notória batalha de *Little Bighorn*, travada em Junho de 1876, em que o Exército Norte-Americano é derrotado por uma liga de guerreiros Lakota, Cheyenne e Arapaho, reunidos em torno das lideranças de Touro Sentado e Cavalo Louco; e à invenção do telefone por Alexander Graham Bell, no mesmo ano.

Compreendendo não mais que vinte anos da vida do jovem Thorstein Veblen, o período acima descrito a partir do que normalmente se lê como seus principais referenciais acontecimentais é caracterizado, tradicionalmente, como *Era da Reconstrução* pela historiografia norte-americana. O epíteto é representativo da necessidade de *reerguer* o país e *reatar* os laços rompidos durante as hostilidades da Guerra Civil, entre 1861 e 1865. A caracterização não deixa de ser peculiar, se lida a partir dos eventos elencados - de um lado, há o claro avanço de forças sociais, políticas e econômicas representativas do movimento de *modernização* dos Estados Unidos; de outro, as tensões sociais em torno das leituras dessa mesma modernidade, e os conflitos entre os detentores de status e privilégio (brancos, industriais, proprietários de terras, autoridades estatais) e os descontentes (mulheres, negros, índios, trabalhadores).

Essas tensões obviamente não são resolvidas no período, e seu agravamento é uma das marcas dos anos posteriores. Criada nas vagas deixadas pela *National Labor Union* em meados da década, a *Noble and Holy Order of the Knights of Labor* se torna pública em 1879 como uma das organizações destinadas à defesa dos direitos de trabalhadores (na época, sua pauta consistia no enfrentamento à exploração do trabalho de crianças, mulheres e presidiários). O mesmo ano é geralmente lembrado

pela invenção da lâmpada elétrica por Thomas Edison. O *Chinese Exclusion Act* é assinado em 1882, proibindo por dez anos a imigração chinesa. As agitações entre operários escalam de forma acelerada, com o acontecimento do Massacre de Haymarket em Maio de 1886, em Chicago, de quase forma simultânea ao estabelecimento da *American Federation of Labor* a partir de um grupo dissidente da *Knights of Labor*. Bellamy publica *Looking Backwards*, sua utopia socialista, em 1888, seguido pelo magistral *How the Other Half Lives*, de Jacob Riis, em 1890.

É paradigmático, portanto, que esse período de agravada tensão, com claro enfrentamento entre trabalhadores e patrões, tenha sido reconhecido, em primeiro lugar, pelo seu esforço de *reconstrução* das estruturas produtivas e políticas da sociedade norte-americana. Passada a reconstrução, tem início um novo momento - a chamada *Progressive Era*, marcada pelos avanços da administração científica taylorista e da legislação anti-trustes. Dependendo da forma como lemos a história, o ano de 1890 pode ser referenciado como o marco fundamental na criação de leis de concorrência com a promulgação do *Sherman Antitrust Act*; como um momento importante na luta pelo sufrágio universal, com a fundação da *National American Woman Suffrage Association*; ou como a data de uma das mais assombrosas chacinas cometidas pela autoridade estatal norte-americana contra as populações indígenas, no Massacre de *Wounded Knee,* atestado da inevitabilidade da destruição das sociedades indígenas pela sociabilidade pautada pela concorrência, regulada ou não. Concomitantemente à fundação da General Electric, em 1892, os trabalhadores reunidos na *Amalgamated Association of Iron and Steel Workers* se mobilizaram contra a *Carnegie Steel* no que culmina em um enfrentamento armado[2]. A economia americana assiste ao Pânico de 1893, a terceira crise econômica de grandes proporções da segunda metade do século XIX. Desempregados reunidos sob a bandeira da *Army of the Commonwealth in Christ*[3] marcham para Washington em

[2] Um fato curioso é a participação de Emma Goldman, influente anarquista norte-americana. Goldman e Alexander Berkman (seu companheiro de longa data) tramam o assassinato do capitalista Henry Clay Frick, como forma de garantir publicidade às hostilidades entre trabalhadores e industriais. Após uma fracassada tentativa, Berkman é condenado a 22 anos de prisão. Emma se estabelece como uma referência entre anarquistas e feministas, sendo encarcerada repetidas vezes por incitação de movimentos populares e pregações sobre métodos anticoncepcionais.

[3] Também conhecida como *Coxey's Army*, por ter sido organizada por Jacob Coxey, um homem de negócios de Ohio. Um dado interessante é que a manifestação tem por objetivo reivindicar a *criação de empregos* pelo governo norte-americano, com emissão de moeda impressa e expansão da base monetária, num claro ensaio populista de medidas anticíclicas de combate à depressão econômica. Esse evento também é peculiar por ser discutido por Thorstein Veblen em um breve texto publicado no

1894, vítimas da depressão de meados da década. O mesmo ano é marcado pela *Pullman Strike*, a primeira greve nacional dos ferroviários norte-americanos. Não só as forças progressistas se articulam em meio à crise - em uma decisão histórica, a Suprema Corte dos Estados Unidos defende a constitucionalidade de leis estatais de segregação racial no famoso caso de *Plessy v. Ferguson*, com o consequente estabelecimento da doutrina de *separate but equal* que se sustenta até meados do século XX. Em paralelo à publicação de *Why Economics is Not an Evolutionary Science?*, as tensões fronteiriças entre as colônias espanholas e forças norte-americanas culminam na breve Guerra Hispano-Americana de 1898. Como resposta ao ininterrupto movimento de anexação territorial, o ano também assiste à fundação da *American Anti-Imperialist League*, que denunciava a inconstitucionalidade do imperialismo norte-americano com base na ausência de consentimento dos governados dos territórios incorporados à nação. De forma criativa, a "resposta" das autoridades norte-americanas é defender a Política de Portas Abertas na China, que garantiria o acesso igualitário de todas as potências capitalistas aos tesouros do Império; no mesmo período (1900), oficiais norte-americanos ajudam a reprimir a Revolta dos Boxers.

Uma nova tentativa de assassinato por um anarquista associado à metalurgia agora é bem sucedida, e Leon Czolgosz mata o então presidente William McKinney em 1901. Seu vice - Theodore Roosevelt - assume, dando início a uma das presidências mais significativas da história norte-americana. Sob seu governo,

---

Journal of Political Economy. A posição é profundamente crítica: "The ostensible purpose of the "Army of the Commonweal" has been the creation of a livelihood for a great number of people by means of a creation of employment, to be effected by a creation of capital through the creation of fiat money. That is to say, on the face of it, the heart of the 'movement' is an articulate hallucination."(VEBLEN, 1894:456) Essa alucinação poderia ser melhor analisada se lida a partir de sua finalidade: "The ingrained sense and practical tact of the American people (or rather of a fraction of it) have been blurred into reflecting an uncertain image of industrial paternalism. But with it goes a valuable acquisition in the shape of a crude appreciation of the most striking and characteristic fact in modern industrial evolution. The changed attitude on an economic question, of which many occurrences connected with the Army of the Commonweal are an evidence, is in substance due to a cumulative organic change in the constitution of the industrial community - a change which may, or may not be considered to have reached serious proportions, which may, in itself considered, be a change for better or for worse, which may still be in its initial stage or may already have nearly run its course, but in any case it is a change of sufficient magnitude to seek expression, now that the occasion offers. To use a Spencerian phrase, advancing 'industrial integration' has gone far enough to obtrude itself as a vital fact upon the consciousness of an appreciable fraction of the common people of the country."(VEBLEN, 1894:461) Logo, o *paternalismo estatal* evidenciado pela reivindicação à presidência de condições de trabalho é o resíduo evolutivo indesejado do movimento de *tomada de consciência*, por essa sociedade, de sua integração produtiva.

estabelece-se o complemento do Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, que marca um recrudescimento da hegemonia norte-americana sobre a América Latina; o Canal do Panamá é adquirido e a *Ford Motor Company* é fundada, em 1903. Reeleito, Roosevelt preside por mais quatro anos, fortalecendo a influência norte-americana sobre o Pacífico. 1905 marca a fundação da *International Workers of the World,* um sindicato radical e com aspirações internacionais de grande importância para o período. Várias reformas são empreendidas nas atribuições da *Interstate Commerce Commission*, criada em 1887, e que passa a reger vários aspectos da interação econômica entre estados, de ferrovias (1893) a tubulações (1903) e comunicações (1904). De forma análoga, o Pânico de 1907 motiva a criação da *National Monetary Commission*, responsável por regular o setor financeiro norte-americano. Em 1909 é criada a *National Association for the Advancement of Colored People*, que procurava reunir as reivindicações das populações afro-americanas em torno de uma organização que representasse a luta dos negros por direitos civis. Woodrow Wilson derrota Theodore Roosevelt nas eleições presidenciais de 1912. Seu governo é marcado pela criação do *Federal Reserve* (1913) como consequência das recomendações da NMC; pelo massacre de Ludlow, em que vinte e cinco membros (onze crianças) de famílias trabalhadoras ocupadas da extração de carvão em Colorado são mortas pelas forças policiais estaduais; pela criação da *Federal Trade Commission* como mecanismo adicional de defesa contra monopólios coercivos; pela Lei Antitruste de 1914; e, em 1917 (já no segundo mandato), pela entrada dos EUA na Primeira Grande Guerra. Dois eventos peculiares, próximos ao fim da guerra, são representativos da prolongada resposta conservadora às greves do começo da década: o *First Red Scare*, que começa se manifestar por volta 1917, com a opinião pública revelando pavor anticomunista e antianarquista, e a promulgação do *Sedition Act* de 1918, que estendia as punições estabelecidas pelo congresso norte-americano contra espiões a cidadãos que se referissem de forma negativa ao governo ou ao esforço de guerra.

A reação consubstanciada na *Red Scare*, por sua vez, dá início ao *Red Summer*, no verão de 1919: vítimas da violência de Estado e da opressão cotidiana em uma sociedade caracterizada pela presença de um estatuto *legal* da segregação, movimentos de afirmação racial respondem aos linchamentos e às gangues dedicadas à caça de negros nos centros urbanos norte-americanos. A tensa situação política é

agravada com a recessão que se segue à Primeira Guerra, que, por sua vez, causa a desmobilização de quatro milhões de trabalhadores. O Tratado de Versalhes é assinado, com a imposição de pesadas reparações de guerra à Alemanha derrotada. O prolongado movimento migratório direcionado aos EUA é limitado pelo *Immigration Act* de 1924. O fim da década assiste, ainda, ao fortalecimento do crime organizado, estruturado em torno da proibição de venda, produção, importação e transporte de bebidas alcoólicas; às primeiras emissões de rádio da CBS e da NBC; e, finalmente, à Crise de 1929.

A vertiginosa saraivada acontecimental das últimas páginas, se tomada por si só, é um registro pouco acessível, nada agradável e absolutamente ininteligível dos eventos que marcaram as sete décadas que separam o nascimento de Thorstein Veblen de sua morte. Mas, no caso de nossa leitura do autor e de seu tempo, serve a uma série de propósitos específicos. Ordenados, os acontecimentos contribuem para que tenhamos um passageiro relance das vicissitudes de que Veblen é testemunha.

O primeiro diz respeito à óbvia constatação da especificidade do período em que Veblen viveu. Vistos em rápida sucessão, os fatos mencionados acima são representativos de uma constatação fundamental: poucos momentos na história do Ocidente foram marcados por transformações tão profundas quanto o intervalo entre os anos 1850 e o final da década de 1920. Mais do que isso, essas décadas assistem à transformação dos Estados Unidos da América de potência regional, ainda sem peso definido nas relações internacionais para além da margem ocidental do Atlântico, à principal força militar e econômica do sistema internacional. A produção norte-americana também se transforma de forma aterradora. Partindo de uma Renda Nacional de aproximadamente US$4 bilhões, em 1859, essa economia passa a produzir US$58,8 bilhões, em 1929, logo antes da Crise. A população varia enormemente, também; se no período em que nasce o autor a jovem nação possuía aproximadamente 31,5 milhões de habitantes, em 1930 esse contingente se aproxima de 140 milhões[4]. Além do elevado número de norte-americanos e da pujança de sua economia industrial, os Estados Unidos assistem à modernização de suas estruturas

[4] Os dados sobre população e produção foram extraídos da compilação *Historical Statistics of the United States*, *1789-1945*, sob responsabilidade do *Bureau of the Census*. O amplo referencial factual, por sua vez, foi extraído de uma série de compêndios em história norte-americana. O leitor encontrará uma lista de material de interesse para o estudo desse tema em nossas *Referências Bibliográficas*.

produtivas, a um conjunto de inovações peculiares (a invenção do telefone, o Ford Modelo-T, a linha de montagem, a administração científica, a difusão do rádio, a descoberta do voo tripulado e tantos outros avanços tecnológicos) e à afirmação da variedade norte-americana de capitalismo como uma nova via de modernização.

Tomada em absoluto, a transformação é assombrosa. Poucas economias experimentaram o dinamismo e a mudança no grau de profundidade observado nos EUA. Mas, ainda que o assombro causado pelas estatísticas e pelo sem número de mudanças quantitativas na vida dos cidadãos estadunidenses no período sirva a algum propósito, nossa intenção com essa breve digressão é outra. É preciso que imprimamos sentido a essa cadeia de acontecimentos, explicitemos as tendências observáveis na caótica multiplicidade de transformações. Como segundo propósito do apanhado de fatos que citamos anteriormente, temos um ponto de importância ainda maior para nossa tese: o estabelecimento, ao longo dessa trajetória de modernização, de claras linhas de tensão entre diferentes setores da sociedade norte-americana.

As mudanças observadas nesse breve panorama poderiam muito bem ser lidas pura e simplesmente como o advento da modernidade em terras americanas. Acreditamos, no entanto, que mais do que enfatizar o *progresso* dos anos entre 1857 e 1929, é fundamental que ouçamos *seus descontentes*. Mulheres, negros, índios, imigrantes, anarquistas, sindicalistas, socialistas - a lista é extensa, e é pautada por uma longa história de ativismo político e resistência (por vezes física) à opressão do capital. Se a literatura convencional prefere, ao ler a *Era da Reconstrução* e a chamada *Era Progressista* a partir das realizações de Henry Ford, Alexander Graham Bell, Frederick Taylor, Andrew Carnegie, Henry Frick, Theodore Roosevelt, Woodrow Wilson e tantos outros, é fundamental que nos recordemos de Emma Goldman, William DuBois, Alexander Berkman, Edward Bellamy, Susan B. Anthony, Leon Czolgosz e Elizabeth Stanton, entre vários outros nomes e rostos da resistência à repressão sobre mulheres, negros e trabalhadores. Em tempo: é importante que nos lembremos, também, de um *Wobblie* em particular, filho de noruegueses e feroz opositor dos termos violentos e opressores em que a modernidade norte-americana se apresenta - Thorstein Veblen.

Por fim, a motivação para o resgate da convoluta "história" (se podemos chamar de história a nosso fugaz exercício) do período se torna clara: o intervalo entre 1857 e 1929 não deve ser compreendido tão somente a partir das vertiginosas mudanças nas

estruturas econômicas norte-americanas, mas pelo enfrentamento entre forças sociais que se pautavam pela revisão dos privilégios que organizavam essa sociedade, de um lado, e uma vasta gama de defensores do status quo, do outro. Mais do que a oposição entre opressores e oprimidos, é possível ler a *tendência* de movimentos simultâneos ou sucessivos de mudança e conservação, contestação e reação, ataque e resposta, consubstanciados na oposição entre as *classes sociais*.

É natural que Veblen seja lido como um *teórico radical da mudança*. Escrevendo a partir de 1884, é testemunha ocular da convulsiva caminhada dos Estados Unidos da América rumo à modernização industrial e tecnológica. Não só observa as reivindicações de movimentos que exigiam o alargamento dos direitos civis e constitucionais, no período (e de seus opositores, sempre prontos a exterminar a resistência como nos massacres de *Haymarket*, *Wounded Knee* e *Ludlow*), mas se posiciona de forma clara, em muitos momentos. Sua postura anticlerical, anticonservadora, anticapitalista e, em algumas ocasiões, trabalhista e até mesmo declaradamente socialista, não vinha sem elevados custos políticos e sociais.

Partimos desse expediente peculiar - que implica na caracterização do autor antes mesmo de visitarmos brevemente sua biografia - por uma razão simples: ao longo de sua vida e, mais importantemente, após sua morte, Veblen foi classificado das mais variadas formas. Alguns leram no autor da *Teoria da Classe Ociosa* um *outsider*, elemento externo à ordem social norte-americana que a observava com o espanto daqueles que só na idade adulta puderam efetivamente se fazer pertencer à nação em que viviam (DORFMAN, 1934, 1957). Para outro intérprete, sua pouca familiaridade com o cânone da teoria econômica de seu tempo teria feito de seus trabalhos uma rala crítica ao discurso econômico, pontuada por forte moralismo (DAVIS, 1945). Outros leram no crítico social a construção de uma radical intervenção sobre o modo de vida vitoriano, seu moralismo vão e seus princípios estanques de sociabilidade (JORGENSEN e JORGENSEN, 1999). Outros aproximaram-no das contribuições marxistas (DIGGINS, 1999 e HENRY, 2014) ou anarquistas (PATSOURAS, 2004). Por fim, houve ainda quem o interpretasse como uma inerentemente falha simplificação da história americana e do desenvolvimento capitalista entre os séculos XIX e XX, algo condizente (de acordo com a leitura do autor desse "bem fundamentado ensaio biográfico") com a mentalidade religiosa de um camponês do Meio-Oeste (RIESMAN, 1953).

Por mais interessante que a proposta possa parecer (há uma série de detalhes biográficos fascinantes a se discutir), não pretendemos, com esta tese, elaborar uma contribuição efetiva às discussões em torno da biografia de Thorstein Veblen. Logo, o que apresentamos neste breve sumário da vida do autor pouco ou nada tem de original, além dos subsídios que proporciona a nosso argumento geral. Ainda assim, pretendemos fazê-lo de uma forma um tanto inusitada: se nos propomos a resgatar um registro da vida e das contribuições de Veblen, parece razoável que o façamos a partir das narrativas mais próximas do momento de seu falecimento - seus *obituários*.

Wesley Clair Mitchell, um de seus discípulos notáveis, resumiria a trajetória de Veblen de forma sintética. Filho de imigrantes noruegueses, nascido em Wisconsin em 1857 e criado em uma fazenda em Minnesota, Veblen não teve contato com falantes nativos de inglês até seus vinte anos de idade, quando passa a frequentar o *Carleton College*, uma pequena instituição de ensino superior próxima à sua residência. (MITCHELL, 1929:1) O choque de culturas (o relato de Mitchell ajuda a validar a tese dorfmaniana do *outsider*) garantiria ao jovem acadêmico um peculiar olhar sobre aquela sociedade: Veblen teria reagido com estranheza à aceitação inquestionável, por seus pares, de modos convencionais de pensamento e ação, radicalmente diversos daqueles prevalentes entre seus familiares. O jovem Thorstein, na narrativa heroica construída por Mitchell, teria o vigor intelectual necessário para resistir à assimilação, e a sanha de questionar como as convenções surgem e se difundem. A mordacidade é um traço comum, desde o começo de sua carreira - "Also he took a naughty pleasure in quizzing earnest souls who felt it bad form to probe respectable beliefs. He loved to propound elaborate explanations for things which most people regard as the plainest common sense. And the more these explanations made folk squirm, the more Veblen enjoyed them."(MITCHELL, 1929:2)

Veblen epitomiza o espírito efervescente de seu tempo, e sua curiosidade não se limita à investigação sobre as convenções sociais que, segundo Mitchell, seriam sua primeira e última motivação[5]. Observador atento de plantas, animais, pessoas; hábil artesão, ágil linguista, leitor eclético - Veblen é uma espécie de *homem da renascença* novecentista. Logo, é natural que o meio acadêmico norte-americano tenha feito

[5] Somos levados a discordar. O texto sobre Kant, discutido na sequência, não apresenta essa preocupação constante com as instituições que toma forma nos trabalhos posteriores. Há considerações importantes sobre a mediação entre universal e particular, que exploramos brevemente, mas nada que se aproxime de um rascunho da *Teoria da Classe Ociosa* anterior em 15 anos à sua publicação.

amplos esforços em recusá-lo sistematicamente, não só no começo de sua carreira como por longas décadas. Após a graduação em Carleton, Veblen matricula-se na pós graduação da Johns Hopkins University, onde não se sente acolhido, mudando-se para Yale, onde conclui seu doutorado em 1884. O título de Doutor em Filosofia é obtido com uma tese intitulada *Ethical Grounds of a Doctrine of Retribution*. Temos bons motivos para não lê-la, citá-la ou discuti-la, em nosso trabalho: segundo John Diggins (1999), esse texto está perdido desde 1935. Seu único leitor conhecido (e o único a descreve-la em algum detalhe) foi Joseph Dorfman. Apesar da ausência dessa menção, há pelo menos um registro escrito desse período da vida profissional de Veblen - seu artigo sobre a Crítica do Julgamento em Kant, que comentamos na segunda sessão deste capítulo.

Sete anos se passaram da obtenção do doutorado, por Veblen, sem que ele assumisse qualquer posição como professor universitário. Frustrado com a dura realidade de sua difícil inserção na academia, o estudioso das instituições retorna para Minnesota, onde permanece como ávido e recluso leitor. Em 1891, sua sina se transforma com sua aprovação como estudante de pós-graduação em economia, em Cornell. Então com trinta e quatro anos de idade, Veblen dá início a uma nova etapa de sua carreira, e a mudança nos objetos de estudo se mostra frutífera - a década de 1890 é marcada não só por uma longa série de artigos e resenhas, como pela publicação de duas de suas principais contribuições intelectuais - *Why is Economics Not an Evolutionary Science?* e a fatídica *Teoria da Classe Ociosa*.

A iconoclastia vebleniana desconhecia limites. Após seus comentários sobre Kant, criticou de Quesnay a Marshall, não poupando nem mesmo John Bates Clark, seu orientador em Carleton e um de seus primeiros (e raros) parceiros intelectuais. A virulência de seus ataques não só à produção acadêmica em economia como ao *establishment* dos departamentos de pesquisa, dos centros de ensino, lhe guiou por uma trajetória errática. Passa, em rápida sucessão, por Chicago, Stanford e Missouri, até finalmente se assentar definitivamente na *New School for Social Research*, em Nova Iorque, onde leciona de 1918 a 1926. Lamentamos a escolha, mas não reproduziremos aqui a anedótica narrativa de cada uma das demissões; seguindo o rápido sumário de nossas primeiras páginas, lembramos apenas que duas das demissões foram motivadas por imoralidade (em um dos casos denunciada por sua esposa, ao tomar conhecimento de ao menos uma das amantes mantidas pelo

professor Veblen), houve repetidas reclamações por desleixo, alcoolismo e desrespeito a colegas e a normas departamentais, e a sua saída de Chicago legou à humanidade talvez a mais elaborada carta de demissão já redigida por qualquer trabalhador: seu incendiário libelo contra a condução das universidades norte-americanas pelos 'homens de bem' da Era Progressista - *The Higher Learning in America: A Memorandum on the Conduct of Universities By Business Men*. Se Schumpeter é tido como o *enfant terrible* dentre os economistas e cientistas sociais do século XX, Veblen só poderia ser caracterizado como um rufião ou um vândalo.

Em sua última saudação ao falecido mestre, Mitchell enumera suas contribuições (e promove uma curiosa partilha de sua herança intelectual):

> *"We shall have no more of these investigations, with their curious erudition, their irony, their dazzling phrases, their bewildering reversals of problems and values. Veblen died in July, among the Californian hills which he fondly likened to the lands that never were outside of William Morris's romances. But those whose intellectual interests are not limited to conventional lines will long find in his work a treasure of subtle suggestion. The sophisticated who can bear to have their share in human frailty exposed will read with quaking pleasure. Perhaps the best book to sample by way of introduction is the volume of collected essays, entitled The Place of Science in Modern Civilization (1919). The Theory of the Leisure Class (1899) is the most playful and popular of the full-length discussions, while Absentee Ownership (1923) is starkly terrible at times beneath its bland surface. Economists will feel most at home with The Theory of the Business Enterprise (1904), psychologists with the Instinct of Workmanship (1914), and political scientists with Imperial Germany (1915) or with An Inquiry into the Nature of Peace and the Terms of its Perpetuation (1917). But Veblen demands much of his readers, and not everyone who sips will have the stamina to drink."(MITCHELL, 1929:4)*

É curioso como o obituário de um intelectual que se ocupa consistentemente da crítica à taxonomia da ciência econômica e às barreiras artificiais entre as varias áreas do conhecimento científico seja concluído com essa peculiar separação - tal obra serve melhor aos interesses de economistas, tal outra ao de cientistas políticos, enquanto psicólogos lerão aqueloutro artigo com maior satisfação. Lamentavelmente, o esquartejamento da abordagem vebleniana não se configura na exceção, mas na regra.

A homenagem póstuma de John Maurice Clark (1929) trilha caminhos similares, com uma conclusão diversa - ao invés de retalhar a obra vebleniana e dividir seus espólios entre os campos que deles poderiam se valer, o autor opta por concluir seu breve epitáfio com três indagações: foi Veblen um economista? um cientista? sua obra foi construtiva? As respostas são esclarecedoras.

À sua maneira, J.M. Clark afirma a especificidade da crítica vebleniana aos padrões de economia, ciência e, especificamente, ciência econômica em seu tempo. Entendido a partir dos critérios que ditavam a produção em economia entre 1850 e 1920, Veblen não seria enquadrado como economista. Da mesma forma, o referencial analítico darwiniano e o teor da sua argumentação em torno dos critérios de verdade e da aridez das relações de lógica causal implicariam na rejeição de sua classificação como cientista. Se tomamos sua obra da perspectiva da construção de um 'sistema' com resultados definidos, também somos recebidos com uma negativa. Mas acreditamos residir aí a principal força do legado vebleniano: sua rejeição radical e sistemática do *status quo*. Veblen não pode ser caracterizado como um *outsider* por não se ver como um elemento externo ao sistema; seu trabalho não é somente uma *leitura* da mudança, é a crítica, a denúncia, a acusação necessária à revelação dos limites da nossa sociabilidade predatória. E seus argumentos não poderiam ser construídos nos termos sacramentados da produção teórica em economia, já que aderir a esses termos implicaria na complacência frente ao papel desempenhado por esse arremedo de ciência na preservação da ordem vigente.

A construção de um projeto alternativo, de seu estudo econômico das instituições, passa necessariamente pela aniquilação dos cânones da economia de seu tempo. Se aderirmos aos princípios de causalidade direta, ao potencial auto regulatório do mercado, às noções de indivíduo ou escolha e à ficção de progresso material que persistem, nos livros-texto de economia, em uma pantomima de suas versões originais oitocentistas, nenhuma crítica efetiva é possível. Nesse sentido, definimos Veblen não como o 'teórico das instituições', o que implicaria pensar essas instituições como um componente limitado da civilização capitalista contra a qual ele investe munido com as armas da crítica, 'crítico do luxo e do desperdício', o que significaria ler a conspicuidade do ócio e do consumo como elementos setoriais ou patológicos, ou 'profeta da tecnologia', por reduzir essa interpretação o embate entre

as forças em conflito, no começo do século XX, ao inescapável avançar da produção industrial.

Veblen deve ser lido como um *crítico radical da civilização capitalista*. É o que tentamos fazer nas páginas seguintes.

I.2 - A crítica vebleniana aos paradigmas teóricos de seu tempo

Um dado peculiar da produção intelectual vebleniana diz respeito a seu início, marcado pela publicação, em 1884 (logo, quando Thorstein Veblen tinha vinte e sete anos de idade), de *Kant's Critique of Judgement*. Redigido no período em que foi estudante de Yale, reflete algumas das inquietações fundadoras de sua reflexão - marcadamente, a incapacidade dos indivíduos em realizar julgamentos tendo por base somente sua experiência prévia, a prevalência do princípio reflexivo de *adaptação* enquanto norteador da ação e a importância da *indução* na construção do conhecimento.

Seu alvo direto, no trabalho, é a *Crítica do Julgamento*. Seu papel não só enquanto elemento fundamental do sistema kantiano como peça chave na construção do referencial crítico vebleniano pode ser inferido a partir da seguinte passagem:

> *"The agent must know what will be the effect of this or that action, if his activity is not to be nugatory, or worse than nugatory. And, in order to such a knowledge of the results of a contemplated action, the knowledge furnished by simple experience is not sufficient. Simple experience, whether we accept Kant's doctrine concerning the knowledge given by experience, as he has developed it in the Critique of Pure Reason, or not, cannot forecast the future. Experience can, at the best, give what is or what has been, but cannot say what is to be. It gives data only, and data never go into the future unaided and of their own accord. Data do not tell what the effect of action will be, except as we are able to judge the future by the help of the data given. Judgment must come in, if experience is to be of any use, and morality anything more than a dream. The power of judgment, or of reasoning, must mediate between theoretical knowledge and moral action; and the kind of judgment that is required is inductive reasoning. All this is simple enough. It is so simple and is so obvious that it is difficult to see it until it has been pointed out, and after it has been pointed out it seems to have been unnecessary to speak of it. Though Kant, in giving his reasons for undertaking the Critique of Judgment, speaks mainly of the*

> *indispensableness of this power of inductive reasoning for the purposes of morality, it is evident that it is no less indispensable in every other part of practical life. Today any attempt, in any science, which does not furnish us an induction, is counted good for nothing, and it is with this power of inductive reasoning that the most important part of the Critique of Judgment has to do." (VEBLEN, 1884:261)*

Logo, percebem-se os dois extremos fundadores do distanciamento entre *razão pura* e *razão prática*, em Kant: se de um lado há um corpo de conhecimento estabelecido, consolidado ao longo do tempo, de outro é perceptível a necessidade de acesso a esse conhecimento para orientação da ação moral. O peculiar resgate de Kant é marcado por três pontos de interesse. Em primeiro lugar, Veblen não parte de uma noção que absolutize o conhecimento estabelecido *a priori*, nos domínios da razão pura - há uma *finalidade* clara na tomada de ação a partir desse conhecimento, inicialmente indisponível aos indivíduos. O segundo elemento de interesse diz respeito justamente à aderência à crítica da razão prática: o indivíduo não é capaz, por si só, de agir com base na experiência prévia e em sua racionalidade. Logo, ele só age a partir do conhecimento socialmente acumulado.

Por fim, Veblen se mostra particularmente interessado no papel desempenhado pelo princípio da indução nas teses de Kant. A ênfase nesse elemento do léxico conceitual kantiano é evidente não só nessa passagem, mas ao longo de todo o (breve) trabalho - há a preocupação explícita, a cada página, sobre as formas pelas quais o princípio da indução atuaria na *transmissão de cânones estabelecidos* aos fundamentais da *ação moral dos indivíduos*.

Não pretendemos nos estender nesta leitura, justamente por não serem as teses de Kant um referencial trabalhado em nosso texto. Nos contentamos em apresentar a leitura vebleniana de 1884 não da perspectiva da formulação de sua teoria social a partir do diálogo com o filósofo alemão, mas da forma como este diálogo se estabelece como importante subsídio na construção de alguns de seus conceitos fundamentais.

De forma sumária, Veblen lê o poder de julgamento como o poder de pensar o particular a partir do universal. Nos casos em que esse universal se apresenta de forma clara, a tarefa do agente é simples - basta traduzi-lo às circunstâncias específicas da ação. Quando - e aí chegamos ao caso usual - não se manifesta claramente, exige dos

indivíduos a capacidade de *julgamento reflexivo*: a *indução* do universal a partir da série de particulares a que estes mesmos indivíduos estão expostos.

De forma sumária, o julgamento reflexivo é caracterizado da seguinte forma:

> *The office of the reflective judgment is to find unity in multiplicity, or to give unity to multiplicity. Its action is not only synthetic, but it is to make a synthesis which shall reach beyond, and include more than what is given in simple experience. The problem of this Critique, as of the other two, is: How are synthetic judgments a priori possible? But, while the faculties under consideration in the other two Critiques have to do with laws unavoidably given and unavoidably applied to given data, the reflective judgment has to find the laws to be applied to given data. The reflective judgment is the faculty of search. It is the faculty of adding to our knowledge something which is not and cannot be given in experience. It is to reduce the manifold of nature, the various concepts we have of the things in the world, to a synthetic totality. (VEBLEN,1884:266)*

Logo, já temos mais um componente na leitura vebleniana de Kant - ela não está somente assentada na necessidade de acesso ao conhecimento estabelecido por meio da indução, no intuito da tomada de ação moral pelos sujeitos, mas pensa o universal como acessível somente a partir da totalidade sintética construída a partir do julgamento reflexivo. Logo, os agentes têm não só limitações frente ao conhecimento que lhes pode ser garantido pela experiência, mas o acesso ao conhecimento estabelecido também é limitado.

É esperado que, dada a orientação prática do julgamento, sua ação reflexiva se paute não pela elaboração desinteressada de considerações gerais, mas pela busca dos elementos que sirvam de *causa* a um dado efeito, ou como *consequência* de alguma causa anterior. O julgamento reflexivo é, portanto, fundamentalmente *relacional*; só é possível pela relação entre os particulares, que permite a indução do geral, e só é plausível por essa mesma relação, que estabelece sua importância para a orientação da ação moral.

Essa busca em particular também é alvo da leitura feita pelo intelectual americano das teses de Kant:

> *"In order to find what is the cause of a given effect, and, still more, what will be the effect of a given cause, we need a guiding principle beyond anything that experience gives. We have to go*

> *beyond what is given us, and so we need a principle of search. That is what is afforded by this principle of adaptation. The mind is unsatisfied with things until it can see how they belong together. The principle of adaptation says that the particular things do belong together, and sets the mind hunting to find out how. The principle of adaptation says that, in order to the normal action of the faculties, things must be conceived as adapted to one another so as to form a systematic totality - that things must be conceived to be so co-ordinated in their action as to make up an organized whole - and the mind goes to make its knowledge of reality conform to its own normal activity; or, in other words, to find what particular cases of interaction under the law of cause and effect will stand the test of the principle of adaptation. What the principle of adaptation does for us is, therefore, in the first place, that it makes us guess, and that it guides our guessing. If it were not that we are dissatisfied with our knowledge so long as it remains in the shape of a mere manifold, we should never seek to get beyond a congeries of things in time and space; and, if it were not that the principle of adaptation shows us what we are to seek further, we should never find anything further in our knowledge. (VEBLEN,1884:268-269)*

Logo, reconstruindo o que Veblen extrai das teses de Kant sobre o julgamento humano, temos a seguinte linha de raciocínio: (1) na tomada de ações morais, os sujeitos são levados a considerações sobre as consequências dessas ações, e refletem sobre qual seria a melhor ação possível; (2) essa reflexão é reveladora das limitações inerentes à razão individual, já que é impossível agir tão somente a partir da reflexão pura, abstrata, (3) mas também da experiência. A necessidade de (4) alguma compreensão do quadro geral ao que o problema particular que motiva a tomada de ação remete impulsiona os sujeitos na apreensão desse universal, que (5) só pode ser acessado a partir do julgamento reflexivo - da ordenação dos particulares na composição do universal. Essa ordenação recebe o nome de (6) princípio de adaptação, por revelar a forma como os particulares adaptam-se uns aos outros, e pode ser lido, também, como (7) o princípio de raciocínio indutivo: incapazes de deduzir o universal, os agentes estabelecem relações de causa e efeito (adaptação) entre os particulares, *inferindo* em uma leitura *subjetiva* do universal. Esse movimento é pontuado, paralelamente, pela satisfação obtida através das faculdades intelectuais na sistematização e ordenação do conhecimento adquirido. Assim que um resultado seja alcançado pelo processo de indução, esse resultado se afirma como um fato de conhecimento empírico, adquirindo o caráter não de um todo completo, mas de uma informação pontualmente desconexa do todo - logo, sua adaptação a outros

particulares se torna responsável pela realização de novas induções, garantindo que o intelecto permaneça ativo, engajado na busca de compreensão do todo.

Desta forma, o princípio para o raciocínio indutivo é a necessidade de adaptação dos particulares à totalidade do conhecimento. A satisfação na resolução desses intrincados 'problemas mentais' garante ao sujeito a percepção de que um dado movimento do intelecto foi concluído. Veblen é categórico: somente pela indução podemos reduzir os particulares a seus sistemas e conexões, ligando-os por leis definidas de interação, e somente pela indução podemos acessar conhecimento que nos dê alguma capacidade de previsão, conhecimento útil na vida prática (VEBLEN, 1884)

A leitura de Kant por Veblen destoaria do restante de sua obra de forma clara, não fossem alguns dos elementos delineados nos parágrafos anteriores. Há uma percepção vastamente subjetiva da busca (individual) por conhecimento, e uma excessiva crença na realização da faculdade do intelecto nessa busca. O que liga *Kant's Critique of Judgement* ao restante da produção vebleniana é a preocupação constante com as ligações possíveis entre *particular* e *universal*, e a forma como a razão seria informada desse universal pela interação entre os particulares. Se, nesse primeiro momento, a breve incursão vebleniana pela filosofia alemã parece hermética ou desconexa demais ao leitor, a sensação não deve se prolongar por muito tempo. Os desenvolvimentos posteriores apresentam algumas ligações com essa primeiro momento da produção, ao mesmo tempo em que rejeitam sistematicamente a crença no poder da indução e a validade da lógica causal.

Caso similar é o de *Some Neglected Points in the Theory of Socialism,* publicado em 1892, em que o autor se posiciona frente a *From Freedom to Bondage*, a introdução de Herbert Spencer a *A Plea for Liberty*, um libelo antissocialista editado e publicado em 1891. O argumento de Spencer (1891) é bastante simples: na resolução da desigualdade rampante na sociedade norte-americana, a busca de soluções coletivistas implicaria na adesão a um mal maior. Anteposta à cooperação voluntária dos homens na produção industrial, norteada pelos princípios inquestionáveis da divisão do trabalho, estaria a cooperação pela coerção, garantida pelos ideais socialistas. A regulação da produção, e por regulação Spencer parece compreender qualquer tentativa de organização ou planejamento, seria necessariamente danosa à vida econômica e política dos trabalhadores norte-

americanos; em essência, poderia ser reduzida à suplantação da dominação exercida pelos capitalistas pela preconizada pelos trabalhadores, com um agravante: sob os sindicatos, não haveria a salutar oposição entre trabalhadores e capitalistas na crítica à facção dominante.

Ainda que vastamente reducionista, a introdução é representativa do "sentimento geral", no período, quanto às alternativas socialistas propostas no velho mundo. É ainda mais assombroso que Spencer, lido como um dos referenciais intelectuais do período, esposasse uma leitura tão limitada quanto a que fundamenta a seguinte passagem:

> *It is not, then, chiefly in the interests of the employing classes that socialism is to be resisted, but much more in the interests of the employed classes. In one way or other production must be regulated; and the regulators, in the nature of things, must always be a small class as compared with the actual producers. Under voluntary co-operation as at present carried on, the regulators, pursuing their personal interests, take as large a share of the produce as they can get; but, as we are daily shown by Trades Union successes, are restrained in the selfish pursuit of their ends. Under that compulsory co-operation which socialism would necessitate, the regulators, pursuing their personal interests with no less selfishness, could not be met by the combined resistance of free workers; and their power, unchecked as now by refusals to work save on prescribed terms, would grow and ramify and consolidate till it became irresistible. The ultimate result, as I have before pointed out, must be a society like that of ancient Peru, dreadful to contemplate, in which the mass of the people, elaborately regimented in groups of 10, 50, 100, 500, and 1000, ruled by officers of corresponding grades, and tied to their districts, were superintended in their private lives as well as in their industries, and toiled hopelessly for the support of the governmental organization. (SPENCER, 1891:31-32)*

O que motiva nosso interesse sobre essa contribuição específica é sua menção direta por Thorstein Veblen, que se lança, em 1892, à discussão do trabalho. De forma modesta, anuncia seu argumento como "uma sugestão, oferecida por um discípulo, em torno de um ponto coberto de forma inadequada discussão promovida por Spencer, e que recebeu pouca atenção de autores dos dois lados da controvérsia do socialismo"(VEBLEN,1892:387) O ponto é a fundamentação econômica para a insatisfação expressa nas reivindicações socialistas.

Mesmo que seu comentário seja aberto com elogios à posição spenceriana, Veblen apresenta uma contribuição interessante ao debate: ao pensar a problemática das reivindicações socialistas do fim do século XIX a partir da sua relação com um *conjunto de causalidades específicas*, vai além da caracterização restrita a um duelo entre diferentes facções por poder político e econômico. Ou seja: munido dos traços *particulares* das reivindicações socialistas e de seu enfrentamento por defensores da liberdade econômica, Veblen busca os condicionantes *gerais* que moveriam o debate - seu fundamento no sistema industrial moderno.

A argumentação é representativa do que pode ser muito provavelmente a primeira menção por Veblen à noção de *instituição*, e não se trata de mero recurso discursivo - sua posição passa, de forma clara, pela discussão do papel desempenhado pela *instituição da propriedade*:

> *"The modern industrial system is based on the* ***institution of private property under free competition, and it cannot be claimed that these institutions have heretofore worked to the detriment of the material interests of the average member of society.*** *[...] The cause of discontent must be sought elsewhere than in any increased difficulty in obtaining the means of subsistence or of comfort. But there is a sense in which the aphorism is true, and in it lies at least a partial explanation of the unrest which our conservative people so greatly deprecate. The existing system has not made, and does not tend to make, the industrious poor poorer as measured absolutely in means of livelihood; but it does tend to make them relatively poorer, in their own eyes, as measured in terms of comparative economic importance, and, curious as it may seem at first sight, that is what seems to count. [...] The qualification " of necessity," is to be noticed. There is a not inconsiderable amount of physical privation suffered by many people in this country, which is not physically necessary. The cause is very often that what might be the means of comfort is diverted to the purpose of maintaining a decent appearance, or even a show of luxury."(VEBLEN, 1891:391-392)*

Em um instigante movimento, Veblen apresenta uma primeira explicação para as reivindicações socialistas por regulação da economia norte-americana na década final do século XIX - a situação dos trabalhadores seria percebida não em termos *historicamente* relativos, em contraste com a pobreza de 50, 100 ou 200 anos atrás, mas em relação ao padrão de vida de outras camadas da população (logo, a partir de relações *percebidas socialmente*). Em meio a essa primeira leitura dos parâmetros pelos quais os homens se medem, Veblen deixa transparecer também a crença na

institucionalidade de práticas e hábitos historicamente constituídos, ao recusar-se a essencializar a propriedade privada e a concorrência, afirmando que a sociedade industrial *moderna* está baseada nessas instituições. Se esse modelo de sociedade (reconhecido pelo autor, nesse momento, como superior aos estágios pregressos) tem por base essas instituições, é razoável supor que outros modos de vida seriam organizados em torno de outras instituições. Mas o texto não permite, ainda, essa interpretação; o que transparece, ao longo de seu breve comentário sobre Spencer, é o reforço da percepção de um senso estabelecido de *dignidade* enquanto determinante da noção de *necessidade* que move as reivindicações dos trabalhadores.

Essa dignidade seria resultante não de um senso intrínseco de valor próprio, medular do tipo de homem que habita essa sociedade industrial, mas do sucesso econômico de um indivíduo - sucesso medido em dólares, o autor deixa claro. E o sucesso e a admiração não viriam desacompanhados. Como afirma Veblen, "o reconhecimento da reputação de alguém significa, na maioria dos casos, *emulação*. Um desejo em *ser*, e de forma mais imediata *ser percebido como*, superior aos seus semelhantes."(VEBLEN,1892) Além da compreensão de que a sociedade teria por base algumas *instituições* fundamentais, com a propriedade assumindo precoce destaque, emerge a leitura de que as relações entre os homens pertencentes a essa sociedade se pautariam por padrões de *dignidade*, medida pela *demonstração de riqueza*, e que essa dignidade inspiraria a *emulação* do padrão de vida afluente por outros homens. Na sua defesa das motivações dos socialistas, Veblen consegue outro feito: delineia, em forma rudimentar, algumas das categorias que seriam mobilizadas em seu *estudo econômico das instituições*.

O peso da necessidade de demonstração não é só referenciado de forma indireta, como assume papel central no argumento - é indispensável ao exercício da dignidade e da emulação que a riqueza seja demonstrada. E nessa constante "demonstração de força econômica" que reside o problema fundamental da sociabilidade industrial - o desperdício constante de recursos no esforço ostentatório visando ao reconhecimento social:

> *The modern system of industry has not invented emulation, nor has even this particular form of emulation originated under that system. But the system of free competition has accentuated this form of emulation, both by exalting the industrial activity of man above the rank which it held under more primitive forms of social*

> *organization, and by in great measure cutting off other forms of emulation from the chance of efficiently ministering to the craving for a good fame. [...] Further, by increasing the freedom of movement of the individual and widening the environment to which the individual is exposed — increasing the number of persons before whose eyes each one carries on his life, and, pari passu, decreasing the chances which such persons have of awarding their esteem on any other basis than that of immediate appearances, it has increased the relative efficiency of the economic means of winning respect through a show of expenditure for personal comforts.(VEBLEN, 1891:395-396)*

Partindo da instituição fundamental da propriedade privada e da competição que ordena as relações sociais, o impulso de ser ou parecer melhor aos olhos dos pares leva os homens a perpetuarem seus exercícios de demonstração de riqueza e poder aquisitivo. No mal-estar originado dessa incessante comparação Veblen observa formar-se uma espécie de *inveja* (*jealousy*), que motivaria a insatisfação das camadas inferiores com o status dos mais abastados. O autor é categórico quanto ao caráter sistêmico desse sentimento: "com a propriedade privada, sob as condições modernas, a inveja e a insatisfação são inevitáveis."(VEBLEN, 1891:397)

Ainda afeito aos termos da crítica spenceriana, Veblen não se distancia da posição do teórico evolucionário a ponto de negá-la, ou de se aproximar da reflexão socialista[6]. Mas há pelo menos uma concessão importante em seu primeiro tratamento da ligação entre *emulação* e *propriedade privada*:

> *Under modern conditions the struggle for existence has, in a very appreciable degree, been transformed into a struggle to keep up appearances. The ultimate ground of this struggle to keep up appearances by otherwise unnecessary expenditure, is the institution of private property. Under a regime which should allow no inequality of acquisition or of income, this form of emulation, which is due to the possibility of such inequality, would also tend to become obsolete.* ***With the abolition of private property, the characteristic of human nature which now finds its exercise in this form of emulation, should logically find exercise in other, perhaps nobler and socially more serviceable, activities; it is at any rate not easy to imagine it running into any line of action more futile or less worthy of human effort****. (VEBLEN, 1891:399)*

[6] Neste momento - em outros episódios específicos a aproximação ao socialismo é declarada, com alguns leitores enquadrando-o como socialista (HOBSON, 1929) ou até mesmo herdeiro de um marxismo peculiar (HENRY, 2014)

Além da notável consideração dos efeitos positivos da abolição da propriedade, é crucial que rememoremos os termos principais do comentário de Veblen à posição spenceriana, nesse momento. Calcado nos elementos definidores da *sociedade industrial moderna*, o autor observa a preponderância da *concorrência* enquanto ordenadora da vida social, assentada sobre a *instituição da propriedade privada.* Esta seria, em suas demonstrações, o parâmetro fundamental para a comparação entre os homens (forma predominante de sociabilidade, num arranjo marcado pelo peso da competitividade). Desta comparação emergiria uma pulsão constante pela *emulação* de padrões de consumo e demonstração de riqueza, e a *inveja* das classes sociais nos limites inferiores do espectro de estratificação.

Lamentamos ter de adiantar essa revelação, mas estes elementos analíticos são as pedras fundamentais do edifício teórico da *Teoria da Classe Ociosa*. Vistos sob outra ótica, emulação, instituições (especificamente a instituição da propriedade privada) e o exercício da comparação odiosa (que remete à "inveja" exposta de forma rápida por Veblen nesse primeiro momento) tomam forma acabada na mordaz crítica institucionalista, sete anos após o breve comentário sobre Spencer.

Concomitantemente, constrói-se outro argumento digno de nota, no *rationale* vebleniano: a percepção da conformação *histórica* das instituições, ainda que o autor concentre-se, fundamentalmente, em tornar explícitas as desigualdades presentes na relação entre as classes sociais. Levando tão somente as elucubrações presentes em *Some neglected points...* em consideração, é notável como inveja, comparação, concorrência, propriedade e emulação assentam-se não sobre elementos conjunturais da contemporaneidade. Suas raízes estão fincadas nos fundamentos do que Veblen denomina sociedade industrial moderna, neste primeiro momento. Já afirmamos a historicidade dessa sociedade, derivada da assunção de que ela teria bases que lhe são peculiares (portanto, atinentes a *um tempo em específico*). Além da direção que imprimimos à nossa incursão pela obra vebleniana, a evidência dos alicerces históricos do social, pelo autor, desempenha papel importante por dois motivos: (1) nos possibilita ler os desenvolvimentos posteriores de sua obra com maior clareza, no que toca à difícil relação entre *mudança* e *permanência* na estruturação da vida social; e (2) é definidora da posição ocupada por Veblen frente a Herbert Spencer e Lewis

Henry Morgan, na constelação do pensamento social da dita Era Progressista. Acreditamos que este segundo ponto merece uma breve digressão.

Por mais que a sequência cronológica por esses pensadores seja justificável, consideramos mais proveitoso, pelos rumos tomados por nossa exposição, partir daquele que mencionamos nas passagens anteriores - Herbert Spencer. Por suas contribuições, é lido como o fundador (e principal representante) do *darwinismo social*, corrente que graça de pouco prestígio entre cientistas sociais contemporâneos.

No entanto, antes de ser reconhecido como o notório publicista da aplicação as noções de seleção e evolução à estrutura social, Spencer já gozava de certa fama como defensor dos princípios do Liberalismo Radical, exercendo posição de destaque na defesa dos cânones liberais e utilitaristas no Reino Unido. Mais do que sua malfadada leitura de Darwin, sua posição política é o verdadeiro ponto baixo de sua carreira - o pensador se torna, na década de 1880, um dos grandes nomes da *Liberty and Property Defence League*, opositor ferrenho do voto feminino e defensor da aristocracia fundiária britânica.

Como explicar, então, a ligação entre Spencer e Veblen? No momento, tudo que temos é uma breve (porém elogiosa) menção ao pensador liberal no artigo de 1892. A importância dada à noção de evolução desponta como o principal elo; é importante, no entanto, frisar que a ideia spenceriana de evolução é *anterior* em apresentação ao sistema de Darwin - sua primeira versão é publicada em 1857, em *Progress: Its Law and Cause*. Nos detemos sobre este trabalho para construir nosso breve panorama da obra de Spencer.

A primeira questão levantada pelo autor é a oposição entre o que costumeiramente se entende por progresso e o que significaria, de fato, a evolução das nações modernas. Para Spencer, o verdadeiro progresso consiste na produção de uma maior quantidade e variedade de artigos para satisfação das necessidades humanas, na defesa do indivíduo e da propriedade e na expansão das liberdades de ação dos sujeitos (SPENCER, 1857). Não fosse a menção clara à autoria da passagem acima, poderíamos facilmente creditá-la a Smith, Bentham, Mill ou Cobden; a apresentação é pouco mais do que uma releitura sintética da analogia entre mercado e civilização dedutível dos primeiros cinco capítulos da *Riqueza das Nações*, poderia ser reescrita a partir da revisão dos fundamentos que motivam a redação dos *Princípios de Moral e Legislação* e se aproximam do plágio de certos trechos de *On Liberty*, de modo que o

crédito não seria de todo indevido. A herança liberal-radical em Spencer é tão forte que é dificílimo, neste primeiro momento, dissociá-lo de seus predecessores.

A "lei" que rege esse progresso também é pouco mais do que um refraseamento dos princípios do radicalismo filosófico - de organismos ou formas *homogêneas*, indivíduos e sistemas (indiferenciáveis, nos termos do que rege seu movimento de evolução) se transformariam no sentido de combinações progressivamente mais *heterogêneas*.

> *In its primary stage, every germ consists of a substance that is uniform throughout, both in texture and chemical composition. The first step in its development is the appearance of a difference between two parts of this substance; or, as the phenomenon is described in physiological language-a differentiation. Each of these differentiated divisions presently begins itself to exhibit some contrast of parts; and by these secondary differentiations become as definite as the original one. This progress is continuously repeated-is simultaneously going on in all parts of the growing embryo; and by endless multiplication of these differentiations there is ultimately produced that complex combination of tissues and organs constituting the adult animal or plant. This is the course of evolution followed by all organisms whatever. It is settled beyond dispute that organic progress consists in a change from the homogeneous to the heterogeneous. (SPENCER, 1857)*

A analogia é transposta para o meio social com facilidade:

> *Now, we propose in the first place to show, that this law of organic progress is the law of all progress. Whether it be in the development of the Earth, in the development of Life upon its surface, the development of Society, of Government, of Manufactures, of Commerce, of Language, Literature, Science, Art, this same evolution of the simple into the complex, through a process of continuous differentiation, holds throughout. From the earliest traceable cosmical changes down to the latest results of civilization, we shall find that the transformation of the homogeneous into the heterogeneous, is that in which Progress essentially consists.... (SPENCER, 1857)*

O exercício spenceriano, neste momento, pouco ou nada mais é do que um refraseamento dos mecanismos de diversificação dos ofícios e das proclividades do gênero humano exaltados por Smith em sua leitura da *divisão social do trabalho*. Concomitantemente à complexificação das formas de organização política, as

estruturas econômicas se moveriam no sentido da especialização de diferentes classes ou ordens de trabalhadores. Curiosamente, Spencer se esforça por delimitar o que considera ser esse verdadeiro progresso - o movimento tendencial da *homogeneidade* à *heterogeneidade* observável em organismos, nações, estruturas políticas e formas de trabalho - mas despende pouco tempo explicitando o princípio que guiaria esta diversificação. Neste primeiro momento, somos levados a crer que isso não se faz necessário por ser esse princípio uma amálgama das noções abstratas de liberdade e concorrência defendidas por suas principais referências intelectuais. Uma das passagens finais do breve texto corrobora nossa suposição: "That exchange of commodities which free-trade promises so greatly to increase, will ultimately have the effect of specializing, in a greater or less degree, the industry of each people."(SPENCER, 1862:161) Logo, o progresso das formas de organização social tem nas liberdades comerciais não somente sua causa, mas seu *fim*.

Esses argumentos ganham força com os comentários sobre evolução de *First Principles of a New System of Philosophy*, de 1862. A ligação com o texto de 1857 é clara - as passagens de apresentação das leis de evolução entendidas pelo autor são uma reprodução do artigo anterior, com uma modificação: a transição da noção de progresso, maculada pelo uso vulgar, à ideia de evolução. E aqui reside um ponto de grande importância para o estudo da obra vebleniana - a evolução de formas de reconhecimento da autoridade.

A passagem guarda assombrosa similaridade com os primeiros movimentos da *Teoria da Classe Ociosa*, que discutimos no capítulo seguinte. Em uma rápida releitura, Herbert Spencer caracteriza a evolução das sociedades a partir de seus primeiros estágios, em que tribos bárbaras constituídas como agregados homogêneos de indivíduos seriam a norma. Cada homem caça, luta, pesca e constrói, ao passo que cada mulher "se ocupa das mesmas funções" - ou, na forma original, "*performs the same drudgeries*"(SPENCER, 1862:158). A menção se faz necessária pela conotação pejorativa de *drudgeries* - de acordo com o Merriam-Webster, o termo pode ser definido como "*dull, irksome, and fatiguing work, uninspiring or menial labor*". Logo, à mulher seriam reservadas, desde os primeiros estágios da evolução, as formas inferiores de trabalho.

O nascimento da autoridade política e religiosa é um ponto de especial interesse. Eis como Spencer lê a origem do Estado, da religião e do status:

> *Very early, however, in the process of social evolution, we find an incipient differentiation between the governing and the governed. Some kind of chieftainship seems coeval with the first advance from the state of separate wandering families to that of a nomadic tribe. The authority of the strongest makes itself felt among a body of savages, as in a herd of animals, or a posse of schoolboys. [...] Gradually, as the tribe progresses, the contrast between the governing and the governed grows more decided. Supreme power becomes hereditary in one family; the head of that family, ceasing to provide for his own wants, is served by others; and he begins to assume the sole office of ruling. At the same time there has been arising a co-ordinate species of government - that of Religion. As all ancient records and traditions prove, the earliest rulers are regarded as divine personages. The maxims and commands they uttered during their lives are held sacred after their deaths, and are enforced by their divinely-descended successors; [...] Having a common root with these, and gradually diverging from them, we find yet another controlling agency - that of Manners or ceremonial usages. [...] All modes of salutation were once obeisances made before the monarch and used in worship of him after his death. (SPENCER, 1862:158-160)*

Com a esperada complexificação dessas estruturas, chegamos a um estado em que as formas de tratamento evoluem, também, a ponto de permitir a diferenciação por status entre diferentes membros do corpo social: "And at the same time there is developed a highly complex aggregation of customs, manners, and temporary fashions, enforced by society at large, and serving to control those minor transactions between man and man which are not regulated by civil and religious law."(SPENCER, 1862:160)

Contrastadas às considerações veblenianas sobre os princípios de *emulação* e *inveja*, as passagens de Spencer são reveladoras da complexa relação entre os dois pensadores. Ainda que Veblen, certamente educado à sombra do pensador liberal inglês, leia em suas concepções de progresso e evolução os fundamentos da moderna teoria social, já em 1892 é possível observar marcantes diferenças entre as duas concepções de evolução. Enquanto em *First Principles...* o princípio da propriedade é visto como um elemento natural à ordem social, com as distinções em formas de trabalho e gênero lidas também como componentes essenciais da evolução das sociedades, em *Some neglected points*... há, desde o início, a problematização dos mecanismos que promoveriam o surgimento dessa diferenciação.

Mas Spencer não é o único referencial mobilizado por Veblen. Além de Darwin e dos expoentes do pragmatismo filosófico - discutidos, com propriedade, nos trabalhos de outros pesquisadores[7] -, que deixaremos de lado em nossa análise, acreditamos ser conveniente ler brevemente a concepção de evolução de formas sociais defendida por Lewis Henry Morgan em *Ancient Society*, de 1877.

A antropologia evolucionária de Morgan é fundamental por proporcionar, à intelectualidade do período, uma leitura da evolução das formas sociais distinta daquela empreendida por Spencer. Lida de forma sumária, sua contribuição pode ser resumida na apresentação de (a) uma ideia de progresso, caracterizada pela (b) ascensão do gênero humano através de (c) uma série de etapas. Há alguma gradação entre estágios superiores e inferiores, com (d) a relação superioridade-inferioridade sendo determinada a partir do domínio dessa mesma sociedade sobre o meio, sua facilidade de reprodução e de manutenção e as chances de vitória contra adversários. Por fim, Morgan diverge de Spencer ao (e) não afirmar uma *uniformidade* do processo evolucionário. Em lugar da simples analogia spenceriana - em que corpos sociais evoluiriam de forma similar a formas geológicas, árvores ou bactérias -, o antropólogo desconstrói a ideia de que esse desenvolvimento seria uniforme, idêntico em todos os casos, e que as diversas formas sociais observáveis se encontrassem em estágios comparavelmente próximos de desenvolvimento[8].

---

[7] Não nos propomos a discutir as demais referências na formulação da contribuição vebleniana, aqui. Tradicionalmente pensada a partir de sua vinculação ao evolucionismo darwiniano e ao pragmatismo norte-americano, a obra vebleniana é notória por seu ecletismo e pela peculiar transdisciplinaridade. Psicologia, biologia, lógica, economia - Veblen transita livremente por várias áreas do saber. Por mais que nos interesse essa discussão, optamos por deixá-la de lado em nossa tese, sob uma dupla justificativa: (1) referenciar o peso de Darwin, Peirce, James, Dewey, Boas, Bates Clark e tantos outros nos trabalhos de Thorstein Veblen exigiria o desdobramento de nossos esforços não em um ou mais capítulos complementares, mas em uma tese paralela sobre as fundações do institucionalismo vebleniano; e (2) se nos ocupamos ostensivamente do tópico da mudança institucional, convém que nos detenhamos sobre os aspectos da obra - e da relação entre o sutor e os intelectuais que guardava em alta conta - que se relacionam de forma direta com este tema. Logo, a interação complexa entre instintos e instituições, a conformação evolucionária desses instintos, a sua relação com a psicologia do período e com a filosofia pragmática, a herança darwiniana na noção vebleniana de homem - todos esses caracteres precisam ser deixados, ainda que momentaneamente, de lado. Felizmente, caso eu optasse por descrevê-los, não seria o primeiro nem o último a fazê-lo. Há ampla literatura sobre o tema, que ainda fascina os leitores de Veblen. Sobre as influências de Darwin, Peirce, James e Dewey, recomendamos LUZ, 2009, CAVALIERI, 2006, e GALLA ET ALL, 2006, entre os brasileiros, e a obra de Geoffrey Hodgson, em inglês (marcadamente HODGSON 1988, 1999, 2004, 2006a e 2006b).

[8] Um fato algo peculiar é que Morgan parece residir, hoje, numa espécie de "limbo intelectual" da *Bélle Epoque*. Seu nome e sua obra não são evocados por sociólogos, antropólogos, cientistas políticos ou economistas contemporâneos. Diferentemente de Fraser, Malinowski, Comte, Spencer e

Feita esta pequena ressalva, Morgan crê, sim, em uma espécie de tipificação usual das trajetórias de evolução das sociedades. Esse conjunto de estágios é uma de suas principais influências sobre a obra de Veblen, mas não é a única. Antes de lançar-se ao estudo comparado dos povos[9], o antropólogo caracteriza seus períodos a partir de sua relação com as "artes da subsistência", ilustrando-os pelas invenções, descobertas e *instituições* de cada época.

Um leitor crítico (e atento) poderia criticar nossa menção à presença eventual das instituições, em Morgan. Se lermos virtualmente qualquer pensador social moderno, de Locke a Lênin, de Mandeville a Mauss, corremos o risco de encontrar a palavra em uma forma ou outra, mas somente como tal - sem carregar em si o peso de um conceito, de uma definição. Não seria a primeira vez que encontraríamos equivocadas e efusivas leituras de Smith, Kant ou List como "institucionalistas *avant la lettre*". Felizmente, não é esse o caso. Uma passagem definidora de *Ancient Society* dissipa as dúvidas a esse respeito:

> *The facts indicate the gradual formation and subsequent development of certain ideas, passions, and aspirations. Those which hold the most prominent positions may be generalized as growths of the particular ideas with which they severally stand connected. Apart from inventions and discoveries they are the following: I. Subsistence, II. Government, III. Language, IV. The Family, V. Religion, VI. House Life and Architecture, VII. Property. […] It will be my object to present some evidence of human*

---

tantos outros pensadores do período, geralmente referenciados de forma ampla em compêndios de história do pensamento, há sobre o antropólogo americano um aterrador silêncio. Este, por sua vez, possui severas consequências, ainda mais se o lemos a partir da heterodoxia econômica - Morgan é, a um só tempo, talvez a principal referência de Engels na redação d'*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* e marca de forma indelével o projeto intelectual vebleniano, especialmente a *Teoria da Classe Ociosa*. Sua tipologia dos estágios de progresso experimentados por uma dada civilização influencia, de forma indireta, boa parte das análises comparadas macrossociológicas. Como marcamos de forma breve em uma nota posterior, Veblen é uma das matrizes intelectuais da sociologia política norte-americana; na resposta de Barrinton Moore Jr. às indagações deixadas em aberto por seu *Imperial Germany and the Industrial Revolution* pode ser lida a motivação principal da redação de *Social Origins of Dictatorship an Democracy*. Logo, como economistas, se nos voltamos a Rostow e Lenin para discutir as etapas e as vias de desenvolvimento econômico, é interessante que consideremos também um detour antropológico por Morgan, que desempenha papel tão importante na popularização da teoria social evolucionária.

[9] Morgan aplica seu modelo analítico a uma série de grupos - iroqueses, aztecas, gregos, romanos - analisando as relações entre a evolução do tipo étnico e as formas políticas, legais e econômicas predominantes nessas sociedades. O trabalho é interessante (apesar de sua dificuldade em transcender as preocupações usuais da antropologia de seu tempo) por essa ênfase, e pela atenção dada às problemáticas das estruturas *familiares* e de *gênero*, e o peso da instituição da *propriedade* (preocupações obviamente ecoadas na leitura vebleniana).

> *progress along these several lines, and through successive ethnical periods, as it is revealed by inventions and discoveries, and by the growth of the ideas of government, of the family, and of property. (MORGAN, 1877:4-6)*

No sistema morganiano, os sete elementos elencados acima constituem o cerne das instituições que diferenciam a evolução de diferentes formas sociais, em seus variados estágios. Apesar da apresentação relativamente equitativa entre os termos em questão, a ênfase em *formas de governo, estruturas familiares/de parentesco* e *propriedade* é clara.

Clara também é a preocupação com a permanência de alguns desses elementos, desde os primeiros estágios da evolução das sociedades. A presença de *traços da sociabilidade arcaica* na contemporaneidade é frisada pelo autor, na sequência:

> *It may be further observed that the domestic institutions of the barbarous, and even of the savage ancestors of mankind, are still exemplified in portions of the human family with such completeness that, with the exception of the strictly primitive period, the several stages of this progress are tolerably well preserved. They are seen in the* ***organization of society upon the basis of sex****, then upon the basis of kin, and finally upon the basis of territory; through the successive forms of marriage and of the family, with the systems of consanguinity thereby created; through house life and architecture; and* ***through progress in usages with respect to the ownership and inheritance of property****. (MORGAN, 1877:7)*

Julgada a partir desses traços fundamentais, uma dada sociedade evoluiria através dos estágios da *selvageria* e do *barbarismo*, cada qual dividido em estratos inferior, intermediário e superior, seguidos por uma forma "acabada" lida como *civilização* - logo, Morgan constrói sua peculiar cronologia da evolução das civilizações em sete etapas. *Older Period of Savagery, Middle Period of Savagery, Later Period of Savagery, Older Period of Barbarism, Middle Period of Barbarism, Later Period of Barbarism* e *Status of Civilization*. A sequência entre esses diferentes estágios é marcada pelo *status* de cada período, definido a partir de seus condicionantes técnicos e institucionais:

I. Lower Status of Savagery	*From the Infancy of the Human Race to the commencement of the next Period.*
II. Middle Status of Savagery	*From the acquisition of a fish subsistence and a*

	knowledge of the use of fire, to etc.
III. Upper Status of Savagery	*From the Invention of the Bow and Arrow, to etc.*
IV. Lower Status of Barbarism	*From the Invention of the Art of Pottery, to etc.*
V. Middle Status of Barbarism	*From the Domestication of animals on the Eastern hemisphere, and in the Western from the cultivation of maize and plants by Irrigation, with the use of adobe-brick and stone, to etc.*
VI. Upper Status of Barbarism	*From the Invention of the process of Smelting Iron Ore, with the use of iron tools, to etc.*
VII. Status of Civilization	*From the Invention of a Phonetic Alphabet, with the use of writing, to the present time.*

(MORGAN, 1877:12-13)

Morgan apresenta uma concepção de evolução dos tipos sociais mais ampla e definitivamente mais aberta que a entretida por Spencer. Sua influência sobre será descortinada com maior cuidado ao fim desse capítulo, e ficará evidente pelo nosso tratamento dado à *Teoria da Classe Ociosa* (que, acreditamos, não pode ser entendida sem que o peso de *Ancient Society* seja levado em conta).

Antes que nos ocupemos do estudo do restante da obra vebleniana na década de 1890, dois elementos da contribuição morganiana merecem destaque - sua atenção à oposição entre *feminino* e *masculino*, nas sociedades estudadas, e a ligação dessa caracterização à *propriedade* e à sua *transmissão*, por herança. Um dos problemas a que Morgan se lança, nos capítulos finais de *Ancient Society*, é a mudança na descendência - de matrilineares, os grupos estudados passam, em algum momento de sua história, à patrilinearidade. De acordo com Morgan, com a proliferação da criação de animais de rebanho e sua afirmação enquanto objetos de propriedade individual, e com a difusão da propriedade de casas e terras, pela sua benfeitoria, emerge o antagonismo entre as formas prevalentes de herança, em que a coletividade matrilinear dividiria o acesso a esses bens. Com a garantia da paternidade - limitadora e excludente por definição - garantiria à noção de propriedade em desenvolvimento uma forma simples de delimitação e controle. Esse caso seria justificado principalmente a partir das trajetórias grega e romana, em que o estabelecimento de

dinastias patrilineares precede o estabelecimento dos direitos de propriedade. (MORGAN, 1877:344-346)[10]

Por ora, encerremos nosso desvio pelas teses de Spencer e Morgan. Ainda que a influência do primeiro talvez seja, nesse primeiro momento, muito mais evidente que a do segundo, temos clareza de que esse quadro se reverterá em breve. Mas, para que se reverta, é necessário que deixemos que a leitura siga pelo restante da produção anterior à *Teoria da Classe Ociosa.* Que o leitor fique seguro, no entanto: o peso destas duas referências sobre a obra de Thorstein Veblen é evidenciado em nossa leitura da *Teoria da Classe Ociosa*.

Levando a termo nossas considerações sobre a produção vebleniana do começo da década e seus alicerces na teoria social evolucionária, há um último comentário a se fazer. Como não há registro de textos publicados pelo autor entre *Kant's Critique of Judgement* (1884) e *Some Neglected Points in the Theory of Socialism* (1892), é seguro afirmar que os argumentos que servem de base à *Teoria da Classe Ociosa* começam a tomar forma no intervalo entre estes dois trabalhos, sendo apresentados, pela primeira vez, no início da década de 1890. Mais do que a permanência destes elementos, cabe discutir como a leitura não só do socialismo como do peso da propriedade privada se transformam, ao longo desse período. Mas isso é algo que faremos com mais vagar ao fim da tese, após termos discutido em profundidade não só a obra magna vebleniana como algumas das contribuições institucionalistas.

Em meio ao material publicado por Veblen na década de 1890, merece destaque aquela que é lida, ainda hoje, talvez como sua segunda obra mais relevante: *Why is Economics not an Evolutionary Science?*, de 1898. Construído a partir de sua interpretação das demandas do tempo presente sobre a teoria econômica, o artigo representa um visceral ataque às suposições da economia de fins do século XIX. De forma irônica, o texto permanece atual - tanto por mérito da vitalidade da análise vebleniana quanto pelo engessamento dos cânones teóricos das ciências econômicas.

O argumento, a bem da verdade, é bastante direto - Veblen vê com pesar o conservadorismo da teoria econômica marginalista, encontrando nas discussões de

---

[10] Por mais que esse desenvolvimento pudesse nos interessar, infelizmente não dispomos do tempo ou do espaço para avançar sobre a extensa caracterização de tipos familiares apresentados por Morgan. Um estudo aprofundado das relações entre o estudo econômico das instituições produzido por Veblen e esses tipos familiares, cada qual relacionado a um conjunto de institutuções peculiares, seria um interessante objeto de análise - algo a que talvez possamos direcionar nossa atenção, no futuro.

seus pares pouco ou nada que se distanciasse criticamente dos enunciados de meados do século. Posto em termos claros, seu ataque se apresenta como uma crítica da aparente rejeição do novo pelos economistas:

> *The men of the sciences that are proud to own themselves "modern" find fault with the economists for being still content to occupy themselves with repairing a structure and doctrines and maxims resting on natural rights, utilitarianism, and administrative expediency. This aspersion is not altogether merited, but is near enough to the mark to carry a sting. These modern sciences are evolutionary sciences, and their adepts contemplate that characteristic of their work with some complacency. Economics is not an evolutionary science -- by the confession of its spokesmen; and the economists turn their eyes with something of envy and some sense of baffled emulation to these rivals that make broad their phylacteries with the legend, "Up to date."(VEBLEN, 1898:57)*

Dois pontos merecem destaque, nessa primeira passagem. O primeiro é a caracterização, pelo autor, dos objetos restritos da teorização em economia - ocupada prioritariamente da reparação de doutrinas assentadas nos *direitos naturais*, no *utilitarismo* e na *expediência administrativa*. Esses três elementos são retomados ao longo da análise como representativos dos desvios da reflexão em economia que, ao invés de ocupar-se de problemas concretos, das demandas reais das sociedades industriais modernas, se engajaria em questões taxonômicas e filológicas na redefinição de um modelo que há muito não se propõe como uma ferramenta na interpretação do real. Logo, pensando nessa caracterização inicial, somos levados a ver a reflexão em economia como problemática a partir de (a) sua tendência à naturalização de circunstâncias conjunturais, ou à essencialização de elementos que são, em verdade, resultado de fenômenos duradouros (a partir da necessidade, lida por Veblen, de se atacar a fundamentação jusnaturalista dessa reflexão), (b) a crença numa natureza humana essencializada, construída a partir da noção abstrata de utilidade, e (c) sua preocupação em tão somente *otimizar* as condições econômicas presentes - já que se pauta por sua eficiência administrativa, a economia não consiste na reflexão sobre as origens da situação atual ou na possibilidade de superá-la. É um conhecimento marcado, a um só tempo, por seu *tradicionalismo*, excessivo *idealismo* e *imediatismo*.

O outro elemento digno de nota é a tensão entre a produção de conhecimento em economia e a lógica que rege áreas do saber assumidamente *evolucionárias*. A definição é apresentada ao longo das páginas seguintes: a ciência evolucionária é aquela que apresenta um corpo teórico integrado aos desafios de seu tempo, aceitando as demandas concretas não como insuficiências do modelo teórico, mas como oportunidades para revisão e transformação do conjunto de suposições que marca um determinado campo. Para Veblen, a economia é definida e limitada por sua aderência feroz a princípios estabelecidos por teóricos ocupados não da realidade norte-americana nos anos finais do século XIX, mas dos dilemas enfrentados pelo Império Britânico nas décadas de 1840 e 1850, ou mesmo antes.

Veblen aponta uma diferença fundamental de atitude ou ponto de vista entre duas gerações de cientistas (VEBLEN, 1898:60): enquanto um conjunto de teóricos modernos, adeptos de modelos de causalidade tradicional, se recusa a explicar os fenômenos sem recorrer a relações binárias de causa e efeito, um grupo de investigadores evolucionários problematiza a unidirecionalidade da lógica causal, discutindo a interdependência, multivariância e codeterminação de uma série de fenômenos.

O problema é posto, em seu princípio, pelos avanços da antropologia e sua absorção por outros campos das ciências sociais. Refletindo sobre as diferenças culturais entre sociedades, teóricos sociais são levados a relativizar os termos em que uma dada coletividade lê seus problemas fundamentais. Como naturalizar a moeda, o comércio e o Estado após o contato com as tribos polinésias? Como assumir os valores cristãos como absolutos após o esforço enciclopédico de Fraser? Quanto da política e da economia modernas não seria fruto de desenvolvimentos *culturais*, e não da lógica 'intrínseca' a cada um destes campos?

O problema central no estabelecimento de nexos de determinação causal, para Veblen, é a redução dessas relações ao caráter de 'leis naturais'. Na crítica construída pelo intelectual norte-americano (VEBLEN, 1898:61), para adequar-se aos requisitos das teorias clássicas, uma sequência causa-efeito deve ser apreendida nos termos de uma propensão consistente que conduza a uma finalidade legítima. Uma vez abreviados a esses termos de verdade fundamental e enquadrados aos requisitos da normalidade, esses fatos e eventos passam a representar um conjunto de verdades estabelecidas, comprovadas, passíveis de previsão. Como afirma de forma categórica,

"o ponto objetivo dos esforços dos cientistas trabalhando a partir da tradição clássica é formular conhecimento em termos de verdade absoluta."(VEBLEN, 1898:61) Não há espaço para o questionamento da *historicidade* dessas conclusões, ou da forma como essas *verdades* seriam reflexo da estrutura social, em um dado momento. Há somente a busca de causas e efeitos na compreensão de fenômenos fechados em si, ordenáveis a partir da naturalização de seu comportamento e sua apresentação em termos formais.

O dilema se apresenta de forma clara a partir da constatação, embasada em Lewis Morgan e em outras referências evolucionárias do período, da mudança nos modos de vida de uma dada sociedade ao longo do tempo. Se as culturas evoluem, é natural que seus sistemas de conhecimento evoluam em consonância com as mudanças no cotidiano. Não só seriam as cadeias de causa e efeito formas equivocadas de compreensão do real; elas remontam, em última instância, a tentativas de compreensão dos fatos calcadas em realidades objetivamente distintas. A caracterização desse distanciamento nos é dada pela passagem seguinte:

> *"As time goes on and as the situation departs from this archaic character, -- where it does depart from it, -- the circumstances which condition men's systematisation of facts change in such a way as to throw the impersonal character of the sequence of events more and more into the foreground. The penalties for failure to apprehend facts in dispassionate terms fall surer and swifter. [...] The departure is most visible and has gone farthest in those homely branches of knowledge that have to do immediately with modern mechanical processes, such as engineering designs and technological contrivances generally. Of the sciences, those have wandered farthest on this way (of integration of disintegration, according as one may choose to view it) that have to do with mechanical sequence and process; and those have best and longest retained the archaic point of view intact which -- like the moral, social, or spiritual sciences -- have to do with process and sequence that is less tangible, less traceable by the use of the senses, and that therefore less immediately forces upon the attention the phenomenon of sequence as contrasted with that of propensity.(VEBLEN, 1898:63-64)*

De forma polêmica, Veblen observa a modelar adesão ao novo paradigma entre representantes das ciências próximas aos processos mecânicos modernos, por sua contaminação direta pela nova lógica produtiva, enquanto as "ciências morais, sociais ou espirituais" estariam mais distantes da transformação direta (recebendo seus efeitos

com alguma defasagem, ou mesmo rejeitando-os, por vezes). Se levada a seu limite, essa interpretação das diferentes proclividades das ciências naturais e sociais teria por fim uma constatação clara: a mudança é sempre capitaneada pela produção, por meio de transformações tecnológicas (já que os *processos mecânicos* irradiam inovação para a reflexão ordenada), absorvida rapidamente pelos saberes próximos à técnica produtiva e rejeitada ou lentamente incorporada à reflexão macrossocial, que não dialogaria diretamente com as novas técnicas. No caso da economia - que se propõe a discussões sobre produção, indústria, mercado e preços - o atraso seria catastrófico: enquanto a produção capitalista se guia pelas demandas dos processos mecânicos modernos, sua compreensão estaria atrelada aos cânones de inspiração jusnaturalista que se cristalizam no fim do século XVIII. Não só a compreensão da vida econômica como sua condução seriam afetadas de forma direta. De forma análoga à distinção entre gerações de cientistas, há gerações de homens de negócios; somados o conservadorismo das formulações teóricas econômicas ao conservadorismo dos homens educados sob esses cânones, a resultante seria um sistema de gestão da produção que efetivamente faria oposição à transformação das estruturas produtivas.

Essa leitura representa não somente o limite lógico das citações de *Why is Economics not an Evolutionary Science?* que mobilizamos até agora, mas o fundamento de muito da reflexão vebleniana ao longo do século XX. Dedicamos parte significativa do Capítulo III a essa interpretação, consolidada na tradição Veblen-Ayres-Foster e na interpretação da tensão entre mudança e conservadorismo, na obra de Veblen, como redutível à dicotomia entre tecnologia e cerimonialismo. Reservemos os desdobramentos dessa ideia para os capítulos seguintes; basta dizer que a produção vebleniana permite esta interpretação, e que a rejeitamos no desenvolvimento da tese. Por ora, deixamos somente um breve *caveat* à absolutização da tecnologia enquanto força transformadora, encontrado nos argumentos explorados no artigo: "as mudanças que ocorrem nos aparatos mecânicos são uma *expressão* de mudanças no fator humano"(VEBLEN, 1898:71)

O caráter conservador da ciência econômica é discutido em detalhes, com especial atenção à inclinação dos economistas clássicos pela caracterização de preços 'naturais' e situações 'normais', em torno das quais toma forma um compreensivo arranjo de 'leis' do valor e do comportamento dos agentes econômicos. Essa

caracterização atinge outro nível quando Veblen a interpreta a partir de uma posição peculiar - sua tendência à *adequação cerimonial*:

> *"The standpoint of the classical economists, in their higher or definitive syntheses and generalisations, may not inaptly be called the standpoint of ceremonial adequacy. The ultimate laws and principles which they formulated were laws of the normal or the natural, according to preconception regarding the ends to which, in the nature of things, all things tend. In effect, this preconception imputes to things a tendency to work out what the instructed common sense of the time accepts as the adequate or worthy end of human effort. It is a projection of the accepted ideal of conduct. This ideal of conduct is made to serve as a canon of truth, to the extent that the investigator contents himself with an appeal to its legitimation for premises that run back of the facts with which he is immediately dealing, for the "controlling principles" that are conceived intangibly to underlie the process discussed, and for the "tendencies" that run beyond the situation as it lies before him. As instances of the use of this ceremonial canon of knowledge may be cited the "conjectural history" that plays so large a part in the classical treatment of economic institutions, such as the normalized accounts of the beginnings of barter in the transactions of the putative hunter, fisherman, and boatbuilder, or the man with the plane and the two planks, or the two men with the basket of apples and the basket of nuts. Of a similar import is the characterisation of money as "the great wheel of circulation" or as "the medium of exchange." Money is here discussed in terms of the end which, "in the normal case," it should work out according to the given writer's ideal of economic life, rather than in terms of causal relation."(VEBLEN, 1898:65-66)*

Além da mordaz enumeração dos recursos estilísticos usuais em teoria econômica, Veblen se pauta nessa passagem por uma valiosa contribuição: a demonstração da *circularidade* dos nexos causais presentes nos modelos econômicos convencionais. Estabelecidas a partir do conjunto de *suposições* mantidas pelos autores, as *categorias analíticas* são estruturadas a partir de *tendências* ditadas pelas *leis naturais* do sistema - logo, *o conceito é pensado com vistas a seu comportamento esperado, e logicamente limita-se, a partir de sua definição, a observar esse (e tão somente esse) comportamento.* O problema fundamental da causalidade binária se torna evidente: ela não só limita as formas de compreensão do passado, da cadeia de causações que levaria à realidade observável, como delimita as possibilidades de transformação do presente.

Para Veblen, as farsas teóricas marginalistas seriam consequência direta da aplicação acrítica do método dedutivo. Revisitando o procedimento usual de construção de modelos teóricos detalhado pelo autor, isto se torna evidente: (a) partindo de um conjunto de suposições sobre o real (herdadas, mais das vezes, de sistemas teóricos anteriores), (b) o cientista não-evolucionário delimita um conjunto de conceitos que (c) se comportam a partir de nexos causais facilmente estabelecidos. Estes nexos são privilegiados não por sua relação com a dinâmica econômica ou o estado atual da técnica produtiva, mas com vistas a (d) sua consistência teórica. O estabelecimento da consistência do modelo em contraste com sua intervenção sobre o concreto dá indícios de sua (e) circularidade - no limite, os conceitos são pensados a partir do que se espera deles, em termos de movimento e comportamento, e o sistema nunca transcende as barreiras taxonômicas e estáticas de sua organização original.

Um dado interessante é a postura aparentemente crítica, nesse momento, ao princípio da indução, exaltado na leitura de Kant de 1884. Quase quinze anos após o argumento original, Veblen se posiciona de forma diversa frente à teoria do conhecimento apresentada pelo filósofo alemão: com um sistema normalizado como guia, a permutação de segmentos do aparato conceitual estabelecido se dá a partir do valor assinalado aos seus diferentes componentes, com a aproximação 'dos casos gerais' sendo feita a partir da indução. Logo, o modelo teórico não se transforma pelo contato com o real, ou pela aceitação da evolução das formas culturais que o permeiam - mas pelo exercício da lógica pautada pela *adequação* dessas transformações ao *conhecimento cerimonial* estabelecido.

Supondo um modelo teórico não evolucionário, temos portanto um conjunto de conceitos lidos como fundamentais ao funcionamento desse modelo e as leis naturais que regem seu comportamento. Veblen demonstra a circularidade e interdependência entre as duas definições - os conceitos são pensados de acordo com seu suposto movimento natural, enquanto esse movimento é limitado pelo caráter indutivo ou dedutivo do modelo. Dada a circularidade do raciocínio, a opção por dedução ou por uma indução *idealista* representam pouca variação. O dilema já não é mais como esse modelo se estrutura, mas como se "transforma"; ou melhor, como suas suposições são refraseadas para sua preservação, em meio às transformações no meio social em que ele deveria estar imerso.

A resposta a essa questão passa por dois elementos: a operação do mecanismo de *adequação cerimonial*, que se caracteriza pela incorporação de elementos 'novos' à lógica do modelo de forma limitada e conservadora (i.e., transformações externas são adequadas à consistência interna das teorias não-evolucionárias de modo a não desestabilizar o *rationale* original) e pelo caráter *taxonômico* da ciência moderna, consequência direta dessa dinâmica de preservação. Se a lógica científica não-evolucionária rejeita as possibilidades de revisão de seus fundamentos, quaisquer inovações teóricas serão tratadas e incorporadas da perspectiva da hierarquia conceitual presente no modelo. Logo, novos conceitos, novos problemas e novas demandas são *adequadas cerimonialmente* ao sistema pré-existente, sua relação com o geral idealizado estabelecida de forma *indutiva*, a partir da hierarquia das categorias analíticas pré-estabelecidas. Por mais que os edifícios teóricos neoclássicos clamem alcançar novos patamares de pluralismo intelectual ao se permitir o diálogo com as noções de instituição, informação imperfeita e comportamento, entre tantas outras, estes elementos só são apresentados como casos limítrofes, parcelas de pouco interesse do léxico teórico marginalista. O caso geral, o fundamento do modelo, seu núcleo duro, continua sendo a reflexão impessoal e mecânica, estruturada em torno de nexos causais e suposições legadas das racionalizações do século XVIII.

O resultado desse método, disserta Veblen (1898:67), é, no melhor dos casos, um corpo de proposições logicamente consistentes que descrevam as relações normais entre os objetos - um sistema de taxonomia econômica. Estabelecida a *forma* assumida por essa teoria, é natural que seu *conteúdo* reflita os peculiares mecanismos de adequação e sufocamento da inovação que lhe são inerentes, submetendo toda e qualquer novidade ao comando de um conjunto de categorias chave. Estas são reunidas por Veblen sob o rótulo do característico *hedonismo* dos modelos neoclássicos:

> *"The psychological and anthropological preconceptions of the economists have been those which were accepted by the psychological and social sciences some generations ago. The hedonistic conception of man is that of a lightning calculator of pleasures and pains who oscillates like a homogeneous globule of desire of happiness under the impulse of stimuli that shift him about the area, but leave him intact. He has neither antecedent nor consequent. He is an isolated definitive human datum, in stable equilibrium except for the buffets of the impinging forces that*

> *displace him in one direction or another. Self-imposed in elemental space, he spins symmetrically about his own spiritual axis until the parallelogram of forces bears down upon him, whereupon he follows the line of the resultant. When the force of the impact is spent, he comes to rest, a self-contained globule of desire as before. Spiritually, the hedonistic man is not a prime mover. He is not the seat of a process of living, except in the sense that he is subject to a series of permutations enforce upon him by circumstances external and alien to him."(VEBLEN, 1898:73-74)*

Se o conjunto das teorizações marginalistas é marcado por seu caráter taxonômico, seu eixo central é definitivamente *estático*. Como Veblen deixa claro, o homem hedonista em torno do qual revolvem os modelos não tem origem ou fim. Seu anacronismo é representativa da resistência, dessa tradição, em abraçar a evolução das formas sociais que a circundam. Não há nada que se aproxime das considerações observáveis já em *Some neglected points...* sobre a especificidade de diferentes formas de organização social, ou a relação (ainda que tensa) entre os condicionantes históricos e sociais do sistema.

Além da crítica direta à noção de homem apresentada no utilitarismo, o autor se vale das vagas deixadas por seu ataque para propor uma leitura diversa do gênero humano, calcada na antropologia e psicologia de seu tempo. De acordo com essa concepção, diz Veblen (1898:74), é característico do homem *fazer algo*, não só viver ao sabor das dores e prazeres experimentados pela noção de indivíduo hedonista. Esse *homem evolucionário*, marcado por sua não conformidade a uma natureza pré-estabelecida, age e reflete a partir de um conjunto de *hábitos mentais* adquiridos. Esses hábitos são os produtos de seus traços hereditários e de sua experiência pregressa, *cumulativamente* ordenados em um corpo de tradições, convenções e circunstâncias materiais. De forma transgressora, Veblen (1898:74-75) afirma que a história da vida econômica de um dado indivíduo é um processo cumulativo de adaptação de meios a fins que transforma cumulativamente, com o desenrolar desse mesmo processo, tanto o agente quanto o ambiente sobre o qual ele age. Logo, é preciso que a concepção de ser humano que inspira uma *economia evolucionária* seja eminentemente *evolucionária*; é preciso que esses homens possam, dentro das suposições da nova interpretação, *evoluir*, adaptando-se às mudanças do ambiente no qual vivem e, por sua vez, transformando esse mesmo ambiente.

Logo, a uma leitura *estática* do indivíduo deve opor-se uma interpretação *dinâmica* de seu papel. Mais do que isso, é preciso que essa noção se aproxime de outro ponto crítico da tradição neoclássica: é fundamental que esse homem seja não o cerne em torno do qual se adequa o léxico econômico circundante, mas que sua própria existência seja representativa da *mutabilidade* das teorizações que o tomam por base. Para uma realidade em rápida evolução, é necessário não só uma concepção de homem *evolucionária*, mas que essa concepção seja acompanhada por leituras evolucionárias da economia, da produção, da sociabilidade - da *evolução do modo de vida*.

Recorremos ao antagonismo entre noções estática e dinâmica de *indivíduo*, no parágrafo anterior, mas é preciso que façamos, aqui, uma breve ressalva. Não acreditamos que o emprego da expressão *indivíduo* seja válido, na exploração da obra vebleniana; ainda que o termo apareça em vários momentos da produção (não somente em *Why Economics...*, mas em outros textos anteriores e posteriores à sua publicação), a expressão não parece tomar a forma de um conceito acabado. Ainda que se defenda (mais uma vez, há posições estabelecidas de interpretação do autor assentadas sobre a interação entre indivíduos e instituições) o recurso a esse artifício teórico, *o foco do estudo econômico das instituições promovido por Veblen não é, em momento algum, o comportamento individual.* Como observamos nos desenvolvimentos posteriores da tese, os *indivíduos*, quando se fazem presentes, aparecem não como *fundamentos* do seu sistema teórico, mas como *consequência*, *desdobramento* da evolução das instituições modernas. Se avançamos para a compreensão do arranjo institucional que disciplina não só a produção acadêmica em economia como a ordenação da vida em torno do discurso econômico, esse mesmo *indivíduo* se afirma como um elemento central dos hábitos mentais de nossa sociedade - e, se defendemos o resgate radical da crítica vebleniana, tão passível de crítica quanto os outros elementos fundadores desses hábitos.

Deixemos a nossa interpretação do indivíduo enquanto instituição para momentos futuros. Por ora, cabe reforçar a leitura vebleniana da necessidade de compreensão evolucionária da vida econômica, que transborda para além da redefinição das ideias de homem, ação e ciência que inspiram as investigações sobre as sociedades industriais:

> *"What is true of the individual in this respect is true of the group in which he lives. All economic change is a change in the economic community, -- a change in the community's methods of turning material things to account. The change is always in the last resort a change in habits of thought. This is true even of changes in the mechanical processes of industry. A given contrivance for effecting certain material ends becomes a circumstance which affects the further growth of habits of thought -- habitual methods of procedure -- and so becomes a point of departure for further development of the methods of compassing the ends sought and for the further variation of ends that are sought to be compassed. In all this flux there is not definitively adequate method of life and no definitive or absolutely worthy end of action, so far as concerns the science which sets out to formulate a theory of the process of economic life. What remains as a hard and fast residue is the fact of activity directed to an objective end. Economic action is teleological, in the sense that men always and everywhere seek to do something. What, in specific detail, they seek, is not to be answered except by a scrutiny of the details of their activity; but, so long as we have to do with their life as members of the economic community, there remains the generic fact that their life is an unfolding activity of a teleological kind."(VEBLEN, 1898:75)*

Os desenvolvimentos da evolução dos hábitos mentais - e das *práticas* associadas a esses hábitos - ficarão claros em nossa exegese da *Teoria da Classe Ociosa*, de que se ocupa o próximo capítulo desta tese. Já lamentamos ter antecipado algumas das categorias analíticas desenvolvidas pelo autor neste primeiro momento de sua produção, então optamos por deixar os desdobramentos sociais dessa crítica à produção acadêmica por trabalhar. Por ora, há algo na passagem supracitada que merece ser rememorado, e que será de grande valor na nossa discussão de uma hipótese de leitura radical da obra magna vebleniana e na crítica a seus intérpretes: a consideração de que não há um método de vida qualquer que seja definitivamente adequado. Não há *final* na trajetória de mudança institucional; não só não há um *fim* como não há *finalidade* - a mudança obedece a seus condicionantes peculiares, e é um imperativo em si; estágios posteriores de desenvolvimento da sociedade, dos hábitos mentais, do modo de vida, da sociabilidade ou da civilização *demandariam novas transformações.* Logo, não é possível assumir que o estágio civilizatório em que nos encontramos seja o último, ou mesmo o mais desejável. Por outro lado, é importante afirmar que essa é a nossa resposta às indagações deixadas pelo texto. Veblen é especialmente ambíguo ao tratar da teleologia em seu sistema analítico.

Previsivelmente, esse é não só um ponto criticado por vários de seus intérpretes[11] mas também algo enfatizado e "defendido" por outros, na adesão de correntes institucionalistas veblenianas a uma narrativa da mudança tecnológica de seu protagonismo na longa caminhada da humanidade rumo ao progresso[12].

Logo, Veblen se dedica em *Why is Economics Not an Evolutionary Science?* a combater os três elementos fundadores da ortodoxia econômica de seu tempo - seu caráter *taxonômico*, a inspiração *hedonista* de suas principais categorias teóricas e sua dependência de noções limitadoras de *causalidade*. Aos três elementos, contrapõe a importância de se considerar a rápida velocidade de transformação dos processos industriais, que imprimem, sobre as ciências próximas à produção, um caráter eminentemente *evolucionário*. Este seria marcado pela permissividade do modelo à *mudança* de suas categorias a partir das vicissitudes observadas pelos objetos concretos - logo, a noção de *hábito* desempenha importante papel por opor-se à filologia estanque das categorias neoclássicas. Ao indivíduo hedonista dos marginalistas, Veblen contrapõe uma concepção de humanidade marcada por sua *plasticidade* - o homem vebleniano difere do homem econômico tradicional por ser fruto não de uma concepção setecentista de racionalidade absoluta, mas por sua dependência do meio social enquanto informador e formador de suas posições, crenças, comportamentos e atitudes. Logo, esse homem evolucionário é fruto do arranjo institucional em que está inserido - arranjo esse construído a partir de um mecanismo de causalidade cumulativa *não-linear* e *não-determinista*. Ao recorrer à antropologia e à psicologia de seu tempo para explicar fenômenos lidos como econômicos, Veblen rompe não só as barreiras disciplinares, mas também a leitura de que essas linhas evolutivas correriam paralelas umas às outras. Leitor atento de Darwin, o grande teórico das instituições concebe uma interpretação aberta da evolução das formas sociais: não há fim pré-determinado, as mudanças dos agentes implicam em mudanças correlatas no ambiente, e a interdependência entre as várias esferas de produção da vida condiciona um complexo jogo de inter-relações em que a formulação de determinações causais unívocas se torna risível.

---

[11] Os lamentáveis comentários de Riesman, 1943 vão nesse sentido.

[12] Ayres, 1944 e Fagg Foster, 1948 e 1950? são os marcos fundamentais aqui. Como deixamos claro em vários momentos do texto, não faremos a discussão desses referenciais aqui - há um espaço dedicado a esse debate no Capítulo III, quando discutimos a evolução da tradição vebleno-ayresiana.

Um ponto fundamental para nosso argumento é a apresentação já em 1898 da problemática da causalidade cumulativa, e como esse argumento abre espaço para múltiplas interpretações. Em uma, Veblen aproxima-se do "absurdo da história", de uma sequência imprevisível de acidentes que conduziriam, de forma completamente aleatória, a uma dentre muitas sequências possíveis para o desenvolvimento da sociedade e das instituições que lhe dão forma[13]. Apesar de se assemelhar a uma rejeição radical da teleologia denunciada por Veblen, essa hipótese de leitura possui um componente cético e niilista que nos é desagradável - se a mudança consiste em uma série de acidentes indeterminados e independentes entre si, qual o sentido de qualquer reivindicação por transformação? Além da questão prática e política posta por essa indagação, qual o sentido de qualquer discussão sobre a história desse sistema? Afirmar que ele é fruto da aleatoriedade pura de séries de eventos não relacionados vai pouco além de apresentá-lo como resultado das caóticas ações individuais de elementos atomísticos dissociados da trama social.

Há um ponto de especial interesse na incorporação da noção de causalidade cumulativa, e ele merece ser enfatizado. Como Veblen afirma, as mudanças do hábito não são somente resultado de influências externas à reflexão e ação humanas; há uma relação entre *homem* e *ambiente*, e a percepção de que esse homem toma consciência de seu ambiente por meio das *instituições* que o cercam. Logo, há a evolução contínua de todos esses elementos. Uma ressalva se faz necessária: ao afirmarmos a evolução contínua de instituições, ambiente e homens não afirmamos que essa mesma evolução seja *conjunta* ou *no mesmo sentido*. Imaginamos ser possível observar a operação de uma série de *mecanismos de seleção* operando simultaneamente; as instituições evoluem de formas peculiares, e essa evolução é garantida, por sua vez, pela evolução de outras instituições que compõem o mesmo sistema (e se encontram em processo de transformação) ou pela resiliência face à mudança de outros elementos. Feito um primeiro movimento de evolução, há a disposição de novas necessidades pelo sistema, que agora se vê em condições diversas - condições diversas carregam consigo demandas diversas, que exigem soluções diversas, e assim os mecanismos de seleção e evolução continuam em movimento.

---

[13] Essa visão é esposada por Dugger, 1988, e é representativa de um dos pontos baixos do Institucionalismo Radical. O leitor já deve esperar a ressalva, mas ela será repetida de qualquer forma: Dugger receberá a devida atenção nos capítulos seguintes, quando construirmos nosso breve ensaio de leitura da história do institucionalismo vebleniano.

Concomitantemente, e de forma inter-relacionada (que fique claro: não paralela), as estruturas mentais dessa mesma sociedade se transformam. Se há mudança nos hábitos econômicos de uma dada população, é natural que a *compreensão* desses hábitos também se transforme. É desse ponto que surge a proposta de *Why Economics...* - do espanto vebleniano ao observar a resistência dos construtos mentais marginalistas às evidentes transformações no processo produtivo. Essa resistência, por sua vez, é duplamente esclarecedora: de um lado, exemplifica a ausência de qualquer automatismo na mudança. Não se trata do progresso trazido de forma irrefreável pelo avanço tecnológico, já que há amplo espaço para a resistência das instituições a essas alterações. Por outro lado, além de seu não-automatismo, o sistema apresentado por Veblen é marcado pela presença de um constante *conflito* entre o *hábito estabelecido* e a *transformação necessária*. Um ponto subjacente ao texto, e que parece encontrar desenvolvimento acabado na *Teoria da Classe Ociosa*, é justamente a *necessidade* dessa mudança - se ela não é entendida como um imperativo em si, como um *télos* autodeterminado, como compreendê-la? Qual o motivo fundador da evolução no modelo vebleniano?

É impossível pensar em um *primum mobile*, pela rejeição das relações usuais de causalidade. Mas dessa negação emerge um componente fundamental da teoria social institucionalista: a ideia de *processo*, que dialoga diretamente com a crítica de Veblen à herança jusnaturalista em economia. Instituições, hábitos, modos de vida e (antecipando nossas hipóteses sobre a *Teoria da Classe Ociosa*) mesmo classes não são elementos essentes do sistema, são *processos*. Sua existência é marcada pelo seu constante e ininterrupto desenvolvimento. Se observamos esses enunciados à luz da presença de um sistema que privilegia *causalidades cumulativas*, temos um primeiro (apesar de breve) exercício de compreensão da mudança institucional: é um processo ininterrupto e multivariado, em que os movimentos de mudança pregressos, pautados pela tensão entre mudança e conservação, exercem influência decisiva. Ininterrupto pelo caráter evolucionário e não-taxonômico do sistema, e multivariado pela rejeição das causalidades binárias e da limitação à observação estática de seu desenvolvimento. Resgatando os comentários sobre universal e particular na leitura vebleniana de Kant, estabelecer relações entre os particulares implica na constatação de que *esses particulares já se relacionam*, independentemente de nosso

entendimento sobre eles, e que por vezes as relações fundamentais à compreensão dos termos gerais estão ocultas, ou ainda não se estabeleceram.

Da mesma forma que é impossível pensar os desenvolvimentos de nossa sociedade a partir de causalidades puramente econômicas, é impossível que analisemos a evolução da reflexão em economia a partir de seus condicionantes internos, dos caminhos e descaminhos da razão esclarecida em economia. Fazê-lo seria incorrer no mesmo erro dos intérpretes clássicos que, ocupados da adequação cerimonial das transformações concretas aos compêndios taxonômicos do arrazoado econômico, efetivamente anulariam a possibilidade de transformação do seu conhecimento pela mediação com o real. *Se há conhecimento, é pela produção desse mesmo conhecimento no âmbito concreto*. E se há um forte conservadorismo na preservação do prestígio e status de uma forma de saber como superior a outras, é fundamental que esse conservadorismo seja analisado da perspectiva de sua origem e de suas motivações, entendido não de forma essencialista, mas como um processo; como a constante tentativa de sufocamento da transformação efetiva do sistema, não mais isolado entre suas parcelas ideal e real, mas compreendido como um todo complexo, múltiplo, polivalente.

Pontuando sua negação das suposições marginalistas, Veblen finalmente enuncia o que entende como o projeto de uma economia evolucionária: a economia evolucionária deve ser a teoria do processo de mudança cultural determinado pelo interesse econômico, uma teoria da sequência cumulativa das instituições compreendida nos termos próprios a esse processo (logo, sem uma finalidade pré-determinada ou estabelecida). A esse *estudo econômico das instituições* Veblen dá o nome de *Teoria da Classe Ociosa*. É dele que nos ocupamos no capítulo seguinte.

II

A Institucionalização da Barbárie:
comentários sobre a *Teoria da Classe Ociosa*

A publicação da *Teoria da Classe Ociosa*, em 1899, dá ao mesmo tempo a referência e o limite de grande número das leituras da vida e da obra de Thorstein Veblen. Se levamos em conta a recepção acalorada, os debates suscitados pelo texto, a importância na elaboração das teses posteriores e a imagem construída em torno da figura do autor, este é definitivamente seu trabalho mais relevante.

No entanto, além da referência primeira em qualquer leitura contemporânea do autor - uma vez que é difícil, talvez impossível, encontrar um leitor de Veblen que comece sua incursão por outro trabalho que não a *Teoria da Classe Ociosa* -, afirmamos ser este texto, mais das vezes, seu limite. Isso se deve a um problema que graça não somente a obra vebleniana, mas em vários capítulos de história das ideias.

O problema central da definição do autor em torno de sua obra mais popular remete, em última instância, ao entendimento que temos de Veblen enquanto um clássico, status atribuído também à sua 'obra magna'. O que significa enquadrar este ou aquele trabalho como clássico? Qual o sentido de defender que, do conjunto da obra, somente uma de suas partes seja lida como referência fundamental, leitura obrigatória?

O caráter positivo do clássico, sua sobrevivência às intempéries da história, sua relevância e contemporaneidade são os elementos tradicionalmente enfatizados. Para além dessa leitura do caráter clássico de um trabalho, todo texto é um trabalho vivo de

leitura, apropriação e seleção. *Toda tese é um processo*. Ler Adam Smith em 1786, logo após a morte do autor, representa algo completamente distinto de lê-lo em 1840, durante a arrancada da *Anti Corn-Law League*. Da mesma forma, ler Veblen em 1899 implica em tomá-lo de uma forma peculiar; em 1930, meses após seu falecimento, em interpretações pautadas por outros condicionantes; hoje, em algo ainda mais diverso.

O resgate dessas breves considerações se faz necessário pelo caráter peculiar assumido pela *Teoria da Classe Ociosa* dentro do quadro mais amplo da produção de Thorstein Veblen. Podemos esboçar um primeiro argumento em nosso exercício de leitura - estabelecida uma interpretação canônica da *Teoria da Classe Ociosa*, esta atuou de forma determinante no estabelecimento do significado do restante da produção e de investigações posteriores sobre a vida do autor (entendido, a partir de um dado momento, como 'o autor da *Teoria da Classe Ociosa*').

Começando pelo fim da narrativa, talvez tenhamos alertado o leitor para nosso objetivo com esta sessão. Ainda assim, entendemos esse procedimento como mais honesto do que a sequência por intermináveis pedágios teóricos até que se alcance qualquer consideração de valor para o caminhar das ideias apresentadas no trabalho. Entre nossas primeiras considerações, de caráter geral, sobre a função da *Teoria da Classe Ociosa* no plano geral da obra vebleniana e o argumento acima enunciado, há um breve trajeto a percorrer.

Nas páginas seguintes, lidamos com os argumentos presentes na obra magna vebleniana em sua sequência de apresentação. O capítulo consiste, portanto, em um exercício de leitura estrutural do texto, em que discutimos a construção dos argumentos mobilizados pelo autor a partir de nosso ponto de vista peculiar. Dado o volume da discussão, este capítulo se encontra dividido em três sessões. *Violência institucional e força pecuniária*, a primeira (e mais longa), trata da associação estabelecida entre proeza, riqueza e violência nos primeiros capítulos da *Teoria da Classe Ociosa*, com ênfase no caráter *violento* e *barbárico* (em um sentido não morganiano, obviamente) da expropriação dos frutos do trabalho pela classe ociosa. Em *Instituições e dinâmica da transformação institucional* lidamos com as relações entre o universo categorial apresentado nas primeiras sessões e a proposta de compreensão da dinâmica social ampliada a partir desses caracteres. Veblen propõe uma série de curiosos exercícios - como a prolongada discussão sobre os cânones do gosto - nas partes intermediárias da *Teoria da Classe Ociosa*, e acreditamos que ligar

essas passagens à sessão que lida com a mudança institucional é uma forma de reavaliar o papel dessas mesmas instituições e de suas transformações para o autor. Por fim, *Traços Arcaicos e Formas Modernas* dá indícios da peculiar leitura vebleniana da prevalência institucional da dominação de classe, dado o controle da classe ociosa sobre mecanismos de seleção não só dos indivíduos que fazem parte dessa ordem como das mudanças institucionais possíveis. Como parte dos mecanismos empregados nesse controle, os termos do discurso dominante são mais do que mero protocolo, representando forte evidência das estruturas de poder e dominação em uma dada sociedade. Aqui acreditamos culminar a chamada *crítica metodológica*, em Veblen - que não pode, obviamente, ser limitada puramente à esfera do método. *Os exercícios de desconstrução epistemológica na obra vebleniana servem de prelúdio para a visceral crítica ontológica da civilização capitalista.*

II.1 - Violência institucional e força pecuniária

Logo na Introdução à sua *Teoria da Classe Ociosa*, Veblen é categórico ao afirmar o momento em que essa instituição seria observável em sua plenitude. Para o autor, a classe ociosa é encontrada já desenvolvida nos estágios avançados da cultura *bárbara* - categorização que, como vimos, toma emprestada de Lewis Morgan. No entanto, mais do que sua existência de forma essente ou auto-manifesta, a instituição da classe ociosa tem sua origem num denominador central: a *distinção* entre classes, rigorosamente observada nesse momento, marcada pelas funções ou empregos atribuídos a cada grupo.

Encontrada em forma pouco diferenciada no barbarismo primitivo, a classe ociosa se fortalece, enquanto conceito e enquanto instituição, conforme avança a marcha histórica da progressiva divisão de tarefas, atribuições e prerrogativas entre os homens. De pronto, tomadas as atividades geralmente empreendidas por grupos sociais nesse estágio evolutivo, prestam-se ao exercício do ócio quatro funções nem sempre claramente delimitadas, dado que muitas vezes suas fronteiras se interceptam ou se misturam - *governo*, *guerra*, *religião* e *desporto*. Aqui Veblen percebe o recurso dos povos em estágio bárbaro à guerra como função, a um só tempo, política, religiosa e esportiva; os usos políticos, recreativos e militares da religião e do

cerimonialismo; a proeza e truculência peculiares à política das primeiras agremiações humanas sedentarizadas; e o caráter culturalmente belicoso, ritualístico e reforçador das relações sociais vigentes dos exercícios esportivos. Em nosso entendimento, a frequente conjugação do quadrinômio governo, guerra, religião e desporto não é fortuita; segue a proposta de que essas funções seriam todas, a um só tempo, alinhadas de acordo com um mesmo denominador. Seriam, em última instância, reputáveis à origem do status diferenciado da classe ociosa, seu caráter genético, fundador - a *distinção*.

Isto se justifica pela existência (ou melhor, pela necessidade de existência), concomitantemente à classe ociosa, de uma classe de trabalhadores responsável pela manutenção do status de seus dominadores. À classe trabalhadora está obviamente vetado o exercício das atribuições da classe ociosa, somando-se, a esse veto estatutário, o mandado no suprimento das necessidades 'fisiológicas' do corpo social. A existência de ócio socialmente distinto do trabalho (i.e., de caça enquanto *esporte*, *ritual* ou *exercício para a guerra*, e de partilha *estatutária* dos espólios) é o indicativo determinante desse estágio; logo, da presença de uma classe trabalhadora e de uma classe ociosa claramente definidas.

A denominação das atribuições da classe trabalhadora enquanto 'fisiológicas' não é gratuita, também. De pronto, o *trabalho vil*, *repetitivo*, *inculto* é associado às funções desempenhadas pelos trabalhadores, enquanto o trabalho que *eleva*, *glorifica* e *humaniza* se associa às funções da classe ociosa. As razões encontradas por Veblen para essa separação identitária dos diferentes trabalhos são muitas; nos debruçaremos sobre elas de forma rápida, a seguir.

Para o autor, um primeiro determinante da separação entre aqueles responsáveis pelas degradantes funções do trabalho cotidiano e os membros da classe ociosa pode ser encontrado na associação de diferentes funções, nas sociedades bárbaras, aos gêneros feminino e masculino:

> *"In nearly all these tribes the women are, by prescriptive custom, held to those employments out of which the industrial occupations proper develop at the next advance. The men are exempt from these vulgar employments and are reserved for war, hunting, sports, and devout observances. A very nice discrimination is ordinarily shown in this matter. This division of labour coincides with the distinction between the working and the leisure class as it appears in the higher barbarian culture.[...] Virtually the whole*

> *range of industrial employments is an outgrowth of what is classed as woman's work in the primitive barbarian community."(VEBLEN, 1899:4-5)*

Obviamente, a discussão de gênero empreendida por Thorstein Veblen não parte dos mesmos referenciais empregados por Pierre Clastres em *O Arco e o Cesto*, ou em outros trabalhos posteriores, guiados por inspiração similar. Não há considerações sobre a eventual pluralidade de gêneros nessas comunidades, a possibilidade de ocupação diferenciada e/ou da alteração do gênero socialmente atribuído a um indivíduo a partir de seu papel, nas classes definidas pelo autor. O que há - e que precisa ser enfatizado - é a associação imediata, quase originária, entre feminilidade e servilismo, masculinidade e proeza, derivada da separação primeira entre homem-*proprietário* e mulher-*propriedade*.

Antes que retomemos essa discussão, convém fazer uma breve ressalva sobre a distinção entre *ócio* e *desperdício*. Ainda que uma tradução leviana de um dos termos chave da obra - *conspicuous waste*, ócio conspícuo - pudesse incutir nessa expressão um caráter socialmente *supérfluo*, este está longe de ser o caso, na atribuição empregada originalmente pelo autor (que remete, em última instância, a um dos usos menos comuns do radical em questão - *waste*, na forma ainda empregada em *wasteful* e *wastefulness,* é também uma forma de expressão ou referência à extravagância, ao exagero manifesto em práticas ostensivamente luxuosas). A definição não se trava em torno da necessidade ou não de um dado tipo de trabalho, ou de uma dada representação social. Trata-se da distinção entre o que é automaticamente vilificado enquanto trabalho e aquilo que é exaltado como a prática elevada do ócio. A separação entre *trabalho-trabalho* e *trabalho-ócio*, por sua vez, repousa ainda de forma mais clara sobre a atribuição de gênero dessas funções:

> *"There is in all barbarian communities a profound sense of the disparity between man's and woman's work. His work may conduce to the maintenance of the group, but it is felt that it does so through an excellence and an efficacy o a kind that cannot without derogation be compared with the uneventful diligence of the women."(VEBLEN, 1899:5)*

Temos um sistema caracterizado, até o presente momento, pela (a) distinção entre classe ociosa e classe trabalhadora; (b) associação, a cada classe, de um conjunto de prerrogativas e funções sociais peculiares - os elementos honoríficos e

cerimoniais do *governo,* da *guerra*, da *religião* e do *desporto* repousam entre as prerrogativas e tarefas da classe ociosa, enquanto o *trabalho* imediatamente identificado como tal (associado necessariamente à *repetição*, ao *marasmo* e à *fadiga*) é o traço definidor da classe trabalhadora; (c) essa distinção tem nos trabalhos atribuídos a homens e mulheres, em sociedades bárbaras, sua forma primeira; e, por fim, (d) não se trata de uma distinção natural, posto que em estágios anteriores ao barbarismo avançado a separação entre os caracteres *proeza-ócio-masculino* e *repetição-trabalho-feminino* não estava plenamente estabelecida.

A assunção "histórica" (lembrando que o texto original não faz qualquer consideração sobre o que seria história ou quão históricos seriam os modelos empregados, e que a antropologia etapista do período poderia ser qualificada com virtualmente qualquer adjetivo, menos esse) da classe ociosa está ligada, portanto, à transição de sociedades em estágio de *selvageria primitiva* rumo ao *barbarismo*. Já temos alguns indicadores dos elementos fundamentais da caracterização do barbarismo para Veblen, e de sua função na Teoria que ora discutimos. Cabe, portanto, revisitar a caracterização da selvageria a que o texto faz alusão.

Apesar da aparente proximidade entre os dois termos, no português vulgar, a antropologia morganiana se refere a *selvageria* e *barbarismo* como estágios evolutivos radicalmente distintos no estudo das sociedades ditas primitivas. Dentre as múltiplas características que permitem o enquadramento de um povo enquanto *selvagem* ou *bárbaro*, Veblen dedicou especial atenção ao *pacifismo* e à *ausência de qualquer ideia de propriedade privada*, entre os grupos selvagens. No entendimento do autor, povos qualificáveis como selvagens seriam pequenos grupos de estrutura simples, arcaica, *pacíficos* e sedentários, *nos quais a propriedade privada não figura enquanto um traço dominante do sistema econômico*.

Como dizia Marx, a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. Nesse caso, a estrutura do conceito de barbárie - e dos caracteres fundadores da classe ociosa - é a chave da leitura de sua ausência, nas sociedades selvagens. *Propriedade* e *predatismo*, em oposição ao pacifismo dos selvagens, seriam os elementos centrais na transição selvageria-barbarismo, e estariam centralmente conectados à ideia de classe ociosa. Logo, podemos refrasear a afirmação original da gênese da classe ociosa - se antes o autor afirma que esta é claramente observável em estágios de barbarismo avançado, podemos agora postular que a instituição da classe ociosa emerge

gradualmente na transição da selvageria primitiva ao barbarismo, ou melhor, *durante a transição de um modo de vida pacífico para um consistentemente belicoso*.

Apesar de parecer algo simples, não é. E é também aqui que repousa um dos pontos fundamentais do argumento que observamos se desenvolver ao longo das teses de Veblen - o nascimento dos caracteres que são comumente associados à civilização ocidental, à elevação da humanidade de seus estágios mais primitivos às organizações sociais monumentais da antiguidade e do medievo, está indelevelmente atrelado à adesão, por essas comunidades, a um *modo de vida predatório* (*a predatory habit of life*). É fundamental observar que o autor não fala em *práticas predatórias* (*predatory practices*) ou *mentalidade predatória* (*predatory mindset*) - o predatismo deve ser incorporado de forma plena, total, à cultura e à reprodução social do grupo em questão. É preciso que essa sociedade, por meio da experiência da guerra ou da caça de grandes animais ou de grandes manadas, passe (a) à valorização intrínseca da força e do ímpeto guerreiro enquanto elemento central de seu sistema de crenças; (b) à compreensão das funções estratégicas da divisão do trabalho e da distribuição de funções hierárquicas; e, principalmente, (c) que essa sociedade seja capaz de produzir e ordenar mecanismos de *organização social da violência*.

Logo, o estado originário de *bellum omnia omnes* hobbesiano, o notável recurso conceitual à ideia de que os princípios da "civilização" sucederiam à *guerra de todos contra todos*, nunca teria existido. Apesar do recurso à antropologia, à sociologia e à economia de seu tempo, o diálogo de Veblen sempre se travou com os referenciais clássicos dessas tradições - o ponto não é desconstruir o caráter negativo associado à selvageria e positivo associado ao barbarismo semi-civilizado, mas problematizar o tratamento ingênuo desse momento da evolução da humanidade. O culto e exercício da violência são, na leitura de Veblen das civilizações ocidentais, não só os seus principais componentes genéticos, mas também suas características definidoras.

A prevalência da *organização social da violência* mesmo em sociedades que aparentemente tenham há muito superado os estágios em que o recurso à caça e à força física eram indispensáveis à manutenção da coletividade se dá por meio da ideia de *proeza*, elemento que garante a distinção entre *trabalho-ócio* e *trabalho-trabalho* - logo, sendo a peça fundamental na concepção da classe ociosa enquanto instituição:

> *"The institution of a leisure class is the outgrowth of an early discrimination between employments, according to which some*

> *employments are worthy and others unworthy. Under this ancient distinction the worthy employments are those which may be classed as exploit; unworthy are those necessary everyday employments into which no appreciable element of exploit enters."(VEBLEN, 1899:8)*

A *argúcia* dos demagogos da antiguidade, a *coragem* do homem de armas, a *sabedoria* do sacerdote, o *empenho* do esportista - todos estes elementos remetem à função original da proeza enquanto elemento de distinção entre essas funções, glorificadas, exaltadas, dignas de honra, e o trabalho repetitivo, metódico, cotidiano, lido como algo mecânico, *quase inanimado*. A percepção desses feitos meritórios como atos de proeza na antiguidade é óbvia o bastante; pautavam-se as sociedades geralmente enquadradas nesse estágio pela referência religiosa constante a esses elementos, e a elevação de seus autores a patamares sobre-humanos. Basta lembrar, rapidamente, da origem miticamente divina dos Jogos Olímpicos, com a definição dos limites do estádio grego a partir das duzentas passadas de Hércules, dadas após a conclusão de seus doze trabalhos em um ato final de homenagem a Zeus; da exaltação dos feitos atléticos dos grandes generais e comandantes do mundo antigo, como a corrida disputada por Alexandre e Heféstion junto ao túmulo de Pátroclo; a lendária oratória dos demagogos gregos. Mais do que uma distinção entre o *humanamente possível* e o alargamento desses limites, a separação entre trabalho e proeza toma a forma de algo próximo da separação entre *humano* e *divino*, entre *mundano* e *superior*.

Essa separação é fundamental para que pensemos (ainda que de forma breve, por enquanto) na forma assumida pela dominação da classe ociosa sobre os trabalhadores, em Veblen. Um crítico desavisado poderia, de forma incauta, ler na *Teoria da Classe Ociosa* uma tese fundamentalmente conservadora, calcada na preservação do *status quo* por trabalhadores e seus mandatários. Ainda que discutamos esse ponto nas próximas páginas, cabe aqui afirmar, brevemente, que o *culto à proeza* dos dominadores exerce papel fundamental em todas as formas sociais derivadas do modelo analisado por Veblen. Da mesma forma que a proeza como tal, esse culto toma formas distintas em diferentes momentos históricos - se entre os gregos a proeza se manifestava nos feitos evidentes de superação física ou intelectual e seu culto se estabelecia pela composição de poemas ou elevação do autor ao status de semideus (com a conveniente revisão de sua paternidade, em muitos dos casos), nas sociedades capitalistas avançadas toma a forma da repetição *ad nauseam* das

histórias de sucesso desse ou daquele empreendedor individual, acompanhadas de uma coleção de material literário de baixa qualidade, calcada no biografismo chão e na metafísica corporativa vendida sob o rótulo de *desenvolvimento pessoal*, *coaching* ou algum termo análogo inventado semestralmente por algum apologeta da subserviência do trabalho ao capital. Se a proeza é medida, na contemporaneidade, pela realização dos objetivos financeiros ou materiais de um dado indivíduo, a celebração da meritocracia é evidentemente sua forma de culto. A manutenção do culto reverbera, obviamente, entre as atribuições religiosas da classe ociosa; e esse mesmo culto se afirma como uma das principais fontes de *legitimidade* do domínio sobre o trabalho.

Abandonando ilações sobre o contemporâneo e retornando ao argumento desenvolvido pelo autor, a transformação na percepção da proeza e na sua celebração é evidenciada na seguinte passagem:

> *"The grounds of discrimination, and the norm of procedure in classifying the facts, therefore, progressively change as the growth of culture proceeds; for the end for which the facts of life are aprehended changes, and the point of view consequently changes also. So that hat are recognised as the salient and decisive features of a class of activities or of a social class at one stage of culture will not retain the same relative importance for the purposes of classification at any subsequent stage."(VEBLEN, 1899:9)*

Se há distinção na forma assumida pela proeza, hoje, e em suas formas pregressas, há também uma modificação na aparência da distinção entre classe ociosa e classe trabalhadora:

> *"A distinction is still habitually made between industrial and non-industrial occupations; and this modern distinction is a transmuted form of the barbarian distinction between exploit and drudgery. Such employments as warfare, politics, public worship, and public merry-making, are felt, in the popular aprehension, to differ intrinsically from the labour that has to do with elaborating the material means of life. The precise line of demarcation is not the same as it was in the early barbarian scheme, but the broad distinction has not fallen into disuse."(VEBLEN, 1899:9-10)*

A distinção não se dá, evidentemente, apenas entre os diferentes *loci* de trabalho, ou seu objeto final. É claramente diversa a percepção, dos sujeitos que

interagem em meio às sociedades capitalistas avançadas, da função social de um trabalhador de chão de fábrica e daquela exercida pelos administradores, gerentes e projetistas na mesma empresa. Ainda que o resultado do trabalho seja um só, conjugado a partir dos esforços de elementos das duas classes, o trabalho tido como *industrial*, hoje, assume caráter automaticamente inferior àquele percebido como inerentemente *não-industrial*. A separação entre várias funções é evidenciada, em um primeiro nível, pela desproporcionalidade salarial entre os cargos - cabe ao trabalhador de chão de fábrica um patamar de remuneração monetária vastamente inferior ao de seu 'superior', o gerente ou proprietário. Entre as fileiras dos últimos, há a estratificação mais clara entre diferentes papéis, funções, posições. A cada função, um demonstrativo material, objetivo, do sucesso daquele indivíduo em aderir ao padrão de distinção de sua sociedade - um *troféu* por seus feitos de *proeza*.

A caracterização original de proeza, no entendimento do autor, passa pela distinção entre entes animados e coisas inertes nas culturas bárbaras. Domar a natureza, modificá-la, tomá-la como sua pode significar tanto um feito de proeza quanto a repetição sem sentido do trabalho cotidiano. A distinção está na qualificação do objeto como mais ou menos próximo de um ente 'consciente', ou de um adversário cuja vontade precisa ser subjugada. O trato com animais facilmente domesticáveis, por outro lado, envolve a repetição de tarefas cotidianas, assim como o ofício do oleiro, o cultivo de cereais e tantas outras atividades no horizonte de possibilidades dessas populações. Para o caçador, a caça envolve o enfrentamento com um animal sagaz, apto a escapar ou ferir aquele que lhe persegue - logo, é um feito clássico de proeza. Nos termos do autor, "*to deal succesfully with such phenomena is a work of exploit rather than of industry. It is an assertion of prowess, not of diligence.*"(VEBLEN, 1899:12)

A distinção entre o labor de que se ocupa a classe ociosa e aquele que é definidor da classe trabalhadora passa, então, a incorporar estes novos elementos:

> *"Under the guidance of this naïve discrimination between the inert and the animate, the activities of the primitive social group tend to fall into two classes, which would in modern phrase be called exploit and industry. Industry is effort that goes to create a new thing, with a new purpose given it by the fashioning hand of its maker out of passive ("brute") material; while exploit, so far as it results in an outcome useful to the agent, is the conversion to his*

> *own ends of energies previously directed to some other end by another agent."(VEBLEN, 1899:13)*

Conjugada com a separação das funções entre atribuições masculinas e femininas, chegamos a uma definição vastamente superior do que delimita as fronteiras entre ofícios do ócio e ofícios do trabalho:

> *"The distinction between exploit and drudgery coincides with a difference between the sexes. [...] Their aggressive assertion of force and sagacity differs obviously from the women's assiduous and uneventful shaping of materials; it is not to be accounted productive labour, but rather an acquisition of substance by seizure. [...] As the tradition gains consistency, the common sense of the community erects it into a canon of conduct; so that no employment and no acquisition is morally possible to the self-respecting man at this cultural stage, except such as proceeds on the basis of prowess - force or fraud. When the predatory habit of life has been settled upon the group by long habituation, it becomes the able-bodied man's accredited office in the social economy to kill, to destroy such competitors in the struggle for existence as attempt to resist or elude him, to overcome and reduce to subservience those alien forces that assert themselves refractorily in the environment."(VEBLEN, 1899:14-15)*

Eleva-se a um novo patamar a distinção entre proeza e diligência, ócio e trabalho, masculino e feminino. Nas sociedades bárbaras, para Veblen, a separação pela proeza envolvida em um dado tipo de trabalho - uma função, em última instância, de quão emblemática do modo de vida predatório é uma dada atividade; logo, de seu trato com entes "animados" -, representativa de seu caráter enquanto trabalho propriamente dito ou ócio socialmente reconhecido, associa-se de forma clara à separação entre o ofício do homem apto, capaz, ou da mulher, servil e despida de qualquer atributo extraordinário. A passagem acima é esclarecedora por tocar justamente no longo processo de aclimatação a essas noções estabelecidas de proeza, ócio, trabalho, diligência, masculinidade e feminilidade. *A construção do gênero, para Veblen, passa pela construção do trabalho, pela sua divisão social e pelo estabelecimento de quais funções seriam dignas de honra e respeito pela comunidade e quais seriam reputadamente débeis*.

Nesse sentido, o autor está décadas à frente de grande parte da antropologia de seu tempo. Ao promover a desconstrução da naturalização do gênero, Veblen avança

em um ponto fulcral - demonstrar como, em última instância, não só a atribuição de diferentes funções de acordo com gênero é falha, como qualquer vinculação da divisão do trabalho a aptidões inatas ou predisposições do gênero é limitada, mesmo em se tratando de sociedades lidas como 'primitivas', em seu tempo. Para as sociedades capitalistas, então, nada mais equivocado que crer na livre escolha dos indivíduos (ou nos indivíduos enquanto objeto de análise) por seus ofícios, por seus papéis sociais. Voltaremos a este ponto posteriormente.

Por ora, ocupemo-nos de outro elemento - a construção da ideia de *dignidade* em torno do grau de proeza associado a um dado trabalho:

> *"Those employments which are to be classed as exploit are worthy, honourable, noble; other employments, which do not contain this element of exploit, an especially those which imply subservience or submission, are unworthy, debasing, ignoble. The concept of dignity, worth or honour, as applied either to persons or conduct, is of first-rate consequence in the development of classes and of class distinctions, and it is therefore necessary to say something of its derivation and meaning."(VEBLEN, 1899/1994, 15)*

Uma leitura desatenta - e um tanto limitada - poderia encontrar em Veblen um desincentivo à inventividade com base nessas passagens. O ponto, mais uma vez, não é uma denúncia da proeza enquanto inerentemente negativa, ou do ócio enquanto função oposta ao trabalho e, portanto, supérflua e parasitária. Tanto proeza quanto ócio são caracteres necessários à manutenção das sociedades analisadas pelo autor, em seu processo de compreensão e análise da civilização ocidental. Tanto na distinção entre ócio e trabalho quanto nos limites entre proeza e diligência, o argumento central é a afirmação do caráter predatório desses pares duais. Não se trata do ócio pelo ócio, ou enquanto negação de um trabalho socialmente imposto sobre o sujeito (como o *Elogio à Preguiça* de Lafargue), ou da proeza enquanto realização das capacidades individuais - mas da proeza enquanto característica atribuída a trabalhos e funções sociais de caráter *predatório*, pautados pela subjugação do homem pelo homem, do ócio enquanto definidor do não-trabalho em sua representação social clara, evidente, não de negação objetiva do trabalho mas de sua sujeição para realização do "trabalho" ostensivamente "ocioso" de outro.

Aos elementos positivos do impulso inventivo, do gênio transformador humano, Veblen dá o nome de *instinto do artesanato*. É uma categoria peculiar. Em nosso

entendimento serve, prioritariamente, à distinção entre as dimensões de representação social do ócio e da proeza e o componente de racionalidade pragmática presente nas relações homem-natureza e homem-homem. No jogo do trabalho sobre o inerte ou o animado, a descoberta de novas formas de superação dos meios existentes, de alívio, pelo homem, do fardo de sua própria subsistência, de frugalidade racional orientada a uma finalidade concreta, representam, para o autor, o resultado objetivo desse instinto.

Em uma sociedade pacífica - logo, no estágio da selvageria - esse ímpeto de transformação e racionalização da vida não é necessariamente problemático. O esforço supostamente individual resultaria em ganhos coletivos, pela tendência à divisão equitativa dos resultados do trabalho e pela forte coesão social, entre outros tantos fatores. O problema surge da articulação desse instinto às tensões sociais de sociedades predatórias por dois mecanismos concorrentes e concomitantes - *emulação* e *comparação odiosa*:

> *"In any community where such an invidious comparison of persons is habitually made, visible success becomes an end sought for its own utility as a basis of esteem. Esteem is gained and dispraise is avoided by putting one's efficiency in evidence. The result is that the instinct of workmanship works out in an emulative demonstration of force."(VEBLEN, 1899:16)*

Em suma, o homem é um ente ativo, centro de atividade impulsiva, direcionada a uma finalidade específica. Como tal, possui apreço por trabalho eficiente e se incomoda com esforço fútil. Possui um senso do mérito da eficiência de uma dada função e do demérito da futilidade, do desperdício ou da incapacidade. A essa aptidão ou propensão Veblen dá o nome de instinto do artesanato (*instinct of workmanship*). Quando circunstâncias da vida ou tradição conduzem à comparação entre pessoas em termos de eficiência, o instinto do artesanato opera em uma *comparação odiosa* entre essas pessoas. As condições dessa comparação, por sua vez, mudam com a passagem para etapa predatória: "*An invidious distinction in this way arises between exploit and acquisition by seizure on the one hand and industrial employment on the other hand. Labour acquires a character of irksomeness by virtue of the indignity imputed to it.*"(VEBLEN, 1899:17) Logo, no jogo das representações predatórias da virtude, o trabalho ao qual seria imputado um caráter necessariamente virtuoso em função de

sua atuação racional e final sobre o concreto passa a ser visto como fonte de degradação.

Emulação, comparação odiosa e honra (por meio do estabelecimento de um padrão de dignidade) atuam, assim, como garantia da generalização do estatuto da violência socialmente organizada nas sociedades predatórias. Logo, o predatismo das ações de proeza não se limita aos ofícios associados diretamente à classe ociosa - governo, guerra, religião e desporto -, mas espraia-se para todas as dimensões da vida, embebendo de violência, concorrência agressiva e invidia virtualmente todas as formas de interação entre seres humanos.

A *honra* imputada a este ou aquele ato é representativa clara desse fato:

> *"A honorific act is in the last analysis little if anything else than a recognised successful act of aggression; and where aggression means conflict with men and beasts, the activity which comes to be especially and primarily honourable is the assertion of the strong hand. Under this common-sense barbarian appreciation of worth or honour, the taking of life - the killing of formidable competitors, whether brute or human - is honourable in the highest degree. And this high office of slaughter, as an expression of the slayer's prepotence, casts a glamour of worth over every act of slaughter and over all the tools and accessories of the act. Arms are honourable, and the use of them, even in seeking the life of the meanest creatures in the fields, becomes a honorific employment. At the same time, employment in industry becomes correspondingly odious, and, in the common-sense aprehension, the handling of the tools and implements of industry falls beneath the dignity of able-bodied men. Labour becomes irksome."(VEBLEN, 1899:17-18)*

A prevalência da honra no estabelecimento do modo de vida predatório não se dá por acaso, ou por mero recurso do autor à linguagem de seu tempo, ou aos expedientes dos primeiros sociólogos e antropólogos, ainda contaminados pelo vocabulário ilustrado de fins do século XVIII. A preocupação fundamental é como essa *mentalidade* predatória se desenvolve a partir de condicionantes básicos das artes industriais, fundamentais para que o grupo em questão disponha de meios de garantir sua subsistência e "libertar-se" (de forma assaz paradoxal) para o exercício do caráter predatório. Logo, a imposição pela força da vontade de uns sobre outros não se dá pelo ânimo guerreiro de um povo, por qualquer predisposição cultural inata, pela supremacia biológica e fisiológica ou pelos condicionantes materiais, climáticos, geográficos, mas por um desenvolvimento histórico-cultural específico. Esse ponto já

nos diz muito sobre a posição de Veblen, nesse primeiro momento, frente às teorias deterministas de seu tempo; se, por um lado, poderíamos ver sua adesão às ideias de *atitude* e *espírito* como elementos de indefinição e imprecisão conceitual, essa tentativa de desconstrução é obstada pelo claro viés *institucional* (no sentido da *institucionalização do hábito*, do estabelecimento de costumes prevalentes por força do uso e da repetição) assumido por essas características.

Duas passagens, em particular, dão conta do que pretendemos demonstrar, aqui:

> *"The predatory phase of culture is attained only when the predatory attitude has become the habitual and accredited spiritual attitude for the members of the group; when the fight has become the dominant note in the current theory of life; when the common-sense appreciation of men and things has come to be an appreciation with a view to combat."(VEBLEN, 1899:19)*

E, elaborando sobre a relação entre *técnica* (que seria um dos correlatos mais próximos à ideia de *industry* empregada ao longo dos trabalhos do autor, junto com *industriosidade*[14] ou *laboriosidade*, visto que *indústria* assume sentido diverso, em seu uso corrente em português) e o desenvolvimento do *espírito* ou da *cultura* predatória, Veblen assevera ainda que:

> *"The transition from peace to predation therefore depends on the growth of technical knowledge and the use of tools. A predatory culture is similarly impracticable in early times, until weapons have been developed to such a point as to make man a formidable animal. The early development of tools and of weapons is of course the same fact seen from two different points of view."(VEBLEN, 1899/1994, 20)*

---

[14] Apesar do estranhamento inicial, industriosidade é uma palavra em português. Define-se, no dicionário Aulete, como "qualidade, caráter de industrioso; LABORIOSIDADE". O que se perde, na tradução para o português, é a associação à técnica presente no vernáculo inglês original - herdeira da latina *industria* (que é prontamente associada a diligência, atividade, zelo) e de sua forma adjetivada (*industrius* - aquele que é dotado de *industria*, que é diligente), *industry* e *industrious*, pelo ramo francês das línguas latinas (*industrie*), assumem, no fim do séc. XV, o sentido de *cleverness*, *skill*; algo que, se livremente traduzido, incorporaria à diligência possivelmente associada ao termo os sentidos de *astúcia* e *habilidade*. Recorrendo ao *Online Etymology Dictionary*, encontramos ainda: "Sense of "diligence, effort" is from 1530s; meaning "trade or manufacture" first recorded 1560s; that of "systematic work" is 1610s." Logo, de forma curiosa, temos que a idéia de *industriosidade* ou *laboriosidade* presente ao longo do texto já carrega, em si, o caráter de *workmanship* (traduzido, na edição em português, como *artesanato*) que representa a racionalidade objetiva em Veblen. Desenvolveremos esse ponto conforme avançamos na leitura do texto, mas, por ora, esse esclarecimento dá conta da função peculiar das ideias de *indústria* e *labor* na construção da vida social, para esse autor.

Esses elementos ganham força conforme Veblen avança na construção de seu sistema teórico. Da qualificação do caráter *emulativo* das relações sociais estabelecidas entre os homens, emerge um dos pontos centrais de sua análise - a construção dos exercícios de *ilustração*, *representação* e *tipificação* da diferença entre as classes (e, cabe sempre lembrar, entre elementos aderentes a uma mesma classe), realizada pelo eixo dual do *ócio conspícuo* e do *consumo conspícuo*.

Antes que cheguemos a esse ponto, no entanto, cabe analisar com mais cuidado os mecanismos internos à ideia vebleniana de *emulação* - que passa ao largo de mera mimese de práticas estabelecidas. As origens dessa emulação repousariam sobre a diferenciação original que se dá de forma interdependente à gênese da classe ociosa - o estabelecimento da propriedade:

> *"In the sequence of cultural evolution the emergence of a leisure class coincides with the beginning of ownership. This is necessarily the case, for these two institutions result from the same set of economic forces. In the inchoate phase of their development they are but different aspects of the same general facts of social structure."(VEBLEN, 1899:22)*

Desenvolvendo essa tese e sua vinculação à divisão das formas de trabalho entre os gêneros, Veblen pontua um argumento que antecipávamos nas páginas anteriores - correlata à divisão entre trabalho masculino (dominante, dotado de proeza, associado à ideia de ócio, agente sobre entes vivos) e trabalho feminino (submisso, destituído de proeza e caracterizado pela repetitividade, associado às percepções negativas de trabalho e agente tão somente sobre objetos inanimados), encontramos o estabelecimento do nexo de *propriedade* como decorrente das diferenças atribuídas aos gêneros, no barbarismo:

> *"The early differentiation out of which the distinction between a leisure and a working class arises is a division maintained between men's and women's work in the lower stages of barbarism. Likewise the earliest for of ownership is an ownership of the omen by the able-bodied men of the community. The facts may be expressed in more general terms, and truer to the import of the barbarian theory of life, by saying that it is an ownership of the woman by the man. [...] The ownership of women begins in the lower barbarian stages of culture, apparently with the seizure of*

> *female captives. [...] The outcome of emulation under the circumstances of a predatory life, therefore, has been on the one hand a form of marriage resting on coercion, and on the other hand the custom of ownership. The two institutions are not distinguishable in the initial phase of their development; both arise from the desire of the successful men to put their prowess in evidence by exhibiting some durable result of their exploits. Both also minister to that propensity for mastery which pervades all predatory communities.* ***From the ownership of women the concept of ownership extends itself to include the products of their industry, and so there arises the ownership of things as well as of persons.****"(VEBLEN, 1899:23-24)*

Tratamos de uma sociedade em que os termos fundamentais da sociabilidade são estabelecidos a partir do predatismo generalizado, e onde o elemento central na distinção de status entre seus membros - essencial, como podemos ver, na separação entre pertencentes a uma classe ou outra, ou melhor, entre aqueles que têm sua *humanidade* reconhecida e aqueles que são lidos como meros *objetos* à disposição de seus dominadores - é o elemento de *proeza* presente nas diferentes formas de trabalho. Nesse sentido, a comparação da presença de maior ou menor grau de proeza nos feitos de seus membros se transforma no elemento central de estratificação, de exercício de mando, de poder, sobre outros.

O ponto é a assunção, nesse padrão de sociabilidade, de *mecanismos de representação da proeza* e de *formas de comparação* entre esses mesmos mecanismos. É disso que trata a ideia de *emulação pecuniária* - "onde quer que a instituição da propriedade privada seja encontrada, ainda que de forma pouco desenvolvida, o processo econômico é marcado pelo caráter de luta entre homens pela posse de bens" (VEBLEN, 1899:24). Veblen não fala em luta pela subsistência (esta teria sido superada nos primórdios ancestrais e imemoriais dessa civilização, ou talvez nunca tenha existido), ou por patamares superiores de conforto, de realização dos princípios morais que guiam a ideia benthamniana de utilidade. Não, o *primum mobile* da sempiterna acumulação de bens é a validação do direito à violência sobre outros.

De forma clara,

> *"But it is only when taken in a sense far removed from its naïve meaning that consumption of goods can be said to afford the incentive from which accumulation invariably proceeds. The motive*

> *that lies at the root of ownership is emulation; and the same motive of emulation continues active in the further development of the institution to which it has given rise and in the development of all those features of the social structure which this institution of ownership touches. The possession of wealth confers honour; it is an invidious distinction. Nothing equally cogent can be said for the consumption of goods, nor for any other conceivable incentive to acquisition, and especially not for any incentive to the accumulation of wealth. [...] Ownership began and grew into a human institution on grounds unrelated to the subsistence minimum. The dominant incentive was from the outset the invidious distinction attaching to wealth, and, save temporarily and by exception, no other motive has usurped the primacy at any later stage of the development."(VEBLEN, 1899:26)*

A individualização dos elementos representativos de proeza é o passo fundamental no estabelecimento da ideia de *troféu*, convertida em *propriedade* pelo andar da carruagem. Olhando para a narrativa pseudo-histórica que serve de ilustração à construção teórica proposta pelo autor, temos uma evolução clara das formas de representação da proeza em termos coletivos (o tamanho da presa, na caça; os espólios das guerras tribais, os frutos coletados em incursões pela mata, no caso de sociedades ainda marcadas pelo pacifismo da selvageria), para formas que levem esse *predatismo generalizado* à generalização de fato. Se, em primeiro momento, há o predatismo de um grupo sobre outro, sejam esses grupos estabelecidos em termos genéticos, hierárquicos, sexuais ou geográficos (i.e., homens oprimindo mulheres, membros da classe ociosa oprimindo trabalhadores, pertencentes a um grupo étnico invadindo território de outro, elementos de uma tribo enfrentando outra, etc), esse predatismo se generaliza pelo estabelecimento da *comparação odiosa* e da *emulação pecuniária* como princípios fundamentais de organização social, com o advento da comparação, homem a homem, dos graus de proeza de um dado feito. Para que essa comparação supere o nível "presencial", em que um sujeito é levado a reconhecer os atos de dominação, proeza e ócio de outro pela observação direta da *realização* desses feitos, passa-se à figura do troféu, amplamente reconhecido pelo grupo como representativo do feito de proeza. Do troféu, é necessário que estabeleça-se algo *universalmente reconhecível* como detentor do poder objetivado no ato de dominação de outro ente consciente e animado, da realização a que faz referência - e é nessa *universalização dos mecanismos de representação da proeza e do domínio* que reside um dos elementos centrais de evolução da sociedade, para Veblen.

Logo, a história da propriedade é a história da violência institucionalizada e da criação de mecanismos de exibição dessa violência, potencial e efetiva, para a sociedade como um todo:

> *"The initial phase of ownership, the phase of acquisition by naïve seizure and conversion, begins to pass into the subsequent stage of an incipient organisation of industry on the basis of private property (in slaves); the horde develops into a more or less self sufficing industrial community; possessions then come to be valued not so much as evidence of successful foray, but rather as evidence of the prepotence of the possessor of these goods over other individuals within the community. The invidious comparison now becomes primarily a comparison of the owner with the other members of the group. Property is still of the nature of trophy, but, with the cultural advance, it becomes more and more a trophy of successes scored in the game of ownership carried on between the members of the group under the quasi-peaceable methods of nomadic life."(VEBLEN, 1899:27-28)*

> *"Gradually, as industrial activity further displaces predatory activity in the community's everyday life and in men's habits of thought, accumulated property more and more replaces trophies of predatory exploit as the conventional exponent of prepotence and success. [...]When accumulated goods have in this way once become the accepted badge of eficiency, the possession of goods, whether acquired aggressively by one's own exertion or passively by transmision through inheritance from others, becomes a conventional basis of reputability. The possession of wealth, which was at the outset valued simply as an evidence of efficiency, becomes, in popular apprehension, itself a meritorious act. Wealth is now itself intrinsically honourable and confers honour on its possessor."(VEBLEN, 1899:28-29)*

Essas passagens nos dão uma ideia clara do que seria a evolução dessa sociedade, em seus primeiros estágios. Da forma como avançamos na leitura da *Teoria da Classe Ociosa*, até agora, temos os seguintes elementos: uma sociedade, originalmente pacífica e indiferenciada, constitui-se no estágio da selvageria. Pelo desenvolvimento de um conjunto de características marcadamente *predatórias*, esse grupo evolui ao estágio seguinte, na cadeia de estágios evolutivos/civilizacionais proposta por Morgan e incorporada por Veblen. A passagem da selvageria ao barbarismo é fundamental por seu caráter predatório, e por sua associação com as peças chave do sistema vebleniano. Articuladas, encontramos (a) a origem da divisão

do trabalho, estruturada em torno de (b) uma primeira separação entre trabalho feminino e masculino, calcada (c) na diferenciação entre *proeza* e *diligência* ou repetitividade, em nível superficial, e entre ação sobre *entes animados* e *objetos inanimados*, em profundidade. Dessa distinção emerge (d) a necessidade de mecanismos de representação ampla da proeza, sistematizados em torno da figura do *troféu*, símbolo socialmente reconhecido da capacidade de um grupo ou de um indivíduo de exercer violência e controle sobre outro *ente animado*; a construção social do troféu, por sua vez, é correlata ao (e) desenvolvimento da noção de *propriedade*, que fecha, de forma circular, o jogo de elementos de distinção que dão margem ao nascimento da Classe Ociosa em sua forma plena, ao estabelecer-se, em primeiro momento, como propriedade da mulher. Pela proeza e por suas representações sociais, objetifica-se o dominado. É conferido à mulher e ao membro da classe trabalhadora o mesmo papel social do troféu; não só seu trabalho não é *digno*, como é perfeitamente legítimo que a *propriedade de seus frutos* seja mantida pelo seu *possuidor por direito e dever* - o caráter masculino, membro da Classe Ociosa.

Logo, estrutura-se, por meio da (f) conformação ideológica das acepções de *honra* e *respeitabilidade*, um mecanismo extremamente coeso de opressão ao trabalho, aos grupos identificados como *inumanos* por sua identidade funcional ou de gênero, e de cerceamento das possibilidades de *transformação objetiva* desse cenário. Como o mecanismo fundamental de sociabilidade é estabelecido por meio da (g) conjugação entre *emulação pecuniária* e *comparação odiosa*, noções tão próximas, sob a égide da propriedade privada e do domínio da classe ociosa, que parecem quase indiferenciadas, a busca por propriedade não é nunca questionada, sendo tomada como o alicerce fundamental sobre o qual não só *essa forma* de sociabilidade se assenta, mas como a base de *toda e qualquer sociabilidade* possível.

Em suma, temos a divisão do trabalho, a diferenciação entre os gêneros, sua fundação na distinção entre proeza e diligência, a cristalização dessa distinção em troféus, a interdependência entre esses troféus e a noção de propriedade, a defesa ideológica desse arcabouço pelas noções de honra e respeitabilidade e a generalização e blindagem desse modo de vida predatório pela ação dos mecanismos de emulação pecuniária e comparação odiosa. No centro de tudo isso, cabe sempre lembrar, a

construção da violência institucionalizada, pedra fundamental na elevação dos edifícios erigidos em defesa das prerrogativas da Classe Ociosa.

Veblen é astuto o suficiente para teorizar sobre a prevalência desses elementos para além da sua representação social. Calcada como está nos padrões de respeitabilidade e honra, a sociabilidade incute nos homens uma espécie de juízo interior, orientado para a busca da estima de seus pares. Se a visibilidade da proeza conferida pelo troféu é forma garantida de distinção social, a busca de formas ainda mais universais de reconhecimento dessa distinção afirma-se como o fundamento da ação individual. O moto contínuo da acumulação, da aquisição e demonstração de riqueza é a operação dessa versão aprimorada do *terceiro sempre presente* dos filósofos morais de eras pregressas [15], uma forma de *consciência socialmente construída do valor social da propriedade e, por analogia, do valor social de si mesmo*. Como afirma de forma clara,

> *A certain standard of wealth in the one case, and of prowess in the other, is a necessary condition of reputability, and anything in excess of this normal amount is meritorious. [...] So soon as the possession of property becomes the basis of popular esteem, therefore, it becomes also a requisite to that complacency which we call self-respect."(VEBLEN, 1899:30-31)*

Se levamos esse argumento ao seu limite, teríamos a possibilidade de satisfação desse impulso acumulador e ostentatório por um sujeito que, em tese, pudesse ter esgotado as possibilidades de realização material e social. No entanto, "a comparação

---

[15] Discutimos de forma breve, em nossa Dissertação de Mestrado (*Entre as Nações e o Império: Smith, Cobden e os rumos do liberalismo britânico*) a importância desse elemento - denominado na teoria dos sentimentos morais smithiana de *espectador imparcial* - na construção, para o *philosophe*, de mecanismos internos de conformação do indivíduo a uma moral que é, em essência, construída socialmente. Para, a apresentação adotada é fundamental para que compreendamos a leitura de Smith das origens da Divisão Social do Trabalho, uma vez que, anterior à Propensão à Troca referenciada pelo autor escocês (e, reputada, por leitores desatentos de seus trabalhos, como uma das maiores 'caixas pretas' da história do pensamento econômico) há uma Propensão à Persuasão, calcada na busca de um indivíduo pela simpatia de outros (e, portanto, fundamental à relação moral entre os homens). É seguro afirmar que Veblen, leitor atento de Kant (por sua vez, admirador confesso de Smith) e dos 'economistas vulgares' de seu tempo, estaria atento à construção filosófica das ideias centrais apresentadas n'*A Riqueza das Nações*. Ainda que não ocorra qualquer citação da obra magna smithiana na *Teoria da Classe Ociosa*, há forte paralelismo entre algumas passagens, com a desconstrução da narrativa pseudo-histórica smithiana, reavaliação do ideal iluminista de progresso e do papel da propriedade privada, inquestionável nos trabalhos do iluminista escocês. A referência irrefutável da familiaridade com o autor só viria em trabalhos posteriores, como o conjunto de artigos publicados sob o título de *The Vested Interests and the Common Man*, onde Veblen avança no que entendemos como sua crítica ao 'projeto civilizatório iluminista', fazendo menções explícitas aos argumentos de Smith.

odiosa não pode nunca se tornar tão favorável a um indivíduo a ponto de permitir-lhe ver-se em posição relativamente superior a seus concorrentes na luta por respeitabilidade pecuniária."(VEBLEN, 1899:32-33, livre tradução) Trata-se, portanto, de um desejo insaciável, que não guarda semelhança nenhuma com a ficção econômica da subsistência. Como conclui Veblen:

> *"In the nature of the case, the desire for wealth can scarcely be satiated in any individual instance, and evidently a satiation o the average or general desire for wealth is out of the question. However widely, or equally, or 'fairly', it may be distributed, no general increase of the community's wealth can make any approach to satiating this need, the ground of which is the desire of every one to excel every one else in the accumulation of goods. If, as is sometimes assumed, the incentive to accumulation were the want of subsistence or of physical comfort, then the aggregate economic wants of a community might conceivably satisfied at some point in the advance of industrial efficiency; but since the struggle is substantially a race for reputability on the basis of an invidious comparison, no approach to a definitive attainment is possible."(VEBLEN, 1899:32)*

E, de forma a reforçar nosso ponto sobre a relação entre os mecanismos de emulação e comparação odiosa e o constrangimento à reflexão sobre formas alternativas de sociabilidade,

> *"Besides this, the power conferred by wealth also affords a motive to accumulation. [...] Under the regime of individual ownership the most available means of visibly achieving a purpose is that afforded by the acquisition and accumulation of goods; and as the self-regarding antithesis between man and man reaches fuller consciousness, the propensity for achievement - the instinct of workmanship - tends more and more to shape itself into a straining to excel others in pecuniary achievement.* ***Relative success, tested by an invidious pecuniary comparison with other men, becomes the conventional end of action.****"(VEBLEN, 1899:33)*

Esse é um ponto interessante da ideia de evolução, em Veblen, e um que pretendemos desenvolver com mais vagar posteriormente. A evolução de formas sociais não se dá, para o autor, de forma estanque, como resposta passiva a mecanismos de seleção previamente estabelecidos. Uma vez posto em curso o conjunto de transformações que garante a generalização dos impulsos predatórios em

uma dada sociedade, este mesmo grupo revisita seus critérios de seleção internos; uma dada trajetória histórico-institucional é definida não só para o coletivo de uma sociedade com base em suas opções pregressas, mas define também, por sua vez, as trajetórias tomadas por suas classes sociais e, dentro destas, pelos indivíduos pertencentes à classe ociosa ou à classe trabalhadora. Logo, a elaboração de propostas que visem à superação dessas amarras institucionais se torna cada vez mais difícil, já que qualquer contestação do *status quo* essencializado na estratificação entre as classes e na distinção oficializada na mercadoria soa, ao ouvido dos sábios, como loucura. Pelos critérios de honra e respeitabilidade, aniquila-se qualquer possibilidade de existência para além dos padrões de comparação pecuniária e odiosa[16] estabelecida entre os homens, com a propriedade como veículo.

Mais uma vez, nos adiantamos e encorajamos a digressão sobre desenvolvimentos teóricos que avançam para além do ponto em que esmiuçamos o sistema proposto por Veblen. Ainda que as etapas posteriores do modelo nos sejam particularmente interessantes (especialmente pela apropriação pelo *mainstream* econômico do século XX, que fez todos os esforços possíveis em reduzir a contribuição vebleniana ao debate sobre a modernidade às glosas marginais da Teoria do Consumidor), antes que discutamos transformação e evolução institucional na perspectiva do autor, é preciso que tratemos dos fundamentos elementares de seu referencial analítico. E, dentre estes, poucos são tão importantes quanto as ideias de *ócio* e *consumo conspícuos*.

Resgatando os condicionantes gerais da racionalidade subvertida pela comparação odiosa (e que, em essência, seria a matriz a partir da qual o autor

---

[16] Veblen afirma que uso do termo 'odiosa' ('invidious', no original) não possui conotação moral. "The term is used in a technical sense as describing a comparison of persons with a view to rating and grading them in respect of relative worth or value - in an aesthetic or moral sense - and so awarding and defining the relative degrees of complacency with which they may legitimately be contemplated by themselves and by others. An invidious comparison is a process of valuation of persons in respect of worth."(VEBLEN, 1899:34). No entanto, encontramos aqui alguma dificuldade - *invidious* emerge, por volta do séc. XVI (de acordo com o *Online Etymology Dictionary*) do latim *invidia,* por influência da expressão francesa *envie*, facilmente adaptada ao inglês em *envy*, *envious*. No entanto, o curioso radical do termo, em seu original latino, nos dá uma idéia do que poderia ter transcorrido ao se fazer a opção por *invidious* e não *envious* ou *hateful* (traduzida, com muito mais tranquilidade, para *odiosa*, em português; e que parece, também, ser o sentido mais próximo daquele atribuído à expressão em suas recorrentes aparições na obra). *Invidia* tem origem no verbo *invidere* que carrega, em si, *videre* - *videre, vedere, ver*; a inveja é uma função da *visão*. Logo, a comparação invidiosa/odiosa de Veblen parte da *representação da diferença e de sua percepção pelos sujeitos*. É uma função da percepção social dos entes interagindo socialmente. É perceptível a diferença entre essa leitura e a apresentada em 1891 - em que esse componente do sistema era apresentado, diretamente, como *inveja* (*jealousy*).

desenvolve o conceito de instinto do artesanato), Veblen dá início à sua exposição do ócio conspícuo da seguinte forma:

> *"If its working were not disturbed by other economic forces or other features of the emulative process, the immediate effect of such a pecuniary struggle as has just been described in outline would be to make men industrious and frugal. [...] For those for whom acquisition and emulation is possible only within the field of productive efficiency and thrift, the struggle for pecuniary reputability will in some measure work out in an increase of diligence and parsimony. But certain* ***secondary*** *features of the emulative process, yet to be spoken of, come in to very* ***materially circumscribe and modify*** *emulation in these directions among the pecuniarily inferior classes as well as among the superior class."(VEBLEN, 1899/1994, 36)*

A preocupação é a representação desses elementos na classe pecuniária superior, uma vez que entre os membros da classe ociosa, ainda que os incentivos à diligência e à frugalidade não estejam ausentes, se faz presente de forma marcante o impulso (decorrente de demandas secundárias da emulação) à abstenção do trabalho produtivo. Cabe lembrar que essa ideia de trabalho produtivo (trabalho-trabalho, como nos referimos a ela enquanto iniciávamos a discussão sobre os pares de opostos na obra vebleniana) não imputa, em si, os mesmos condicionantes e consequências do longo debate em torno da ideia de trabalho enquanto gerador de valor travado pelos economistas clássicos. Para Veblen, o caráter *produtivo* do trabalho lhe é imputado por sua *capacidade de produção direta de resultados físicos, concretos, palpáveis*. Logo, as formas mais chãs de trabalho, aquelas despidas de virtualmente toda possibilidade de dignificação, seriam as mais produtivas, justamente por sua atuação direta sobre os *objetos inanimados* que caracterizam o trabalho feminino ou inferior. Funções administrativas, intelectuais, cerimoniais, políticas e similares contam, para efeito analítico, como correspondentes às formas *improdutivas* de trabalho e são, portanto, prerrogativa da classe ociosa. Reforçar esse traço é algo muito diverso de ler, nessas formas de trabalho, *desperdício.* Ou mais, ainda - de enquadrá-las como desnecessárias. Dispendemos as últimas páginas demonstrando, justamente, como o tipo de trabalho desempenhado pelos luminares da classe ociosa é imprescindível para a manutenção do padrão de sociabilidade estabelecido, prezando pela preservação da

distinção entre as classes sociais e do mérito presente nessa distinção (mais uma vez, lê esses trabalhos como 'feitos de proeza' - logo, revestidos de dignidade e honra).

O grande avanço, a partir dos pontos que esmiuçamos anteriormente, é o desenvolvimento de uma explicação clara para a construção da prerrogativa do ócio e sua vinculação à classe ociosa (que, apesar da ausência de menção direta ao termo ao longo dos dois primeiros capítulos do texto, é a um só tempo definida e definidora pelo/do exercício do ócio). Seguindo a recapitulação proposta pelo autor, nas culturas predatórias o trabalho passa a ser associado à fraqueza e à sujeição a um mestre; logo, torna-se uma marca de inferioridade, algo que não é digno do homem em suas plenas capacidades. Com o avanço da diferenciação social (i.e., da divisão do trabalho), esse caráter derrogatório do trabalho assume força axiomática, graças a prescrições/hábitos antigos e inquestionáveis. Pela influência dos padrões de respeitabilidade e honra cristalizados institucionalmente, os hábitos mentais dessa sociedade veem o trabalho manual como algo *intrinsecamente* negativo - ao mesmo tempo em que as formas mais *elevadas* de exercício das capacidades mentais e físicas humanas são louvadas como edificantes.

Atrelado a esse desenvolvimento (que segue a lógica da narrativa pseudo-histórica construída em torno dos modelos de sociedade em estágios avançados de barbarismo discutidos pelo autor), encontra-se o fato fundamental da emulação pecuniária como princípio ordenador da vida social, eixo central por onde transcorrem as relações sociais - "Para receber e manter a estima dos homens não é suficiente meramente possuir riqueza ou poder", afirma Veblen, concluindo que "a riqueza ou poder precisam ser postas em evidência, pois a *estima só se confere em evidência*."(VEBLEN, 1899:36, livre tradução, grifo nosso)

Evidere, *invidere*. Evidência, comparação, medição de forças - esse é o ponto fundamental do ato de fazer público o ócio ou o consumo. Exposta dessa forma, essa regra simples ganha contornos de obviedade. Mas é importante que leiamos sua permanência não em seus termos mais crus, mas o desenvolvimento de camadas e camadas de mitificação ideológica que conferem à violência primeva da opressão do homem pelo homem ares de civilização. É preciso milênios para que a brutalidade de um espartilho, da implantação de um microchip sob a pele de trabalhadores para acesso às dependências onde trabalham ou, ainda, da firmação de contratos com cláusulas prevendo o suicídio dos funcionários sejam tomadas como normais - e,

ademais, *moralmente inquestionáveis*. Entre a escravidão dos primórdios da civilização, nos termos entendidos por Morgan e Veblen, e a escravidão do homem moderno à jornada de trabalho e à dominação ficcionalizada em contrato, não há mais do que o travestismo de camadas e camadas de legitimação ideológica e institucional.

Por trás dessa forma legítima, socialmente reconhecida, repousa uma sólida base - o peso da tradição. A distinção antiga entre o padrão de vida 'mínimo' e o padrão 'honrado' ou decente permaneceria uma força importante em nossa sociedade. Graças à vinculação primeira entre o trabalho manual e a sujeição a outros homens, atribuições associadas com as funções básicas da sociedade são permeadas por uma 'aura' de imundície, de sujeira, de repulsa, e um padrão de vida modesto recebe a mesma ojeriza, no mais das vezes. Por outro lado, "em si mesma e em seus desdobramentos, uma vida gasta em ócio é bela e enobrecedora aos olhos de todos os homens civilizados" (VEBLEN, 1899:38, livre tradução)

O valor atribuído ao ócio, como procuramos demonstrar antes mesmo de chegar a essa categoria, é derivado dos caracteres mais profundos que ele representa - marcadamente, a longa trajetória de distinção entre classe ociosa e classe trabalhadora, calcada na violência da imposição do trabalho sobre o trabalhador e da manutenção das prerrogativas do ócio. Sua relação com o princípio da emulação pecuniária e a oposição identitária ao trabalho são extrapolados pelo autor na passagem seguinte:

> *"This direct, subjective value of leisure and of other evidences of wealth is no doubt in great part secondary and derivative. It is in part a reflex of the utility of leisure as a means of gaining the respect of others, and in part it is the result of a mental substitution. The performance of labour has been accepted as a conventional evidence of inferior force; therefore it comes itself, by a mental short-cut, to be regarded as intrinsically base."(VEBLEN, 1899/1994, 38)*

Revisitando de forma breve alguns dos argumentos que elencamos nas passagens anteriores, cabe lembrar que no estágio predatório (e naqueles estágios semi-pacíficos que o seguem), uma vida ociosa é evidência mais aparente e conclusiva de força pecuniária. Como a riqueza consiste em escravos, nesse período (de acordo com a tese de que a primeira forma de propriedade teria sido a de um homem por outro - ou melhor, de uma mulher por um homem), o trabalho se torna

desonroso. Logo, ainda que a classe ociosa não surgisse com a emergência da propriedade individual, estaria relacionada com a desonra associada à atividade produtiva; que reforma e confere novo sentido a essa definição de classe, já que ela "é deste momento em diante uma 'classe ociosa' de fato, como já era em teoria". É deste momento, assevera Veblen, que data a instituição da classe ociosa de forma consumada. (VEBLEN, 1899:39).

A transformação experimentada pela distinção entre classes é um dos eixos centrais dessa transformação. No estágio predatório, pauta-se ainda por caracteres predominantemente cerimoniais. Já o desenvolvimento da etapa imediatamente posterior (denominada, no esteio de Morgan, de estágio de produção quase-pacífica) é geralmente caracterizado pela escravidão institucionalizada, codificada em normas legais, pela criação de gado e pela presença de uma classe servil de pastores e provedores de serviços. É dessa sutil transformação que emerge a mudança no caráter da classe ociosa (e sua emergência de fato): "*Industry has advanced so far that the community is no longer dependent for its livelihood on the chase or on any other form of activity that can fairly be classed as exploit.* ***From this point on, the characteristic feature of leisure-class life is a conspicuous exemption from all useful employment.***"(VEBLEN, 1899:40)

Mais do que uma predisposição individual ou a negação de uma forma de trabalho, a abstenção do trabalho produtivo se torna um requisito do padrão de decência esperado dessa classe. A realização de tarefas auxiliares à manutenção desse patamar de respeitabilidade, por sua vez, dá vazão ao surgimento de uma espécie de classe ociosa secundária empobrecida, vivendo uma vida precária de desconforto e incapaz de perseguir trabalho lucrativo. A aparente contradição presente no surgimento da 'classe ociosa inferior' é explicada pelo autor de forma clara:

> *"Wherever the canon of conspicuous leisure has a chance undisturbed to work out its tendency, there will therefore emerge a secondary, and in a sense spurious, leisure class - abjectly poor and living a precarious life of want and discomfort, but morally unable to stoop to gainful pursuits The decayed gentleman and the lady who has seen better days are by no means unfamiliar phenomena even now. This pervading sense of the indignity of the slightest manual labour is familiar to all civilised peoples, as well as to peoples of a less advanced pecuniary culture. In persons of delicate sensibility, who have long been habituated to gentle manners, the sense of the shamefulness of manual labour may become so strong*

> *that, at a critical juncture, it will even set aside the instinct of self-preservation."(VEBLEN, 1899:42)*

Logo, não se trata de nada próximo da proverbial (e equivocada, em vários níveis) superação econômica da subsistência, mas da cristalização, ao longo da evolução institucional dessa sociedade, de um hábito de pensamento que toma força maior do que o instinto de autopreservação dos membros da classe ociosa. Desenvolvendo um pouco este argumento, podemos ver nele a negação dialética da racionalidade presente no instinto do artesanato - se, em condições 'naturais', o homem transforma a si mesmo e ao meio em que vive movido por pulsões de frugalidade e otimização, com a progressiva perversão dessas motivações para que atendam às demandas da emulação pecuniária e da comparação odiosa, observa-se uma curiosa inversão: onde antes a vida era racionalizada para responder às demandas concretas da vida material, agora essa mesma racionalização é submetida a um objetivo em última instância irracional. Com o estabelecimento do modo de vida predatório e a incorporação do instinto do artesanato pelas normas do padrão usual de sociabilidade desse modo de vida, pouco resta aos indivíduos a não ser aderir ao estatuto da comparação incessante entre si mesmos e aqueles a seu redor (ou mesmo à construção tipificada, imaginada, do 'terceiro sempre presente').

O exercício do ócio conspícuo, nessas circunstâncias, não é necessariamente um exercício do prazer, de uma busca por realização estética ou da fruição do gosto. Trata-se, curiosamente, de um ofício específico, com seus labores específicos, regras específicas, condições específicas. O ócio não é livre, mas é profundamente constrangido e regulado pelos termos em que se estabelecem a comparação e a manifestação conspícua da distinção entre os homens, nessa forma de sociabilidade. Pouco ou nada há de diversão na 'vacância forçada' imposta sobre os membros da classe ociosa; o que não impede, por outro lado, que os cânones ideológicos dessa sociedade reputem a essa posição grande status e vejam nas suas atitudes fonte de prazer. O problema não é o ócio, em si, mas a comparação estabelecida em torno desse atarefado não-fazer. Fosse somente ócio, libertador da prisão cotidiana do trabalho, não haveria sua denominação enquanto ócio conspícuo - logo, *ócio com uma finalidade representativa clara*. O ócio conspícuo só existe, enquanto tal, como função dos mecanismos de emulação pecuniária e comparação odiosa.

Sobre esse ponto, Veblen afirma de forma contundente:

> *"It has already been remarked that the term 'leisure', as here use, does not connote indolence or quiescence. What it connotes is non-productive consumption of time. Time is consumed non-productively (I) from a sense of the unworthiness of productive work, and (2) as an evidence of pecuniary ability to afford a life of idleness."(VEBLEN, 1899:43)*

O ócio passa a ser um troféu da proeza pregressa. A respeitabilidade de que são automaticamente revestidas as funções distanciadas do trabalho manual, os títulos, graus e insígnias, apresentam as feições de uma nova etapa na evolução desse mecanismo de representação social da distinção. A diferença fundamental entre essa nova manifestação e sua forma antiga é basicamente sua intangibilidade; enquanto o troféu-objeto é concreto, palpável, por vezes extraído da vítima do feito de proeza a que faz referência, manifestações mais 'elevadas' de proeza tomam a forma de adesão a manifestações culturais elitizadas. O esforço empreendido na apreciação da 'boa' música, na educação do paladar, no treinamento das maneiras, dos gestos, dos dizeres, o rigor no domínio da norma culta da língua, todos esses elementos carregam, em si, parte do caráter ostentatório dos troféus que marcam o princípio da propriedade. Logo, servem à mesma função - a manifestação conspícua, ostensiva, da diferença entre aquele que a eles recorrem e seus inferiores.

As boas maneiras e a educação 'de berço' ganham nova dimensão, se pensamos nesta última caracterização. O tempo que seria despendido por um indivíduo de posses modestas no aprendizado de todo o conjunto de práticas necessárias ao exercício do status é virtualmente incomensurável. Essa dimensão temporal é fundamental para que entendamos como a educação da classe ociosa, ainda na primeira infância, é estruturalmente diversa daquela recebida pelos filhos da classe trabalhadora - enquanto no primeiro caso há o esforço sistemático, revestido do manto *respeitável* do ensino de boas maneiras, para conformação da criança aos cânones de respeitabilidade dessa sociedade, no segundo o escasso tempo livre para o cultivo dos menores é dedicado ao ensino de um ofício, à preparação para as dificuldades da vida material, à eventual busca por melhores condições de vida. Enquanto o trabalhador se ocupa da preparação de seus filhos para que ocupem seu lugar, eventualmente superando-o, marginalmente, na grande cadeia hierárquica da qual é o estrato inferior,

os membros da classe ociosa dispõem de um vasto exército de serviçais empregados para cultivar os gostos e gestos elegantes em sua prole.

Há dois pontos interessantes da prevalência institucional desses hábitos, se observamos somente essa breve digressão. O primeiro diz respeito ao tempo despendido na educação para o cerimonial, para os rituais exigidos pelas normas de etiqueta, e o tempo demandado por essa prática. Esse tempo deve, sobremaneira, ser pensado de forma *intergeracional* - não se trata de uma geração ensinando a seus filhos como se portar, o que vestir, o que apreciar, mas do esforço de gerações e gerações em estabelecerem-se como conspicuamente superiores, por meio de seus hábitos elevados. Logo, a respeitabilidade pregressa não é herdada somente por meio dos títulos e das funções hierárquicas diferenciadas, ou pelas posses e pela fortuna passadas de pai para filho; há um componente intangível fortíssimo nos modos, na etiqueta, na visibilidade e na evidência cotidiana da distinção. Desnecessário dizer, os sujeitos envolvidos nessa transmissão não veem em sua plenitude o processo do qual participam; para eles, trata-se tão somente do ensino de uma forma *digna* de vida a seus dependentes. Como Veblen encerra o tema, "o gosto refinado, boas maneiras e hábitos são evidência razoável de origens nobres, uma vez que seu ensino requer tempo, aplicação e dispêndios, estando além das possibilidades daqueles cujo tempo e energia são tomados pelo trabalho."(VEBLEN, 1899:48-9, livre tradução)

O outro ponto de interesse, nessa linha de argumentação, é o papel desempenhado pelo servo doméstico e pelo seu ócio. Como discutimos até agora, no esteio das teses apresentadas na *Teoria da Classe Ociosa*, a primeira forma de propriedade entendida pelo autor enquanto tal é a propriedade de pessoas. Agora, como toda propriedade, esta também serve ao princípio fundamental da emulação pecuniária; logo, não se trata da propriedade de pessoas como um distintivo absoluto de superioridade, mas como o estabelecimento dessa superioridade em termos relativos. Esse mecanismo de apropriação - primeiro pela escravidão, depois por formas jurídicas que atenuem, na aparência, sua função - encontra correlato posterior nos servos empregados pelas camadas afluentes da sociedade. Como afirma o autor,

> *"As has been indicated in an earlier chapter, there is reason to believe that the institution of ownership has begun with the ownership of persons, primarily women. The incentives to acquiring such property have apparently been: (1) a propensity for dominance and coercion; (2) the utility of these persons as evidence of the*

> *prowess of their owner; (3) the utility of their services. Women and other slaves are highly valued, both as an evidence of wealth and as a means of accumulating wealth. [...] The accepted evidence of wealth is the possession of many women, and presently also of other slaves engaged in attendance on their master's person and in producing goods for him."(VEBLEN, 1899: 53)*

Ainda que em primeiro momento a mulher e o escravo estejam associados diretamente à realização de trabalho produtivo, a evolução do barbarismo para o estágio semi-pacífico é marcada por uma inflexão importante em seu papel, com o desenvolvimento de uma forma acessória de ócio conspícuo - o *ócio vicário*. A manutenção de serviçais para realização de tarefas braçais já imputa, a seu mestre, alguma respeitabilidade; mas respeitabilidade e honra maior advém da presença de serviçais cujas funções são, em si mesmas, respeitáveis. Como desenvolvimento dos mecanismos de emulação pecuniária, o senhor passa a direcionar parcela de seus escravos - e de suas mulheres - à realização do dispendioso exercício de representação conspícua do ócio. Dado o imenso tempo necessário à adequação aos cânones do gosto, é necessário que o membro da classe ociosa disponha de serviçais dispostos exclusivamente para a realização dessas funções. Disso emergem as figuras do servo de libré, da governanta, do cavalariço, do mordomo, e de tantas outras funções necessárias quase que somente à manutenção de um padrão de vida tido por digno entre os membros das altas classes. Outro fruto da necessidade de realização de ócio vicário é a cultivação da *debilidade* da figura feminina; se antes seu trabalho não era lido como fonte de respeito ou honra, agora a sua *privação do trabalho* o é. Passa-se à ideia de que a mulher deve permanecer confinada ao ambiente doméstico, interagindo com o meio exterior somente em manifestações de sua cultura, educação, gosto e elegância. Logo, a mulher que já era tida, por essa sociedade, enquanto propriedade, passa à função única de troféu - sua existência, nos termos da sociabilidade definidos pelo modo de vida predatório, pela emulação pecuniária e pela comparação odiosa a forçam a se manter tão somente como um símbolo do status de seu possuidor, cristalizado na proibição de realização de qualquer atividade produtiva.

Como sumariza Veblen,

> *"If the pecuniary situation of the master permits it, the development of a special class of personal or body servants is also furthered by the very grave importance which comes to attach to*

> *this personal service. [...] There results, therefore, a constantly increasing differentiation and multiplication of domestic and body servants, along with a concomitant progressive exemption of such servants from productive labour. [...] So that the utility of these comes to consist in great part in their conspicuous exemption from productive labour and in the evidence which this exemption affords of their master's wealth and power. Hence it comes about that in the economy of the leisure class the busy housewife of the early patriarchal days, with her retinue of hardworking maidens, presently gives place to the lady and the lackey."(VEBLEN, 1899: 57)*

Dessa narrativa pseudo-histórica emerge a definição clara de ócio vicário: "enquanto o trabalho despendido nesses serviços for classificado como ócio e realizado por outros que não o chefe de família, deverá ser classificado como ócio vicário."(VEBLEN, 1899:59), realizado, portanto, para agregar ao padrão de respeitabilidade do mestre-proprietário dos servos à sua disposição.

E da distinção entre ócio conspícuo e ócio vicário emerge a classe ociosa inferior (ou subsidiária, ou derivativa), aludida nas páginas anteriores:

> *"In this way, then, there arises a subsidiary or derivative leisure class, whose office is the performance of a vicarious leisure for the behoof of the refutability of the primary or legitimate leisure class. This vicarious leisure class is distinguished from the leisure class proper by a characteristic feature of its habitual mode of life. The leisure of the master class is, at least ostensibly, an indulgence of a proclivity for the avoidance of labour and is presumed to enhance the master's own well-being and fulness of life;* ***but the leisure of the servant class exempt from productive labour is in some sort a performance exacted from them, and is not normally or primarily directed to their own comfort. The leisure of the servant is not his own leisure.*** *So far as he is a servant in the full sense, and not at the same time a member of a lower order of the leisure class proper, his leisure normally passes under the guise of specialised service directed to the furtherance of his master's fulness of life."(VEBLEN, 1899:60)*

Da figura do servo e da esposa, a um só tempo *dependentes* da força pecuniária do mestre-proprietário e *mantenedores* do seu patamar de emulação pecuniária, emerge o princípio de outra importante categoria - o *consumo conspícuo*. Entendido, em um primeiro momento, como desdobramento do *consumo vicário* exercido pelos indivíduos responsáveis pela manutenção da respeitabilidade de uma casa (mulheres,

servos e filhos sem condições de prover o próprio sustento), logo manifesta-se como algo independente das funções sociais desempenhadas por esse grupo.

A lógica é bastante simples - ao terem sua subsistência garantida pela força pecuniária do chefe de família, esposas e servos representam, pela sua mera existência, fonte de respeitabilidade, honra e distinção para o seu mantenedor. Qualquer forma de consumo desempenhada por esses indivíduos - vestuário, alimentação, entretenimento, educação, o que quer que seja - é, em essência, fonte de prestígio para aquele responsável, financeiramente, por sua realização. Logo, além de serem propriedade do chefe de família, estes elementos contribuem para sua *proeza* com o consumo, *sempre ostentatório*, do que quer que consumam.

Da mesma forma que Veblen diferencia os servos à disposição de um dado chefe de família, há diferenças marcantes entre os bens consumidos. Tão logo se estabeleçam essas estruturas, estabelece-se também a diferenciação entre os patamares de respeitabilidade associados ao consumo de um bem ou de outro. Marca-se a distinção pelo vestuário adotado por esposas, filhos e servos, pelos hábitos alimentares, pelo dispêndio com entretenimento e cultura e sua frequência, entre outros. Afirma-se a opulência do mestre não só pela presença de um vasto séquito de servos-escravos, mas pelo consumo indiretamente realizado por estes.

É curioso observar como esses quatro elementos - ócio conspícuo, ócio vicário, consumo conspícuo, consumo vicário - representam uma peculiar relação de interdependência; interdependência esta que se estabelece, por sua vez, entre seus diferentes realizadores. Se nos detemos sobre o tema com mais vagar, percebemos que o exercício conspícuo do ócio depende, pela via da comparação odiosa e da emulação pecuniária, tanto do seu realizador quanto de sua legitimação social (que é, fundamentalmente, extrânea ao indivíduo). Concomitantemente, parte da *educação* para o ócio (o cultivar da mente para adesão aos cânones de gosto e respeitabilidade socialmente reconhecidos como tal) e da *interação* em meios em que esse ócio seja reconhecido como força pecuniária. Da mesma forma, o ócio vicário parte da *viabilização* desse ócio em gerações futuras e em espaços 'fechados' ao chefe de família (i.e., canais de reputação associados à feminilidade, à infância, à interação entre os servos de libré de diferentes senhores, etc), potencializando-o e tornando-o mais abrangente. O suposto *dependente* é aquele de quem o chefe de família *depende*, em última instância, para legitimar sua posição enquanto tal; comparativamente, as

oportunidades para realização do ócio vicário suplantam em muito, nas sociedades capitalistas, aquelas relacionadas com o exercício direto do ócio conspícuo. Adicionalmente, se pensamos no consumo conspícuo como o direcionamento da força pecuniária de um dado indivíduo para o consumo de bens que elevem seu padrão de dignidade e respeitabilidade, estamos falando, necessariamente, do consumo de bens que incorporem, em si, *alguma medida de ócio vicário*. E consumo que não se dá de forma fortuita ou automática - parte de uma *educação para o gosto* que é, em última instância, ócio conspícuo e ócio vicário, também. Os quatro elementos estão fortemente ligados por sua fonte comum - a *demonstração conspícua de força pecuniária* em que se estabelecem os ritos de comparação sistematizados na emulação pecuniária e na comparação odiosa. Por fim (e o que é fundamental), cabe lembrar que o *controle* dessas formas de ostentação da força pecuniária ainda está calcado em diferenças de gênero, função e status que datam do predatismo. Logo, a violência subjacente a essas formas é particularmente marcante na constituição das normas que regem o ócio e consumo vicários; se há uma *cultivação* do espírito e do gosto para realização do ócio e do consumo conspícuos, é preciso que tenhamos em mente, também, que ócio e consumo vicário só valem enquanto manifestações conspícuas de força pecuniária se aderentes ao padrão de respeitabilidade de uma dada época, de uma dada sociedade.

Assim, da mesma forma que o exercício do ócio é um trabalho específico, em Veblen, é preciso que olhemos para o exercício do consumo como uma forma peculiar de *abstenção*. Consumir A envolve necessariamente não consumir B, C ou D; o ponto fundamental é a *seleção* da forma de consumo que traga ao chefe de família e a seus 'dependentes' o maior patamar de respeitabilidade (lembrando, é claro, que essa "escolha" não é nem racional nem individual, ditada por parâmetros institucionalmente estabelecidos em torno dos cânones do gosto). Se ao homem cabem formas de consumo e ócio que reforcem o status estabelecido no advento da barbárie, para as mulheres cabe a frugalidade, a contenção, a marca clara da subserviência e da fragilidade. O vício e a aventura se afirmam, de princípio, enquanto formas *masculinas* de fruição, enquanto contenção e dedicação (pela educação meticulosa para a etiqueta e o bom gosto) são sua contraparte *feminina*.

A evolução pseudo-histórica desses caracteres é detalhada extensivamente por Veblen:

> *"In what has been said of the evolution of the vicarious leisure class and its differentiation from the general body of the working classes, reference has been made to a further division of labour, - that between different servant classes. One portion of the servant class, chiefly those persons whose occupation is vicarious leisure, come to undertake a new, subsidiary range of duties - the vicarious consumption of goods. The most obvious form in which this consumption occurs is seen in the wearing of liveries and the occupation of spacious servants' quarters. Another, scarcely less obtrusive or less effective form of vicarious consumption, and a much more widely prevalent one, is the consumption of food, clothing, dwelling, and furniture by the lady and the rest of the domestic establishment."(VEBLEN, 1899:68)*

> *"The beginning of a diferentiation in consumption even antedates the appearance of anything that can fairly be called pecuniary strength. It is traceable back to the initial phase of predatory culture, and there is even a suggestion that an incipient differentiation in this respect lies back o the beginnings of the predatory life. This most primitive differentiation in the consumption of goods is like the later differentiation with which we are all so intimately familiar, in that it is largely of a ceremonial character, but unlike the latter it does not rest of a difference in accumulated wealth. The utility of consumption as an evidence of wealth is to be classed as a derivative growth. It is an adaptation to a new end, by a selective process, of a distinction previously existing and well established in men's habits of thought."(VEBLEN, 1899:68-69)*

Rememorando alguns dos pontos que trabalhamos anteriormente, a generalização do caráter predatório que marca a chegada, de uma dada sociedade, ao estágio bárbaro de sua evolução, é acompanhada pela aceitação e reconhecimento da proeza enquanto forma fundamental de medição da distinção entre os homens. Esta, por sua vez, se dá pelos mecanismos da emulação pecuniária e da comparação odiosa, que move os sujeitos a novos feitos de proeza na busca por maior status. Nesse intuito, a difusão do modo de vida implica na necessidade de amplo reconhecimento da proeza - algo atingível, num primeiro momento, pela criação de troféus representativos de proezas passadas, prontamente convertidos na ideia de propriedade - primeiro, cabe sempre lembrar, pela posse de escravos. A evolução da forma troféu condiciona o surgimento de hábitos, modos de pensamento e práticas sociais lidas como respeitáveis; tratam-se, em verdade, dos mecanismos socialmente reconhecidos de validação do status da classe ociosa por meio do exercício do ócio conspícuo. Pela

articulação desse ócio com a propriedade de esposas e o domínio sobre serviçais, estabelece-se também a ideia de ócio vicário, exercido em benefício do mantenedor material dessas camadas de 'escravos'. A mera manutenção desses servos implica na realização de consumo que, por indispensável que seja, já implica em ganho vicário de status para seu mestre-proprietário. O reconhecimento do dispêndio realizado por meio desse consumo, logo, torna-se demonstração de força pecuniária.

A ideia de consumo conspícuo segue a prerrogativa geral de expansão dos meios de representação e legitimação da força pecuniária preconizada na transição do feito de proeza para o troféu, do troféu para a propriedade, da propriedade de escravos para o ócio vicário e do ócio vicário para o consumo vicário. Logo, torna-se mais um mecanismo de validação da distinção de status entre os homens, agora de forma mais ampla e imediatamente reconhecível do que em seus patamares anteriores.

Como também discutimos, não se trata tão somente de consumir por consumir, ou de consumir em indistinta abundância. Trata-se da curiosa relação entre *consumo* e *abstinência*; ao consumir algo, abstém-se do consumo de outras tantas coisas. O índice que motiva a escolha pelo consumo considerado digno, respeitoso, honroso, elevado, refinado ou elegante é construído, cabe sempre lembrar, pelos mecanismos institucionais de evolução dessa sociedade - estabelece-se, ao longo do tempo, um conjunto de normas quanto ao belo, ao bom, ao proveitoso, ao culto, ao esclarecido, ao refinado que precisam de extensa educação, para que possam ser decifradas e seguidas pelos iniciados, e de constante desenvolvimento.

É preciso que esse consumo seja lido, também, a partir das lentes da sociabilidade exercida sob domínio da emulação pecuniária e da comparação odiosa. Não se come, bebe ou veste algo, pura a simplesmente, para a fruição individual; os atos de comer, beber e vestir são, como tantos outros, atos sociais - carregam, em seu fim, o reconhecimento do status de que investem seu executor, da mesma forma que impõem, sobre este mesmo agente, condições pétreas de dignidade e respeitabilidade, que determinam o que é digno ou indigno de se comer, beber ou vestir dada a sua estatura social.

Veblen destrói com facilidade a economia de seu tempo (marcadamente as concepções ortodoxas de consumo), postulando, de forma simples, o caráter *social*, *ideológico* e *classista* do consumo. Não há meio de colocar à disposição do sujeito a possibilidade de escolha individual, racionalmente orientada, pautada pela

maximização da utilidade, já que nem essa escolha nem esse indivíduo existem. O homem que vive em meio às páginas da *Teoria da Classe Ociosa* é, antes de mais nada, fruto de um longo processo de desenvolvimento histórico e institucional, marcado pela adoção de um conjunto de regras, cânones, constrangimentos e recompensas a ações que legitimem as regras fundamentais estabelecidas nos primórdios da narrativa pseudo-histórica vebleniana. Logo, se a história da civilização nada mais é que a institucionalização da violência predatória que marca a transição entre selvageria e barbarismo, a suposta 'escolha' a que aludem os economistas do início do século XX pouco é senão a confirmação de padrões institucionalizados de distinção e opressão calcados em leis tão antigas quanto o cultivo de cereais e a domesticação do gado.

Faz-se evidente como a obra vebleniana não se trata de uma 'sociologia do consumo' ou da crítica aos exageros da Era do Jazz. Também não pode ser lida como o comentário social historicamente limitado, com mero valor de crônica, sobre os descaminhos do capitalismo entre 1848 e 1929. Veblen pode ser muitas coisas, mas *não é um anti-Gatsby*. Se há uma coisa que ele e Scott-Fitzgerald fazem com maestria, pela criação do personagem pelo personagem em sua busca por status e aceitação, de um lado, e pela institucionalização da violência em códigos cada vez mais complexos de consumo e ócio, de outro, é demonstrar o quão *inumano* é o processo civilizatório posto em curso com base nesses termos. O consumo - marcadamente o consumo *de luxo*, que lamentavelmente inunda a mente de grande parte dos leitores contemporâneos de Veblen - é só a faceta mais aparente dessa violência.

Falamos em processo por levar em conta a forma como o sistema está estruturado, em torno do espiralante alargamento das prerrogativas de respeitabilidade e honra atribuídas a um dado patamar de força pecuniária e do desenvolvimento dessas prerrogativas como um padrão *hierárquico* claro de comparação e medição de forças. Toda a evolução da propriedade, do gosto, do ócio e do consumo foi apresentada, em nossa leitura particular do autor, como desenvolvimento desse princípio básico de opressão e violência. Mas o mecanismo responsável pela transmissão desses cânones, pelo reconhecimento da força, pela legitimação dos critérios em que se estabelece essa sociedade é, como definido pelo autor, um

mecanismo de *emulação*. Há um padrão a ser respeitado, e esse é também um padrão a ser seguido. Como assevera o autor,

> *"The leisure class stands at the head of the social structure in point of reputability; and its manner of life and its standards of worth therefore afford the norm of reputability for the community.* ***The observance of these standards, in some degree of approximation, becomes incumbent upon all classes lower in the scale.*** *In modern civilised communities the lines of demarcation between social classes have frown vague and transient, and wherever this happens the norm of reputability imposed by the upper class extends its coercive influence with but slight hindrance down trough the social structure to the lowest strata.* ***The result is that members of each stratum accept as their ideal of decency the scheme of life in vogue in the next higher stratum, and bend their energies to live up to that ideal. On pain of forfeiting their good name and their self-respect in case of failure, they must conform to the accepted code, at least in appearance.****"(VEBLEN, 1899:84)*

É mais do que óbvio, a este ponto, que Veblen não faz uma sociologia 'dos muito ricos', nem se dedica à 'crítica do desperdício'. Afirmar tal coisa é como defender que os três volumes d'*O Capital* são uma curiosa elucubração sobre mercadorias indo e vindo, sem qualquer implicação de maior profundidade. No nível aparente, Veblen discute luxo, moda, etiqueta, consumo; na essência, violência, hierarquia, tradição. É nesse espírito que resgatamos a passagem seguinte, facilmente ignorada por leitores entretidos com as vívidas descrições dos processos de evolução controlada entre diferentes raças de cachorro, das mudanças no curso da moda ou das mordazes críticas à academia americana.

> *"The basis on which good repute in any highly organised industrial community ultimately rests is pecuniary strength, and so of gaining or retaining a good name, are leisure and a conspicuous consumption of goods. Accordingly, both of these methods are in vogue as far down the scale as it remains possible; and in the lower strata in which the two methods are employed,* ***both offices are in great part delegated to the wife and children of the household****. [...]* ***No class of society, not even the most abjectly poor, foregoes all customary conspicuous consumption.*** *Very much of squalor and discomfort will be endured before the last trinket or the last pretence of pecuniary decency is put away. There is no class and no country that has yielded so abjectly before the pressure of physical want as to deny themselves all gratification of this higher or spiritual need."(VEBLEN, 1899:85)*

Nela, Veblen resgata o essencial - esse padrão de respeitabilidade, ainda que adotado de forma plena somente pelas camadas mais elevadas da classe ociosa, repercute sobre *todas* as classes sociais. Ócio e consumo são pouco mais do que os *veículos* para a violência corporificada na sociabilidade sob o predatismo, e a adoção de um ou de outro decorre de um princípio elementar - "qual dos dois métodos atinge mais efetivamente as pessoas cujas convicções espera-se afetar"(VEBLEN, 1899:86, livre tradução). A adoção predominante do consumo conspícuo enquanto meio de demonstração de força pecuniária é, nesse sentido, decorrência lógica da evolução dessa sociedade:

> *"So long as the community or social group is small enough and compact enough to be effectually reached by common notoriety alone, - that is to say, so long as the human environment to which the individual is required to adapt himself in respect of reputability is comprised within his sphere of personal acquaintance and neighbourhood gossip, - so long the one method is about as effective as the other. Each will therefore serve about equally well during the earlier stages of social growth. But when the differentiation has gone farther and it becomes necessary to reach a wider human environment, consumption begins to hold over leisure as an ordinary means of decency. This is especially true during the later, peaceable economic stage. The means of communication and the mobility of the population now expose the individual to the observation of many persons who have no other means of judging of his reputability than the display of goods (and perhaps of breeding) which he is able to make while he is under their direct observation."(VEBLEN, 1899:86)*

E, avançando sobre o mesmo ponto:

> *"The modern organisation of industry works in the same direction also by another line. [...] One's neighbours, mechanically speaking, often are socially not one's neighbours, or even acquaintances; and still their transient good opinion has a high degree of utility. The only practicable means of impressing one's pecuniary ability on these unsympathetic observers of one's everyday life is an unremitting demonstration of ability to pay. In the modern community there is also a more frequent attendance at large gatherings of people to whom one's everyday life is unknown; in such places as churches, theatres, ballrooms, hotels, parks, shops, and the like. In order to impress these transient observers, and to retain one's self-complacency under their observation, the*

> *signature of one's pecuniary strength should be written in characters which he who runs may read.* ***It is evident, therefore, that the present trend of the development is in the direction of heightening the utility of conspicuous consumption as compared with leisure****."(VEBLEN, 1899:86-87)*

Isso reforça nossa crença na incorporação do *terceiro sempre presente* em Veblen. Com o abandono da necessidade imediata de validação afetiva por pares com os quais o sujeito efetivamente constrói laços emocionais significativos, a massa fria e indiferenciada dos habitantes do meio urbano se torna a juíza da conduta individual, internalizada pela adoção de cânones institucionalmente informados. Logo, não se trata da massa, dos indivíduos que compõem (numa leitura que acredite em indivíduos) essa massa, ou daqueles fisicamente próximos ao agente, mas de *uma versão imaginada da massa e de seus gostos, produzida e reproduzida institucionalmente*. Esse dado é fundamental por (a) contribuir para a refutação do papel geralmente atribuído ao autor, de 'contribuinte marginal' ao *mainstream* econômico (ou a correntes recatadamente heterodoxas) do século XX, (b) revalidar o papel do consumo enquanto *dimensão aparente* da violência que marca a sociabilidade capitalista e (c) ligar a discussão mais abrangente de *mudança e evolução institucional* aos pontos que trabalhamos até agora. Inocentes que possam parecer, os cânones do gosto, do consumo e do lazer figuram como indicativo claro dos rumos tomados pela evolução institucional em uma dada sociedade e, ao darem a medida do que é respeitável ou honroso, estabelecem as condições básicas da interação e comparação entre os homens.

Ainda que o ócio tenha se afirmado como a primeira forma de exibição de força pecuniária, o consumo inquestionavelmente mantém a primazia, desde muito antes da redação da *Teoria da Classe Ociosa* (VEBLEN, 1899:91-92). A extrapolação dos cânones pelos quais a vida é ordenada, entre membros da classe ociosa, não ocorre sem tensão. Tocamos, ainda que brevemente, na problemática do instinto do artesanato e de seu apelo à frugalidade. Antes que concluamos nossa exposição sobre o consumo, talvez seja oportuno que voltemos a esse ponto.

Demonstramos, em vários momentos, como *ócio conspícuo* e *trabalho*, em Veblen, são em última instância *formas distintas de trabalho*, com meios e fins diversos. Ao avançar sobre esse ponto, temos a seguinte afirmação (que corrobora o que foi dito até agora):

> *"Leisure is honourable and becomes imperative partly because it shows exemption from ignoble labour. [...] Its ascendency is furthered by the fact that leisure is still fully as effective an evidence of wealth as consumption. [...] The subsequent relative decline in the use of conspicuous leisure as a basis of repute is due partly to an increasing relative effectiveness of consumption as an evidence of wealth; but in part it is traceable to another force, alien, and in some degree antagonistic, to the usage of conspicuous waste."(VEBLEN, 1899:92-3)*

Essa *força estranha* é o instinto do artesanato, finalmente definido de forma clara:

> *"This alien factor is the instinct of workmanship. Other circumstances permitting, that instinct disposes men to look with favour upon productive eficiency and on whatever is of human use. It disposes them to deprecate waste of substance or effort. The instinct of workmanship is present in all men, and asserts itself even under very adverse circumstances."(VEBLEN, 1899:93)*

A aparente tensão entre os impulsos de racionalidade e frugalidade reunidos na noção de instinto do artesanato e o dispêndio de tempo e recursos para realização de ócio e consumo conspícuos se manifestam na aparente recriminação moral da perdularidade e na exaltação da parcimônia, que conferem às manifestações de força pecuniária a caracterização usual de *desperdício*, no imaginário popular. Como já discutimos anteriormente, resgatando os fragmentos em que o autor reforça essa ideia, Veblen não pretende, em seu trabalho, construir uma recriminação moral do gasto conspícuo. O argumento evolui até esse ponto para que compreendamos como essa construção moral-ideológica decorre, em última instância, dos mecanismos de estratificação detalhados por Veblen - de um lado, exalta-se a respeitabilidade e honradez de formas específicas de ocupação do tempo, enquanto, de outro, afirma-se a percepção de que estas nada mais seriam do que uma grande 'perda de tempo'. Nosso ponto é que essa diferenciação da compreensão de diferentes formas de ócio e consumo, ainda que trabalhada de forma relativamente limitada na *Teoria da Classe Ociosa*, oferece subsídios para que pensemos as noções de *consciência de classe* e de *finalidade* nas teses de Veblen. Afinal, como procuramos demonstrar até agora (a) as manifestações de força pecuniária da classe ociosa nada mais são do que mecanismos

institucionalmente constituídos e legítimos para revalidação da violência que marca os primórdios da propriedade e da divisão do trabalho e (b) dependem, fundamentalmente, da presença de *espectadores* para sua efetivação - de nada valem ócio e consumo conspícuo sem a ampla estrutura social responsável por assistir e reconhecer a essas ações. Adicionalmente, (c) as formas usuais de demonstração de força pecuniária operam, fundamentalmente, por força da tradição - logo, não são fruto de escolha, muito menos de qualquer arremedo de racionalidade -, enquanto (d) as pulsões de frugalidade e objetividade do estágio selvagem são preservadas naquilo que Veblen denomina de instinto do artesanato, uma espécie de *racionalidade objetiva* ancestral que garante a condenação moral, entre trabalhadores, dos "excessos" da classe ociosa. Paradoxalmente, a classe ociosa *depende* de seus inferiores para legitimar suas ações, ao passo em que o único componente que não se encaixa perfeitamente na circularidade do sistema (o instinto do artesanato) é mantido como prerrogativa do trabalho.

De forma bastante curiosa, salta aos olhos uma primeira hipótese de leitura - a superação da violência institucionalizada nas práticas, usos e costumes da classe ociosa só é possível a partir de caracteres do estágio selvagem preservados no instinto do artesanato. Logo, partiria dos trabalhadores a única possibilidade concreta de desmantelamento dos baluartes de defesa institucional das prerrogativas da classe ociosa, uma vez que as atividades dos estratos superiores seriam, mais das vezes, mero exercício de revalidação da emulação pecuniária e da comparação odiosa.

Veblen não é um marxista. Em momento algum se arroga o pertencimento à tradição intelectual, ou reproduz as principais teses de Marx. Também não discute abertamente, ao menos na *Teoria da Classe Ociosa*, seus trabalhos. Mas há forte paralelismo entre o instinto do artesanato e alguns componentes da leitura marxiana do modo de produção capitalista. O desenvolvimento dessa tese, no entanto, não cabe nestas páginas; talvez voltemos a ela em momentos posteriores.

II.2 - Instituições e dinâmica da transformação institucional

Superados os percalços da primeira sessão podemos nos lançar a alguns dos desdobramentos prontamente observáveis do sistema delineado nos primeiros capítulos da *Teoria da Classe Ociosa*. Como demonstramos, a violência presente na

transição da selvageria para o barbarismo, cristalizada na instituição da propriedade, marca a distinção entre trabalhos honrosos e trabalhos ignóbeis, entre proeza e diligência. Fonte de respeitabilidade, tarefas que envolvam proeza tornam-se, nesse momento, prerrogativa da classe ociosa; trabalhos repetitivos, que envolvam predominantemente diligência, passam a ser responsabilidade da classe trabalhadora (e, pelo vínculo entre trabalho repetitivo e escravidão nos primeiros estágios da narrativa pseudo-histórica empregada por Veblen, vistos como trabalho ignóbil). Respeitabilidade, honra e distinção, resultantes da proeza, só têm validade se reconhecidos socialmente; logo, evolui o feito de proeza de modo a permitir o estabelecimento de troféus (que também relacionam-se diretamente ao nascimento da propriedade), amplamente reconhecíveis, e, posteriormente, de um conjunto de práticas, gestos, hábitos, usos e costumes como representação desse status diferenciado. Nasce, assim, o ócio conspícuo. Pelo espraiamento desse ócio para os 'dependentes' do chefe de família, institui-se o ócio vicário, exercido em benefício do mestre, proprietário ou esposo. Em paralelo a essas duas formas de ócio, avança também a ideia de consumo conspícuo - com o distanciamento entre sujeito e observador, formas de representação material e evidente da distinção se fazem necessárias, e o consumo ostentatório se afirma como nova forma prioritária de manifestação pecuniária de força.

Um ponto que reafirmamos repetidamente ao longo da sessão anterior é como essas formas de ócio e consumo só são efetivas a partir de um conhecimento (de difícil aquisição) sobre as normas de etiqueta, bom gosto e bons modos, que ditam a vida de indivíduos educados, cultos e esclarecidos, para o padrão de uma dada sociedade. Essa necessidade de reconhecimento passa, em seu nível mais elementar, pelos mecanismos de emulação pecuniária e comparação odiosa. Agora, como também mencionamos, depende da construção de um vasto arcabouço ideológico de validação e legitimação.

No centro deste arcabouço estão o *padrão pecuniário de vida*, que dita os critérios fundamentais do que entendemos por conforto e decência, os *cânones do gosto*, fundamentais ao reconhecimento da 'virtude' atribuída às formas de ócio e consumo desempenhadas pela classe ociosa, e o *vestuário*, que assume importante função como sinalizador imediato de status, a partir de certo momento no desenvolvimento do modelo de sociedade discutido por Veblen.

No âmago desses construtos ideológicos repousa a abstenção, por parte de membros da classe ociosa, do envolvimento com funções que possam ser remotamente associadas às incultas tarefas reservadas aos trabalhadores. A essa abstenção Veblen dedica um capítulo crucial de sua tese, intitulado *Industrial Exemption and Conservatism*. Nele são esmiuçados os elementos que garantiriam a rigidez da instituição da classe ociosa e de suas prerrogativas.

Nossa leitura se ocupará desses elementos, na sequência (os capítulos V, VI, VII e VIII da *Teoria da Classe Ociosa*, cujos títulos são, respectivamente, *The Pecuniary Standard of Living*, *Pecuniary Canons of Taste*, *Dress as an Expression of Pecuniary Culture* e *Industrial Exemption and Conservatism*). Lamentavelmente, somos forçados a evitar as extensas descrições dos costumes da classe ociosa elaboradas por Veblen; já nos estendemos por demais na primeira parte do capítulo e pretendíamos, aqui, fazer uma exposição mais direta. O fundamental, em nosso entendimento, é escrutinizar as ligações nem sempre evidentes entre essas dimensões claramente observáveis da vida social e o substrato teórico forte do texto, i.e., a relação entre a instituição da classe ociosa e o vasto arranjo institucional que lhe dá suporte. Logo, antecipamos que moda, gosto e etiqueta, em Veblen, não são meras normas do convívio social entre iniciados; afirmam, em si, a violência presente na distinção entre classe trabalhadora e classe ociosa e fortalecem os mecanismos de defesa institucional das prerrogativas do ócio e da propriedade, em nossa sociedade.

O ponto central do estabelecimento e manutenção de padrões pecuniários repousa sobre uma tese apresentada pelo autor e reforçada por nós nas páginas anteriores: as supostas "escolhas" por ócio, consumo e por sua conspicuidade não são, de fato, escolhas; não partem de esforço consciente no sentido de "queimar dinheiro" ou "ostentar" pura e simplesmente. A conspicuidade dessas ações emana, dada sua origem invidiosa, da necessidade premente de adequação a um padrão digno de vida, fruto de longa evolução institucional.

Como é de se imaginar, mover-se para um padrão de vida inferior é um sacrifício enorme, ao passo que aproximar-se dos degraus superiores é motivo de grande satisfação. Veblen explica essa peculiaridade com naturalidade, reforçando que o *padrão de vida que procuramos manter não é aquele que de fato vivenciamos, mas algo imediatamente superior, logo acima de nosso alcance*. O motivo, como prenunciamos em passagens anteriores, é o *modus operandi* da emulação pecuniária:

> *"This suggests that the standard of expenditure which commonly guides our efforts is not the average, ordinary expenditure already achieved; it is an ideal of consumption tat lies just beyond our reach, or to reach which requires some strain. The motive is* ***emulation*** *- the stimulus of an invidious comparison which prompts us to outdo those with whom we are in the habit of classing ourselves. Substantially, the same proposition is expressed in the commonplace remark that each class envies and emulates the class next above it in the social scale, while it rarely compares itself with those below or with those who are considerably in advance.* ***That is to say,*** *in other words,* ***our standard of decency in expenditure, as in other ends of emulation, is set by the usage of those next above us in reputability;*** *until, in this way, especially in any community where class distinctions are somewhat vague,* ***all canons o reputability and decency, and all standards of consumption, are traced back by insensible gradations to the usages and habits of thought of the highest social and pecuniary class - the wealthy leisure class.****"(VEBLEN, 1899:104)*

Outro elemento fica evidente: a "liderança" exercida pela classe ociosa superior quanto ao consumo e à manutenção de um padrão digno de existência. Lembrando do que já dissemos sobre evolução institucional e conservadorismo, trata-se de um processo de longuíssima duração; costumes em vigência entre membros da alta cúpula da classe ociosa se espraiam pelo tecido social, até atingirem seus fios mais simples, em movimento que dura centenas de anos.

Essa é uma das razões pelas quais acreditamos ser fundamental não classificar Thorstein Veblen como um 'crítico dos costumes' ou a *Teoria da Classe Ociosa* tão somente como um tratado de 'sociologia econômica do consumo'. De forma análoga, é fundamental que deixemos de lado a bem sucedida tentativa de economistas ortodoxos em transformar a leitura vebleniana das instituições em uma apara do modelo, restringindo-a à função de limitar o escopo de uma já limitada ficção teórica. É o que pretendemos ao ligar os capítulos em que Veblen trata dos elementos mais 'superficiais' - e que fique claro: superficiais no sentido de aparentes à superfície, não de pouco profundos - de seu modelo às considerações sobre transformação institucional. Unidos, os dois 'extremos' são elucidativos de alguns pontos importantes da análise, marcadamente a necessidade de consideração do longo prazo histórico-sociológico em qualquer tentativa de superação, revisão ou crítica do arcabouço institucional que arbitra as relações sociais.

Da mesma forma, o ritmo ou velocidade da transformação institucional não é o mesmo. Veblen distingue, ainda que de forma relativamente frouxa, entre diferentes 'camadas' estruturais-institucionais, com maior ou menor rigidez, dada sua prevalência no tempo. Este seria o primeiro componente de onde poderíamos abstrair uma teoria da mudança institucional em sua grande tese:

> *"The process is slower where the mobility of the population is less or where the intervals between the several classes are wider and more abrupt. But if time be allowed, the scope of the discretion of the leisure class as regards questions of form and detail in the community's scheme of life is large; while as regards the substantial principles of reputability, the changes which it can effect lie within a narrow margin of tolerance. Its example and precept carries the force of prescription for all classes below it; but in working out the precepts which are handed down as governing the form and method of reputability - in shaping the usages and the spiritual attitude of the lower classes - this authoritative prescription constantly works under the elective guidance of the canon of conspicuous waste, tempered in varying degree by the instinct of workmanship. To these norms is to be added another broad principle of human nature - the predatory animus - which in point of generality and of psychological content lies between the two just named."(VEBLEN, 1899:105)*

Algo próximo de uma 'escala' da dificuldade de transformações no arranjo institucional também nos é dado pelo autor, algumas páginas adiante:

> *"That is to say, in a general way, the most ancient and ingrained of the habits which govern the individual's life - those habits that touch his existence as an organism - are the most persistent and imperative. Beyond these come the higher wants - later-formed habits of the individual or the race - in a somewhat irregular and by no means invariable gradation. [...] In general, the longer the habituation, the more unbroken the habit and the more nearly it coincides with previous habitual forms of the life process, the more persistently will the given habit assert itself. The habit will be stronger if the particular traits of human nature which its acton involves, or the particular aptitudes that find exercise in it, are traits or aptitudes that are already largely and profoundly concerned in the life process or that are intimately bound up with the life history of the particular racial stock."(VEBLEN, 1899:107-8)*

Transitando de forma breve pelas demais considerações do autor sobre o padrão de vida, encontramos um conjunto de enunciados gerais sobre sua origem, formato e persistência. Para evitar repetições desnecessárias, atemo-nos ao essencial. O cânone da respeitabilidade adequa-se, em última instância, ao que Veblen denomina de *circunstâncias econômicas*, às *tradições* e ao grau de *maturidade espiritual* da classe particular cujo modo de vida regulará. Em termos claros, as práticas da classe ociosa são emuladas e incorporadas de forma peculiar e seletiva, moldando-se as camadas exteriores dessa instituição ao contexto em que estão inseridas. A observância da abstenção do trabalho pela esposa é um exemplo claro, mantendo-se até o limite inferior da possibilidade (quando o trabalho de todos os membros da família se faz necessário para manter seu sustento). Como antecipamos de forma breve, o padrão é de natureza predominantemente *negativa*, pela força que exerce contrariamente à recessão a um padrão inferior, e habitual, o que nos dá maiores indícios de sua resiliência. Dado o caráter institucional do hábito, é difícil mudá-lo. Isso, aliado à aspiração a um padrão de vida superior, condiciona as pretensões ascendentes do perfil de uma dada classe.

Adicionalmente (e aqui concluímos nossas observações gerais sobre o padrão de vida), o padrão de vida vigente em uma comunidade ou classe são a referência primeira (e, muitas vezes, a *única* referência) para as aspirações dessa comunidade ou classe. Ao estabelecer os limiares do *modus vivendi* de uma dada classe, o padrão de vida efetivamente estabelece os limiares do seu *horizonte de possibilidades* - de forma paradoxal, a adesão a uma cadeia ascendente de padrões de vida que se sucedem pecuniariamente condiciona a rigidez dessa mesma cadeia, com a integração de membros de diferentes classes nessa longa trajetória de ascensão por meio de um conjunto de aspirações consecutivas. Os esforços da classe e da comunidade, mais individual do que coletivamente, são direcionados não para a superação do status quo, mas para seu *reforço*. Ascender, nessa leitura, é fundamentalmente *negar os frutos objetivos dessa ascensão*. Com cada degrau galgado, outro desponta no horizonte.

A linha argumentativa defendida até agora nega qualquer espanto que poderia advir dessa conclusão. Basta lembrar que o mecanismo fundamental de sociabilidade, nos termos estipulados após a generalização do modo de vida predatório, é a emulação pecuniária, calcada nos termos da comparação odiosa, direcionando a racionalidade consubstanciada no instinto do artesanato em ferramenta na consecução

de vãos progressos na escala institucionalmente imposta de comparação entre os homens.

Ao lançar-se sobre os cânones do gosto, Veblen mantém o tom da argumentação anterior; a diferença é que pontilha-a, agora, de coloridos exemplos das mecânicas que se propõe a discutir. Sua primeira observação diz respeito ao princípio que ordena a ação do consumidor de qualquer bem - não se trata da percepção nua e crua do status conferido por um dado produto, ou de qualquer forma de cálculo racional objetivo. Logo, as prescrições com relação ao gasto tomam a forma institucional de práticas/hábitos associados ao bom gosto, à manutenção de um determinado padrão de satisfação, conforto, decência, dignidade. Isso ganha importância central se levamos em conta que elemento considerável desses gastos pode ser observado em consumo que não se torna evidente para os outros (por meio, mais uma vez, do mecanismo reflexivo internalizado pelos agentes, i.e., pela absorção do padrão de vida e de suas aspirações como detalhamos no parágrafo anterior).

Como também antecipamos, os cânones do gosto não envolvem somente a predileção de um indivíduo, uma classe ou comunidade por esse ou aquele bem. Inculcados no senso estético do sujeito estão, em última instância, códigos que versam sobre a dignidade das relações de gênero, da divisão do trabalho, da propriedade e de outros componentes institucionalmente fortes (e profundos), do sistema. Veblen faz clara essa linha de pensamento nas passagens seguintes:

> *"Under the selective surveillance of the law of conspicuous waste there grows up a code of accredited canons of consumption, the effect of which is to hold the consumer up to a standard of expensiveness and wastefulness in his consumption of goods and in his employment of time and effort. This growth of prescriptive usage has an immediate effect upon economic life, but it also has an indirect and remoter effect upon conduct in other respects as well.* ***Habits of thought with respect to the expression of life in any given direction unavoidably affect the habitual view of what is good and right in life in other directions also.*** *In the organic complex of habits of thought which make up the substance of an individual's conscious life the economic interest does not lie isolated and distinct from all other interests."(VEBLEN, 1899:116)*

Nunca se tratou, tão somente, de um estudo do consumo de bens de luxo, ou da aparentemente fútil ocupação das camadas afluentes de nossa sociedade em cerimonialismo e dispêndio. A preocupação da tese é como esses mecanismos se

afirmam enquanto veículo para formas de distinção, discriminação e opressão muito mais abrangentes, poderosas e duradouras que a opção entre bem A e bem B. O vínculo direto entre esse elemento estético e seu substrato político e econômico é sua *dignificação* - a forma como consumo e ócio conspícuos representam, em si, um dado patamar de respeitabilidade, afirmando-se, portanto, não só como normas para a educação dos sentidos, mas como preceitos de *educação moral*. Sobre isto,

> *"The principle of conspicuous waste guides the formation of habits of thought as to what is honest and reputable in life and in commodities. In so doing, this principle will traverse other norms of conduct which do not primarily have to do with the code of pecuniary honour, but which have, directly or incidentally, an economic significance of some magnitude. So the canon of honorific waste may, immediately or remotely, influence the sense of duty, the sense of beauty, the sense of utility, the sense of devotional or ritualistic fitness, and the scientific sense of truth."(VEBLEN, 1899: 116)*

A cada um desses sensos cabe um conjunto de preceitos morais específicos, incutidos em meio às recomendações sobre respeitabilidade e dignidade que transbordam dos manuais de etiqueta e das normas gerais de bom senso de uma dada época. O *senso de dever* pertinente a uma dada classe, por exemplo, atua como síntese da conduta moral relacionada de forma clara à ideia do que seria 'apropriado' ao grupo em questão. Ao *senso científico de verdade* Veblen dedica outro capítulo, que discutiremos na próxima sessão. O *senso de propriedade devocional ou ritualística* é objeto curioso, pela constituição de uma espécie de consumo e ócio *devotos* observantes dos cânones emulação pecuniária e conspicuidade. Em crítica mordaz à religião organizada, Veblen enfatiza o caráter vicário dessas manifestações de fé, entendendo a extravagância da Igreja como elemento a serviço do consumo vicário divino (que, por sua vez, atuaria como um elo a mais na longa cadeia hierárquica e disciplinar de padrões de vida).

Mais do que um exercício evidente do consumo vicário, a vida sacerdotal se afirma como um ponto de ligação entre os cânones do gosto e os pontos centrais da moralidade inculcada sub-repticiamente ao senso estético. Veblen imputa à construção da divindade a síntese do ideal de 'bem viver' que norteia a moral de uma dada comunidade, de uma dada época; estabelece-se, pela religião, um padrão de fácil difusão e caracterização imediata dos mecanismos de comparação odiosa.

> *"In so calling in the aid of fancy to enrich and fill in their picture of the divinity's presence and manner of life they habitually impute to him such traits as go to make up their ideal of a worthy man. [...] And still, after all allowance has been made, it appears that the canons of pecuniary reputability do, directly or indirectly, materially affect our notions of the attributes of divinity, as well as our notions of what are the fit and adequate manner and circumstances of divine communion."(VEBLEN, 1899:123-124)*

Por fim, o senso de beleza ou utilidade em bens de consumo é aquele que guarda relações mais diretas com o que discutimos, até agora. De forma previsível, um item é tomado por mais belo quão melhor ele representar, em si, caracteres conspicuamente ociosos; logo, quão menos objetivamente prático e útil for. Se observarmos a construção empreendida até agora, fica claro como esses elementos se afirmam de forma indistinta no imaginário dos indivíduos pertencentes às classes em questão, com a adesão ao padrão estético então em voga representando a culminação da auto-valoração moral individual.

Ainda que as delongadas digressões em torno de vários objetos de apreciação estética - roupas, sapatos, ferramentas, obras de arte, veículos, jardins, parques, topiários, gatos, cães visivelmente deformados pela evolução controlada, cavalos, pássaros, livros e mobílias, para citar alguns - pudessem proporcionar um bem vindo resguardo da crueza de nosso tema, optamos por omiti-las pelo bem da objetividade. Nesse sentido, consideramos fundamentais duas menções adicionais.

A primeira diz respeito à difícil adesão de algumas classes sociais às normas do gosto preconizadas por setores da classe ociosa. Isso se relaciona, grosso modo, aos mecanismos de 'educação para o gosto' que já discutimos na primeira sessão: é preciso o olhar treinado para ver beleza em cães braquicefálicos ou no expressionismo abstrato de Pollock. A incapacidade dos trabalhadores em apreciar a beleza "inerente" a esses objetos é reforço adicional à demonstração de força pecuniária que se estabelece pela adesão da classe ociosa a esses objetos de difícil apreciação. Logo, diferenças de gosto, entre classes, são em verdade *diferenças nos códigos de respeitabilidade de diferentes camadas da sociedade*. "*With a certain allowance for variations to be accounted for on other grounds, these traditions are determined, more or less rigidly, by the pecuniary plane of life of the class.*"(VEBLEN, 1899:133)

Outro ponto fundamental é como a opressão de gênero retorna das profundezas do arcabouço institucional e revela facetas evidentes de seu caráter violento, quando afirma-se o ideal de beleza feminina de um dado contexto histórico-social. Dois elementos são centrais, nesse caso: (1) a privação tradicional do trabalho e (2) a deformidade controlada, seletiva, perpetrada por meio de instrumentos de tortura como as amarras chinesas para pés ou o espartilho, até algumas décadas atrás de uso generalizado em sociedades ocidentais. A debilidade extrema da heroína romântica tradicional (dada suas constantes variações de pressão sanguínea e evidente dificuldade de respiração) atestam não só o pouco tempo gasto ao ar livre como sua progressiva deformação para correspondência ao ideal feminino de fragilidade; de forma análoga, o cavalheirismo vitoriano é alvo de comentários argutos pelo autor, que o vê como desdobramento do mesmo princípio opressor de dominação e propriedade sobre a mulher. Por fim, tão longa é a sujeição da mulher a esses cânones que sua contestação é quase impossível, nos dias atuais. Ainda que mudados os padrões estéticos, permanece a quase obrigatoriedade de adesão feminina a um código de vestuário, porte e aparência.

As considerações sobre o vestuário como expressão da cultura pecuniária (expostas, por Veblen, no capítulo VII de sua *Teoria da Classe Ociosa*) conferem reforço adicional a esse argumento. Seu papel é ainda maior que o de outras formas de consumo por estar sempre em evidência; logo, afirma-se como a forma de consumo conspícuo por excelência. Além da constância, deve evidenciar (como demonstração de força pecuniária) que seu possuidor não exerce nenhuma função produtiva; para o autor, é desse elemento que deriva o efeito agradável causado por roupas novas e imaculadas - a sugestão de ócio presente na vestimenta limpa, intacta, sem manchas. Se essas regras valem para o vestuário em geral, são ainda mais rígidas no caso do vestuário feminino. Saltos, saias, corpetes e similares têm uma função clara, nesse sentido: "*It may broadly be set down that the womanliness of woman's apparel resolves itself, in point of substantial fact, into the more effective hindrance to useful exertion offered by the garments peculiar to women.*"(VEBLEN, 1899:172)

Isto se deve, em grande medida, à função social imputada sobre a mulher de classe alta - a dedicação exclusiva ao exercício do ócio vicário e do consumo vicário, para desfrute do marido/senhor:

> *"Propriety requires respectable women to abstain more consistently from useful effort and to make more of a show of leisure than the men of the same social classes. [...] By virtue of its descent from a patriarchal past, our social system makes it the woman's function in an especial degree to put in evidence her household's ability to pay. According to the modern civilised scheme of life, the good name of the household to which she belongs should be the special care of the woman; and the system of honorific expenditure and conspicuous leisure by which this good name is chiefly sustained is therefore the woman's sphere. In the ideal scheme, as it tends to realise itself in the life of the higher pecuniary classes, this attention to conspicuous waste of substance and effort should normally be the sole economic function of the woman."(VEBLEN, 1899:179)*

As amarras deixadas soltas ao longo das muitas digressões são firmemente unidas no oitavo capítulo - *Industrial Exemption and Conservatism*. Aqui Veblen discute de forma clara, pela primeira vez na obra, o que entende por instituições e por mudança institucional. A origem de sua ideia de instituição é de onde partimos, e é um ponto que merece especial interesse.

Como já foi apontado, Veblen constrói sua posição a partir de um ponto fundamentalmente evolucionário, não nos termos do darwinismo social estrito de Spencer, mas naquele empregado por Lewis Morgan. A diferença fundamental, na opção por um autor e não pelo outro, é a *escala* em que essa evolução é considerada - tomando *Ancient Society* como ponto de partida, Veblen tende a ler a evolução de uma perspectiva acertadamente *sistêmica*. Não se trata de indivíduos evoluindo[17] mas da coletividade que evolui de formas peculiares. E os marcos da permanência histórica desses traços evolutivos são as instituições. Como afirma de forma clara,

> *"The life of man in society, just like the life of other species, is a struggle for existence, and therefore it is a process of selective adaptation**. The evolution of social structure has been a process of natural selection of institutions**. The progress which has been and is being made in human institutions and in human character may be set down, broadly, to a natural selection of the fittest habits of thought and to a process of enforced adaptation of individuals to an environment which has progressively changed with the growth of the community and with the changing institutions under which men have lived. Institutions are not only themselves the result of a*

[17] Ainda que, por vezes, ele caia no engodo de *etnias* apresentando traços peculiares que favoreceriam sua sobrevivência.

> *selective and adaptive process which shapes the prevailing or dominant types of spiritual attitude and aptitudes; they are at the same time special methods of life and of human relations, and are therefore in their turn efficient factors of selection.* ***So that the changing institutions in their turn make for a further selection of individual temperament and habits to the changing environment through the formation of new institutions.****"(VEBLEN, 1899:188)*

Logo (a) instituições evoluem e (b) ao evoluírem, condicionam a seleção de hábitos e temperamentos individuais que, por sua vez (c) se cristalizarão em novas instituições, no futuro. É isso que procurávamos enfatizar quando discorríamos sobre as formas pelas quais o modo de vida incutido sobre uma dada classe ou comunidade conforma o horizonte de possibilidades de indivíduos criados dentro daquele arcabouço institucional; educado nos marcos da emulação pecuniária, da comparação odiosa, da negação dos possíveis benefícios do instinto do artesanato e da defesa acirrada de privilégios de gênero e classe, um indivíduo veria pouco ou nenhum ensejo para transformar a realidade. Caso a transformasse, qual seria a alternativa? Em que termos essa transformação se daria? Quais seriam seus limites? E, de forma importante, quanto dessa transformação seria efetiva, e quanto não seria mero refraseamento dos termos em que o sistema se ordenava anteriormente?

A mudança institucional é possível, mas o grau, o ritmo e a forma em que ela se dá são contidos e modelados pela rigidez do arcabouço institucional. E essa mesma rigidez é um caráter definidor da ideia de instituição para Veblen:

> *"Institutions must change with changing circumstances, since they are of the nature of an habitual method of responding to the stimuli which these changing circumstances afford. The development of these institutions is the development of society.* ***The institutions are, in substance, prevalent habits of thought with respect to particular relations and particular functions of the individual and of the community; and the scheme of life, which is made up of the aggregate of institutions in force at a given time or at a given point in the development of any society, may, on the psychological side, be broadly characterised as a prevalent spiritual attitude or a prevalent theory of life.*** *As regards its generic features, this spiritual attitude or theory of life is in the last analysis reducible to terms of a prevalent type of character."(VEBLEN, 1899:190)*

A preservação da *trajetória* de evolução dos preceitos que norteiam uma dada comunidade é um dos pontos centrais, na definição proposta pelo autor. A tensão entre mudança e permanência, aqui, está diretamente relacionada à interdependência das instituições com as comunidades em que são vigentes e sua atuação como mecanismo de reação semiautomática a "estímulos" ou desafios impostos pelas circunstâncias. Veblen é um tanto impreciso, nesse respeito - nunca são esclarecidas quais seriam as tais 'condições circunstanciais' responsáveis pela obsolescência de um dado arcabouço institucional. Há considerações vagas sobre mudanças no estado da técnica ou das forças industriais, mas nada que conclua de forma satisfatória a questão.

Em todo caso, avança-se sobre o terreno que já havíamos preparado páginas atrás. Há uma forte correlação entre a atitude dos membros de uma dada comunidade ou classe frente à realidade e aos desafios postos pela vida material e as respostas pregressas desse mesmo grupo a exigências similares. Mais uma vez, transparece a força da tradição e a complexidade da dinâmica de transformação institucional (condicionada, ela mesma, pelo *mindset* dos sujeitos criados, informados e educados nesse arcabouço institucional, com referências extraídas do *scheme of life* apresentado pelo autor como agregado de instituições).

É clara, de princípio, a consolidação das instituições enquanto mecanismos socialmente construídos para compreensão, ordenação e intervenção sobre a realidade - e, como procuramos enfatizar, essa intervenção se dá dentro dos limites de possibilidade preconizados pela ordem estabelecida a partir de uma compreensão peculiar, institucionalmente informada, dessa mesma realidade. Veblen entra em território relativamente indevassado, aqui, ao apresentar algo como uma teorização consistente das condições de evolução da consciência, em um dado período, e de seus limites (quase que dialéticos, se olharmos para a relação passado-presente, permanência-mudança e a impossibilidade de superação absoluta de um dado cenário institucional).

A mudança, quando vem, deve vir de forma inquestionável, movida pela convergência de um conjunto de condições que a tornem quase inevitável. Essa necessidade de reforço adicional à mudança é devida à forma historicamente assumida pelas instituições enquanto guardiãs de velhos hábitos, velhas normas, velhas práticas - como afirma o autor, "instituições são produtos de processos

passados, adaptadas a circunstâncias passadas e, portanto, nunca em pleno acordo com as exigências do presente."(VEBLEN, 1899:191) As instituições de hoje não são exatamente adequadas à situação em que vivemos - representam, de forma clara, um fator de inércia social e psicológica, uma força a serviço do *conservadorismo*.

A complexa motivação por trás das mudanças institucionais é discutida, ainda de forma inconclusiva, em duas passagens peculiares. Sua motivação é essencialmente externa, uma vez que o conjunto de forças internas à classe/comunidade em questão ocupa-se, predominantemente, de sua preservação (basta lembrar do direcionamento dessas forças para a emulação pecuniária e a comparação odiosa, e o cerceamento do horizonte de possibilidades de transformação de seus membros pelos hábitos mentais estabelecidos). Mais complicando que esclarecendo, Veblen avança:

> *"Social structure changes, develops, adapts itself to an altered situation, only through a change in the habits of thought of the several classes of the community; or in the last analysis, through a change in the habits of thought of the individuals which make up the community. The evolution of society is substantially a process of mental adaptation on the part of individuals under the stress of circumstances which will no longer tolerate habits of thought formed under and conforming to a different set of circumstances in the past. For the immediate purpose it need not be a question of serious importance whether this adaptive process is a process of selection and survival of persistent ethnic types or a process of individual adaptation and an inheritance of acquired traits."(VEBLEN, 1899:192)*

Em um só parágrafo, Veblen apresenta não só uma ideia de estrutura social sem ocorrência anterior no texto da *Teoria da Classe Ociosa* como uma complicada relativização do papel do *indivíduo* em sua teoria das classes sociais. Se em momentos anteriores o indivíduo pode ser visto como mero produto das relações estabelecidas entre as classes, aqui ele assume certo protagonismo - suas respostas aos desafios impostos pelas circunstâncias são fundamentais na evolução institucional.

Podemos apenas teorizar que essa ideia de estrutura social seja algo nos moldes do que denominamos, até agora, arranjo ou arcabouço institucional. Veblen prefere os termos *scheme of life*, *mindset*, *spirit* ou *habit of life*. No entanto, seu sentido coletivo, agregador e adaptativo nos leva a crer que a noção de estrutura é empregada de forma frouxa, com recurso ao léxico não especializado, para designar o conjunto das

instituições/hábitos em transformação. O papel do indivíduo, por outro lado, é facilmente compreensível se extrapolamos a dinâmica ampla de evolução institucional para seus níveis mais rasteiros - a 'concorrência' cotidiana entre sujeitos corporificada nos princípios de emulação pecuniária e comparação odiosa.

Lembremos do instinto do artesanato e da forma como ele reúne, em última instância, os vestígios de uma racionalidade objetiva e primitiva em Veblen pela enumeração de princípios de frugalidade e resolução de problemas. O raciocínio *pragmático* humano, sua propensão a lidar com desafios e fazer jus aos polegares opositores com que fomos presenteados por nossos ancestrais evolutivos, é preservado nesse instinto, com uma deturpação - dado o direcionamento de nossas forças sociais para as demonstrações pecuniárias de força e o estabelecimento de distinções de status, ocupamos esse impulso de formas cada vez mais elaboradas de realização conspícua do ócio e do consumo.

Criado em meio a padrões de sociabilidade construídos em torno desses termos, norteados pela instituição da propriedade, pelo domínio da classe ociosa, pelos cânones da respeitabilidade e do gosto, é natural que o *indivíduo* responda de forma adaptativa aos desafios impostos a ele - mas a resposta é condicionada (a) pela sua compreensão do que seriam esses desafios, (b) de como eles poderiam ser enfrentados e (c) dos resultados positivos ou negativos desse enfrentamento. Em nossa compreensão da obra de Veblen, o indivíduo mesmo, grosso modo, nada mais é que uma das *instituições* empregadas e defendidas por essa sociedade - uma vez que sua vida, suas aspirações, seus horizontes e sua história são determinados pela violência institucionalizada nas relações de classe, e seu ser individual nada mais é que o resultado de um hábito mental prevalente que condiciona a compreensão e ordenação da vida social nesses termos, convenientes à preservação do arcabouço existente.

Isso demonstra de forma patente ou a incapacidade dos teóricos marginalistas em compreender a *Teoria da Classe Ociosa* ou sua descarada desfaçatez; a construção do *bem de Veblen* e da noção vebleniana de instituição não poderia nunca, nesses termos, ser entendida como um reparo aos preceitos discutidos por Bentham, Jevons, Marshall e tantos outros. Por outro lado, revelam também a fragilidade de propostas comedidas por parte da heterodoxia econômica, que, ainda que problematizem as noções de individualismo metodológico ou racionalidade plena, mantém, de forma inquestionável, as prerrogativas da propriedade, da divisão do trabalho e da ideia

iluminista de progresso - *fundamentos,* como demonstra Veblen, da ordem institucional em que vivemos e da violência cotidiana imposta sobre a classe trabalhadora.

Avançando em nossa leitura, nos parece que Veblen lança as seguintes questões - se definimos os problemas e seus meios de equacionamento (por meio dos hábitos mentais prevalentes que constituem as instituições), as definições de ciência e das formas sociais de organização da produção científica estão inexoravelmente contaminadas pela lógica prevalente do conservadorismo caracterizado e defendido pela instituição da classe ociosa. Logo, definir um dado problema como pertinente à 'ciência econômica' passa (a) pela definição institucionalmente constituída de ciência, (b) pela ideia do que seria um objeto científico, (c) pela adesão a uma noção historicamente construída de economia, informada pelas instituições existentes (logo, por hábitos mentais pregressos cristalizados na estrutura social), (d) pela seleção e caracterização, dentre esses objetos possíveis, de um que seja marcadamente econômico e (e) pela opção, dentre um leque de opções socialmente possíveis ou admissíveis, das soluções teóricas para esse dilema. Veblen faz mais do que criticar a economia de seu tempo - ele a implode, com base em uma refinada teoria social do conhecimento.

Voltaremos a este ponto com mais vagar posteriormente, quando discutirmos alguns desdobramentos lógicos, facilmente observáveis, do conservadorismo que caracteriza as ações e ideais da classe ociosa. Por ora, voltemos ao ponto em questão - como se transformam as instituições. Ou melhor, *como se preservam* as instituições, cedendo o mínimo possível à mudança.

Como prenunciamos, o estímulo é sempre "externo":

> *"The readjustment of institutions and habitual views to an altered environment is made in response to pressure from without; it is of the nature of a response to stimulus. [...] If any portion or class of society is sheltered from the action of the environment in any essential respect, that portion of the community, or that class, will adapt its views and its scheme of life more tardily to the altered general situation; it will in so far tend to retard the process of social transformation. The wealthy leisure class is in such a sheltered position with respect to the economi forces that make for change and readjustment. And it may be said that the forces which make for a readjustment of institutions, especially in the case of a modern*

> *industrial community, are, in the last analysis, almost entirely of an economic nature."(VEBLEN, 1899:193)*

De forma sintética, Veblen apresenta um curioso jogo de forças na tensão entre transformação e permanência. Protegida das demandas da vida material, a classe ociosa se mantém sempre como a defensora do conservadorismo, da preservação do arcabouço institucional, da mentalidade, do modo de vida prevalente em circunstâncias muito diversas daquelas que motivaram sua origem. O meio não condiciona suas ações; muito pelo contrário, lembremos que a compreensão do meio e das possibilidades de intervenção sobre ele são fruto de sua visão de mundo, obviamente prevalente sobre a dos trabalhadores.

O trabalho, por outro lado, sujeito como está às intempéries e vicissitudes da vida material, lócus final de residência da força transformadora do instinto do artesanato, representa a fonte última (e única) de transformação efetiva. São essas as *forças de natureza econômica* que o autor menciona, no fim do parágrafo - não econômicas no sentido teórico, científico, mas econômicas no lidar com as necessidades materiais da existência (que, diferentemente da classe ociosa, ainda se apresentam como um problema premente para os trabalhadores). Logo, se retomarmos à noção aristotélica, as ditas forças econômicas teriam mais a ver com a *poiesis*, ou a *crematística*. Logo é fundamental que diferenciemos a *compreensão vigente sobre economia* e sobre *problemas cientificamente econômicos* do *substrato material ou econômico da vida*, que marca a concepção vebleniana de *instituições econômicas. "Any community may be viewed as an industrial or economic mechanism, the structure of which is made up of what is called its economic institutions. These institutions are habitual methods of carrying on the life process of the community in contact with the material environment in which it lives."*(VEBLEN, 1899:193) Não se trata da discussão de mecanismos de aparo à ordenação econômica da realidade sistematizada nos modelos derivados da concepção de utilidade, mas de um resgate da noção basal de reprodução da vida material, da forma como os homens, pelo trabalho, conduzem suas vidas cotidianamente. As concepções de 'economia' e do 'econômico' apresentadas pelo autor remontam a um conjunto de práticas que dizem respeito não só à produção, ao comércio, à economia *separada da vida*, mas à noção de que a propriedade é um nexo fundamental das relações entre os homens. Sua

teoria social se constitui a partir de um sistema holístico, plural, aberto, que não se resume a determinações causais simplistas.

A pulsão transformadora parte, portanto, não só da transformação externa, mas da *resposta* das forças imediatamente associadas à *produção econômica da vida* e de sua constatação da *inadequação* do arcabouço institucional vigente em lidar com os problemas da vida material sob novas circunstâncias:

> *"Any one who is required to change his habits of life and his habitual relations to his fellow-men will feel the discrepancy between the method of life required of him by the newly arisen exigencies, and the traditional scheme of life to which he is accustomed. It is the individuals placed in this position who have the liveliest incentive to reconstruct the received scheme of life and are most readily persuaded to accept new standards; and it is through the need of the means of livelihood that men are placed in such a position. The pressure exerted by the environment upon the group, and making for a readjustment of the group's scheme of life, impinges upon the members of the group in the form of pecuniary exigencies; and it is owing to this fact - that external forces are in great part translated into the form of pecuniary or economic exigencies - it is owing to this fact that we can say that the forces which count toward a readjustment of institutions in any modern industrial community are chiefly economic forces; or more specifically, these forces take the form of pecuniary pressure. Such a readjustment as is here contemplated is substantially a change in men's views as to what is good and right, and the means through which a change is wrought in men's apprehension of what is good and right is in large part the pressure of pecuniary exigencies."(VEBLEN, 1899:195-6)*

Se essa é a posição da classe trabalhadora, a da classe ociosa é presumivelmente oposta - seu papel consiste na defesa do privilégio, da tradição, do arcabouço institucional historicamente constituído, colossal aparelho de defesa de suas prerrogativas sociais:

> *"The leisure class is in great measure sheltered from the stress of those economic exigencies which prevail in any modern, highly organised industrial community. The exigencies of the struggle for the means of life are less exacting for this class than for any other; and as a consequence of this privileged position we should expect to find it one of the least responsive of the classes of society to the demands which the situation makes for a further growth of institutions and a readjustment to an altered industrial*

> *situation.* ***The leisure class is the conservative class.*** *[...]* ***The office of the leisure class in social evolution is to retard the movement and to conserve what is obsolescent.****"(VEBLEN, 1899:198)*

Em um primeiro momento, a leitura do jogo de forças envolvido na transformação ou conservação de um arranjo institucional poderia nos levar à conclusão simplista de que, para Veblen, o problema consiste na eliminação pura e simples da classe ociosa. Assim, sua solução se assemelharia, grosso modo, à *penchant* de setores pretensamente contestadores, na história das idéias econômicas, em defender argumentos próximos da *eutanásia do rentista*. Distanciada da reprodução material da vida e de formas efetivas de transformação, a classe ociosa (que assume caráter progressivamente *financeiro* e *absenteísta*, em trabalhos posteriores) seria levada à destruição pelas forças progressistas da *produção*.

Recorrendo apenas a Veblen, a leitura acima se mostra equivocada pela confusão entre *produção da vida material* e a *produção articulada às cadeias de emulação e demonstração de força pecuniária*. Esclarecemos: a *produção* economicamente transformadora, em Veblen, é aquela ligada diretamente às pulsões preservadas no instinto do artesanato. Se relaciona à reprodução da vida, à resposta aos dilemas impostos pelo concreto, pelo material. Não se afirma enquanto correlata da *produção* enquanto *categoria econômica.* É o mesmo problema da diferença entre as definições de *conhecimento* ou *ciência econômica*, em Veblen, e de *reprodução econômica ou material da vida.* Logo, a *instituição econômica da produção*, para Veblen, está ligada ao sentido arcaico de *industria* que resgatamos na primeira sessão - a ordenação de técnica, labor, astúcia, frugalidade na transformação efetiva do material, na resposta aos desafios concretos. Por outro lado, a *instituição econômica da classe ociosa* opera no nível da abstenção dessa mesma *industria* por meio de uma série de demonstrações de força pecuniária, afirmando-se enquanto defensora do conservadorismo e das prerrogativas da *propriedade* (que, sem embargos, é *sempre* violência, em Veblen). Logo, *a produção organizada pelos preceitos absenteístas da classe ociosa, em torno das prerrogativas da propriedade e da manutenção da distinção e do privilégio, calcada na expropriação do trabalho, não é nem nunca será uma força antagônica às 'finanças', elas mesmas componente indissociável dessa forma de produção.*

Veblen estabelece essa diferença ao caracterizar dois tipos de instituição inerentes à estrutura econômica - as instituições de aquisição (pecuniárias e odiosas - *invidious business*) ou de produção (industriais - ou melhor, industriosas, numa tradução mais adequada; não odiosas - *non invidious industry*). A caracterização da articulação da classe ociosa a essas instituições reforça a linha argumentativa que desenvolvemos até agora:

> *"Their office is of a parasitic character, and their interest is to divert what substance they may to their own use, and to retain whatever is under their hand. [...] The effet of the pecuniary interest and the pecuniary habit of mind upon the growth of institutions is seen in those enactments and conventions that make for security of property, enforcement of contracts, facility of pecuniary transactions, vested interests. Of such bearing are changes affecting bankruptcy and receiverships, limited liability, banking and currency, coalitions of labourers or employers, trusts and pools."(VEBLEN, 1899:210)*

Antecipando uma discussão que pretendemos realizar em momentos posteriores, a compreensão da gênese histórica da indústria (lida aqui em seu sentido usual, em português) e dos processos de acumulação, apropriação e distribuição de seus resultados é fundamental para que sejamos capazes de vislumbrar a diferença entre o ofício da classe ociosa e a possibilidade emancipatória de transformação pelo trabalho. Como o autor deixa claro no parágrafo anterior, a depuração das instituições da propriedade privada e do absenteísmo da classe ociosa (expressas nos vários canais de 'regulação' e 'organização' das finanças e da concorrência industrial) não são superação ou contestação do padrão pecuniário de distinção e medição de forças estabelecido em torno e a partir da classe ociosa. São meramente seu reforço. Mudam-se as franjas externas, ancilares, do arcabouço institucional, para que se defenda de forma ainda mais aguerrida seu âmago.

Mais uma vez, somos forçados a negar a vinculação de Veblen ao marxismo. Mas a referência, ainda que não corroborada por menções à tradição, é patente[18]. Em

[18] Optamos por não partir para essa linha argumentativa no capítulo em questão, mas evidenciamos a leitura de Kautsky, Lenin e Marx, por Veblen, em capítulos posteriores. Há um conjunto de robustas anotações sobre pensadores marxistas, evidência de seu apreço e interesses por esses autores, publicado nos volumes finais dos *Collected Works*. Da mesma forma, Veblen se lança à *defesa da Revolução Bolchevique* em 1917, no cenário intelectual profundamente anticomunista da

um dos parágrafos finais do Capítulo VIII, apresenta em termos claros a situação de proprietários e trabalhadores na disputa por conservação ou transformação institucional:

> *"From this proposition it follows that the institution of a leisure class acts to make the lower classes conservative by withdrawing from them as much as it may of the means of sustenance, and so reducing their consumption, and consequently their available energy, to such a point as to make them incapable of the effort required for the learning and adoption of new habits of thought. The accumulation of wealth at the upper end of the pecuniary scale implies privation at the lower end of the scale. It is a commonplace that, wherever it occurs, a considerable degree of privation among the body of the people is a serious obstacle to any innovation."(VEBLEN, 1899:204)*

Acreditamos ter cumprido com as demandas da caracterização da transformação institucional, em Veblen. Superada esta etapa, nos lançamos à sessão final do capítulo, onde discorremos pelos mecanismos claramente observáveis do conservadorismo da classe ociosa - desporto, ciências, artes e religião.

II.3 - Traços Arcaicos e Formas Modernas

Um ponto que procuramos enfatizar até o presente momento é a curiosa construção as ideias de evolução e seleção na argumentação exposta pelo autor da *Teoria da Classe Ociosa*. Diferentemente do que seríamos levados a supor, não se trata da seleção de traços civilizatórios básicos em ambiente natural inalterado, estanque, mas de uma peculiar interação entre a evolução institucional e a seleção de traços psicológicos priorizados por essas instituições.

Já que as instituições se movem a partir da absorção ou recusa a estímulos externos, incorporados ou não ao esquema da vida pelas parcelas da sociedade relacionadas diretamente à sua realização econômica, temos, com o passar do tempo, a conformação de um arranjo institucional sólido, coeso, de difícil crítica, superação ou desconstrução. Esse arranjo influi sobre os indivíduos, que, por sua vez, reforçam os critérios fundamentais de seleção pelo meio institucional em que vivem.

América do Norte. Logo, a aproximação com alguns pontos fulcrais da *teoria da emancipação humana*, em Marx, não é mero devaneio de nossa parte; ela somente não cabe nessa passagem do texto.

Desnecessário dizer, a emulação pecuniária desempenha papel crucial ao direcionar os esforços dos membros dessa coletividade para sua manutenção, por meio do reconhecimento de que as demonstrações de força pecuniária são a única forma possível de 'realização' de suas aspirações sociais.

Essa questão é resgatada por Veblen na abertura daquilo que enquadramos como o terceiro bloco temático da *Teoria da Classe Ociosa*. Ao discorrer sobre a *conservação de traços arcaicos*, o autor parte do ponto de vista da seleção de predisposições individuais nos membros da classe ociosa.

Como discutimos anteriormente, a instituição da classe ociosa é fundamental ao afirmar-se enquanto grande defensora do conjunto de hábitos mentais em voga em uma dada sociedade. Seu papel é a defesa da tradição, do status quo, do privilégio. Mais do que isso, essa classe dita o padrão de respeitabilidade que rege as relações de emulação pecuniária entre seus membros e os membros de outras classes. É desse padrão de respeitabilidade que emerge a possibilidade de *sucesso* material ou social, entre indivíduos pertencentes a sociedades nesse estágio evolutivo.

Recapitulando, a evolução de formas sociais é marcada pela adaptação seletiva de temperamento e hábitos mentais sob a pressão das circunstâncias da vida em comunidade. A essa adaptação se deve o crescimento e fortalecimento das instituições, que representam a confirmação social e cristalização histórica dessas práticas, mais duradouras que os obstáculos cuja superação motiva seu surgimento ou transformação. A cadeia de transformações concomitantes em hábitos mentais, instituições e nas predisposições temperamentais favorecidas por um dado arranjo institucional conforma uma espécie de 'padrão evolutivo cultural', que seleciona quais homens seriam representantes dignos de suas funções, nessa tessitura.

Veblen entra em uma série de considerações dúbias sobre o caráter étnico dessa seleção. A risco da crítica dos leitores, nos absteremos das menções a esses trechos, por enquanto, por duas razões. Primeiro, acreditamos que nosso ponto apresenta maior fluidez se deixamos de lado esse peculiar 'vestígio evolutivo' da teoria social do período. Desnecessário dizer, Veblen não é o único autor a promover a associação entre mentalidade, tipo físico e caracteres genéticos, nesse período. Ao fazê-lo, segue a linha geral dos articulistas de seu tempo, que enquadravam em diferentes tipos físicos essa ou aquela aptidão mental.

O argumento não só não é desenvolvido nos capítulos seguintes (Veblen rapidamente deixa de lado essa linha equivocadamente taxonômica de investigação) como é revisto pelo próprio autor anos depois, com a redação de *Imperial Germany and the Industrial Revolution*. Logo, não só apresenta pouca contribuição aos desenvolvimentos teóricos dos capítulos finais da *Teoria da Classe Ociosa* como possui seu único valor na motivação das críticas recebidas pelo autor, que, ao longo de ao menos uma década de frutífero debate, se ocupa de revê-las. Por ora, cabe apenas lembrar da presença destes argumentos em meio às considerações que ora discutimos, sua parca contribuição à análise empreendida no todo da obra e de seu mérito em servir, paradoxalmente, de pedra fundadora do esclarecido diálogo entre Thorstein Veblen e Franz Boas, que fundamenta a crucial (apesar de maçante) revisão do papel dos tipos étnicos na evolução social da civilização ocidental.

Seguindo a linha que desenvolvemos até agora, a seleção de um conjunto de hábitos mentais (e de homens dotados destes hábitos) segue curso particularmente destrutivo com a generalização do modo de vida predatório, a instituição da classe ociosa, o estabelecimento da propriedade, da divisão do trabalho e a opressão das mulheres como pontos de sustentação das civilizações ocidentais. Logo, o arranjo institucional recompensaria os elementos, dentre a classe ociosa, que se mostrassem mais aptos a exercer as suas prerrogativas violentas e opressoras. Já afirmamos tal ponto e reconstruímos esta argumentação, a partir de nossa hipótese de leitura, repetidas vezes. Mas Veblen se aprofunda ainda mais na denúncia da violência institucionalizada em nosso projeto de civilização. Em uma passagem particularmente pessimista, descreve os traços psicológicos favorecidos pelos critérios de sociabilidade por meio dos quais nos relacionamos uns com os outros:

> *"Freedom from scruple, from sympathy, honesty and regard for life, may, within fairly wide limits, be said to further the success of the individual in the pecuniary culture. The highly successful men of all times have commonly been of this type; except those whose success has not been scored in terms of either wealth or power. It is only within narrow limits, and then only in a Pickwickian sense, that honesty is the best policy."(VEBLEN, 1899:223)*

Por outro lado, o homem dos estágios selvagens, anteriores à generalização do modo de vida predatório, apresentaria traços que facilitariam sua interação em termos

não competitivos (ou não-odiosos, se pensarmos na comparação ociosa que determina os termos da sociabilidade no barbarismo):

> *"As seen from the point of view of life under modern civilised conditions in an enlightened community of the Western culture, the primitive, ante-predatory savage, whose character it has been attempt to trace in outline above, was not a great success. [...] At his best he is 'a clever, good-for-nothing fellow.' The shortcomings of this presumptively primitive type of character are weakness, inefficiency, lack of initiative and ingenuity, and a yielding and indolent amiability, together with a lively but inconsequential animistic sense. Along with these traits go certain others which have some value for the collective life process, in the sense that they further the facility of life in the group. These traits are truthfulness, peaceableness, good-will, and a non-emulative, non-invidious interest in men and things."(VEBLEN, 1899:224)*

Logo, o modelo de homem resultante da transição da selvageria ao barbarismo é marcadamente feroz, individualista, territorial, agressivo, autocentrado. Pautando-se qualquer medida de respeitabilidade pelo exercício de ócio e consumo conspícuos, mecanismos de evidência da superioridade de força pecuniária de um dado sujeito sobre seus competidores reais ou imaginados, direcionam-se todas as suas forças para a consecução de patamares cada vez mais elevados de proeza, consubstanciada, nas iterações do barbarismo avançado, em riqueza material. A longa construção e reforço institucional desses caracteres como marca de afluência são forma irrecusável de validação da violência institucional presente nos caracteres mais simples, mais cotidianos, desse modo de vida, e a comparação odiosa torna-se a forma inescapável que assume qualquer intercâmbio cultural, intelectual e social entre os homens.

Como pincelamos brevemente em outros momentos, acreditamos ser possível classificar as noções iluministas de *progresso*, *civilização*, *indivíduo* e *interesse* (posteriormente *utilidade*) como desenvolvimentos posteriores do curso de evolução institucional tomado por esse sistema. O longo esforço da filosofia moral britânica em validar a instituição da propriedade privada e o *mérito* presente nas demonstrações de força pecuniária vão nesse sentido. Se abrimos o leque e pensamos na associação estabelecida por esses pensadores entre uma sociedade assentada sobre critérios predatórios de sociabilidade e outras formas históricas, em que os estágios posteriores ao barbarismo são vistos como *superiores*, em virtualmente todos os termos, ao *primitivismo* carregado de viés de etapas anteriores, percebemos como a própria ideia

de *civilização* construída em torno dessa figura de homem é calcada na institucionalização da violência em formas cada vez mais complexas de defesa da propriedade e das prerrogativas da classe ociosa.

As ideias de homem e de civilização cultivadas no Ocidente partem, necessariamente, desse padrão de violência institucionalizada. Legitimam-na por meio de mecanismos que se tornam cada vez mais refinados, com o passar do tempo, pautados pelo distanciamento da crueza e da brutalidade de suas origens. Mas reafirmam, cotidianamente, a expropriação da propriedade privada, a opressão das relações de gênero, a escravidão na divisão entre formas respeitáveis e indignas de trabalho.

Logo, encontramos em nossos traços culturais mais refinados, na celebração dos maiores sucessos da modernidade, as evidências mais claras do caráter eminentemente predatório de suas origens. O que hoje entendemos como civilização se descortina como uma conveniente fachada para o exercício do espólio pela classe ociosa pelos seus mecanismos usuais - a *força* mascarada como mérito, fundamental à emulação pecuniária e às demonstrações de superioridade que mantêm os trabalhadores em seu devido lugar, e a ilusão da *fraude*, presente na oclusão dos brutais expedientes da classe ociosa sob as máscaras da moral, da respeitabilidade, da honra.

Parte importante da *fraude* presente na legitimação do exercício da *força* da classe ociosa sobre a coletividade consiste na desfaçatez de afirmar que seus objetivos peculiares - sob os rótulos de *progresso* e *civilização* - seriam aqueles da coletividade. Para Veblen, nada poderia estar mais distante da realidade. Como afirma o autor, "os interesses coletivos de qualquer comunidade moderna estão centrados na eficiência industrial"(VEBLEN, 1899:227). Como cabe sempre lembrar, *industrial* aqui remete não à ideia de *indústria* posterior à Revolução Industrial, ou comumente empregada em português, mas à noção de industriosidade, a frugalidade do trabalho, da racionalidade objetiva presente na solução pragmática de problemas - logo, preservada sob o rótulo de instinto do artesanato enquanto prerrogativa fundamental da classe trabalhadora. A esse âmbito coletivo, próximo às aspirações e motivações do *trabalho produtivo*, contrapõe-se a inclinação individual motivada pela evolução social das instituições constituídas em torno da classe ociosa:

> *"On the other hand, the immediate interest of the individual under the competitive régime is best served by shrewd trading and unscrupulous management. [...] Under the régime of emulation the members of a modern industrial community are rivals, each of whom will best attain his individual and immediate advantage if, through an exceptional exemption from scruple, he is able serenely to overreach and injure his fellows when the chance offers."(VEBLEN, 1899:228)*

Como já apresentamos anteriormente, a essa diferença de motivação corresponde a separação entre instituições econômicas industriais e pecuniárias. Se de um lado temos práticas, preservadas sob o manto do instinto do artesanato, que primam ainda pela manutenção da frugalidade e do pragmatismo característicos dos aspectos mais positivos da sociabilidade no estágio selvagem, do outro podemos ver de forma os critérios definidores da atuação da classe ociosa, no capitalismo:

> *The economic interests of the leisure class lie in the pecuniary employments; those of the working classes lie in both classes of employments, but chiefly in the industrial.* ***Entrance to the leisure class lies through the pecuniary employments.****"(VEBLEN, 1899:229)*

E, de forma análoga aos traços gerais do conservadorismo no desenvolvimento institucional que procuramos enfatizar na sessão anterior, a cada ocupação cabe um papel no complexo jogo de forças por mudança ou preservação institucional:

> *"The discipline of the pecuniary employments acts to conserve and to cultivate certain of the predatory aptitudes and the predatory animus. [...] So far as men's habits of thought are shaped by the competitive process of acquisition and tenure; so far as their economic functions are comprised within the range of ownership of wealth as conceived in terms of exchange value, and its management and financiering through a permutation of values; so far their experience in economic life favours the survival and accentuation of the predatory temperament and habits of thought. [...]* ***That is to say, the pecuniary employments give proficiency in the general line of practices comprised under fraud, rather than in those that belong under the more archaic method of forcible seizure.****"(VEBLEN, 1899:230)*

Sob a forma de uma colossal fraude, magistralmente construída e escorada nos princípios da honra, da tradição, da respeitabilidade e do mérito, o conservadorismo

da classe ociosa e de suas prerrogativas pecuniárias se afirma enquanto a força principal de exercício da violência institucionalizada sobre os trabalhadores. Sobre esse engodo, constroem-se vários mecanismos de preservação da proeza e de sua legitimidade nas sociedades contemporâneas, mecanismos aos quais Veblen dedica os capítulos finais de sua grande tese.

De forma bastante resumida, aproveitamos o que acreditamos ser fundamental à validação das teses sobre a prerrogativa da classe ociosa. Como fizemos com as passagens elencadas na sessão anterior, faremos aqui pouco mais que uma síntese de seus pontos principais, de modo a ilustrar os preceitos de conservadorismo subjacentes a várias instituições eminentes da modernidade. Lamentamos não poder avançar com mais calma ou mais cuidado sobre essas passagens, mas fazê-lo tornaria a nossa já alongada leitura estrutural da Teoria da Classe Ociosa insuportavelmente longa.

O caráter geral dessas manifestações modernas de proeza nos é elicitado por Veblen já no Capítulo X (*Modern Survivals of Prowess*), em que o autor discorre sobre manifestações culturais declaradamente violentas num período em que o desenvolvimento das forças produtivas prescindiria, em tese, desse temperamento:

> *"As it finds expression in the life of the barbarian, prowess manifests itself in two main directions, - force and fraud. In varying degrees these two forms of expression are similarly present in modern warfare, in the pecuniary occupations, and in sports and games. Bot lines of aptitudes are cultivated and strengthened by the life of sport as well as by the more serious forms of emulative life. Strategy or cunning is an element invariably present in games, as also in warlike pursuits and in the chase. In all of these employments strategy tends to develop into finesse and chicane. Chicane, falsehood, brow-beating, hold a well-secured place in the method of procedure of any athletic contest and in games generally. [...] Resort to fraud, in any guise and under any legitimation of law or custom, is an expression of a narrowly self-regarding habit of mind."(VEBLEN, 1899:274)*

Força e fraude. São essas as armas à disposição da barbárie na legitimação da violência institucional. Mas mais do que sua realização direta, imediata, sem máscaras ou disfarces, encontram-se os dois princípios materializados em um conjunto de práticas enobrecidas pela evolução institucional da civilização ocidental. Guerra, ocupações pecuniárias (negócios e política), esportes e jogos - todos esses ofícios são

reveladores dos hábitos mentais favorecidos pelo arcabouço institucional que se estabelece no esteio do barbarismo. A esses mesmos expedientes, e à sua fundamentação violenta ou fraudulenta, encontramos a correspondência com hábitos mentais marcadamente individualistas - logo, em confirmação do que delineamos em passagens anteriores como a construção institucional do indivíduo.

Como encerra Veblen,

> *"The two barbarian traits, ferocity and astuteness, go to make up the predaceous temper or spiritual attitude. They are the expressions of a narrowly self-regarding habit of mind. Both are highly serviceable for individual expediency in a life looking to invidious success. Both also have a high aesthetic value. Both are fostered by the pecuniary culture. But both alike are of no use for the purposes of the collective life."(VEBLEN, 1899:275)*

A essa propensão fundamentalmente individualista de compreensão da vida e atuação sobre a realidade correspondem uma crença quase mística na sorte e na adesão a observâncias devotas, também. Em ambos os casos, Veblen discute o que lê como um peculiar resquício do animismo dos primeiros caçadores ou guerreiros bárbaros, calcada na recusa em ordenação da vida por critérios pragmaticamente racionais.

Por fim, vê também a presença de alguns caracteres não-odiosos em traços marginais de comportamento, marcadamente em apelos inconstantes pela frugalidade. Ainda assim, isso não afeta os parâmetros prevalentes de violência institucionalizada que conduzem os temperamentos e ambições da classe ociosa e de seus inferiores, na sociabilidade moderna.

III

Da Revolta à Reforma:
uma leitura crítica da adequação cerimonial do Institucionalismo Vebleniano

Ao descrever a obra vebleniana em 1934, um estudioso da produção institucionalista chegaria a duas interessantes conclusões: (1) que o principal debate entre os economistas norte-americanos naquele momento envolvia a adesão ao paradigma marginalista ou sua crítica pela via institucionalista e (2) a quase impossibilidade de se definir o institucionalismo a não ser pelo seu negativo; as múltiplas interpretações da obra de Thorstein Veblen, quatro anos após o falecimento do autor da *Teoria da Classe Ociosa*, concordavam em pouco além da rejeição sistemática dos pressupostos e práticas do marginalismo (ANDERSON, 1934). Causa certo assombro a contemporaneidade do comentário. Ao ler os autores que reivindicam alguma herança vebleniana no presente, afirmações similares poderiam ser feitas.

Afirmar que o estado dos debates em torno da *Teoria da Classe Ociosa* oito décadas após a publicação da tentativa de síntese de K. I. Anderson é similar ao descrito pelo autor é um indicativo claro não só das dificuldades enfrentadas pelos leitores críticos de Veblen, mas da atualidade de seu pensamento. Se a grande referência permanece sendo a negação dos cânones utilitaristas, algo nos diz que estes cânones ainda não caíram por terra, como almejava o autor, e que esse combate se faz necessário. Da mesma forma, a pluralidade de leituras não deveria ser vista como

indicativo da inépcia dos institucionalistas em se estabelecerem como uma "escola"[19] autônoma[20] de reflexão em economia, mas da preservação da noção de democracia radical presente em alguns dos escritos do pensador norte-americano[21]. Felizmente, o campo continua aberto a novas contribuições.

Mas há outra afirmação de Anderson que merece atenção:

> *"Most interpretations of Veblen's economics have sadly misconceived him. Neither the proponents of the 'orthodox' tradition nor Veblen's followers of the 'institutional' school have grasped the full significance of his work. In the folklore of economists he has been variously labelled a satirist of present-day society, a philosopher of history, a censor of the economic machine and a severe critic of orthodox theory. All these designations are correct; but they are not important. Pre-eminently, he is the creator of a new system of theory."(ANDERSON, 1934:17)*

Como afirmamos repetidamente nos capítulos anteriores, há um problema que transcende a conformação da identidade dos institucionalistas: a identificação da posição de Veblen e de sua contribuição teórica frente às outras correntes de seu tempo. Como procuramos demonstrar anteriormente, sua qualificação como satirista, *outsider*, crítico dos costumes e cronista do exagero pode ser lida como um exercício (bastante eficaz) de marginalização da crítica. Se a *Teoria da Classe Ociosa* não é lida como *teoria*, não há porquê contrapô-la aos grandes manifestos teóricos publicados por marginalistas ou marxistas, no século XX. Este é um primeiro dilema, ao qual já dedicamos alguma atenção.

---

[19] Outro pesquisador (GHOSH, 1984), escrevendo cinquenta anos depois, chega a lamentar a ausência de um conjunto de discípulos, educados em vida, que transmitiriam a mensagem do mestre após seu falecimento. É difícil pensarmos em algo que talvez soasse mais desagradável ao homem que se dedicou ao ataque sistemático das tradições do capitalismo contemporâneo do que transformar-se, por sua vez, em tradição. Como defendemos em outros momentos, mais proveitoso, a nosso ver, que a cristalização de um cânone de interpretações da obra de Veblen, é a sua perene abertura a um conjunto plural e variado de análises.

[20] Há um breve comentário crítico de Georgescu-Roegen sobre os veblenianos que merece ser reproduzido: "As all economists know, only Schumpeter formed no school. I wish to observe, however, that the American Institutionalists, though hailing Veblen as their prophet, have inherited little from him besides an aggressive scorn for 'theory'."(GEORGESCU-ROEGEN apud McFARLAND, 1985:402)

[21] Sobre essa leitura positiva da diversidade de interpretações institucionalistas: "In actuality, 'institutional economics' has never been reducible to a single paradigm and, indeed, to this day incorporates 'theories or 'models' of economic activity that are incompatible. In short, the 'doing' of institutional economists reflects the existence of competing paradigms."(RAMSTAD, 1989:687)

Outro obstáculo da mesma monta à leitura de Veblen é a sua caracterização quase que exclusiva como antípoda do utilitarismo. Ainda que o enfrentamento se faça necessário, esta não é a única trincheira aberta pelo institucionalismo, nem deve ser o keynesianismo lido como seu único aliado. A apresentação da economia política vebleniana como mero negativo do marginalismo compromete o diálogo com outras correntes (marcadamente o marxismo, mas também a sociologia de Frankfurt), pela recorrente mobilização de argumentos construídos tão somente como reforço à estabelecida crítica epistemológica[22] formulada pelo autor entre 1890 e 1928. Há, por um lado, o problema da *redução* do universo descrito por Veblen em seus trabalhos à reafirmação enfadonha da falibilidade das teorizações marshallianas (e pós-marshallianas); por outro, a definição quase axiomática do seu posicionamento frente aos outros críticos do liberalismo, seja ele a versão trágica, oitocentista e novecentista, ou suas vertentes fársicas embaladas pela catástrofe do século XX. Em termos claros, Veblen deixa de ser o arauto da violência imanente às relações sociais, estruturadas em torno dos eixos definidores de gênero, propriedade e trabalho, para tornar-se ou um cordato crítico do vil financista, que submete as pulsões industriais do capitalismo contemporâneo à busca por lucro, condenada de forma próxima à crítica moral da usura, ou o *outsider* que denunciou a falibilidade do *rationale* econômico do *fin-de-siécle*.

Assim, certamente causa algum mal-estar a contraposição do mordaz ataque às instituições que garantem a sustentação da classe ociosa que procuramos delinear no capítulo anterior ao que Gruchy (1988) lê como a grande motivação dos institucionalistas, a seu tempo: "Present-day institutionalists now look to the annual and long-term national economic budgets as the point of departure in their analysis of the requirements of national economic co-ordination, which aims at sustained economic growth and full employment without inflation."(GRUCHY, 1988:580) Ler a *Teoria da Classe Ociosa* e saltar para este retrato do que se segue à crítica vebleniana é como contemplar uma paisagem pós-apocalíptica. O vazio intelectual é tamanho que restam somente as categorias importadas de outras referências, a

[22] E pela leitura dessa mesma crítica como um ataque que se limita à *epistéme*, não compreendendo a produção vebleniana como uma crítica sistêmica à civilização capitalista. Atacamos este ponto ao fim do Capítulo I.

calcificação do veblenianismo como escora de suporte de um keynesianismo já carcomido pelas traças.

A passagem acima poderia ser tomada como parte desimportante das leituras hodiernas de Veblen não fosse Gruchy um eminente historiador do institucionalismo de meados do século XX. Levando em conta essa informação, é ainda mais assombroso que tenha partido dele a seguinte conclusão:

> *"We may conclude by observing that, although it is quite evident that* ***Veblen is now outmoded*** *in many ways, it is also apparent that the broad contours of his economic thought have stood the test of time successfully. Institutionalism is a resilient body of economic thought which absorbs what is worth while from other areas of economic analysis without losing its own identity.* ***The essential nature of institutional economics has not changed over the decades, nor will it change in the future.****"(GRUCHY, 1988:585)*

Dos lamentáveis comentários de Gruchy, três se destacam. Em primeiro lugar, a constatação de que Veblen estaria fora de moda, já em meados do século XX; logo, ele seria não somente um mestre carente de discípulos, como o autor de uma revolução teórica notoriamente breve. Em segundo, a observação de que o institucionalismo absorveria "o que presta" de outras tradições de análise econômica sem perder sua própria identidade. Parafraseando Veblen (1915), como definir o caráter de um grupo cujo principal mérito seria sua capacidade de incorporar os traços e produtos de outros grupos? Levando a indagação adiante, o que resta do institucionalismo original se sua grande vantagem é justamente sua plasticidade, sua capacidade não de incorporação, mas de *adequação* aos requisitos cerimoniais de outras vertentes de reflexão em economia? Mais uma vez, somos confrontados com a aterradora *visage* do institucionalismo como um sub-keynesianismo ou sub-marginalismo, a serviço ora de uma tradição, ora de outra.

Por fim, é sempre desconcertante ver um estudioso da história das ideias econômicas construir uma afirmação como a última - "a natureza essencial da economia institucional não mudou ao longo das décadas, nem mudará com o tempo". Por mais que uma discussão, termo a termo, dos elementos mobilizados nessa

sentença pudesse entreter a nós e ao leitor[23], somos forçados a seguir com nossa análise. Qual o sentido de rememorar Anderson, Gruchy e suas tentativas de síntese do institucionalismo em diferentes momentos históricos? Como esses exercícios de síntese dialogam com o que construímos nos capítulos anteriores?

Nosso propósito, neste capítulo, é construir um breve panorama da produção sobre Veblen ao longo do século XX demonstrando, no processo, que o institucionalismo vebleniano referenciado pelos autores não só se transformou como demanda novas definições. É claro, esta qualificação geral será seguida de uma série de limitadores, já que o escopo de nosso texto não engloba (nem tem como englobar) as vastas menções ao autor, ou às linhas de diálogo estabelecidas entre ele e outras correntes de pensamento e produção teórica. Primeiramente, procuramos referenciar textos declaradamente "veblenianos" - trabalhos publicados por pesquisadores que (a) ou dialogavam diretamente com o autor, tomando-o como a principal referência ou alvo, (b) ou reportavam a Veblen como seus herdeiros, mantenedores do legado do institucionalismo original[24]. Assim, já deixamos de fora da nossa leitura tanto as corruptelas "neo-institucionalistas" de North *et caterva*, que não guardam nenhuma semelhança com a produção vebleniana ou mesmo com suas reinterpretações contemporâneas, quando as teorizações de outras escolas que, apesar da maior

---

[23] A começar pela noção de *natureza*, há muito desconstruída não só nos textos de Veblen como nos trabalhos de outros luminares das humanidades. Some-se a isso o fato de que essa natureza não é mera natureza, mas uma *natureza essencial* e, ademais, *imutável* e *atemporal*! Gruchy buscou responder às perguntas da história do institucionalismo, mas respondeu a um questionamento ainda mais complexo - só esse parágrafo já esclarece, de forma clara, *porque a economia não é uma ciência evolucionária*. Talvez seja por ainda dialogarmos em termos de *natureza*, *essência*, *permanência* e *atemporalidade*.

[24] Seguindo nos passos de Ramstad - que nos proporciona um interessante panorama da produção realizada em torno das contribuições teóricas veblenianas - podemos observar como caracteres comuns dos institucionalistas aderentes a Veblen os seguintes temas: "*As a term with a history of its own, 'institutional economics is actually nothing more than a summary term for analysis that originates on the same side of several' great divides - with a complex conception of human action rather than one centering singlemindedly on 'rationality'; with a cultural conception of behavior rather than one built on methodological individualism; with a conception of the economy as an instituted process rather than as a 'price mechanism' whose operation is inhibited or rechannelled by man-made 'institutions'; with a beliefe that order in economic affairs is socially created through the process of institutional adjustment, not something that emerges spontaneously from 'market forces'; with a belief that economic activity is fundamentally 'coercive' rather than truly 'voluntaristic' in character; with a belief that economic outcomes manifest the exercise of power rather than 'consumer sovereignty'; with a commitment to an instrumentalist conception of knowledge rather than to 'first principles' revealed by introspective reason; with a belief that 'economic theory' must be 'realistic' in the sense of beginning with concepts that have 'real' counterparts rather than beginning with abstractions that are pure figments of the imagination; with a belief that economic processes operate in real time and hence economic models must center on the process of change (be evolutionary) rather than on equilibrium; and so on.*"(RAMSTAD, 1989:696)

proximidade com o que estudamos, também estão descoladas dessa definição. É o caso da Escola Francesa da Regulação e dos Institucionalistas Históricos, que pretendemos discutir em trabalhos futuros[25].

Um segundo limite diz respeito ao volume de material estudado. Por mais abrangente que a análise se proponha, admitimos (e acreditamos ser impossível não fazer essa concessão) que, como toda amostra, a nossa é viesada e limitada. Se pudéssemos retratar tudo o que foi dito e escrito sobre Veblen, no século e meio posteriores a seu nascimento, provavelmente incorreríamos no dilema dos cartógrafos de Borges. Não pretendemos que o mapa de uma só província ocupe toda uma cidade, ou que o mapa do Império ocupe toda uma província, nem mesmo que um levantamento da produção sobre Veblen preencha tantas páginas quanto a produção em si. Logo, partindo do princípio que delineamos anteriormente, tomamos um primeiro universo de textos, relativamente mais restrito, para então avançar sobre frentes específicas naquilo que entendemos ser um retrato um tanto fidedigno do legado deixado pelo institucionalismo original, a partir de comentários sobre a *Teoria da Classe Ociosa*.

E este é um terceiro fator limitador: obviamente, não discutiremos (ainda que menções ocasionais se façam necessárias) debates centrados em *The Theory of Business Enterprise, Vested Interests and the Common Man, Imperial Germany and the Industrial Revolution*, *The Engineers and the Price System* e tantos outros momentos da obra vebleniana sobre os quais infelizmente não dispomos de subsídios teóricos para elaborar uma contribuição efetiva. Assim, o que encontramos nas próximas páginas é um conjunto de trabalhos que dialoguem, por afinidade ou oposição, com as teses enunciadas por Veblen em sua *Teoria da Classe Ociosa*, ou que tratem do caráter geral de sua produção.

Como já deixamos claro, não se trata de um corpo uniforme. Mais uma vez, movidos pela necessidade de síntese e não pelo propósito da construção de um

---

[25] Em tempo: é sempre bom lembrar que as motivações para a redação de *Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, o trabalho seminal de Barrington Moore Jr., podem ser encontradas com facilidade em *Imperial Germany and the Industrial Revolution*, de Veblen, publicado (auspiciosamente) em 1915. Talvez o texto menos lido e mais maltratado do autor, *Imperial Germany* propõe muitas das questões que Barrington Moore tenta responder em seu livro. Da mesma forma, Theda Skocpol apresenta problemáticas alinhadas com o nosso tratamento do processo de mudança e conservação institucional, atualizando-as para uma versão arejada do institucionalismo contemporâneo. Logo, lamentamos enormemente não poder promover aqui essa discussão, mas ela envolveria uma passagem prolongada por um conjunto de referências que escapam ao nosso enquadramento.

conjunto de mitologias em torno do autor e de sua recepção, fomos levados a agrupar nossas leituras em três vertentes, que não só dão conta das principais tendências observadas na leitura da obra vebleniana no século passado como orientam nossos comentários e críticas, servindo de amparo na estruturação do capítulo. Assim, partimos do que chamamos de *Institucionalismo Realmente Existente*, nos valendo do espírito mordaz do autor da *Teoria da Classe Ociosa* para denominar o que seria a principal (e mais tradicional) das correntes analíticas do institucionalismo original. Nos referimos, aqui, à chamada tradição Veblen-Ayres-Foster, iniciada por Clarence Ayres (1944) e John Fagg Foster (1948, 1950?) e sintetizada por P. D. Bush (1981, 1983 e 1987), W. Gordon (1984) e Malcolm Rutherford (1984), entre tantos outros. Na sequência, discorremos brevemente sobre o que caracterizamos como *Veblenianismo Bastardo*; leituras que partam de outros referenciais e promovam o *encapsulamento cerimonial* (para citar a construção de Bush (1987) em torno das ideias de Ayres) da crítica vebleniana, convertendo-a em amparo a formulações mais das vezes marginalistas (em especial Duesenberry (1949) e Leibenstein (1950)) ou keynesianas (Dillard (1987) marca o ponto mais alto - ou baixo? - dessa leitura) sobre o capitalismo contemporâneo. Por fim, abandonamos as malfadadas sátiras filológicas e nos lançamos ao estudo de uma terceira corrente - o *Institucionalismo Radical*. Nela, nos dedicamos principalmente aos trabalhos de Junker (1979), McFarland (1985), Diggins (1977), Tilman (1980), Simich (1980) e Dugger (1988a e 1988b), que promoveram, a nosso ver, o resgate da iconoclastia presente no institucionalismo original.

Uma última ressalva deve ser feita: obviamente, essas categorizações servem aos propósitos específicos de exegese da *Teoria da Classe Ociosa* e da construção/revisão de um modelo de mudança institucional. Logo, não defendemos que nosso "sistema de classificação" das três correntes seja mais coerente ou razoável que outros: ele tão somente se presta aos objetivos que temos em mente, no momento em que lemos os trabalhos aqui discutidos. Para encurtar um adendo que talvez se mostre desnecessário, também defendemos que o exercício aqui realizado não se reduz à defesa de uma ou outra corrente como 'mais' ou 'menos' vebleniana, como se avaliássemos diferentes seitas pela sua fidelidade às palavras do messias. Trata-se, em última instância, da prova prática de nossa hipótese de leitura. O que aqui fazemos é

tão somente confrontá-la com nossa visão sobre as interpretações estabelecidas do autor.

III.1 - Ayres, Foster, Bush e Rutherford - o Institucionalismo Realmente Existente

O intelectual definidor do institucionalismo de matriz vebleniana no século XX é, com pouca ou nenhuma dúvida, Clarence Ayres. Nascido nos anos finais do século XIX e educado em Brown e Chicago, Ayres é notável não só por ter sido professor de Talcott Parsons e C. Wright Mills, na Universidade de Texas em Austin, ou por ser o primeiro presidente da *Association for Evolutionary Economics* (AFEE) e criador do *Journal of Economic Issues* em meados da década de 1960, dois tradicionais fóruns de discussão institucionalista, mas pela publicação de *The Theory of Economic Progress* em 1944, trabalho síntese de sua leitura do processo de mudança institucional.

Escrevendo sobre o legado ayresiano, Donald Walker sumarizaria sua contribuição da seguinte forma:

> *"Clarence Ayres's work can be divided into four major categories: a critique of orthodox theory; his institutionalist alternative, which includes his theory of value; policy proposals; and various psychological, aesthetic, and metaphysical aspects of his theory of value that are not closely related to his economic ideas." (WALKER, 1980:649)*

Como herdeiro do legado vebleniano, Ayres sumariza o que discutíamos na introdução a esse capítulo - seus trabalhos concentram-se em torno do ataque à ortodoxia e do fortalecimento do projeto institucionalista. Ou, de forma mais direta, de um dentre vários projetos institucionalistas possíveis.

Sua proposta teórica é simples e direta. Como afirma no prefácio a seu principal trabalho, suas teses partem da crença de que o progresso humano consiste em descobrir como fazer coisas, como fazer mais coisas e como fazer melhor essas mesmas coisas (AYRES, 1944). A presença do caráter positivo do instinto do artesanato se faz evidente logo nas primeiras páginas, e delimita de forma clara as noções de progresso, humanidade e civilização entretidas pelo autor. Explorando essa ideia de forma mais alongada, Ayres afirma, de forma categórica:

> *"Thus progress is an aggregative term. There can be small aggregates as well as large ones, of course. We can speak intelligibly of a single individual's progress in learning to swim, or of a whole community's progress in physical fitness. By the same token, we can speak of human progress in general, meaning the broadest possible aggregate of all human activities. At this point, however, a serious difficulty arises. Are all human activities alike in the sense of being parts of the same aggregate? The answer to this question assuredly is No. All are alike in the sense of being human. But through all human activities there runs a deep cleavage or perhaps it would be better to say a sort of polarity, since at all times we are to some degree subject to opposing influences. Two forces seem to be present in all human behavior in all ages: one progressive, dynamic, productive of cumulative change; the other counter progressive, static, inhibitory of change"(AYRES, 1944:8)*

A herança vebleniana mais uma vez se faz clara. Ayres herda a distinção estabelecida pelo autor da *Teoria da Classe Ociosa*, reconhecendo diferentes tipos de ocupação como representativas da posição social de determinados grupos sociais. Partindo dessa categorização da diferença, estabelece a dicotomia entre o movimento de forças que amparem o desenvolvimento *tecnológico*, progressistas por natureza, e as prerrogativas *cerimoniais* de defesa do privilégio estabelecido. A inflexão de *institucional* a *cerimonial*, representando a transição das categorias desenvolvidas por Veblen a sua apropriação por Ayres é um ponto sutil, mas importante - não é preciso muito para perceber que o tecnológico está em direto conflito com o cerimonial estabelecido, com as linhas de combate demarcadas de forma clara.

A generalidade da noção de progresso também é clara - não se trata de progresso técnico, científico ou tecnológico, mas de todas essas possíveis formas de progresso entendidas como componentes do progresso humano *em geral*. A noção de progresso sem qualificantes implica na leitura de uma ideia de *humanidade* sem qualificantes, ainda que suas atribuições, interesses e valores sejam divididos entre tecnológicos e cerimoniais. "*All are alike in the sense of being human*" afirma Clarence Ayres de forma categórica, no trecho supracitado.

A proclividade dessa humanidade em abstrato a fazer coisas e fazê-las melhor remonta aos instintos delineados por Veblen. Reduzido a seus componentes essenciais, o sistema ayresiano é fiel às formulações da conflituosa relação entre instintos e instituições presente na obra vebleniana, ao mesmo tempo em que preserva

a oposição clara à 'tradição clássica' e elabora uma original teoria do desenvolvimento econômico, marcada pela 'arrancada' (*big push*) de uma dada sociedade rumo à modernidade, com *breakthroughs* fundamentais em várias áreas. Avança na construção de uma crítica inovadora da teoria do valor, pautada pela releitura institucionalista de Smith, Ricardo, Marshall e tantos outros, com a conclusão de que o foco em problemáticas relacionadas ao preço alija o valor do eixo central de discussão. A composição de uma ciência estruturada a partir de desejos ilimitados e recursos limitados é sumarizada de forma crítica na seguinte passagem:

> *"For whether or not it continues to be a science of price, economics must be a science of value. If the economy is meaningless, no science of economics is possible. If it has meaning, the problem of economics is to elicit that meaning. The way of thinking which has prevailed hitherto has sought the meaning of the economy in price. It has done so because the subtlety of price relationships seemed to give promise of hidden meaning, because the justification of the dominance of money power involved the identification of "money values" with industrial actualities, and because the prevailing conception of the wellsprings of human conduct seemed capable of fulfillment in the calculus of price. These promises have not been realized and that way of thinking has therefore failed."(AYRES, 1944:58)*

Da constatação da falibilidade da economia política clássica emerge a necessidade de elaboração de uma nova alternativa, que leve em conta algo além da mera redução a preços. Com essas posições em mente, Ayres se lança à construção de uma teoria do comportamento humano dividido em duas variantes principais: cerimonial e tecnológico, em que o primeiro seria um refraseamento das múltiplas instituições acessórias da classe ociosa discutidas por Veblen e o último seria definido (de forma propositalmente aberta) como "a habilidade organizada" (*organized skill*) estabelecida em termos progressivos, cristalizada em ferramentas. A combinação entre diferentes *skillsets* ou a interação entre ferramentas na resolução de problemas[26], de forma quase que completamente acidental, seriam responsáveis pela criação de inovações e pelo lento movimento de uma dada sociedade em progresso. A reiteração da importância desse elemento, então em desfavor entre cientistas sociais, é feita a

[26] Mais uma vez, a racionalidade instrumental consubstanciada no instinto do artesanato se faz presente.

cada momento por Ayres. Uma de suas observações mais diretas se posiciona criticamente frente ao agnosticismo da investigação sociológica e econômica de seu tempo

> *"Indeed, the restoration of the concept of progress is one of the crying needs of contemporary social science. The truth is, our agnosticism has gone too far. In ridding our minds of the naive collective representations of the past, we have gone so far as to deny the intelligibility of any sort of pattern in cultural development. But the development of culture exhibits pattern. The successive layers of artifacts which are laid bare by digging of the archaeologists are not a sheer hodgepodge conglomeration. Each successive layer is somehow related to the ones below and the ones above, and the relationship exhibits some sort of continuous process. Whatever the function be called which differentiates one from another, it is a continuous function and still further differentiates the second layer above from the second layer below."(AYRES, 1944:73)*

Que o leitor não se engane quanto à presença do ideal de progresso nos escritos de Ayres - ele é um elemento evidentemente positivo na descrição feita pelo autor das sociedades industriais, eixo central de movimento da história. Não há qualquer ressalva, ou mesmo a necessidade de remissão, das mazelas encontradas nessa forma de organização social. O que encontramos é a afirmação clara de que a sociedade industrial é o modo de vida mais bem sucedido que a humanidade já conheceu, já que as pessoas se alimentam melhor, dormem melhor, vivem em habitações mais confortáveis, se movem com maior frequência e conforto e vivem por mais tempo (AYRES, 1944). Graças às benesses da tecnologia, alcançamos o devir da modernidade e ascendemos a tudo que poderíamos ser, à plena realização da condição humana.

Deixamos de lado nossa posição por algumas páginas para que possamos ler Ayres com tranquilidade, sem os incessantes ataques da crítica que inevitavelmente será feita nas páginas seguintes. Por ora, é importante que recapitulemos os termos fundamentais de sua leitura institucionalista do progresso humano. Em última instância, a humanidade (existente como um gênero em abstrato, original e essencialmente indistinto) pode ser analisada a partir da existência de formas de comportamento associadas a padrões *cerimoniais-institucionais* ou *tecnológicos-industriais*, sendo o primeiro elemento síntese das forças estanques que buscam

impedir ou retardar o progresso, e o segundo a pulsão irrefreável por transformação, resultante de inclinações instintivas dessa mesma humanidade. Dentro do corpo social, esses dois elementos se caracterizam por sua oposição dicotômica que aparenta ser, para Ayres, o motor da história - é do enfrentamento entre as forças que ambicionam pela (sempre necessária e sempre benvinda) mudança e os agentes do conservadorismo que se travam as batalhas a favor e contra o progresso.

Esses argumentos são desenvolvidos, em alguma medida, na breve porém impactante obra de J. Fagg Foster. Fagg Foster dá continuidade aos exercícios críticos de Clarence Ayres, atacando impiedosamente as noções de valor dos economistas políticos clássicos a partir de sua adesão aos cânones irreais de precificação. Diferentemente de seu antecessor, a atuação desse intelectual não se caracteriza por ampla produção escrita; além de sua tese de Doutorado e de alguns *papers* esparsos, seu legado foi preservado por meio de anotações de aulas. Em meio a estas notas, dois conjuntos despontam como de especial interesse - seus comentários sobre o valor e seus determinantes e suas considerações sobre a contribuição americana ao pensamento econômico. Ainda que sua posição seja menos conhecida do que a vebleniana (e mesmo a ayresiana), Fagg Foster permanece como uma das referências da iconoclastia que marca a construção da reflexão institucionalista ao longo do século XX. A seguinte passagem dá conta do vigor de seu discurso:

> *"Just now, we are beginning to realize for the first time in history that we need an economic accounting of value theory. That is to say, we have come to realize that the conceptual tools with which we have accounted our affairs are not economic in character. They are something else--business tools. And they were business tools at the time of [the Greeks] no less than they are today. These tools are highly refined, and there are a great many of them. We have become experts in using them. And we have come to realize that they aren't what we require."(FAGG FOSTER, 1948:84)*

Mais ainda do que Ayres, Foster personifica o ideal do misto de *savant* e *frontiersman*[27] incorporado por parte da esquerda norte-americana, no período. Sua

[27] Tipificação desenvolvida, de forma curiosa, por Fagg Foster. Nas notas de aula em que o tema é explorado, a associação entre o *modus vivendi* dos pioneiros e a rejeição das teorizações abstratas da *Riqueza das Nações* é tratada de forma bastante criativa: " The frontier experience led Americans not to accept the Wealth of Nations as Europeans did. They rejected its premise that wanting is the essential economic problem and removing want is the solution. They rejected the labor market as maximizing the wealth of nations. They disassociated investment from personal saving.

crítica das teorias do valor é declaradamente institucionalista, declaradamente radical e declaradamente vebleniana. O expediente é interessante: por sua adesão aos cânones do conhecimento cerimonial, a ciência econômica e seus proponentes abandonaram qualquer premissa de interação com a realidade, desenvolvendo um conjunto de ferramentas que não são, de forma alguma, *econômicas* - no sentido de *econômico* enquanto *pertinente à reprodução da vida* que desenvolvemos no capítulo anterior -, mas *businesslike*. São, em outros termos, ferramentas à disposição da classe ociosa na preservação de seus interesses, sob a forma da antinomia *business* versus *industry* presente de forma mais forte em trabalhos posteriores à *Teoria da Classe Ociosa*. Os elogios a Veblen não são poucos, mas mais importante do que seu volume ou profusão é o viés claramente ayresiano de seu conteúdo. Ao discutir a contribuição vebleniana em suas aulas, a oposição dicotômica entre tecnologia e instituições é clara. E, mais uma vez, a noção de progresso presente em Ayres se faz presente:

> *"Foster maintains that Veblen's distinction between technologically valid patterns of behavior and ceremonial patterns which falsely claim to be productive is what economists need today to help develop the many backward economies of the world. We can't tell India to get more capital as long as Indians allow cows to roam the streets eating rather than providing food. We can't tell them to work harder with their ox-drawn plows.* ***We must educate them*** *to recognize which of their institutions are obstacles to a modern economy, and also help them protect other institutions which are undoubtedly valuable."(FAGG FOSTER, 1950?:188)*[28]

O que transparece, tanto nessa passagem quanto nas metáforas antropológicas/arqueológicas do progresso em Ayres, é a crença de que *as sociedades*

Frontiersmen were always in debt, but built the most productive nation in history. Money cost was unimportant; bankruptcy came to be used to reassign debt without change of organization or cessation of production, permitting weak firms to compete with strong by eliminating fixed costs on interest-bearing debt and lowering average variable costs so that prices can be lowered. Real costs are important, but don't include work, which is necessary and fun. The classical and utilitarian theories could not be used to solve problems."(FAGG FOSTER, 1950?:183)

[28] As notas de aula são relativamente inconsistentes. Há momentos em que as falas e citações de Fagg Foster são reproduzidas de forma virtualmente literal; em outros, o aluno que tomava as notas assume a voz e caracteriza Foster em terceira pessoa. Ainda assim, são uma ferramenta indispensável para pensarmos a transmissão e tradução dos termos em que Ayres analiza a posição de Veblen para as gerações futuras de institucionalistas. Muitos membros da AFEE e da AFIT entraram em contato com essa vertente específica de economia institucional a partir de Ayres ou de seu discípulo direto, e a influência desses dois intelectuais em alguns dos autores estudados neste capítulo (marcadamente Gordon, Bush e Rutherford) é marcante.

estariam em diferentes patamares de desenvolvimento; i.e., é possível observar uma gradação entre uma série de civilizações, que iria das menos desenvolvidas às mais desenvolvidas. Mais uma vez, nos contemos para garantir a fluidez do texto, mas antecipamos nosso desacordo com essa leitura. É interessante ressaltar, ainda assim, como esse ideal contamina não só a esquerda americana no período, mas muitos de seus herdeiros - a crítica, quando é feita, deve ser feita da perspectiva da *preservação* de um patamar de *desenvolvimento* e *progresso* tido como *bom e positivo em si mesmo*. Logo, no cerne da crítica ao padrão civilizatório ocidental repousa, para muitos intérpretes tardios de Veblen, a crença nesse mesmo padrão como a realização máxima do gênero humano.

Um ponto positivo, por outro lado, é o cuidadoso tratamento dado à crítica vebleniana aos cânones da teoria econômica. Fagg Foster reconhece seu caráter ontológico ao afirmar sua incompatibilidade estrutural com as interpretações marginalistas do sistema econômico, ressaltando a diferença não só no método e no discurso empregados por Veblen, mas em sua finalidade última:

> *"If classical economics focused on the market system, and Veblen's analysis shows that the market system just describes what a community does and not at all what it should do, then is it pertinent to ask Veblen to provide an alternative analysis of the market? Is it not necessary that economists redefine their subject? Keynes forced economists to concern themselves with institutional patterns such as the consumption function. Now work on economic development is forcing many to come to grips with technology and culture. But still the content of theoretical economics is to describe how a series of forces will push us to a static equilibrium if we will only let them work or help them at the right times. Where does Veblenian analysis lead? To genetic study of culture and technology."(FAGG FOSTER, 1950?:188)*

Nosso interesse nesses autores, por fundamentais que sejam suas contribuições, não se pauta somente pelo resgate desse momento específico da produção sobre Veblen, mas pela sua influência sobre gerações futuras. Ayres e Fagg Foster desempenham um papel fundamental na delimitação das fronteiras a serem exploradas na produção vebleniana, e do tratamento usual desses temas[29]. Assim,

[29] Por outro lado, também "provocam", com a manutenção da crítica ao marginalismo, a primeira resposta sistemática dos liberais à contribuição vebleniana, consubstanciada em *Thorstein Veblen and the Institutionalists*, de David Seckler, pupilo de Lionell Robbins. Lamentavelmente, não

muito[30] do institucionalismo vebleno-ayresiano da segunda metade do século é marcado pela revisão do papel do institucionalismo como crítico do *mainstream* econômico (VUKASIN, 1958; ZINKE, 1958), por repaginações da dicotomia cerimonial-institucional (WALKER, 1977; GORDON, 1984), com ênfase na oposição entre *business* e *industry* pincelada na *Teoria da Classe Ociosa* e explorada em detalhe em *Business Enterprise* e *Absentee Ownership* (RUTHERFORD, 1980; EVANS, LEATHERS, 1980; RUTHERFORD, 1981).[31] Antes de discutir as

---

obtivemos acesso a esse material durante nossa pesquisa, mas a influência da crítica na produção dos institucionalistas é marcante; Seckler rapidamente toma o lugar de Marshall como o "alvo preferencial" no debate com os marginalistas. Essa revisão é importante por trazer novos argumentos a uma tradição que já começava a mostrar sinais de desgaste (pouco de original é observável em alguns dos trabalhos das décadas de 1950, 1960 e 1970, revelando grande dependência em Ayres e Fagg Foster), mas, por outro lado, marca mais um capítulo dos 'monólogos paralelos' entre institucionalistas e marginalistas, já que cada tradição monologa sobre a sua "adversária", sem propriamente dialogar com a rival.

[30] Uma exceção digna de nota é o breve artigo de R.D. White, intitulado *Growth versus Conservation*: *A Veblenian Perspective*, de 1978. Ainda que seus argumentos não apresentem contribuição interessante para o que discutimos aqui, incorporação de argumentos veblenianos a um debate candente na sociedade americana, no período, é valiosa: "The Veblenian notion of conspicuous consumption surely has its place in explaining why people buy the automobiles they do. Why else would anyone buy a 6.9 liter gasoline-powered Mercedes Benz? Why else would Benz make such a vehicle? Federal fuel economy standards, despite some shortcomings, are causing the fleet to be much more efficient, without sacrificing interior space. There is a lot for economists to learn from this program; it has fostered technological advances that did not appear to be coming through the price system. Given the distribution of income and the universality of the desire for mobility, the regulatory approach has made a major contribution to national well-being."(WHITE, 1994[1978]:218) Logo, por mais que sua leitura reproduza os vícios tecnológicos da vertente Veblen-Ayres-Foster, White avança ao promover o retorno de Thorstein Veblen ao debate público. Talvez suas contribuições pudessem ser repaginadas para as atuais discussões sobre transportes e urbanismo, no Brasil, em defesa de opções que primem pelo fortalecimento do transporte público ou de alternativas com menor conspicuidade do que as fornecidas pela indústria automobilística.

[31] A publicação de *The New Industrial State* por John Kenneth Galbraith também é um dos marcos das três décadas que separam as teses de Clarence Ayres e John Fagg Foster das propostas de Malcolm Rutherford e Paul Dale Bush de formulação de um "modelo" de mudança institucional. Optamos por não incluí-las pelo detour necessário pelos argumentos de Galbraith (que, apesar de extensas, pouco acrescentariam à discussão que propomos aqui). Mais relevante fora dos círculos especializados em Veblen do que nas associações dedicadas à manutenção do debate sobre o autor da *Teoria da Classe Ociosa*, as contribuições de Galbraith têm o valor de preservar e difundir o espírito de crítica e denúncia que atravessa os escritos do intelectual norte-americano, nas primeiras décadas do século XX, e de muitos de seus auto-proclamados herdeiros, nos anos que se seguem. Como contribuição teórica autônoma, por outro lado, a posição é alvo de um ataque curioso por C. G. Leathers e J. S. Evans, em 1973, sumarizado nos seguintes termos: "*The works of Galbraith and Veblen tend to lead the reader to the conclusion that the economic system is badly in need of reform. For both writers, the system's deficiencies are largely rooted in the fat that a passive and gullible general public is subject to manipulation by clever and tenacious vested interests. As a consequence, there occurs a massive misdirection of human energy which largely offsets the fact that the existing institutional structure stimulates people to work hard and, according to conventional standards, productively. Not only is there enormous waste within both the private and public sectors of the economy, but also widespread apathy and active resistance to social innovation. To have a truly knowledgeable general public would threaten the status quo.*"(LEATHERS, EVANS, 1973:149) Pensada como resposta ao institucionalismo, a posição parte de argumentos assustadoramente similares à justificativa de Ayres para a defesa das sociedades industriais - de que estas seriam a melhor forma de

elaborações sobre mudança institucional e a síntese do 'modelo' Veblen-Ayres-Foster, convém resgatar alguns desses argumentos, apresentados em debates que não tocam diretamente a problemática priorizada em nosso trabalho.

Em uma mesa redonda celebrando o centenário do nascimento de Thorstein Veblen (1958), P.N. Vukasin e G.W. Zinke levantaram dois pontos de interesse para nossa análise. Atacando os desenvolvimentos recentes do institucionalismo, Vukasin lê no poder político dos *absentee owners* uma caracterização da origem patológica não só das 'velhas virtudes' do nacionalismo e do militarismo, mas da política estatal como um todo. Corretamente, conclui que essa patologização "amontaria somente a alguns comentários preliminares para a inspeção da atuação efetiva e potencial dessas instituições em contextos históricos específicos"(VUKASIN, 1958:128). De forma consonante, Zinke aponta que, "because of its relative lack of bearing on individual human quality, modern institutionalism is actually heretical - both in reference to the classical tradition and in reference to Veblen."(ZINKE, 1958:132) Ainda que não acreditemos que a primeira crítica se sustente no que toca a Veblen (o autor se dedicou, em momentos posteriores à redação da Teoria da Classe Ociosa, a uma série de exercícios de análise de movimentos de transformação institucional em contextos específicos, como o caso alemão), ela certamente é adequada quando fazemos referência aos vebleno-ayresianos no período. A presença de "projetos de pesquisa" institucionalistas, "revisões" do papel do autor e de sua crítica aos marginalistas e artifícios similares é um expediente recorrente, e a impressão deixada por essa leitura é que cada nova contribuição deveria passar por um mandatório enunciado dos princípios do institucionalismo, antes que suas novidades teóricas pudessem ser enumeradas, nos dois parágrafos finais do texto. Ainda que a objeção seja equivocada, Vukasin tem um ponto em fazê-la, e Zinke a reforça - houvesse o institucionalismo de meados do século se desenvolvido nos termos de um resgate "radical" das teses

---

organização social já alcançada pela humanidade. Mais do que a aterradora semelhança em seus argumentos, o ataque dá indícios dos descaminhos do institucionalismo vebleno-ayresiano no período: se a resposta a seus ataques envolve tão somente comentários sobre as propostas para disciplinar nossa elite financeira, é porque esta tradição há muito havia abandonado o conteúdo radical e explosivo de seus textos fundadores. Ainda sobre esse ponto, um instigante debate é travado entre Rutherford e Leathers-Evans nos primeiros anos da década de 1980, em seguimento à publicação de suas posições em 1973. De pouco interesse para nossos argumentos, a discussão gravita em torno da acusação, por Leathers-Evans, da insistência de Rutherford no caráter predatório das instituições (elemento que cremos ser bastante negligenciado, nos textos desse autor). Para maiores detalhes, ver Rutherford, 1980 e 1981, e Leathers e Evans, 1980.

veblenianas, esse argumento (assim como a de que os institucionalistas do período seriam 'hereges' quando contrapostos às teses fundadoras da tradição) não seria cabível. A objeção é compreensível se levarmos em conta que ambos os autores mencionam o texto de Gruchy (que citamos nas primeiras páginas do capítulo)[32] ao abrirem suas falas.

As décadas de 1970 e 1980 marcam o apogeu de um grupo de orientandos e/ou (auto proclamados) herdeiros intelectuais de Clarence Ayres e J. Fagg Foster. Dentre estes, D. Walker e L. Junker merecem especial atenção. Escrevendo nos anos finais da década de 1970, ambos promovem revisões das formulações ayresianas, com comentários pertinentes a essa vertente. D. A. Walker, em *Thorstein Veblen's Economic System,* promove uma ambiciosa tentativa de delineação de um sistema teórico unificado que perpasse os vários trabalhos do autor. Em seu entendimento, o ponto central de análise deveria ser o estudo sobre ação econômica, não objetos materiais - i.e., as leituras deveriam transitar das problemáticas "tradicionalmente" veblenianas do consumo de luxo para a interação dos homens nas estruturas produtivas, a partir de instituições que norteiam o comportamento dos agentes envolvidos na reprodução da vida. O ponto central é interessante:

> *"Exemplifying the approach that he advocated in his discussion of the subject-matter of economics, Veblen's economic system is a theory of economic change over long periods of time, which examines the influence of methods of making a living upon the economic order and upon other aspects of culture. Veblen had a general theory of the process by which he thought all economies evolve, and a theory of capitalist that was intended to do display it as a special case of the operation of the forces identified by his general theory."(WALKER, 1977:171)*

Ainda que fundamentado na leitura ayresiana, o argumento de Walker remete a alguns componentes originários da contribuição vebleniana, ponto que consideramos positivo. Os problemas em sua leitura advém da qualificação de cinco grupos de interesse que determinariam a forma do conflito em sociedades ocidentais contemporâneas: proprietários, homens de negócios, técnicos, trabalhadores e defensores dos princípios arcaicos de conduta. (WALKER, 1977:176)

---

[32] O texto original data de 1958 e é uma referência comum, até meados dos anos 1980. Citamos a revisão de 1988, reimpressa em 1994, como parte dos *Critical Assessments*.

Em um hiato crítico, podemos afirmar que a leitura de Walker não condiz com o que acreditamos ser o fundamental na contribuição vebleniana para o entendimento do capitalismo contemporâneo. As categorias apresentadas corresponderiam, grosso modo, a elementos da interpretação ayresiana sobre o autor, com os técnicos (engenheiros) e trabalhadores desempenhando função positiva, no sistema, por estarem diretamente ligados às mudanças no modo de vida ocasionadas pela emergência de novas tecnologias. Já proprietários e homens de negócios seriam elementos em disputa, afeitos às formas cerimoniais de comportamento, mas dotados de alguma margem de 'escolha' entre valores tecnológicos e cerimoniais. Os defensores de princípios arcaicos de conduta seriam apologetas das prerrogativas da classe ociosa - descoladas, ao que tudo indica, da produção.

Acreditamos que a caracterização do último grupo representa uma 'caricatura' das classes sociais desenhadas por Veblen. Um dos pontos marcantes da *Teoria da Classe Ociosa* é a complexa dinâmica de emulação que, temperada pelo princípio da comparação odiosa, promove a difusão de padrões de comportamento entre membros de diferentes classes. Ainda que não pertença ao grupo em que um dado comportamento é prática usual, o trabalhador é levado a ver tal comportamento não só como legítimo, mas como necessário e desejável - logo, a defesa dos princípios arcaicos de conduta não só não é feita de forma declarada ou óbvia, *por vezes ela nem mesmo é necessária*. Refletindo sobre como os hábitos mentais de uma dada sociedade são condicionados pelo arranjo institucional construído ao longo de séculos de defesa e fortalecimento das prerrogativas da classe ociosa, nos parece pouco prudente crer na possibilidade de identificação plena e isolamento de defensores declarados destes elementos em meio à elaborada trama social das sociedades capitalistas avançadas. Ainda mais quando levamos em conta a presença dos outros elementos apresentados por Walker, marcadamente proprietários (cujo status está assentado sobre a instituição bárbara da propriedade, discutida por Veblen de forma bastante incisiva), homens de negócios (que operam por uma lógica consonante com os cânones de economia política criticados por Veblen, Ayres e Foster, representativos do domínio da propriedade sobre o trabalho, no capitalismo) e técnicos, mais das vezes educados em instituições com discurso e práticas que remontam ao medievo, com posições políticas e ideológicas das mais variadas possíveis. A fragmentação do espectro político representa, não só em Walker como

em outros autores estudados, uma forma (consciente ou não) de redução da gravidade da dicotomia entre classe ociosa e classe trabalhadora, algo que conduz, por sua vez, à minimização do papel de ambas seja na defesa, seja no ataque ao *status quo*. O argumento é sintomático dos limites lógicos da interpretação ayresiana, que remove o foco na oposição entre propriedade-ócio-masculino e expropriação-trabalho-feminino para concentrar-se sobre a resistência cerimonial (sem considerações sobre seu caráter *de classe*) às forças do progresso, consubstanciadas no impacto positivo da tecnologia (sempre virtuosa e relativamente independente das estruturas de poder que a cercam).

Com esses elementos em mente, é natural que Walker ecoe as críticas de alguns detratores da crítica vebleniana ao afirmar que os argumentos apresentados na *Teoria da Classe Ociosa* e nos demais trabalhos do autor sejam deficientes no tratamento de problemas técnicos da economia e que estejam carregadas de vícios normativos. Cabe mais uma vez resgatar a dupla crítica de Veblen à economia de seu tempo, que, por sua raiz cerimonial, está tão distante dos problemas concretos que existe tão somente como mecanismo de legitimação da estrutura de dominação vigente. Qual o sentido, para um autor que critica os problemas da teoria econômica moderna a partir dos termos de sua definição, em embrenhar-se pelo *quid pro quo* taxonômico de suas categorias?

Argumentos similares são encontrados na resposta de L. Junker aos ataques de David Seckler aos institucionalistas, mas aqui o discurso assume novas nuances. De forma breve, apresentamos Junker para retomá-lo nas páginas finais do capítulo como um dos fundadores do Institucionalismo Radical. Por ora, cabe resgatar sua esclarecida revisão da noção de humanidade presente até então nessa vertente

> *"Human beings become human socially and culturally through being born into cultures with institutional forms to which they partly adhere and partly challenge as the cultural forms undergo change and modification. This means that there is no such phenomenon as an atomistic individual"(JUNKER, 1979:256)*

Junker acerta ao desconstruir a tendência (até então presente entre teóricos institucionalistas ainda apegados à produção vebleniana) de compreender a ação econômica em termos individuais ou comportamentais. Mesmo que suas observações sobre o conceito de cultura permaneçam atrelada às posições ayresianas, a percepção da preponderância do arranjo institucional sobre qualquer consideração de vontade ou

escolha individual é ponto fundamental na construção da principal crítica ao modelo Veblen-Ayres-Foster dentro do institucionalismo de matriz vebleniana.

Antes que avancemos sobre as sistematizações de P.D. Bush e Rutherford, convém marcar mais uma vez esta primeira oposição à vertente vebleno-ayresiana: ao enfatizar a dicotomia tecnológico-cerimonial, Ayres, Fagg Foster e demais proponentes desta corrente perdem de vista a oposição entre classe ociosa e classe trabalhadora que representa um os pontos fundamentais da contribuição vebleniana à crítica da economia política. Assim, os exercícios analíticos desses autores se limitam à circunscrição da crítica de Veblen ao atraso enquanto força absoluta e quase incorpórea, manifesta na caricata figura de um cavalheiro de fraque interessado na preservação de normas de etiqueta e cânones religiosos ultrapassados. O componente cerimonial e institucional se faz presente em *todas* as etapas da produção e do consumo, em *todas* as instâncias da vida material, em *todas* as dimensões da consciência e da ação econômicas. Em nosso entendimento, o grande mérito da contribuição vebleniana é justamente a difusão da tensão entre proprietários e trabalhadores para outras esferas da existência - de forma análoga à leitura foucaultiana (2014, 2015 e 2010) dos micropoderes, há a multiplicação das instâncias de manifestação das relações de poder, que transbordam para além daquilo que é claramente identificável como político. Em Veblen, é claramente perceptível esse transbordamento no que toca ao poder econômico - educação, linguagem, afeto, arquitetura, vestuário, alimentação, religião, todos esses elementos guardam ligações com a opressão fundadora estabelecida no tríptico trabalho, gênero, propriedade. Diferentemente de Foucault, Veblen não implode as relações guardadas entre estes diferentes eixos; todos são, em última instância, manifestações da dominação da classe ociosa sobre os trabalhadores, consolidada e garantida pela institucionalização de modos de vida que conferem a essa dominação caráter legítimo.

Transpor a crença ayresiana em uma humanidade em abstrato é um passo importante, no sentido da construção de uma crítica institucionalista que se aproxime dessa discussão. Caso contrário, continuaríamos nos debatendo em torno do falso dilema da incapacidade de penetração de uma dada técnica produtiva em cenários marcados por elevado cerimonialismo, quando a discussão a ser feita, em nosso entendimento, passa pelas formas peculiares pelas quais esse cerimonialismo *molda* e *subordina* as transformações no âmbito da técnica.

Sem antecipar mais de nossos comentários sobre a vertente Veblen-Ayres-Foster e guardando as demais contribuições de Junker para a sessão sobre o Institucionalismo Radical, a década de 1980 presencia uma efervescente troca de idéias sobre as noções de mudança institucional elaboradas por Clarence Ayres. Dentre as posições alinhadas com as ideias ayresianas (e as contribuições de Fagg Foster), três merecem especial atenção: as respostas de Paul Dale Bush às críticas de David Seckler, que culminam em um modelo Veblen-Ayres-Foster de mudança institucional, a leitura de W. Gordon da oposição entre valores cerimoniais e valores instrumentais, e os comentários de Malcolm Rutherford sobre a teoria da mudança institucional em Veblen.

Escrevendo em 1981, P. D. Bush se propõe a responder às objeções levantadas por Seckler a partir do que o pesquisador liberal classifica como as falhas na metodologia normativa vebleniana. Tomando a resposta de Bush como base, o argumento desenvolvido por Seckler revolve em torno de sua adesão a uma noção de "individualismo radical", em que a individualidade é idealizada como força emancipatória, ao passo em que Veblen se encontra dividido entre humanismo e behaviorismo, contribuições normativas e positivas. Para além do enfrentamento necessário à crítica de Seckler, o argumento de Bush é esclarecedor da posição da vertente Veblen-Ayres-Foster no que toca a categorias centrais do conhecimento cerimonial em economia - *indivíduo*, *escolha* e *futuro*:

> *"On the methodological level, institutionalists of the Veblen-Ayres persuasion (Seckler's 'behaviorists'?) argue that the ceremonial-technological dichotomy permits us to distinguish between those values that are ceremonially warranted and those that are technologically warranted. These two basically different types of values are the object of inquiry when we attempt to analyze institutional structures and attempt to predict the rate and direction of institutional change. It is this same ability to draw a distinction between ceremonially warranted values and technologically warranted values that permits the investigator to make normative judgments concerning the ends as well as the means of social policy." (BUSH, 1981:318)*

De forma sutil, Bush transforma uma das noções fundamentais da dicotomia tecnológico-cerimonial de Clarence Ayres: ao atribuir as qualificações tecnológico e cerimonial a conjuntos de valores e observar nas estruturas institucionais

preponderância de um tipo ou de outro, o autor avança no desenvolvimento de uma teoria vebleno-ayresiana da mudança institucional. O problema fundamental passa a ser não o enfrentamento - naturalizado e automático, por vezes, nos argumentos de Ayres - entre tecnológico e cerimonial, mas a identificação desta ou daquela instituição enquanto predominantemente tecnológica (ou permeável a valores tecnológicos) ou predominantemente cerimonial (ou regida por valores cerimoniais).

O ponto da necessidade de identificação traz uma nova consideração implícita: as instituições não teriam seu perfil *automaticamente* determinado pela oposição tecnológico-cerimonial, nem seria essa identificação automática ou evidente; logo, podemos deduzir, a partir de Bush, que instituições que seriam lidas como progressistas (i.e., aparentemente permeáveis a valores tecnológicos, dentro da dicotomia trabalhada pela tradição Veblen-Ayres-Foster) poderiam, em última instância, ser redutos de conservadorismo. A mudança nos termos da apresentação representa mais que um refraseamento dos termos da dicotomia: agora cabe à ação humana equacionar a antinomia entre tecnologia e cerimônia.

O problema reside justamente nas noções de ação, comportamento, valor e escolha defendidas por Bush. Se por um lado ele avança na construção de uma teoria da mudança institucional, por outro faz concessões peculiares à capacidade de "escolha racional" dos homens:

> *"Viewed in these terms, human discretion can, indeed, be exercised in the selection of alternative futures. Man's existence need not be determined exclusively by the habits of thought encapsulated in ceremonial practices. Rational choice does exist within the institutionalist schemata. But the kind of rational choice the institutionalist finds extant in the observable realm of human behavior is of this publicly knowable form; it is not confined to the private, internal world of the rankings of tastes and preferences. The tastes and preferences of ordinal utility functions do not in themselves possess social significance. Values have social significance only to the extent that they function as standards of judgment by which to correlate behavior. This is the meaning of that 'sensible theory of value' that Seckler finds in the 'normative' Veblen. This conception of the nature of human values is quite different from the conception of value we get in 'radical individualism'. The institutionalist is able to formulate hypotheses about social behavior which are not cast in terms of postulates on the mapping of individual preference rankings precisely because the institutionalists find that human values exist in the public realm of*

> *observable human action as well as within the 'internal', private world of individual preference orderings."(BUSH, 1981:319)*

Ou seja: Bush efetivamente recua para uma posição de defesa da racionalidade institucionalmente limitada. De forma peculiar, seu aparente avanço se torna um retrocesso ainda maior; agora a função preponderante da dicotomia tecnológico-cerimonial é informar os indivíduos (já que são dotados de racionalidade e escolhem entre alternativas de futuro, supõe-se que o façam a partir de posição individual) dos padrões para avaliação de suas escolhas.

Logo, a diferença entre a principal tradição institucionalista e a crítica individualista passa a ser bem menor do que aquela preconizada nos escritos metodológicos de Veblen, ou na sua crítica sistemática do capitalismo; torna-se tão somente a diferença de grau entre racionalidade plena e o exercício de escolhas racionais no domínio público das ações observáveis. A única distinção palpável é a verificabilidade desta escolha: enquanto para os marginalistas a escolha permeia a totalidade da ação humana, englobando questões privadas, a cujas consequências ou motivações o restante da humanidade não terá acesso, para Bush essa escolha está reduzida à esfera pública. Contanto que seja observável, o comportamento é racional, pois passa a ser imbuído de uma racionalidade construída institucionalmente.

Uma face particularmente trágica do tratamento dado por Bush à mudança institucional é sua leitura de que é possível se usar de discrição na seleção de futuros alternativos. O ponto soa estranho, quando contrastado com as noções veblenianas de conhecimento e adequação cerimoniais. Veblen não admite conhecimento que não seja produzido socialmente, em seu sistema. Como produto das relações sociais, esse mesmo conhecimento é resultante das relações de força cristalizadas nas instituições, e obedece às normas de convívio, hábito e respeitabilidade estabelecidas e reforçadas pelo arranjo institucional. Logo, há conhecimento útil e conhecimento inútil. Há formas respeitáveis de apresentação desse conhecimento, que lhe conferem legitimidade, e há a ridicularização de saberes tradicionais que não se conformem aos cânones da academia. Há uma verdade socialmente construída.

Retomando a instigante apresentação de Junker, se os seres humanos tornam-se humanos tão somente socialmente, sua vida social está indissociavelmente ligada a esses critérios de verdade. A validade desta ou daquela forma de reflexão, assim como de seus resultados, são submetidos antes de mais nada ao teste de adequação

cerimonial: esse conhecimento está de acordo com o corpo do conhecimento estabelecido, ao menos em termos gerais? O espaço para divergência e para transformação crítica passa a ser progressivamente menor. A abertura para mudança é tomada pelos valores cerimoniais, e tentativas de revisão do sistema em seus termos fundamentais são ou cooptadas pelo cânone ou refutadas como não-científicas.

Nesse cenário, cremos ser muito difícil acreditar na capacidade discricionária de opção por trajetórias concorrentes de transformação. Em primeiro lugar, pela compreensão institucionalmente condicionada do tempo presente. Os problemas da contemporaneidade são resultado da compreensão sobre as sociedades capitalistas e seu passado, e essa compreensão é resultado de séculos de atuação dos filtros de adequação cerimonial. Em segundo, pela forma como esses critérios de verdade institucionalmente estabelecidos determinam os horizontes possíveis para transformação. A mudança para além dos limites impostos pelo cânone é tida como irreal, absurda, fantasiosa. Por fim, se pensamos num arranjo institucional mais profundo e mais abrangente do que aquele (aparentemente) discutido por Bush, nesse momento de sua produção, somos levados a crer que as noções de (a) indivíduo e (b) da possibilidade de realização de escolhas individuais são necessariamente mitificadas. Nosso ponto é que aderir às noções de *escolha* e *indivíduo* efetivamente limita as possibilidades de transformação e superação do arranjo institucional vigente, na medida em que essa adesão representa uma capitulação aos preceitos fundadores do edifício teórico marginalista. Qualquer tentativa de análise institucional que pretenda avançar para além dos limites impostos pela sociabilidade predatória capitalista deve tomar como ponto de partida a leitura do *indivíduo como instituição*, e como uma força silenciosa de resistência à mudança.

Bush avança em seu projeto com *An Exploration of the Structural Characteristics of a Veblen-Ayres-Foster Defined Institutional Domain*, de 1983. Neste artigo, o autor classifica as teorias da tradição vebleno-ayresiana como "teorias do padrão", preconizadoras de padrões observáveis (e previsíveis) de transformação social. Aqui, o argumento original aparece refinado e sob nova roupagem, em meio a uma apresentação sumária da clássica dicotomia vebleniana:

> *"In the Veblen-Ayres-Foster paradigm, an 'institution' is defined as a set of socially prescribed patterns of correlated behavior. The 'correlation' of behavior is prescribed by the value*

> *structure of society; that is, values function as criteria for the correlation of behavior within the institutional domain. The value structure, in turn, derives its social warrant from one of two systems of value formation. Values are either ceremonially warranted or instrumentally warranted. The essence of the 'institutional dichotomy' is contained in this distinction between the two modes of social valuation existing within the society." (BUSH, 1983:322)*

O ponto da correlação de comportamento é uma apresentação inovadora da problemática da adequação cerimonial e da dicotomia tecnológico-cerimonial. Observado sob essa perspectiva, o modelo ganha ares generalistas; não se trata mais apenas de oposição entre o irrefreável progresso, capitaneado pelas transformações inevitáveis da produção (movidas pela racionalidade basal associada ao instinto do artesanato e à reprodução da vida), mas a complexidade se manifesta na penetração de elementos conservadores nessa esfera. A predisposição de uma dada instituição em aceitar ou recusar a mudança seria determinada, assim, pela correlação estabelecida entre esta instituição (ou o conjunto de valores cristalizados em uma dada instituição) e outras, de viés progressista ou conservador.

Dale Bush observa duas fases identificáveis no processo de ajuste institucional. À primeira, dá o nome de 'encapsulamento cerimonial', conceito de sua autoria, construído a partir da herança vebleno-ayresiana. A etapa seguinte é denominada 'mudança institucional progressiva'. O valor do argumento reside na forma como habilmente são feitas concessões ao peso da tradição e do conservadorismo: a mudança institucional progressiva só ocorre após uma etapa de tradução dos ajustes em curso para o dicionário cultural da sociedade em questão. Antes que as instituições experimentem mudança efetiva, há uma fase (de duração não especificada) em que essa mudança permanece refém do conservadorismo.

A redefinição dos termos da mudança institucional representa parte do que de mais elaborado se produziu na tradição Veblen-Ayres-Foster, sobre esse tema. Expressa uma leitura arejada, distante do tecnicismo das décadas de 1940 e 1950, e vastamente superior às apresentações anteriores dessa síntese. Bush não só aproxima suas definições do institucionalismo originário, mas abre espaço para a transposição das barreiras disciplinares defendida por Veblen, abrindo sua concepção de instituição e de mudança de forma a englobar virtualmente todos os construtos que ordenam a vida em sociedade.

Rompe-se com o determinismo tecnológico, mas ainda permanece um elo problemático: a noção de *progresso*. Bush toma por certa a presença de uma segunda fase, em seu movimento de mudança institucional, fase esta marcada justamente pela mudança institucional progressiva. Logo, o máximo que as forças conservadoras conseguem promover é o adiamento das transformações em curso. A noção iluminista de progresso, de um sentido para a história e para o tempo das civilizações ocidentais ainda assombra o institucionalismo vebleno-ayresiano, e mesmo nas revisões esclarecidas das suas formulações parece não haver espaço para leituras críticas da modernidade e de quanto dos avanços experimentados nos últimos séculos não representa, em última instância, o reinventar do conservadorismo.

Ao estabelecer que ao encapsulamento cerimonial se segue uma etapa de mudança institucional progressiva, Bush deixa de lado duas possibilidades que merecem ser discutidas: a interrupção do processo de mudança na primeira etapa, com o enrijecimento das estruturas vigentes, ou o acontecimento de uma mudança institucional repressiva ou conservadora, em que a resposta do arranjo institucional a uma tentativa de mudança é forte o suficiente para enrijecer não só a instituição (ou instituições) que apresentavam essa pulsão por transformação, mas o conjunto de instituições a elas correlacionadas.

O modelo de Bush só toma forma acabada em 1987, com a publicação de *The Theory of Institutional Change*. A reflexão madura sobre o tema se manifesta na clareza das definições, que representam não só uma evolução frente aos dois trabalhos discutidos anteriormente, mas a realização de uma série de escolhas intelectuais entre eles. Estas escolhas ficam claras nas opções feitas por Bush entre resgatar temas presentes em sua primeira formulação, ou suprimi-los em prol dos elementos discutidos no texto de 1983.

A definição categórica de instituição é de grande valor, enquanto representativa das sistematizações mais elaboradas da tradição Veblen-Ayres-Foster:

> *"'Society' may be thought of as a set of institutional systems. An 'institutional system,' in turn, may be thought of as a set of institutions. And an 'institution' may be defined as a set of socially prescribed patterns of correlated behavior. In each of the above sentences, the term 'set' refers to functionally interrelated elements."(BUSH, 1987:459)*

O resgate da definição de comportamento traz algum desconforto, mas não assombro; a leitura comportamental não havia abandonado as formulações de Bush, na revisão anterior. O que causa espanto é o retorno de outro problema conceitual - a noção de *escolha*, agora definida claramente como *escolha consciente*:

> *"Institutionalists hold the view that all socially relevant behavior is learned and is, for the most part, habitual. [...] As will be argued at length below, institutional change is discretionary precisely because all social prescriptions are the outcomes of conscious choices made at some point in the life history of the culture."(BUSH, 1987:459-460)*

Com essa definição, Bush diminui a importância de elementos inconscientes na determinação do comportamento. Em sua *Teoria da Classe Ociosa*, Veblen discute de forma explícita o peso da religião e de normas de comportamento que, uma vez cristalizadas, se estabelecem como inquestionáveis. A escolha entre pertencer ou não à irmandade do cristianismo não se coloca para o camponês medieval, da mesma forma que a escolha entre ir ou não ao trabalho não se coloca ao trabalhador das sociedades capitalistas contemporâneas, por mais que esperneie a ortodoxia. Nem todo componente da ação econômica pode ser tomado como fruto do exercício da consciência ou da razão, ainda mais se tomamos por base o estudo econômico das instituições.

O problema é ainda maior se nos enveredamos pelas implicações da noção de escolha. Quem escolhe? Indivíduos? Grupos de interesse? Elites? Trabalhadores? Famílias? Empresas? Como esses diferentes agentes escolhem? Em que situações essa escolha é limitada? Em que outras é mera ilusão? Em quais contextos ela envolve conflito? Em quais significa cooperação? Escolhendo de forma adversa, como os agentes se relacionam? A problemática da consciência já deixa claro - apesar de se reportar à *Teoria da Classe Ociosa* como obra fundadora dos problemas que precisa discutir, Bush não remete às classes sociais estudadas por Veblen como elemento central do modelo. No embate entre a escolha consciente e a estratificação em classes sociais, venceu a escolha.

Com a ausência de qualquer teorização sobre a desigualdade estrutural do sistema, ou de considerações sobre o volume de influências a que esses homens são submetidos inconscientemente, Bush se converte em mais um defensor do reformismo

socialmente consciente, que "escolhe" - talvez na figura do Estado esclarecido e despersonalizado, etéreo, operado por homens de convicção inabalável e moral ilibada que paira sobre a vida econômica disposto a derramar sobre ela sua misericórdia - os futuros disponíveis para uma dada sociedade.

Ainda assim, a leitura de padrões de comportamento correlacionado merece atenção. Na sua revisão final, essa ideia toma a seguinte forma:

> *"The term 'patterns of correlated behavior' embodies two important concepts: (1) the notion that behavior within an institution is not random bur purposeful and correlated; and (2) the notion that 'values' function as the 'correlators' of behavior within and among patterns of behavior. The term 'behavioral pattern' (singular) may be thought of as two behaviors (or activities) correlated by a value. This conception of a 'behavioral pattern' clearly indicates the social significance of 'values'. Values function as the standards of judgment by which behavior is correlated."(BUSH, 1987:460)*

Se antes a abertura do modelo sinalizava para possibilidade de discussão de componentes estruturas e inconscientes do comportamento, agora sua orientação se faz clara. Ao optar pela noção de escolha entre formas de comportamento possíveis, entre determinados conjuntos de valores, Bush dá sinais claros da 'virada behaviorista' nas humanidades. Se esse mesmo behaviorismo era empregado de forma pejorativa por Seckler, ao caracterizar o institucionalismo vebleno-ayresiano em oposição ao humanismo de um individualismo radical, aqui somos levados a ver a proximidade das duas propostas, e quão pouco humanistas as duas seriam, de fato. Esse elemento é agravado com o desenvolvimento da teoria do valor social, revisão da posição crítica de Ayres e Foster frente à relação entre valor e preço na economia política clássica.

Adotando uma leitura 'aberta' da irracionalidade manifesta no consumo e no ócio, Bush postula que indivíduos podem consumir por razões distintas, impulsionados cada qual por um conjunto de valores peculiares, sejam eles cerimoniais ou tecnológicos. A presença da noção de escolha contamina, mais uma vez, o projeto teórico levado a cabo pelo autor:

> *"Ceremonial values correlate behavior within the institution by providing the standards of judgment for invidious distinctions, which prescribe status, differential privileges, and master-servant relationships, and warrant the exercise of power by one social class*

> *over another. The logic of the ceremonial value system, as Veblen put it, is one of 'sufficient reason.' Validation of ceremonial values is found in appeals to tradition and in the formulation of suitable myths (ideologies) that mystify the origin and legitimacy of their existence. Ceremonial values are by their very nature beyond inquiry in the sense that they may not be subjected to critical scrutiny. They may be rationalized through plausible argument, but they are never subjected to any sort of test of refutability. They are accepted on authority and regarded as absolute. Presumably, they emanate from human nature and, therefore, are not subject to human discretion. Patterns of behavior in which behaviors are correlated by ceremonial values are referred to here as 'ceremonially warranted' patterns of behavior. The operative criterion by which such patterns of behavior are judged within the community is that of 'ceremonial adequacy'."(BUSH, 1987:462)*

É revelador que, na primeira ocorrência de uma menção às classes sociais, elas sejam definidas como resultantes da lógica de valores e comportamentos delineada por Bush. O curioso dessa passagem é como ela reflete a força dos valores cerimoniais e sua rigidez, a aparente impossibilidade de crítica racional ou refutação, após as considerações do autor sobre escolha e comportamento. Se a definição dos valores cerimoniais implica na sua irrefutabilidade, a exposição sobre valores instrumentais remete à relação desses valores com a resolução de problemas candentes de uma dada sociedade. Nesse ponto, a questão que devemos fazer, após ler Ayres, Foster e Bush, é uma só: como uma sociedade define o que é realmente importante, quais problemas efetivamente demandam solução? Dentre estas soluções, quais seriam consideradas válidas? Se partimos do pressuposto da escolha - e, mais ainda, da possibilidade de *escolha consciente* - é preciso que resgatemos Veblen e Junker e nos recordemos da forma como essa consciência se constrói social e institucionalmente. Se há de fato escolha, ela se resume à adesão às opções estreitamente limitadas pelo arranjo institucional, e é feita não com vistas à comparação efetiva entre tecnologia e cerimônia, entre progresso e conservadorismo, mas sob a forma da opção entre diferentes roupagens possíveis para a preservação do *status quo*. Revisitando nossa interpretação do texto de 1983, não há clareza sobre a disposição de uma dada instituição, para os agentes.

Refraseando nossa objeção, as sociedades capitalistas só se fazem perguntas para as quais já possuem respostas prontas. Na qualificação do problema está implícita uma solução conservadora. Tal encaminhamento pode ser lido como algo

restrito aos limites da antropologia ao leitor econômico contemporâneo, mas é importante lembrar que a proposta vebleniana é singular justamente por propor (e empreender, em certa medida) a erosão das barreiras disciplinares. O discurso dominante - ideologia da classe ociosa, em termos claros -, por meio do estatuto do conhecimento cerimonial, delimita os problemas que precisam ser resolvidos. Alguns casos claros seriam o de sacrifícios em sociedades mesoamericanas, da construção de túmulos elaborados no crescente fértil, ou do pagamento da dívida externa e manutenção da reputação de governos democraticamente eleitos frente a agências de fiscalização de risco de crédito, em sociedades capitalistas avançadas.

Bush faz concessões à noção de adequação cerimonial, aparentemente elevando-a à categoria de "dominância cerimonial" - a forma pela qual um comportamento instrumental poderia ser encapsulado por um padrão de comportamento cerimonialmente definido. Nesses casos, a mitificação promovida pela classe ociosa seria tão grande que as inovações seriam efetivamente subsumidas pela cerimonialismo vigente, negando seu impacto positivo.

Essa posição, a priori, parece invalidar um de nossos argumentos anteriores - se Bush considera a força do conservadorismo nesse ponto, talvez estivéssemos enganados em acusá-lo de propor uma teleologia da mudança institucional. O que faz com que mantenhamos a crítica é justamente a caracterização do mecanismo de dominância cerimonial, feita por meio do misticismo dos nativos das ilhas Trobriand[33], em que a penetração de novas tecnologias seria barrada por crenças animistas, pelo apelo à magia. O animismo serve um papel claro, em Veblen, se nos recordarmos de algumas passagens do capítulo anterior: é nela que reside a distinção entre os objetos *com alma* e aqueles que são, por definição, triviais, *desalmados*. Essa distinção não existe por si só, mas como um dos mecanismos de caracterização de quais formas de trabalho são reconhecidas como proeza e quais remontam ao repetitivo e indigno trabalho identificado como tal. A tipificação caricata da tecnologia enquanto força sempre positiva, sempre progressista, e da tradição como representante exclusivo dos valores cerimoniais é problemática, por isso - se a seguirmos ao limite, seremos levados a ver com antipatia a resistência de

[33] É curioso como a referência antropológica de Bush, em 1987, são os textos de Malinowski das primeiras décadas do século XX. Tal fato seria de importância menor, não fosse Veblen - fundador da tradição a que Bush clama pertencer - um dos defensores da necessidade de diálogo com a antropologia e leitor atento de Franz Boas.

comunidades tradicionais ao avanço do capital, ao passo que observaríamos, admirados, o uso de ferramentas tecnológicas cada vez mais avançadas no desenrolar das guerras fabricadas pelo governo norte-americano no Oriente próximo. A impressão que temos, ao ler Bush, e que reproduz nossas impressões sobre Ayres (que guardamos até o fim desta sessão, para que a crítica pudesse ser feita a partir de uma leitura final dessa vertente), é que o elemento cerimonial parece interferir impertinentemente na produção, quando na verdade é parte indissociável dela.

Omitir a participação da classe ociosa na condução da mudança é desconsiderar o silencioso (talvez inconsciente, em algumas instâncias) direcionamento dado à transformação institucional, sob circunstâncias específicas. No limite, implica na assunção de que a batalha entre mudança e conservadorismo é travada em termos absolutos, restritos, e que o novo não carregaria, em si, muito do que há de estabelecido em uma dada sociedade.

Há pelo menos uma consideração forte a respeito dessas indagações, no modelo de Bush. Avançando sobre as duas etapas do processo de mudança institucional apresentadas em seu texto anterior, o pesquisador constrói um conjunto de tipos de encapsulamento cerimonial e de mudança institucional progressiva, que dão conta de algumas das críticas que fizemos. Ao reler o direcionamento da mudança pelas forças cerimoniais, o autor a qualifica como *past-binding*, em que a resistência à mudança seria o grande vetor da reação conservadora; *future-binding*, em que as inovações seriam direcionadas para o controle da mudança; e um terceiro formato, denominado *Lysenko* em "homenagem" ao biólogo russo, formulador da teoria do condicionamento genético (BUSH, 1987). A partir dessas qualificações, Bush abre o leque de possibilidades de mudança, incorporando à mudança institucional progressiva a alternativa de uma mudança institucional "regressiva", resultado tipo Lysenko de encapsulamento cerimonial.

Apesar de nossas duras críticas, o modelo Veblen-Ayres-Foster desenhado por Dale Bush possui vários méritos. Apresenta uma teoria sobre mudança institucional acabada, coerente, que descreve de forma clara as possibilidades de mudança seja em uma instituição específica, seja num conjunto de instituições. A evolução da reflexão feita pelo autor nesse tema é clara, se levarmos em conta as mudanças no tratamento das 'etapas' da mudança institucional: se antes o encapsulamento cerimonial era visto somente como a defesa desesperada dos valores cerimoniais ao irrefreável avanço da

tecnologia, na sua última versão a leitura de Bush dá conta das muitas possibilidades abertas nesse movimento, e de como elas impactariam sobre os rumos da mudança institucional. A incorporação de comentários sobre a possibilidade de mudanças institucionais regressivas também é reconfortante; por meio delas, Bush dá conta do peso do conservadorismo e da tradição na definição dos rumos tomados por uma dada sociedade.

Após esse balanço crítico, como ficam nossas posições frente à contribuição de Bush (e, no longo prazo, de Ayres e Fagg Foster, também, fielmente representados em seu modelo)? Mantemos nossa objeção à noção de *escolha* e às ideias de *humanidade* e *comunidade* em abstrato, virtualmente indivisas. Com seu apego à noção de escolha consciente, Bush deixa de lado o peso das instituições como mecanismos formadores da vida social em seus termos mais fundamentais. Se pretendemos promover um resgate do referencial institucionalista vebleniano, é preciso que este seja feito de forma *radical*, levando em conta a força de instituições cuja contestação soa como irreal aos ouvidos educados pelo conhecimento cerimonial. Veblen não se ocupou, ao menos na *Teoria da Classe Ociosa*, de discussões sobre a intervenção em instâncias discricionárias de regulação ou organização das sociedades capitalistas. Os elementos fundadores do domínio da classe ociosa envolvem o estabelecimento da propriedade, da distinção de gênero e da diferenciação de formas de trabalho como prerrogativas fundamentais de seu domínio sobre a classe trabalhadora.

Subestimar esses componentes do sistema envolve, necessariamente, deslocar o eixo central do debate para o território da reforma pontual e da intervenção sobre políticas preconizada por muitos dos ayresianos, que lêem na dicotomia entre um progresso inumano e o cerimonial caricaturalmente personificado a grande tensão do sistema. Por isso propusemos, no capítulo anterior, o exercício de leitura estrutural da *Teoria da Classe Ociosa* sem travar, naquele momento, o debate com as referências - para que pudéssemos demonstrar como, em nossa hipótese de leitura, o protagonismo, o movimento da história, em Veblen, não recai sobre uma força abstrata, imperativa e impessoal de transformação, calcada nas aspirações normativas dos *philosophes* do século XVIII. Veblen, tanto quanto Marx, Adorno, Marcuse, Horkheimer e tantos outros, figura no panteão de críticos da modernidade capitalista, leitores da violência e da destruição promovidas pelo modo de vida moderno. Violência esta que não é mero atavismo, não é mero resíduo evolutivo, mas se manifesta na diferença de

remuneração entre homens e mulheres, no clamor de apologetas da classe ociosa pela supressão de direitos das empregadas domésticas, na oposição a medidas reparatórias da opressão racial e colonial, na indignação seletiva frente à violência exercida pelo Estado. Mais do que explicar as circunstâncias em que uma inovação tecnológica será aceita ou rejeitada pela estrutura produtiva, cabe ao institucionalismo discorrer sobre como os rumos de uma dada sociedade e a forma como ela enxerga a si mesma são condicionados pelo jogo de forças entre classe trabalhadora e classe ociosa, trabalho e propriedade, *mudança* e *conservadorismo*.

Deslocar do trabalho para a tecnologia a importância enquanto força criativa do sistema é negar aos trabalhadores seu papel histórico de superação da ordem vigente. Por outro lado, é minimizar o peso do conservadorismo ao alocá-lo como função específica de uma parcela da sociedade cujo interesse parece ser tão somente a negação do movimento positivo e universal do progresso. Afirmar que membros de cada classe [34] teriam capacidade discricionária na determinação dos rumos da mudança é não só subestimar a força das instituições, do hábito estabelecido, da ideologia dominante, mas reduzir o grande problema da institucionalização da barbárie em propriedade às discussões pontuais sobre qual 'figura de proa' do capitalismo é mais repulsiva. Na patologização da exploração reside a sua preservação.

Problemas similares são encontrados em *The Role of Institutional Economics*, de Wendell Gordon. Ao enumerar as categorias que considera importantes para discutir o processo econômico, o autor compõe o seguinte quadro analítico

> *"I believe that identifying the foursome of technology, institutions, individual being, and resources (rather than land, labor, capital, and enterprise) is a more useful way to categorize the basic elements in the economic process. Technology and institutions play different (but not precisely contrasting) roles in the economic process. Dichotomizing does not satisfactorily get hold of the way they interact. Institutions provide the organizational frame of reference in which technology is use. The institutions, and the behavior norms they sanction at the moment, control the use (or lack of it) of evolving technical knowledge." (GORDON, 1984:373-374)*

[34] Lembrando: Bush não parece ler as classes sociais discutidas por Veblen como um componente central do sistema

Ainda que estejamos de acordo com relação à necessidade da refutação dos 'fatores de produção' como elementos centrais no estudo da economia, a presença de considerações sobre o indivíduo compromete estruturalmente a análise, em nosso entendimento. Se partirmos da economia como processo (um postulado vebleniano clássico, esposado por todos os expoentes da tradição Veblen-Ayres-Foster), é imprescindível que demos um passo adiante e assumamos outra suposição - o *indivíduo* também é processualmente construído. O indivíduo dotado de racionalidade objetiva *é uma instituição*, é fruto de uma trajetória peculiar de desenvolvimento das relações entre classe trabalhadora e classe ociosa e representa o estado do conhecimento cerimonial em economia nas sociedades capitalistas. Esse indivíduo, proprietário de si mesmo e de coisas à sua volta, é fruto da cristalização do domínio legítimo da classe ociosa sobre os trabalhadores, e serve não só como *mito* fundador da expropriação presente no equacionamento das relações entre homens como relações entre *iguais*, mas como um dos eixos fundamentais do conjunto de hábitos mentais vigentes em nossa sociedade.

Gordon defende ainda que o institucionalismo, enquanto projeto teórico, é isento de valores particulares, servindo como uma explicação da origem ou proveniência dos valores dos quais a economia se ocupa. A adesão ou recusa do individualismo é fundamental, nesse aspecto, por determinar os rumos da análise: se rejeitamos o indivíduo ou elaboramos em torno dele uma robusta crítica ontológica, partindo dos comentários veblenianos sobre o método em economia ou da arejada leitura de Junker da "educação institucional" dos agentes, temos um corpo teórico capaz de desconstruir o rationale econômico contemporâneo de forma crítica e definitiva. Se nos submetemos à paradoxal adequação cerimonial da reflexão institucionalista e cedemos ao individualismo, reduzimos a análise à possibilidade de escolha consciente entre diferentes conjuntos de valores[35] apresentados à humanidade como opções equivalentes.

---

[35] Wendell Gordon apresenta considerações similares às de Dale Bush, ao elencar os quatro fundamentos de sua defesa da normatividade no institucionalismo vebleniano: "*I allege that institutionalism is normative in the following sense: (1) It has no commitment to particular values. Institutionalism as institutionalism is value free. (2) But institutionalism does claim that it is appropriate for economics to try to explain where the values with which economics is concerned come from. (3) And institutionalism most definitely commits itself to the proposition that value judgments matter, and economics needs to incorporate understanding of their roles. (4) Particular value judgements remain always tentative and subject to reappraisal.*" (GORDON, 1984:381-382)

Mas Paul Dale Bush e Wendell Gordon não são os únicos pesquisadores a teorizar sobre a mudança institucional a partir das contribuições de Veblen, Ayres e Fagg Foster na década de 1980. Essa empreitada intelectual também é realizada por Malcolm Rutherford em *Thorstein Veblen and the Processes of Institutional Change*, de 1984. Logo em suas primeiras colocações, Rutherford manifesta discordâncias similares às que mantemos com a teorização de Bush:

> *"A number of commentators on Veblen's work on the processes of institutional change have concurred that for Veblen institutions are static, backward looking, and resistant to change, alteration in the institutional structure occurring only under pressure from the dynamic of technological progress."(RUTHERFORD, 1984:385)*

Ainda que nossa posição talvez se enquadrasse na leitura de 'backward looking institutions' de Rutherford, a ressalva à pressão exclusiva do progresso técnico é bem vinda, ainda mais considerando que o autor e P.D. Bush escreviam sobre o tema concomitantemente, frequentando os mesmos espaços de debate. A análise aparenta não só o mesmo grau de consistência da produção de Bush, como considerações interessantes a respeito da permanência histórica das mudanças passadas. A diferença é sutil, mas crucial: em um caso, analisamos a mudança pontual de uma dada instituição, correlata a outras dentro de um sistema mais amplo; aqui, o problema central é a evolução histórica dessas instituições, com as mudanças passadas relacionadas diretamente ao estado presente do arranjo institucional e às suas possibilidades de desenvolvimento futuro.

Rutherford também promove um animador resgate do papel do hábito na dinâmica de mudança e conservação institucional, rejeitando a tendência entre a literatura, no período, de apresentar essa problemática nos termos de valores ou comportamentos. A oposição entre tecnológico e cerimonial ainda se faz presente, deixando clara a influência da leitura ayresiana nos trabalhos do autor, mas aparece temperada por uma leitura mais aberta da mudança e de seus condicionantes. Ganham força as noções de *processo* e *dinâmica* - não é possível analisar essas transformações de forma *episódica*, em curtos intervalos de tempo, uma vez que elas poderiam ser entendidas como manifestações de processos há muito postos em curso, com

complexas interrelações. Rutherford efetivamente traz uma noção plausível de *tempo* e da *temporalidade* da transformação para o debate sobre mudança institucional.

A passagem seguinte, um relativamente extenso comentário sobre Veblen, dá uma idéia clara das diferenças entre as leituras de Bush e Rutherford:

> *"Institutional systems do not, of course, spring fully formed from the start, and he mentions a number of processes of internal development. Firstly, there is what he calls the 'crossing and grafting' of institutional principles, in which the principles and conventions derived from the material lines of activity are utilized as points of reference even in other areas of life. These principles may affect religious, political, legal, and economic thought, and all lines of endeavor may become rated and judged in terms of the same central conventions. In this manner any institutional system tends, over time, to become internally coherent and highly interrelated or 'possessed of a certain systematic solidarity'. This is 'due to the fact that it is pervaded by a certain characteristic logic and perspective, a certain line of habitual conceptions having a degree of congruity among themselves, a 'philosophy', as it would once have been called.' Secondly, Veblen argues that this institutional logic will be suject to increasing elaboration and refinement over time. Finally - and despite the fact that he does not usually clearly distinguish institutions as social conventions from more concrete institutions and does not discuss judicial or political processes - he is aware that institutional conventions come to find expression in laws and constitutions and in particular organizational forms." (RUTHERFORD, 1984:387)*

Se, além das contribuições (valiosas) de Bush, como as noções de correlação institucional e encapsulamento cerimonial, complementarmos o modelo com o aparente reforço de Rutherford à ideia de dependência de trajetória, temos uma versão ainda mais refinada da proposta vebleno-ayresiana de mudança institucional. Os movimentos de enfrentamento entre mudança e conservadorismo atuariam em cadeia, moldando o *formato* dos embates posteriores: uma vez descartada, encapsulada ou revertida a mudança, mudanças futuras estariam sujeitas às consequências do primeiro movimento. A ideia, além de elegante, está em perfeita consonância com as teses veblenianas sobre causação e evolução, apresentadas em um dos capítulos anteriores.

A ausência de linearidade ou finalidade previsível da mudança também é um ponto vastamente positivo. Segundo Rutherford (1984:393), mudanças tecnológicas introduzidas sob uma lógica institucional podem, com o passar do tempo, levar ao desenvolvimento de lógicas institucionais concorrentes. Isto *pode* ocorrer em cenários

em que a nova tecnologia afeta significativamente as condições de vida de uma porção da população de modo a induzir novos hábitos de pensamento e ação que desafiem as normas institucionais e os interesses estabelecidos. O ponto é interessante, e valioso justamente por deixar aberta a *possibilidade* de mudança, mas não sua garantia. Da mesma forma, cremos ser importante pensar como tecnologias incorporadas a partir de pulsões transformadoras podem, muito bem, ser convertidas em mecanismos de reforço da ordem vigente.

Dizer que Rutherford não explora essa possibilidade seria uma grande desonestidade. O texto é atravessado por comentários próximos do que construímos em meio às críticas a Bush. Há um ponto, no entanto, onde somos levados a discordar. Ao concluir suas observações, o autor resgata mais uma vez a contribuição original vebleniana para pontuar sua análise:

> *"Veblen should not be interpreted as arguing that institutional systems resist any and all changes. Institutional schemes grow and develop around their own internal logic. In addition, this logic may accomodate or even promote (at least in relative terms) certain lines of technological development and/or innovation, and institutions will adjust to such new technology as is introduced under the guidance. On the other hand, institutions may interfere with technological insight and resist the more substantial changes of base through both the conservatism inherent in any established scheme of life and the active resistance of vested interests." (RUTHERFORD, 1984:396)*

Concordamos com a primeira das observações de Rutherford - da mesma forma que a mudança tecnológica não pode ser vista como a única forma de transformação possível, ou o *primum mobile* da noção ayresiana de progresso, também não é razoável que leiamos Veblen como um teórico do atavismo, interpretação possível a partir de algumas passagens da *Teoria da Classe Ociosa*. O ponto não é a permanência das instituições per se, mas como a dialética entre mudança e conservadorismo condiciona trajetórias históricas peculiares, conformando formas sociais progressivamente mais complexas, onde as pulsões transformadoras sofrem não só a obstrução direta e resiliente das forças conservadoras, mas o risco de sua conversão em mecanismos de preservação da ordem.

A crítica reside não no teor geral das observações de Rutherford, mas em dois elementos que já discutimos (ainda que brevemente) nas passagens que lidavam com

as formulações de Bush. Há, ao longo do texto, um silêncio ensurdecedor sobre as classes sociais, que ecoa o deslocamento do eixo de tensão entre classe ociosa e classe trabalhadora para a dicotomia entre tecnológico e cerimonial. No entanto, no caso de *Thorstein Veblen and the Process of Institutional Change*, esta ausência se faz ainda mais marcante. O autor resgata vários dos elementos centrais da leitura institucionalista original da mudança institucional, mas deixa as classes sociais de fora de seu sistema. Não podemos culpar Rutherford do mesmo mecanicismo de análises anteriores, mas podemos enfrentá-lo com outras armas: a ausência das classes sociais representa um severo *esvaziamento político* da tese vebleniana.

Resgatando parte de nossa hipótese de leitura, podemos observar no cerne do arranjo institucional que ordena a vida social um conjunto de instituições centrais. A primeira e mais importante delas é a propriedade, elemento fundamental à evolução das demonstrações pecuniárias de força. A propriedade tem origem com a escravidão da mulher, tomada como presa de guerra e submetida ao aviltante e repetitivo trabalho cotidiano, caracterizado como feminino e ignóbil. Propriedade, gênero e trabalho estão no eixo central do sistema, e servem como o tríptico definidor das prerrogativas da classe ociosa e obrigações da classe trabalhadora.

Veblen foi, por vezes, equivocamente referenciado como um 'teórico da cooperação'. O erro é justificável: a percepção do conflito em sua obra não é trivial, uma vez que este mesmo conflito se encontra soterrado pela infinidade de manifestações sensíveis da distinção entre as classes sociais. Agora, a posição do autor em vida, sua adesão à pauta progressista, e seu sentimento de solidariedade com os trabalhadores não deixam dúvida: a *Teoria da Classe Ociosa* deve ser lida não só como um estudo econômico das instituições, e definitivamente não como uma ilustração do embate entre a noção final e impessoal de progresso e os agentes caricatos do conservadorismo, mas como um registro do enfrentamento entre o potencial criativo e transformador do trabalho e o esforço coordenado e sistêmico de preservação dos privilégios da classe ociosa, elemento chave do conservadorismo inerente ao sistema institucional.

Por fim, a ausência de uma leitura cuidadosa das tensões entre classe ociosa e classe trabalhadora como elemento central da discussão compromete a análise de Rutherford em um ponto delicado - a leitura de que as instituições se ajustariam para acomodar mudança. Não que discordemos do ponto; se há mudança em partes do

sistema institucional, é necessário que este se acomode. O ponto que defendemos, no entanto, é que mais das vezes a mudança não se dá tão somente no âmbito das instituições prevalentes, mas principalmente nas inovações em curso. Ainda que seja fundamental que pensemos em como as instituições acomodam a mudança, é preciso que reflitamos sobre como o arranjo institucional, em si mesmo, delimita quais mudanças são possíveis ou desejáveis, antes mesmo dos movimentos de adequação ou mudança institucional.

Com isso, concluímos nossa análise do que ironicamente denominamos de Institucionalismo Realmente Existente. Mais que uma conclusão, trata-se de uma breve interrupção do estudo dessa trajetória de leitura e apropriação das obras de Veblen; na sequência, nos dedicamos a um breve interregno para tratamento de refraseamentos vulgares da produção vebleniana, ocupados de sua adequação ao cânone estabelecido em economia, para então avançar sobre o Institucionalismo Radical.

Antes que passemos para a próxima sessão, convém recapitular brevemente o que discutimos nas páginas anteriores. A partir das contribuições de Clarence Ayres e John Fagg Foster, podemos observar o vicejar de uma sólida tradição de reflexão institucionalista tributária das contribuições originais de Thorstein Veblen. Referida por vezes como institucionalismo vebleno-ayresiano ou, a partir dos anos 1980, como modelo ou projeto Veblen-Ayres-Foster, essa tradição interpretativa é marcada pelo deslocamento das tensões fundamentais da Teoria da Classe Ociosa para a dicotomia tecnológico-cerimonial, em que as transformações na produção, movidas por uma racionalidade basal, ocupada da solução de problemas práticos, impulsionariam a humanidade (definida em abstrato, de forma generalista) em direção a um ideal de progresso, compreendido não só como a *finalidade lógica* da mudança institucional como o *fim desejável* da ordem social. Em oposição à noção abstrata de progresso, o componente cerimonial é lido como *irracionalmente* atávico e conservador, tendo como propósito fundamental a obstaculização da mudança. Seguindo essas formulações elementares, uma série de pesquisadores alinhados com a matriz vebleniana (reunidos na AFEE e ativos no JEI) desenvolvem comentários sobre a escolha institucional entre valores, a existência de um valor razoável (em oposição ao valor utilidade), a correlação de comportamento e, por fim, sobre os condicionantes da mudança institucional. Destes, as duas principais referências são Paul Dale Bush e

Malcolm Rutherford, autores de abrangentes teorias da mudança institucional, contribuições inestimáveis para o desenvolvimento do institucionalismo veblenoayresiano. Dale Bush é o responsável pela sistematização da noção de 'encapsulamento cerimonial', fundamental no estudo dos efeitos das forças convervadoras sobre os impulsos por mudança, e Rutherford expande a discussão sobre mudança institucional ao ler o sistema institucional como um todo orgânico, complexo, que congrega não só a estrutura produtiva de uma dada sociedade como um vasto conjunto de instituições religiosas, culturais, sociais e políticas[36]. Nossa principal objeção a essa linha de desenvolvimento reside sobre três pontos distintos, mas interligados - o deslocamento do principal eixo de tensão das instituições da propriedade, do gênero e do trabalho para a oposição entre tecnologia[37] e cerimônia; a ausência quase completa de qualquer consideração sobre o papel desempenhado pelas

[36] Um breve comentário sobre a problemática despolitização da teoria social vebleniana - discutindo as supostas 'teorias das falhas governamentais' em Veblen, C.G. Leathers elabora o seguinte parecer: "*On a historical basis, Veblen may have failed to realize the power of his theory of a Leviathan government growing beyond the control of the vested interests. In terms of subsequent world developments, the tragic case of Hitler coming to power in Germany is a classic example of such a Leviathan government. Voters in the Weimar Republic allowed the vested interests to exploit their nationalistic fervour and fear, thus allowing Hitler's nazi party to come to power by constitutional means. The business/industrial leadership assisted the Nazi leader, assuming they could control the dictatorial regime that was implemented. Ultimately, their economic interests were sacrificed along with the rest of Germany as the Hitler Leviathan proved to be uncontrollable.*"(LEATHERS, 1989:685-686) A ausência de um exercício sistemático que traga a política de volta ao centro da discussão institucionalista contribui para a leitura do Estado como uma entidade alheia aos conflitos entre classe ociosa e classe trabalhadora; a fetichização da tecnologia enquanto força primordial da mudança contribui enormemente para esse mal-entendido. Se pretendemos resgatar a contribuição vebleniana e trazê-la novamente para o debate sobre instituições e mudança institucional, é preciso que tenhamos clareza com relação à constituição do Estado e sua relação incestuosa com o cânone econômico contemporâneo. Se valer da posição vebleniana para atacar o *big government* como uma fonte possível de autoritarismo desregrado e atávico não é só ingênuo, é desonesto: Veblen tinha clareza da atuação da classe ociosa em meio ao aparelho estatal (o governo é uma de suas atribuições básicas) e *Imperial Germany* apresenta um registro da permanência de formas políticas duradouras frente ao avanço tecnológico (com a discussão, inclusive, do encapsulamento da tecnologia industrial inglesa pelo estado dinástico alemão).

[37] Há uma observação crítica, ainda que tímida, de K. McCormick (1989:670): "Veblen's theory of capital occupies a central position in his analysis of capitalism. Capital goods are the means of putting to use society's technology, but relatively few people can afford such goods in a society with a sophisticated technology. As a result, owners of capital goods are able to extract a rent from society for the privilege of using its own knowledge. Moreover, capitalists, in seeking to maximize the rents received, act as a disruptive force on the economy. The institution of private ownership of capital is therefore the source of both injustice and instability, and Veblen sought a solution to both problems in his soviet of technicians." Ao resgatar a leitura vebleniana da natureza do capital, McCormick proporciona uma ponte clara entre os bens de capital, diretamente ligados à tecnologia empregada na produção, e a preservação dos interesses capitalistas. Trata-se de um tema que, infelizmente, não nos encontramos em condições de explorar no momento, mas que merece estudos futuros.

classes sociais, nesse processo; e a crença no imperativo categórico do progresso, conduzido de forma irrefreável pela mudança nas técnicas produtivas.

Retomaremos estes pontos ao fim do capítulo, quando contrastarmos nossa análise à dos institucionalistas radicais.

III.2 - No limite inferior da crítica: o Institucionalismo Bastardo

Apesar do volume de nossas críticas, esperamos que o leitor não tenha construído uma opinião equivocada de nossa leitura do institucionalismo vebleno-ayresiano. Os comentários, ainda que inflamados, tinham como objetivo levar ao limite as teorizações da vertente "predominante" dentre os estudiosos institucionalistas que ainda reivindicam alguma vinculação a Veblen. Concordamos com muitas das afirmações de Ayres, Foster, Bush e Rutherford; apenas procuramos enfatizar os pontos em que discordamos de forma mais enfática.

A mesma coisa não pode ser dita com relação ao conjunto de análises que discutimos a seguir. Se o institucionalismo da tradição Veblen-Ayres-Foster peca por excluir o trabalho e as classes sociais de suas leituras sobre mudança institucional, nesta sessão nos dedicamos a uma breve revisão da literatura que se vale de Veblen somente como um amparo a outros referenciais teóricos. Destes, dois autores merecem especial atenção: Duesenberry e Leibenstein.

Duesenberry (1949) é tido como o principal responsável pela criação da noção de bem de Veblen[38], que hoje povoa os livros-texto de microeconomia e garantiu, em boa medida, o esquecimento da visceral crítica vebleniana, reduzida em meados do século XX às glosas marginais da Teoria do Consumidor. Não nos demoraremos neste ponto. Para efeito de comparação e contraste com a discussão que promovemos nos capítulos anteriores (e na primeira sessão deste capítulo, com os vebleno-ayresianos), eis uma definição do que Veblen representa, *in layman's terms*, após a remoção de toda e qualquer possibilidade de crítica:

> *"A Veblen good is a luxury item whose price does not follow the usual laws of supply and demand. Usually, the higher the price*

[38] Cameron Weber (2011) apresenta uma breve história do "Bem de Veblen", explorando a formulação original por Duesenberry, sua divulgação por Leibenstein e o impacto dessa reinterpretação da leitura vebleniana sobre consumo na produção acadêmica em economia. Outra leitura cuidadosa da história por trás da criação do 'efeito Veblen' é apresentada por Ken McCormick (1983).

> *of a particular good the less people will want it. For luxury goods, such as very expensive wines, watches or cars, however, the item becomes more desirable as it grows more expensive and less desirable should it drop in price. Veblen goods are named after the American economist and sociologist Thorstein Veblen who observed the desire for luxury living and coined the phrase conspicuous consumption in his paper The Theory of the Leisure Class published in 1899. Veblen goods are not to be confused with Giffen goods which also rise in demand as they grow more expensive. Far from being luxury items Giffen goods tend to be staple food items, the increased demand for which is fuelled by poverty." (Financial Times Lexicon, 2015)*

A crítica à distinção entre ócio e trabalho, masculino e feminino, honroso e ignóbil se resume a uma elevação na desejabilidade de um dado bem por uma variação positiva de preço. Ainda que a definição apresentada acima seja propositalmente vulgar, a leitura de Duesenberry não vai muito além disso. Em *Income, Saving and the Theory of Consumer Behavior*, publicado em 1949, o autor desenvolve não só a relação entre preço e o interesse dos consumidores em alguns bens específicos, como delineia outro efeito associado a este - denominado *keeping up with the Joneses*. A leitura de Veblen feita por Duesenberry se resume à enumeração de contribuições possíveis à teoria do consumidor a partir dos critérios de demonstração de força pecuniária e emulação discutidos na *Teoria da Classe Ociosa*.

A teorização ganha força com Leibenstein (1950), em que a leitura de Duesenberry é sistematizada e apresentada em formato mais próximo das teorizações marginalistas sobre consumo. A motivação para essas brutalidades teóricas é encontrada logo nas primeiras páginas do artigo - "*The desire of some consumers to be 'in style', the attempts by others to attain exclusiveness, and the phenomena of 'conspicuous consumption' have as yet not been incorporated into the current theory of consumers' demand.*"(LEIBENSTEIN, 1950:49)

A definição paradigmática do bem de Veblen é encontrada na sequência, em meio aos efeitos *snob* e *bandwagon* (próximo ao que Duesenberry denominava *keeping up...*):

> *"Although the theory of conspicuous consumption as developed by Veblen and others is quite a complex and subtle sociological construct we can, for our purposes, quite legitimately abstract from the psychological and sociological elements and address our attention exclusively to the effects that conspicuous*

> *consumption has on the demand function. The essential economic characteristic with which we are concerned is the fact that the utility derived from a unit of a commodity employed for purposes of conspicuous consumption depends not only on the inherent qualities of that unit, but also on the price paid for it."(LEIBENSTEIN, 1950:64)*

Não creio que seja realmente necessário nos alongarmos excessivamente sobre essa leitura. Não há classes, não há dinâmica, não há transformação institucional. Não há nem ao menos a dicotomia tecnológico-cerimonial. A única razão para incluirmos estas posições à discussão é a forma como elas contribuem para o esquecimento do radicalismo da crítica vebleniana de forma clara. O primeiro contato que muitos estudantes das ciências sociais teriam com o autor passa a ser contaminado pela definição reducionista e limitada de Duesenberry e Leibenstein, o que compromete as possibilidades de releitura crítica da *Teoria da Classe Ociosa*[39].

Por vezes, autores marginalistas demonstraram espanto com a "antipatia" de Veblen frente à classe ociosa, que contaminaria sua reflexão de um abominável viés. É o caso de Ault e Ekelung, que desenvolvem uma tentativa de aproximação entre a idéia de hábito, em Veblen, e os modelos neoclássicos:

> *"At base, Veblen's antipathy to the pecuniary culture probably led him to discount the advantages that cost-benefit analysis could have given his evolutionary approach to society and culture. It is also fair to say that economic functioning was only one part of Veblen's elegant concept of society and culture. As such it was difficult for him to see that calculation of the wealth-maximizing,*

---

[39] Espero que o leitor não se engane supondo que o efeito Veblen ficou limitado tão somente às páginas finais dos livros-texto de microeconomia. O fim do século XX presenciou alguma renovação da discussão sobre os termos dessa forma peculiar de consumo, grande parte delas em consonância com a definição original de Duesenberry e Leibenstein. Uma leitura particularmente aterradora é a promovida por Slottje e Phillips (1983:357): "*Applying the Veblenian dichotomy, we distinguished between the instrumental and ceremonial aspects of utility maximization. By specifying a particular form for the utility function, it is possible to obtain elasticities of the marginal rates of substitution. The statistical results generally indicate the existence of Veblen effects, that is, non-zero elasticities. While the data is highly aggregated, it does provide initial support for the institutionalist view. Though we do not claim that the results provide the definitive answer as to whether fixed preferences are empirically reasonable, we do think they indicate the need for further empirical research. We also hope we have shown that econometric techniques are atool that institutionalists can use advantageously. Institutional theory and econometric theory can complement each other and in so doing, bolster institutional ideas to mainstream economics.*" Mais uma vez: os comentários passam a largo da crítica incendiária de Veblen ao conhecimento cerimonial em economia; a preocupação passa a ser qual componente pode ser aproveitado para 'engrossar o caldo' da teoria do consumidor. Outra interpretação particularmente miserável da contribuição vebleniana é feita por Stankovic (1986), que vê a necessidade de que as teses de J.K. Galbraith sejam, também, fagocitadas pelo mainstream.

> *cost-benefit type - of which habit is a part - is one major dimension of man's survival. It is often instructive, however, to understand the process of cross fertilization in economic analysis. An important Veblenian concern is working its way into modern theories of institutional change, and there is more than a touch of interest and irony in the fact."(AULT, EKELUND, 1988:616)*

Ault e Ekelund justificam, a certa maneira, nosso radicalismo na primeira sessão deste capítulo: a não ser que tomemos Veblen pelo que ele de fato foi - um crítico incendiário da sociabilidade predatória - corremos o risco de tecer considerações similares a essa, no intuito de fortalecer as pontes ou os espaços de diálogo entre a *Teoria da Classe Ociosa* e a realidade da qual ela se propõe crítica[40].

Contudo, seria desonestidade nossa afirmar que somente os marginalistas se valem do peculiar dispositivo de "fertilização cruzada" detalhado por Ault e Ekelund. Há vasta literatura de inclinação keynesiana ocupada da conversão de Veblen em um pré-keynesiano, com suas instituições servindo tão somente de requinte estilístico para a exposição das variadas funções da moeda e da necessidade de regulação dos mercados financeiros.

Para D. B. Hamilton, por exemplo, Veblen defenderia as políticas anticíclicas keynesianas antes mesmo de estas terem sido enunciadas. Também negligenciaria completamente as classes sociais que dão nome a seu ensaio, vendo as falhas da sociabilidade predatória como corrigíveis em termos de política fiscal:

> *"The institutional position would be one endorsing the welfare state within which consumption would be underwritten by income maintenance and excess savings reduced by progressive taxation. These devices would get around the great 'capitalist' flaw, long ago cited by John Maynard Keynes - economic instability along with great inequality of income distribution. To the institutionalist, the*

[40] Nem precisamos ir muito longe - D. B. Hamilton, membro do círculo vebleno-ayresiano e interlocutor de muitos dos autores que discutimos na primeira sessão, tem o seguinte a dizer sobre a discussão institucionalista sobre valor: "In summary, it can be said that the conventional theory of consumption is a static one. The primary concern is with an equilibrium situation in which some maximum condition of well-being, ased on Bentham-s felicific calculus, could be achieved. To the institutionalist, with emphasis on the dynamic character of technology, interest in consumption is first in its expansive nature, and second, in utilizing that expansive potential to eliminate utter degrading poverty. The conventional theory sees consumer well-being as a function of Bentham-derived feelings. The institutionalist identifies well-being as a function of a valuation process, no different than how to choose the right wrench. It is what we do most of the time in choosing the good, here on Earth."(HAMILTON, 1987:515) Logo, trata-se tão somente de rever os critérios da função utilidade e teremos uma adequada teoria do bem estar dos consumidores.

> *great problem of the modern industrial economy is ever-rising consumption to underwrite the ever-rising production potential."(HAMILTON, 1987:515)*

Parker Foster e Ranson, por sua vez, afirmam que Veblen felizmente antecipou muitas das conclusões de Keynes - o que justifica que os elementos que se aproximam da Teoria Geral sejam aproveitados, enquanto aqueles que levam a oposição ao modo de vida capitalista a seu limite lógico sejam descartados:

> *"Keynes's revolutionary mode of production, and extensions of it by contributors to Monnaie et Production and others, make scant referece to technological factors. But at the beginning of the twentieth century Thorstein Veblen arrived at many of the same revolutionary insights through analysis heavily dependent on an understanding of technology. Reviewing his method of integrating the monetary sector and the real sector might prove instructive." (PARKER FOSTER, RANSON, 1987:444)*

Por fim, Dudley Dillard nos premia com uma curiosa leitura do dinheiro em outros sistemas econômicos que não o capitalismo, concluindo, sabiamente, que não há base institucional para o desemprego involuntário na Europa feudal:

> *"Money as an institution under capitalism differs from money as an institution under other economic systems because under capitalism the withholding of money capital characteristically leads directly to substantial unemployment and to fluctuations in output. Money is a special form of private wealth under any type of economic system, but the consequences of its special properties are more severe under capitalism than under other systems. In a feudal economy, an independent peasant economy, or a fully collectivized economy the special character of money does not result in withholding the means of production from workers. There is no institutional basis for involuntary unemployment under these other systems."(DILLARD, 1987:518)*

Acreditamos que há amplo espaço para a interação entre as teses keynesianas e veblenianas. Muito da produção de um autor pode ser explicada nos termos do outro, desde que respeitadas as barreiras epistemológicas (ou ontológicas, se partimos da negação da racionalidade econômica, em Veblen, e da forma nebulosa como essa questão é tratada em Keynes). O problema surge com a apropriação espúria de

fragmentos do discurso institucionalista como justificativas para uma posição que definitivamente não é esposada pelo autor.

Ademais, é interessante que paremos por um instante para refletir sobre os encaminhamentos das duas últimas sessões. Na primeira, pudemos observar como o institucionalismo vebleno-ayresiano progressivamente conduz a leituras mais distantes da teoria das classes sociais desenvolvida por Veblen. Na segunda, encontramos uma série de exercícios de adequação dos cáusticos comentários do intelectual norte-americano aos limites do debate convencional em economia. É possível observar uma tendência: de forma um tanto irônica, as contribuições de Veblen são vitimas do mecanismo de adequação cerimonial delineado pelo autor. Na tensão entre a crítica das instituições e sua defesa pelo conservadorismo, o esvaziamento programático da mordacidade da Teoria da Classe Ociosa ganha um peso peculiar, e passa a servir à negação de seu potencial de transformação efetiva.

Felizmente, não somos os únicos a corroborar essa constatação. Em resposta à progressiva domesticação dos ataques veblenianos à teoria econômica e à sociabilidade predatória, um conjunto de autores desponta como defensores do legado iconoclasta do institucionalismo original.

III.3 - O Institucionalismo Radical e o resgate da crítica institucional

Até o presente momento, o que apresentamos neste capítulo foi uma reconstrução, obviamente reduzida e limitada em seu escopo, da trajetória do institucionalismo vebleno-ayresiano, entremeada por nossos comentários críticos sobre alguns elementos de nota nessa vertente de interpretação da produção de Thorstein Veblen. Como contraponto à severidade de nossas críticas, digredimos brevemente sobre uma breve coletânea de autores que se pautaram não pelo reforço à originalidade da contribuição vebleniana ou ao radicalismo de seus termos fundadores, mas pela adequação de seu discurso aos cânones estabelecidos de uma ciência da qual Veblen foi crítico implacável.

Felizmente, nossas objeções não são as únicas. Em contraponto à interpretação de Wendell Gordon (GORDON, 1984), F. B. McFarland constrói, em um artigo ironicamente intitulado *Thorstein Veblen versus the Institutionalists*, um visceral ataque à posição vebleno-ayresiana, consonante, em vários termos, com as críticas

que desenvolvemos na primeira sessão deste capítulo. Revalidando a necessidade de reconhecimento de Thorstein Veblen como um dos grandes teóricos sociais de nosso tempo, sua posição no debate é claramente definida:

> *"I will argue that at least this Ayres-Gordon strain of Institutionalism has made of itself a clear type of neoclassical apologetics for American capitalism, closely paralleling the purposes and the methodology of marginalist price-money-income neoclassicism. The final statement will be to the effect that if and only if the Institutionalists chose to return to the general heritage of Marx, Veblen, Schumpeter - and I will add Georgescu-Roegen - would there appear to be much chance that they can do other than crank out statements that in essence are mere rationalizations of the status quo, with ad hoc suggestions for marginal changes such as any good neoclassicist contemplates."(McFARLAND, 1985:403)*

O fundamento para esta crítica radical da posição ayresiana (sumarizada nas teses de Gordon e Bush, no período em que McFarland escreve) é claro - o autor resgata a importância de Veblen como crítico não dos costumes, da noção de valor utilidade ou do *laissez faire*, mas da condensação desses elementos em um todo identificável ao arranjo institucional em que vivemos: a *civilização capitalista*. A dimensão do problema determina a dimensão das transformações necessárias à sua superação; e é precisamente nesse ponto que a leitura de McFarland é original, para seu tempo:

> *Veblen was a critic of business civilization who focused his attention upon widespread social habits of thought, or institutions. Thorough-going, radical change would be required in such societies, which tended towards war, predation, exploitation, and inneficiency. Neo-Institutionalists have distorted his views by categorizing activity as either technology or institution, with blatant technological determinism, believing technology forces suitable change in institutions by changing their setting. Hence society 'self-corrects' its problems, with 'drags' but not revolution."(McFARLAND, 1985:402)*

O que o autor defende é o mesmo que afirmamos ao longo do capítulo, em termos pouco diferentes: a adesão de boa parte da reflexão institucionalista de herança vebleniana à oposição entre valores ou comportamentos tecnológicos e cerimoniais obscurece outras possibilidades de leitura, que levem em conta a ampla penetração

das instituições fundamentais à sustentação da distinção que garante a existência e preponderância da classe ociosa em nosso modo de vida. O que McFarland afirma, de forma triunfante, é a necessidade de resgate da contribuição vebleniana não como crítica ao marginalismo, à 'Era do Exagero', ao *big business* ou ao atavismo da resistência ao progresso técnico: a *Teoria da Classe Ociosa* merece ser reconhecida como um impiedoso ataque à *civilização* em que vivemos.

No que implica adotar essa posição? Quais os desdobramentos de uma leitura que se valha da contribuição vebleniana como uma crítica sistêmica ao modo de vida capitalista? Isso implica na rejeição automática e absoluta dos outros termos de interpretação estabelecidos ao longo do século que se sucede à publicação da *Teoria da Classe Ociosa*?

Acreditamos que o resgate do papel desempenhado por Veblen enquanto crítico da civilização capitalista, de seu modo de vida característico e de sua sociabilidade predatória *reforçam* os pontos usualmente criticados pelos institucionalistas veblено-ayresianos, elevando estes elementos ao patamar de crítica estrutural. Para isso, é fundamental que leiamos os termos do debate a partir de outra chave: não se trata da oposição estanque e claramente definida entre tecnológico e cerimonial, mas da redução, institucionalmente orientada, da transformação social possível à inovação tecnológica. No outro extremo da dicotomia, da redução da resistência à mudança e do conservadorismo a uma força lida como *atávica*, uma curiosa espécie de resíduo evolutivo das sociedades capitalistas avançadas. A partir de McFarland e da análise que desenvolvemos no capítulo anterior, podemos ler esses elementos a partir de uma perspectiva ampla, não só pela crítica vebleniana em si, mas pela forma como essa mesma crítica é, em última instância, reflexiva - Veblen explica não só ao mundo em que vive, mas à própria contribuição e às reviravoltas nas interpretações de suas teses.

Pouparemos estes argumentos para o final do capítulo, após concluirmos nosso breve levantamento da reflexão de matriz vebleniana. Por ora, o que nos interessa é a possibilidade de um resgate radical da originalidade e mordacidade das críticas de Thorstein Veblen, revividas na impiedosa prosa de McFarland. Concluindo suas observações sobre o que denomina vertente Ayres-Gordon, pontua:

> *"From Veblenian ground, to speak of individuals observing social process and adapting their values as the mode of self-correction of the process is simply naiveté run amok. Some logic-*

> *chopper might be able seriously to differentiate such 'analysis' form that of two individuals asking each other how long it took to make the tools and catch the deer and the beaver that they contemplate trading, so as to get the proper natural values, as in Adam Smith; or distinguish Gordon from Robinson Crusoe carefully paying Friday his wages equal to marginal revenue product, or the like, I cannot see such a difference - it is all simply make-believe, statements of how things 'ought to be' for this to be the best of all possible worlds. How was Gordon led into such dreaming, such myth-making?"(McFarland, 1985:414)*

Lida paralelamente ao visceral ataque de McFarland a Gordon, nossa crítica chega a parecer moderada. O que defendemos, em consonância com as indagações do autor de *Thorstein Veblen versus the Institutionalists*, é a leitura de que o institucionalismo dito vebleniano se distancia progressivamente de sua matriz original, ao ser contaminado por elementos estruturais do discurso marginalista. A interação quase que exclusiva com os referenciais utilitarista e keynesiano contribui sobremaneira para esta reversão; vista da perspectiva microscópica do embate entre variedades possíveis e/ou desejáveis de sociabilidade capitalista, o institucionalismo vebleno-ayresiano se junta ao keynesianismo e ao neoliberalismo em um acirrado debate em torno de quais reformas deveriam ser realizadas ou evitadas na consecução de mecanismos mais eficientes para o funcionamento dos mercados. Não se trata mais da desconstrução das noções de mercado, indivíduo e propriedade, e da denúncia feroz de sua origem violenta e predatória, mas da *adequação cerimonial* da crítica aos limitados espaços de transformação dentro do cânone consagrado da teoria econômica. Enquanto Veblen procurava subverter os termos do debate, aderindo a uma concepção de economia que abrangesse, em si, o todo da reflexão das ciências sociais, seus 'discípulos' se pautaram pela formatação dessa contribuição a parâmetros que permitissem sua aceitação pelo mainstream (ou por setores dominantes da heterodoxia).

Um defensor da aproximação de Veblen com os referenciais teóricos consagrados em economia poderia argumentar que de nossa posição pouco ou nada resulta além de sectarismo e dissenso, e que a produção em torno de um autor não deveria ser analisada a partir de critérios como o grau de fidelidade à sua obra. Mais uma vez, não pretendemos construir aqui um *Index Librorum Prohibitorum* das 'heresias' veblenianas, dos desvios à norma, justamente por ser Veblen declaradamente herético frente à economia de seu tempo. Mais uma vez, cabe a

ressalva: o que propomos é uma hipótese de leitura da *Teoria da Classe Ociosa* que priorize seu caráter de crítica social radical, estruturada em torno não dos elementos tópicos e superficiais da civilização capitalista, mas direcionada a seu cerne, às estruturas que lhe servem de base e sustentáculo. Não só é perfeitamente possível que Veblen seja utilizado na análise da dinâmica entre aceitação, recusa e transformação de inovações produtivas, ou como um teórico da dominância estabelecida por interesses financeiros sobre as convenções sociais - é necessário e desejável. O que rejeitamos, da mesma forma que McFarland e os autores de que trataremos na sequência, é que as leituras de Thorstein Veblen se limitem tão somente a isso, domesticando a incendiária crítica do pensador norte-americano até reduzi-la a pouco mais que as estéreis definições de Duesenberry e Leibenstein.

Dito isto, é fundamental que resgatemos e definamos os termos em que propusemos nossa separação entre correntes de interpretação da obra vebleniana. Se em um primeiro momento analisamos os desenvolvimentos dos auto proclamados herdeiros da tradição Veblen-Ayres-Foster e, na sequência, rememoramos de forma breve as estratégias de tradução da contribuição vebleniana ao mainstream, resta visitar os avanços do chamado Institucionalismo Radical, que toma forma clara a partir dos anos finais da década de 1970. Uma definição paradigmática da corrente é fornecida por um de seus primeiros expoentes:

> *"The radical institutionalist rejects the complete separability of mind and body, of subjective and objective phenomena and most certainly rejects a conception of individual and social that defines each of these as essentially insular to the other. The radical institutionalist is a transactionalist in his perception of humanity; systems-oriented centering on linked patterns of behavior; holistic in his analysis of relationships; and non-reductionist. Thus when he approaches socioeconomic issues from his special methodological perspective he must form his basic approach on a foundation that is non-dualistic, non-teleological and non-atomistic. It is not strange therefore that the Institutionalist's attack on economic orthodoxy centers on these items of method. Atomistic individualism, for example, which is so much the basis of orthodox economic analysis, is therefore conceived not only to be unintelligible and untenable but ignorant of a mass of analysis from many different fields of learning, which if taken seriously, would require a methodological revolution in the field of economic analysis - a revolution, by the way, which Veblen helped to initiate and which is already well on its way." (JUNKER, 1979:251)*

A rejeição do dualismo, da teleologia e do atomismo são os pontos centrais da posição. Não tivéssemos feito a exegese da vertente ayresiana, seria estranho comentarmos a necessidade de resgate destes elementos - em última instância, a crítica presente na *Teoria da Classe Ociosa* e em vários dos textos metodológicos está assentada justamente sobre esses pontos. Tratemos deles com calma, na construção de uma interpretação clara das propostas do Institucionalismo Radical.

O não-dualismo inerente à leitura radical das instituições implica na impossibilidade de separação entre condicionantes psicológicos, mentais ou 'espirituais' de uma dada sociedade e sua dimensão concreta, caracterizada pela materialidade da produção, da riqueza e do trabalho. Logo, distinguir entre um elemento lido como *concreto*, como a tecnologia empregada na produção, e outro compreendido como *ideológico*, no caso da interpretação ayresiana das limitações cerimoniais ao progresso, é falsear a análise institucionalista. Dentro da contribuição vebleniana já encontramos uma rica análise das dimensões culturais da produção, e da materialidade das cisões de valores e comportamentos em uma dada sociedade, marcada pela conspicuidade do consumo de diferentes bens. Deixar de lado a produção de cultura a partir do trabalho (ou do domínio sobre o trabalho, exercido não só no controle material dos meios de produção, pelo princípio da propriedade, mas pela distinção entre trabalhos dignos e indignos, pelo princípio da respeitabilidade) é abandonar algo que faz da *Teoria da Classe Ociosa* não só uma obra profundamente original, mas um reforço importante na denúncia e desconstrução da sociabilidade capitalista.

A ingênua crença de Ayres e Fagg Foster em um ideal absoluto de *progresso da humanidade* implica na recusa implícita da *crítica vebleniana da modernidade*, ou do projeto de civilização lido como ápice desse progresso contínuo e irrefreável. Ler no progresso dessa noção abstrata e generalista de homem o *télos* da ordem social conduziria o leitor à aceitação da materialidade da tecnologia, força pulsante, real, concreta e transformadora, em oposição à imaterialidade do cerimonial, sempre visto como o componente atávico e retrógrado do sistema. Que há uma forte leitura do conflito entre mudança e conservadorismo, em Veblen, não resta dúvida; o que defendemos, ao longo das últimas páginas, é que reduzir essa dicotomia à relação entre tecnológico-progressista e cerimonial-atávico é um erro. E o erro reside justamente na negação que discutíamos no parágrafo anterior: ao opor o tecnológico

ao cerimonial, negamos a cerimonialismo da tecnologia, o conservadorismo presente na realização, ordenação e administração da produção, e a *contemporaneidade* da violência presente nas relações entre classe ociosa e classe trabalhadora. Negamos, de forma definitiva, a compreensão dessa violência como traço fundador e estrutural da sociabilidade capitalista, reduzindo-a à caricaturização do cavalheiro que, recluso em sua casa de campo, se recusa a aceitar as mudanças que ocorrem nos grandes centros produtivos.

Partindo desses pontos, não é difícil compreender como o institucionalismo vebleno-ayresiano toma a escolha (por vezes consubstanciada na capacidade discricionária da humanidade em geral, em outras ocasiões referenciada como opção consciente e individual) como elemento constitutivo de sua leitura das instituições econômicas. O problema fundamental dessa abordagem reside na forma como a escolha, no limite, se reduz ora à existência de uma razão que superceda as distinções de classe e se afirme na possibilidade de um bem comum cristalizado na humanidade em abstrato e em seus propósitos (logo, validando a teleologia do progresso), ora à crença de que as instituições podem ser reduzidas a mecanismos disciplinadores e educadores da escolha individual, que assume, por sua vez, a posição de categoria central no sistema institucional. Adotar a escolha (ou a capacidade de ação discricionária consciente) como pressuposto implica na impossibilidade de análise dessa mesma escolha, da racionalidade que a embasa e do individualismo atomístico a que ela está atrelada enquanto *instituições* fundamentais do modo de vida capitalista, categorias centrais na forma como a civilização que tem origem na sociabilidade predatória consumada nas noções de gênero, propriedade e respeitabilidade explica a si mesma e lê seu passado, presente e futuro.

Podemos afirmar, levando as críticas de Junker um passo adiante, que um resgate da crítica radical presente no estudo econômico das instituições formulado por Veblen passa pela negação do 'institucionalismo restrito' da tradição vebleno-ayresiana: a crítica ontológica da civilização capitalista e de sua gênese no caráter predatório da propriedade é irreconciliável com a redução da oposição entre classe ociosa e classe trabalhadora à dicotomia tecnológico-cerimonial. Da mesma forma, as considerações veblenianas sobre a preservação da violência e do barbarismo na modernidade são incompatíveis com uma leitura que veja no cerimonialismo um atavismo antagônico à noção de progresso. Por fim, é risível que uma teoria marcada

por considerações sobre o papel das instituições enquanto fonte dos hábitos mentais que possibilitam aos homens compreender e ordenar suas vidas tome esses mesmos homens como (a) indivíduos dotados da capacidade de (b) escolha (c) consciente. Mesmo na apropriação marginalista promovida por Duesenberry e Leibenstein Veblen é reconhecido como leitor da *irracionalidade* presente nas ações econômicas cotidianas. Submeter a sua posição ao equacionamento por esses critérios é consumar, de forma clara, o processo de adequação e encapsulamento cerimonial de qualquer possibilidade efetiva de crítica e mudança radicais na contribuição vebleniana.

Logo, a caracterização do Institucionalismo Radical feita por Junker prima por resgatar não só os elementos constitutivos da originalidade da crítica vebleniana, mas também os pontos em que essa corrente se distancia dos termos comuns das leituras feitas por Clarence Ayres, John Fagg Foster, Paul Dale Bush e Wendell Gordon, entre outros. Pensando da perspectiva da contextualização histórica desse pensamento, de onde partiria essa diferença de enquadramento? Qual a motivação para que intelectuais educados na tradição vebleno-ayresiana posicionem-se criticamente frente a alguns dos fundamentos teóricos de grandes nomes do institucionalismo?

Dentre as respostas possíveis, há uma que julgamos particularmente interessante. Nos embates intelectuais travados na primeira metade do século XX, Veblen estabelece clara oposição frente aos marginalistas. Como demonstramos, essa oposição é ecoada por Ayres e Fagg Foster, resultando na crítica da noção de valor utilidade e na criação de uma concepção alternativa de valor. Esses comentários, por sua vez, são atacados por David Seckler, que motiva uma revisão dos argumentos institucionalistas na defesa à caracterização de um individualismo radical que se oponha ao 'behaviorismo vebleniano'. Dessa revisão emergem a síntese de Dale Bush e a sua elaboração de um modelo da mudança institucional, acompanhada das considerações de Rutherford, mas também as releituras de Junker e McFarland, preocupadas com as formas pelas quais o institucionalismo vebleno-ayresiano possibilitaria esse tipo de compreensão. Em paralelo, autores de extração marginalista teorizam sobre os espaços para incorporação da noção de consumo conspícuo à teoria do consumidor, com as definições de Duesenberry e Leibenstein servindo de base às discussões sobre a 'verificabilidade' do efeito Veblen nas décadas posteriores.

Todas as leituras enumeradas acima (com a exceção das críticas radicais de Junker e McFarland) tem um ponto em comum: pautam-se pela oposição entre

Veblen e o marginalismo como a única (ou ao menos a principal) ponte de diálogo do autor da *Teoria da Classe Ociosa* com outras referências em teoria econômica ou social. Este é outro ponto falho da tradição Ayres-Foster; além do ataque ao marginalismo, Veblen se pautou, em sua produção, pelo diálogo com a antropologia evolucionária de Lewis Morgan e as inovadoras posições de Franz Boas; discutiu as suposições dos teóricos marxistas de seu tempo; propôs uma crítica ao excessivo idealismo da filosofia kantiana; e manteve prolífica correspondência com John Atkins Hobson, o grande teórico britânico do Imperialismo. Logo, mais do que a trincheira única de enfrentamento com os marginalistas, Veblen pode ser caracterizado como um intelectual extremamente ativo, cuja produção se caracteriza pelo diálogo com referenciais teóricos dos mais variados. Nada mais natural, se levarmos em conta que a eclosão das barreiras taxonômicas da ciência moderna era peça chave de seu programa metodológico.

Mas há um debate que deixamos de lado, no breve resumo estabelecido acima - o diálogo póstumo entre Veblen e um de seus mais ilustres leitores: Theodor Adorno. Escrevendo em 1941, o influente sociólogo alemão se ocupa da resposta ao que considera, nas páginas da *Teoria da Classe Ociosa*, ser um sistemático ataque à noção de cultura. A especificidade histórica desse ataque aparece na expressão *barbarian culture*, evidente na primeira sentença da obra magna vebleniana, e representativa, para Adorno, da debilidade de sua crítica:

> *"In its precise meaning the term applies only to one particular phase of history, an exceedingly broad one, however, extending from the time of the ancient hunter and warrior to that of the feudal lord and the absolute monarch, whose relation to the capitalist age is purposedly left obscure. Yet there is an obvious intention, in numerous passages, to denounce the modern era as barbarian at the very point where it most solemnly raises the claim to be culture. The very features through which this era appears to have escaped bare utility and to have reached the human level are supposed to be relics of historical epochs long past. Emancipation from the realm of utility is regarded as nothing but the index of a uselessness deriving from the fact that cultural 'institutions' as well as anthropological qualities do not change simultaneously with or in conformity with economic modes of production, but lag behind them and at times openly contradict them."(ADORNO, 1941:3)*

Adorno aponta claramente para a perenidade do barbarismo em Veblen, assim como para sua teoria do *cultural lag*. O tom defensivo do texto garante que ele não possa ser entendido de outra forma - o sociólogo de Frankfurt toma para si a obrigação de defender a noção abstrata de cultura do pejorativo olhar que o autor da *Teoria da Classe Ociosa* lança a várias práticas da civilização capitalista. Nesse intuito, reconstrói cuidadosamente a história do ataque à cultura no Ocidente - sua origem nos filósofos estoicos da Grécia Antiga, a condenação moral do desperdício entre os cristãos, o ceticismo humanista do século XVI e, finalmente, o movimento intelectual que, na segunda metade do século XIX, desafiou a moral da ordem vigente como hipócrita e impotente, responsável pela inevitável crise da civilização europeia. Entre estes críticos da sociabilidade vitoriana Adorno elenca Spencer e Darwin, assim como a Escola Histórica Alemã (Gustav von Schmoller é citado nominalmente) e, acima de tudo, o pragmatismo norte-americano. É nesse último grupo que o intelectual alemão enquadra Veblen, reduzindo sua reflexão a um capítulo da filosofia pragmática.

Na leitura de Adorno, a visão vebleniana da vida social é marcada por um fatalismo acentuado que, carregado da certeza da crise iminente da civilização que se propõe a discutir, vê em toda e qualquer manifestação cultural e artística um sinal da catástrofe. O ocaso da ordem seria observado nas fresas da decoração de edifícios dedicados à caridade, na complexidade da música erudita, na vaidade do consumo por peças de vestuário, na predileção por esta ou aquela variedade de animal de companhia, entre tantos outros aspectos espuriamente qualificados, na opinião do sociólogo de Frankfurt, como sinais da opressão que fundamenta o sistema.

A crítica apresentada em *Veblen's attack on Culture* ataca justamente os componentes centrais do seu sistema - a crença no barbarismo inerente às instituições sobre as quais está assentada a civilização contemporânea, a manifestação desse barbarismo em um conjunto de práticas predatórias, e sua cristalização na opressão de gênero, na distinção entre as classes e na propriedade. Ao tocar na questão da emancipação do trabalho, Adorno constrói seu comentário a partir de curiosas notas biográficas:

> *"Veblen is always tempted to make a fetish of production. This is grounded in his anthropology the supreme category of which is the 'instinct of workmanship'. His idea of happiness always remains*

> *related to this category. he never reaches an unequivocal decision as between the glorification of labor as such and the plea for the final aims of this labor. Beneath the outer armour of this rebellious arch-enemy of the theological tradition of New England hides the asceticism of the Lutheran peasant, not only as a psychological force but as a pervasive element of theory. Though he incessantly attacks taboos, his analysis stops short at the idea that labor is sacred. He feels that this culture does not attribute enough honor to its own work but finds its nefarious prestige in exemption from work, in leisure. (ADORNO, 1941:11)*

Pouco poderia ser mais gratificante, para um leitor de Veblen empenhado no resgate do trinômio gênero, trabalho e propriedade enquanto eixo central das instituições do barbarismo, do que ler o reconhecimento destes mesmos elementos na crítica de Adorno. A associação entre o trabalho (ligado ao instinto do artesanato) e felicidade é interessante, e deve parecer, ao leitor, algo radicalmente diverso do que encontramos nas leituras da tradição Ayres-Foster. A impressão não é equivocada - os defensores da dicotomia tecnológico-cerimonial não resgatam, em momento algum, a crítica frankfurtiana da *Teoria da Classe Ociosa*. Isso é representativo não só da estreiteza dessa vertente, ocupada em repetir seus prolongados monólogos contra o marginalismo, mas da sua dificuldade em lidar com interpretações de Veblen que vão além da crítica ao consumo ou das noções positivas de tecnologia e progresso que unificam ayresianos, neoliberais e keynesianos.

Logo, é natural que a crítica seja deixada sem resposta por mais de três décadas. Por mais que simpatizemos com a leitura de Adorno das categorias centrais do trabalho (melhor do que a crítica confusa e dualista de Seckler é a refinada elucubração do intelectual de Frankfurt sobre o eixo central do sistema vebleniano), falta ao autor, em seu comentário sobre o caráter do trabalho em Veblen, a percepção de que esse elemento é valorizado na *Teoria da Classe Ociosa* não por ser sagrado, mas por ser *humano*. Pouco é mais emblemático da herança darwiniana em Veblen do que seu fascínio pela capacidade dos trabalhadores em encontrar meios mais eficientes e razoáveis de resolver os problemas de seu cotidiano. Mais do que a crença na divindade inerente ao trabalho realizado de Sol a Sol e louvado nas escrituras, Veblen afirma o caráter transformador deste mesmo trabalho - sua função enquanto esperança da emancipação dos trabalhadores da opressão experimentada nas mãos da classe ociosa e denominador comum do que faz de nós seres humanos. Adorno toma o comentário vebleniano como uma variante epistemológica impertinente da economia

política do período, ocupada da problemática da produção e da atribuição de valor, mas que agora se mete a discutir os artefatos culturais do Ocidente. Lhe escapa a percepção de que essa mesma atividade produtiva é, em Veblen, *produto da cultura*, e que esse instinto do artesanato representa mais que uma proclividade inata e naturalizada, mas a *apreciação do trabalho pelo próprio trabalhador*[41] - logo, um elemento de valorização do trabalho e de ruptura com os mecanismos de opressão da classe ociosa. Em uma civilização construída em torno de um padrão de sociabilidade predatório, em que a violência institucionalizada na propriedade passa a representar o elemento fundamental de definição e estratificação do humano, a defesa do reconhecimento do caráter positivo do trabalho pelos trabalhadores, da possibilidade de realização no fazer cotidiano, não é só um predicado teórico - é um poderoso manifesto político.

O curioso é que Adorno reconhece o conteúdo opressor do ócio, em Veblen. Nas palavras do autor, o ócio assim praticado reflete a opressão no trabalho humano que torna esse mesmo ócio possível. O problema fundamental parece residir em sua interpretação de que as classes, no sistema vebleniano, seriam representantes de elementos produtivos e improdutivos, caracterizados pelo ócio, tomado de forma negativa e absoluta, e pelo trabalho, exclusivo produtor de 'coisas úteis' à sociedade.

A noção de adaptação, responsável pela interação entre o fazer cultural e econômico da vida nas mãos do trabalho e as instituições criadas em torno das prerrogativas da classe ociosa, também é alvo de ataque:

> *"The concept of adaptation is the deux ex machina through which Veblen tries to bridge the gap between what is and what ought to be. But adaptation implies the rule of the ever equal. If dialectics, on its side, were to understand the next step as adaptation, it would be surrendering its very case, the idea of potentiality. But what can the next step be if it is not to be abstract and arbitrary, if it is not to be the brand of those Utopias which initiators of dialectical philosophy have rejected? Conversely, how*

[41] Um breve comentário: o instinto do artesanato, conforme definido por Veblen, não se limita tão somente à classe trabalhadora. Seus efeitos podem ser sentidos em todo o corpo social; como é um instinto, não se encontra restrito a esta ou aquela classe. Por outro lado, como o autor deixa claro em várias ocasiões, esse mesmo instinto encontra-se subjugado pelos impulsos de emulação pecuniária e comparação odiosa, reforçadores das prerrogativas da classe ociosa. Logo, por mais que os defensores do status quo possam partilhar dessa 'predisposição' à frugalidade e à racionalidade pragmática, seus interesses vão no sentido contrário do resgate dessa norma básica da vida material.

> *can the next step obtain its direction and its aim without one's knowing more than merely what is pre-given?"(ADORNO, 1941:20)*

É natural que a ausência de considerações sobre o caráter transformador do trabalho conduza Adorno a uma leitura da conservação eterna do *status quo*, em Veblen, e da prevalência de um estado das coisas estabelecido em temos imemoriais. No entanto, nossa leitura do autor diverge enormemente nesse ponto. O princípio de adaptação - e as noções de adequação e encapsulamento cerimonial, desenvolvidas a partir deste elemento - são representativas não de uma logicidade dura da obra vebleniana, mas justamente do tratamento peculiar dado na *Teoria da Classe Ociosa* à mudança. É difícil pensar em uma teoria social fora do espectro marxista que apresente flerte mais direto com a noção de dialética do que a leitura vebleniana da interação entre mudança e conservadorismo. Do movimento por mudança, oriundo da necessidade do reconhecimento do humano enquanto humano por meio da valorização de seu trabalho e da rejeição da opressão colocada sobre ele pelas instituições da classe ociosa, toma forma a pulsão transformadora que na tradição Ayres-Foster foi reduzida ao movimento impessoal da tecnologia. Cristalizada essa necessidade de mudança, ela é submetida ao corpo das instituições que orientam a vida social; dos hábitos mentais e modos de vida das classes sociais emerge a leitura de que *forma* tomaria essa mudança, e quais seriam seus *limites*. De maneira peculiar, e em tons quase dialéticos, a forma final da mudança carrega, em si, tanto o impulso humano por transformação oriundo da força criativa do trabalho, sintetizada na ideia de instinto do artesanato, quanto a reação imposta pelo conservadorismo que embebe a trama institucional onde classe ociosa e classe trabalhadora coexistem.

Em meio à saraivada de ataques, Adorno reconhece ao menos um dos pontos altos da obra de Veblen - para em seguida reduzi-lo à crítica:

> *"In one of the most beautiful passages of his work Veblen has realized the interconnection between poverty and the continuance of existing forms. 'The abjectly poor, and all those persons whose energies are entirely absorbed by the struggle for daily sustenance, are conservative because they cannot afford the effort of taking thought for the day after to-morrow; just as the highly prosperous are conservative because they have small occasion to be discontented with the situation as it stands to-day. The pragmatist, however, clings retrogressively to the standpoint of those who cannot think for the day after tomorrow - that is to say, beyond the*

> *next step - because they do not know what they will live on to-morrow. He represents poverty. This is his historical truth because the organization of society still maintains men in poverty, and his historical untruth because the absurdity of this poverty finally has become manifest. To adapt oneself to what is possible today no longer means adapting oneself at all. It means realizing the objective potentiality."(ADORNO, 1941:22)*

Em suma, Adorno parece ler em Veblen uma interpretação pessimista das possibilidades de desenvolvimento do gênero humano, embalada pela tendência inerentemente conservadora do sistema institucional. A dura negatividade do conservadorismo consubstanciado nos hábitos e práticas da classe ociosa, difundidos entre os trabalhadores através dos princípios da emulação e da comparação odiosa, atuariam no sentido de negar à humanidade seu devir esclarecido. À pobreza ideológica desses homens presos ao passado o sociólogo de Frankfurt contrapõe a suposta pobreza teórica do pragmatismo, incapaz de ver na superação dialética das condições materiais do presente o movimento da história. Além disso, a redução da cultura ao desperdício invalidaria a compreensão da possibilidade de transformação, ao subsumir tanto formas eminentemente conspícuas de manifestação cultural, diretamente associadas às demonstrações de força pecuniária da classe dominante, a manifestações culturais transformadoras ou autênticas.

Já começamos a delinear uma resposta para a segunda objeção: ela decorre, em nossa leitura, da interpretação negativa de Adorno do papel do instinto do artesanato na construção de alternativas à sociabilidade predatória. Não se trata tão somente do resgate de formas de convivência pretéritas, abandonadas anteriormente à ascensão do barbarismo; tomando Veblen por base e desenvolvendo essa ideia de forma peculiar, podemos observar uma longa *trajetória de desenvolvimento* das manifestações cotidianas do instinto do artesanato enquanto resistência do potencial criativo e transformador do trabalho. Essa interpretação estaria enterrada sob décadas de digressões sobre a impessoal transformação tecnológica, na tradição Ayres-Foster, e o correspondente abandono de qualquer discussão do papel das classes sociais na promoção da mudança ou do conservadorismo, em Veblen.

Este é o primeiro passo de um argumento que pretendemos desenvolver nas páginas seguintes, após a análise do Institucionalismo Radical: ao pensar a *Teoria da Classe Ociosa* a partir do peso das *classes* na composição do sistema, e a partir da constante *dinâmica* de enfrentamento entre o impulso criativo do trabalho (manifesto

no instinto do artesanato) e as pressões conservadoras (institucionalizadas em torno de gênero, trabalho-ócio e propriedade), somos levados a adotar uma posição peculiar frente às leituras estabelecidas da mudança institucional e a forte crítica de Adorno, pautada no conservadorismo e na impossibilidade de transformação efetiva do sistema. Até o presente momento, as leituras da mudança institucional calcaram-se em leituras equivocadas da presença de conjuntos de valores ou comportamentos corporificados em instituições, sobre as quais uma humanidade em abstrato exerceria sua capacidade discricionária, optando por mudança ou conservadorismo (ou, como fica claro no modelo de Bush, uma resposta conservadora à mudança seguida de transformações mais profundas). Discutimos os problemas dessa interpretação há alguns parágrafos: ela supõe a existência de uma finalidade inescapável na história (na figura de um ideal de progresso que em pouco difere das acepções oitocentistas do termo), reduzindo o papel das tensões entre classes sociais e abrindo espaço para a contaminação da reflexão vebleniana pelas noções de indivíduo e escolha consciente. Em meio a essa confusão conceitual, os vebleno-ayresianos parecem encarar a mudança em termos absolutos, como a alteração de um cenário antes estanque; algo que não é exclusividade dessa vertente, pois parece ser o que leva Adorno, ao ler Veblen, a criticá-lo pela sua incapacidade em perceber a história em termos dialéticos.

A posição do autor, na *Teoria da Classe Ociosa*, é ambígua o bastante para permitir essa leitura. O que propomos é uma teoria da mudança institucional que dê conta da interrelação dos microcosmos da transformação (i.e., as vicissitudes em instituições específicas, ao longo de uma longa trajetória) como integradas (a) ao enfrentamento constante entre classe trabalhadora e classe ociosa, nem sempre corporificado na forma óbvia da luta direta, por vezes manifesto em termos discursivos, culturais ou artísticos e (b) a um todo multivariado, em que as mudanças institucionais condicionariam não só as possibilidades de transformação futura, mas elementos fundamentais dos hábitos mentais dos dois grupos, que compreenderiam seu passado, presente e futuro a partir do desenvolvimento institucional pregresso. De forma objetiva, o problema poderia ser refraseado como uma espécie de teoria crítica da história a partir das teses de Veblen (já que Veblen, em sua produção, não se arroga esse papel em momento algum).

Por ora, postergaremos o desenvolvimento desse argumento. Dependemos ainda de alguma reflexão sobre o Institucionalismo Radical, que fundamenta e reforça

algumas de nossas posições, para que avancemos. Para concluir nosso hiato frankfurtiano[42] resta somente resgatar a leitura de Veblen por outro luminar dessa escola - Herbert Marcuse.

Levando ao limite a concepção weberiana dos limites impostos à ação humana na jaula de ferro da modernidade capitalista, Marcuse lê Veblen com olhos muito mais positivos. Em sua interpretação, o caráter pragmático da tecnologia seria automaticamente associado ao trabalho, sepultando as possibilidades efetivas de transformação de uma ordem subordinada à aniquilação do potencial criativo do trabalho. O resgate da *Teoria da Classe Ociosa* feito por esse autor é observável num breve porém expressivo trecho de *Some Social Implications of Modern Technology*:

> *"With the majority of the population, the former freedom of the economic subject was gradually submerged in the efficiency with which he performed services assigned to him. The world had been rationalized to such an extent, and this rationality had become such a social power that the individual could do no better than adjust himself without reservation. Veblen was among the first to derive the new matter-of-factness from the machine process, from which it spread over the whole society: "The share of the operative workman in the machine industry is (typically) that of an attendant, an assistant, whose duty is to keep pace with the machine process and to help out with workmanlike manipulation at points where the machine process engaged is incomplete. His work supplements the machine process rather than makes use of it. On the contrary the machine process makes use of the workman. The ideal mechanical contrivance in this technological system is the automatic machine." The machine process requires a knowledge oriented to "a ready apprehension of opaque facts, in passably exact quantitative terms. This class of knowledge presumes a certain intellectual or spiritual attitude on the part of the workman, such an attitude as will readily apprehend and appreciate matter of fact and will guard against the suffusion of this knowledge with putative animistic or anthropomorphic subtleties, quasi personal interpretations of the observed phenomena and of their relations to one an other. (MARCUSE, 1941:141-142)*

[42] Em tempo: nosso resgate não privilegiou a imersão nas teses originais de Adorno ou Marcuse, mas somente nos pontos em que estes autores se debruçam sobre a produção vebleniana. Acreditamos que a releitura da crítica de Frankfurt à modernidade capitalista é passo fundamental na reavaliação - e, em certa medida, reconstrução - de uma posição institucionalista radical que tenha contribuições efetivas a fazer à teoria social contemporânea. Por ora, nos ocupamos do primeiro momento na realização deste projeto - aproximar Veblen, Adorno e Marcuse a partir de suas posições sobre a *Teoria da Classe Ociosa*; guardamos os desenvolvimentos futuros desse interesse para nossos próximos trabalhos.

A leitura de Marcuse é bem vinda, em primeiro lugar, pela separação entre produção industrial, tecnologia e *industry* - se a força criativa da industriosidade do trabalhador representa o potencial da mudança, em Veblen, seu sufocamento é compreendido a partir da opressão da lógica da produção industrial, que retira desse mesmo trabalhador as liberdades criadoras do trabalho. Não há nada de *workmanlike* no trabalho industrial. Há somente a opressão a um padrão de produção subordinado às ordenações da classe ociosa. Se o consumo é lido como um mecanismo de diferenciação entre as classes, é fundamental que a produção para esse consumo corresponda a esse ideal. Além disso, essa produção se manifesta não só como produção de bens, mas produção da vida, produção de cultura, já que esses elementos, pela operação dos mecanismos de emulação e demonstração de força pecuniária que servem de base ao exercício do ócio e do consumo conspícuos, são indissociáveis no sistema vebleniano. Marcuse nos auxilia a ver não só as limitações da leitura ayresiana, que já evidenciávamos às nossas próprias expensas em sessão anterior, mas facilita a desconstrução da intrincada crítica de Adorno à *Teoria da Classe Ociosa*.

O enquadramento é peculiar; contrapondo a racionalidade do processo produtivo capitalista à *matter-of-factness* mobilizada no rationale vebleniano, Marcuse anima um breve passeio pela história dessa criatividade transgressora frente ao cerimonialismo institucional. Para o intelectual de Frankfurt, a compreensão não só da *mudança* como de sua premente *necessidade*, em Veblen, passa pelo entendimento da oposição entre esse elemento e o conhecimento cerimonial, análogo à racionalização capitalista da vida: "The facts directing man's thought and action are not those of nature which must be accepted in order to be mastered, or those of society which must be changed because they no longer correspond to human needs and potentialities. Rather are they those of the machine process, which itself appears as the embodiment of rationality and expediency."(MARCUSE, 1941:142)

A aproximação com Veblen é fundamental para que reavaliemos o legado desse autor. Em vários momentos nos opusemos à sua caracterização como crítico dos costumes, cronista da era do exagero, profeta da tecnologia e tantos outros títulos espuriamente conferidos ao autor da *Teoria da Classe Ociosa*. Com a qualificação de Marcuse, não resta dúvida - Veblen deve ser entendido como formulador de uma espécie *sui generis* de teoria crítica. Se invertermos o expediente realizado por Marcuse, é perfeitamente razoável que enquadremos essa *racionalidade mecânica*

marcuseana como um dos elementos centrais do arranjo institucional no capitalismo avançado. Sua posição é denunciada justamente por seu caráter inatacável: mesmo a mais vigorosa das tradições de apropriação de Veblen não dirige suas críticas *diretamente* a este elemento, quando muito propondo concepções alternativas do processo de escolha - uma espécie de sub-razão subordinada à razão constitutiva do pensar sob o capitalismo, presente na aderência acrítica de Ayres, Foster e Bush às noções de *escolha*, *indivíduo* e *humanidade*.

A seminal análise de Marcuse converge, em vários pontos, com o que pretendemos ser fundamental em um resgate da *Teoria da Classe Ociosa* que seja não só fiel às categorias desenhadas por Veblen, mas que carregue consigo a iconoclastia das suas teses. Uma passagem final é particularmente interessante, se pretendemos deixar para trás a malfadada crítica adorniana, centrada na superfície do conservadorismo da classe ociosa em conflito com o caráter progressista da produção:

> *"The decisive point is that this attitude - which dissolves all actions into a sequence of semi-spontaneous reactions to prescribed mechanical norms - is not only perfectly rational but also perfectly reasonable. All protest is senseless, and the individual who would insist on his freedom of action would become a crank. There is no personal escape from the apparatus which has mechanized and standardized the world. It is a rational apparatus, combining utmost expediency with utmost convenience, saving time and energy, removing waste, adapting all means to the end, anticipating consequences, sustaining calculability and security. [...] In manipulating the machine, man learns that obedience to the directions is the only way to obtain desired results. […] Everything cooperates to turn human instincts, desires and thoughts into channels that feed the apparatus. Dominant economic and social organizations "do not maintain their power by force . . . They do it by identifying themselves with the faiths and loyalties of the people, and the people have been trained to identify their faiths and loyalties with them."(MARCUSE, 1941:142-143)*

Como Veblen deixa claro em várias passagens, os virtuosos instintos humanos são submetidos à vil dominação das instituições da classe ociosa, subvertidos e transformados em mecanismos a serviço dessa mesma dominação. Não se trata da oposição essencializada entre pares duais abstratos como tecnologia e cerimônia, progresso e conservadorismo, mas da interação dinâmica entre uma pulsão transformadora, materializada no trabalho e na satisfação primitiva de seu impulso

criador, e sua subsunção a um processo em que o trabalhador é conduzido, pelo arranjo institucional, a ler seu trabalho como algo abjeto, indigno, repulsivo. Essa é a essência da relação entre classe ociosa e classe trabalhadora, em Veblen, mas o essencial escapa aos olhos - essa relação está soterrada por todo um vasto sistema de demonstração e legitimação da força do ócio, construído como garantia de sua irracionalidade.

Retornemos ao motivo desta breve (e revigorante) visita aos comentários de Adorno e Marcuse. Como mencionamos anteriormente, os dois textos são publicados auspiciosamente no mesmo ano - 1941 - e representam posições muito mais substanciais do que alguns dos marcos da tradição vebleno-ayresiana. A grande obra de Clarence Ayres é publicada em 1944; John Fagg Foster escreve seus comentários e leciona sobre a especificidade da reflexão vebleniana nas décadas de 1940 e 1950. Em meados da década de 1960, os institucionalistas veblenianos se reúnem na AFEE e no JEI, demarcando um espaço fixo para realização de seus debates. Paul Dale Bush, Wendell Gordon e Malcolm Rutherford promovem o resgate e síntese dessas contribuições entre os anos finais da década de 1970 e o início dos anos 1990. Mesmo nesses últimos episódios, o institucionalismo vebleno-ayresiano ainda prima pela resposta aos comentários de David Seckler.

O debate com Seckler é fundamental por representar a *referência pela qual os institucionalistas vebleno-ayresianos medem sua contribuição à teoria social contemporânea.* O antagonismo com um economista identificado com os princípios neoliberais, com a mais dura tradição marginalista, acaba por contaminar a tradição Veblen-Ayres-Foster; se a resposta às rasteiras críticas do pupilo de Robbins são o objetivo último de parte expressiva da produção nessa vertente, é natural que seus argumentos sejam progressivamente reduzidos à rememoração dos fracassos do utilitarismo.

Como já afirmamos anteriormente, não se trata de negar ou abandonar a crítica ao marginalismo. Hoje, mais do que nunca, ela se faz necessária. O que observamos é que a crítica direcionada exclusivamente à miséria teórica dos neoclássicos necessariamente empobrece a contribuição institucionalista. De forma diversa da construção dos monólogos paralelos entre veblenianos e neoliberais, nas décadas de 1970 e 1980, em que nenhum dos lados do 'debate' efetivamente se incomodaria a ponto de ler as teses do outro e reconhecer alguma validade em seus comentários, a

crítica de Adorno é marcada por sua visceralidade, pelo ataque a Veblen a partir não da preservação do paradigma neoclássico, dos cânones da reflexão em economia ou do conhecimento cerimonial cristalizado nos livros-texto de valor quase religioso - ela é preciosa justamente por se propor como um *projeto alternativo de crítica* dessa mesma civilização. Se o institucionalismo almeja se apresentar como uma crítica substantiva da sociabilidade predatória na civilização capitalista, é fundamental que estabeleça frentes de diálogo não só com o espantalho de seu adversário preferencial, mas com outras formas de ataque ao sistema, outras tradições de desconstrução do absurdo da contemporaneidade.

Essa parece ser a motivação de um conjunto de autores que, progressivamente, caminha para uma maior abertura do diálogo entre veblenianos e outras correntes críticas do capitalismo. Reunidas sob a definição de institucionalismo radical, encontramos as teses de Rick Tilman, J.L. Simich, W.M. Dugger e J.P. Diggins.

O institucionalismo radical nasce em meio à posição ayresiana; seus membros participam dos mesmos foruns, publicam nos mesmos espaços. A diferença fundamental é no alargamento das frentes de debate (que passam, agora, a englobar setores expressivos da reflexão crítica em economia e sociologia) e na leitura de Veblen enquanto crítico da *civilização* capitalista, não só de seu evangelho marginalista.

O exercício de resgate de Adorno e Marcuse que fizemos acima, por exemplo, só é possível a partir dos comentários de Tilman e Simich em *Critical Theory and Institutional Economics: Frankfurt's Encounter with Veblen*, de 1980[43]. O propósito dos autores é animador: o resgate da crítica frankfurtiana a Veblen poderia animar o desenvolvimento de uma vertente norte-americana de teoria crítica que fosse além das releituras do institucionalismo, no início dos anos 1980 (TILMAN e SIMICH, 1980:278).

Identificando o essencial da argumentação adorniana, Tilman e Simich apresentam uma interessante tese sobre a diferenciação entre as posições defendidas por esse autor e aquelas esposadas por Marcuse:

---

[43] Ainda que o comentário de Adorno já fosse conhecido - figura como um dos textos de destaque em um dos volumes dos *Critical Assessments* -, só chegamos à posição de Marcuse por meio destes dois pesquisadores. Por outro lado, nossas conclusões são distintas da defesa feita por Tilman e Simich (1980) da posição vebleniana. Ambos os autores merecem prolongada atenção; Tilman possui um vastíssimo acervo sobre a obra vebleniana, do qual só fomos capazes de discutir uma pequena amostra.

> *"Curiously, some of the Frankfurt Marxists, especially Adorno, defend and/or rationalize the patterns of behavior which Veblen stigmatized. Also, it is ironic that in later years critical theory's analysis of consumption patterns in advanced capitalism should more closely parallel Veblen's view, rejected earlier. In particular, Marcuse's position in One Dimensional Man converges with Veblen's interpretation in The Theory of the Leisure Class in its recognition of the artificiality and manipulated nature of consumer tastes and their links with the national system of status and power."(TILMAN, SIMICH, 1994[1980]:282)*

Um erro da análise proposta em *Critical Theory and Institutional Economics* é a disputa, fabricada pelos autores, entre qual intelectual seria mais radical em suas posições. Por mais que concordemos com Tilman e Simich, somos forçados a rever esse ataque ao conservadorismo de Adorno como algo inconsequente. O substrato teórico do debate, em verdade, é outro - as diferentes concepções de *estética* na produção dos dois intelectuais. Aqui concordamos integralmente com os autores na interpretação de que a crítica de Adorno "à estética de Veblen é penetrante como crítica estética, mas não é tão bem sucedida em ligar a estética aos aspectos estruturais da economia política"(TILMAN e SIMICH, 1980:285).

As respostas a Marcuse são significativamente mais ponderadas. Tilman e Simich reconhecem o valor da aproximação à crítica da racionalidade, com a necessária ressalva de que, em momentos particulares de sua produção, Veblen efetivamente esposa uma leitura que abre espaço para a interpretação da tecnologia como uma força inquestionavelmente positiva. Ainda assim, o trabalho avança ao reabrir o espaço para discussão entre institucionalismo e teoria crítica, mas peca pela adesão a essa leitura da obra vebleniana: falta, nesse primeiro momento, a visão de uma participação ampla do trabalho - e não da tecnologia - enquanto componente efetivamente criativo da produção.

A conclusão do ensaio é um dos pontos altos da produção vebleniana, nesse período, e destoa enormemente da tônica de trabalhos entrincheirados no modelo Veblen-Ayres-Foster:

> *"Weimar German and Populism are gone. If Adorno and Veblen are seen as shaped by them, why is this of more than historical interest? The answer lies in the fundamental continuities that existe between the capitalism which both evaluated and the*

> *contemporary political economy. To illustrate the problem of inequality was of mutual concern. It is evident that the value conflicts inherent in the process of deciding how wealth and income are to be distributed are not resolved. Implicit in the debate between Veblen and his Frankfurt critics is the relationship between the problem of distribution and the larger issue of developing a more adequate social value theory. [...] Although a native critical theory could incorporate aspects of neo-Freudianism and Marxism, as did its European counterpart, it must also include important American elements. These might encompass Veblen's institutionalism, Dewey's instrumentalism, Mead's symbolic interactionism, and work subsequently done in these traditions, as well as other elements of European social thought." (TILMAN, SIMICH, 1980:290-291)*

A questão que se coloca é: qual a relevância da obra vebleniana, para o leitor contemporâneo? E a resposta é clara - se tomarmos a *Teoria da Classe Ociosa* como uma crítica radical da civilização capitalista e de sua sociabilidade predatória, é difícil encontrar um autor cuja releitura seja mais desejável do que Thorstein Veblen. Se reduzirmos sua contribuição à estanque oposição entre tecnologia e cerimônia, ou à possibilidade de refraseamento dessa ou daquela contribuição keynesiana, *why bother?* Veblen deve ser lido pelo que faz de sua obra *original* - a articulação de um variado conjunto de referências, consolidado em torno da proposta ampla de desmistificação dos termos fundamentais de organização e produção da vida, no capitalismo; uma proposta crítica que parta não só da recusa dos cânones da teoria econômica, mas de sua crítica estrutural, da afirmação de seu papel enquanto construtos a serviço da classe ociosa.

Adorno e Marcuse não são os únicos referenciais possíveis ou desejáveis, nesse resgate. Outros autores, dentro do campo do Institucionalismo Radical, se ocuparam da revisão de contribuições críticas dos mais variados matizes. J.P. Diggins, escrevendo em 1977, propõe uma arguta leitura das dimensões da reificação e da hegemonia cultural do capitalismo em Marx e Veblen:

> *"How is capitalist society possible? To state it another way, why does the hegemony of capitalist culture prevail and seemingly absorb all challenges, turning crises and apparent conflicts into further evidence of consensus? One way to approach this question is to examine the phenomenon of commodity fetishism that preoccupied the anguished meditations of Marx and that served as the subject of Veblen's wicked satires. By doing so we may discover that what sustains the culture of capitalism is not its economy but its*

> *sociology, not what men produce but what they consume - and why."(DIGGINS, 1977:193)*

Mais uma vez, a mudança de enfoque é fundamental: não se trata mais de analisar os obstáculos cerimoniais ao inescapável galopar da transformação tecnológica, num arremedo vulgar do galileano *eppur si muove*; a questão envolve os motivos da pulsão transformadora e da reação conservadora, que são inexplicáveis se não forem lidas a partir da complexa interação entre as classes sociais. Diggins prima ao resgatar a analogia entre a noção marxiana de fetiche e a construção social dos homens pela diferenciação através do consumo, em Veblen, e é difícil pensar num paralelo mais direto do que o apresentado entre essas duas categorias.

Há um ponto em que discordamos de Diggins - sua ênfase no consumo como algo autônomo da produção, e que a supere em termos de importância, nas sociedades contemporâneas:

> *"The labor theory of value cannot be applied to precapitalist formations, where use-value does not take the form of commodities. Nor in modern society can labor still be regarded as the dominant sphere of man's social activity. Veblen suggests why in modern society the ultimate problem is not production but consumption, not how goods come to be made but how they take on meaning. The role of meaning as a feature of the mediating tendencies of mind needs to be explored in relation to the 'root of all evil' - money."(DIGGINS, 1977:196)*

O significado imputado aos bens, nos termos da sociabilidade descrita por Veblen, é decorrência não do processo produtivo em si, mas certamente da posição do trabalho neste processo. Logo, não se trata exatamente de distinguir entre produção e consumo como esferas diversas da atividade econômica, mas em reconhecer que ambas são ligadas pela diferenciação entre formas de trabalho e pela violência institucionalizada na propriedade - que determina que o fruto do trabalho seja removido das mãos do trabalhador, e que sua propriedade seja representativa das diferenças entre classe ociosa e classe trabalhadora. Logo, o consumo pode assumir a posição predominante dentro do sistema vebleniano, mas isso só é possível a partir da percepção de que esse consumo (a) é marcado por sua conspicuidade, (b) é dependente da força pecuniária demonstrada na aquisição do bem consumido e (c) é representativo da educação específica para seu exercício. Logo, tergiversar sobre a

preponderância do consumo ou da produção pouco acrescenta ao sistema, ainda mais quando levamos em conta as tensões imanentes à produção em si - marcada pelos interesses dos homens de negócios, alheios à atividade produtiva e ao impulso criativo do trabalho.

Outro ponto digno de nota é a consideração, por Diggins, do peso de elementos inconscientes sobre os hábitos mentais da civilização capitalista. Isso representa uma ruptura com a noção de escolha consciente e de poder discricionário que permeia os escritos de Ayres, Foster e Bush. Ao explorar as ligações possíveis entre Thorstein Veblen e Antonio Gramsci, defende que

> *"In treating reigning cultural ideas as the unconscious foundations of social life, Veblen was anticipating an issue in social theory that would later be discovered by Antonio Gramsci - the phenomenon of hegemony. The problem of hegemony lies in explaining how a whole of society can come to be dominated by the values of a part, and why man therefore consents to his own domination by others, a phenomenon made all the more perplexing because it involves man's subjugation to ideas rather than to power and coercion. In short, how does the ruling class legitimate itself if not by force? Veblen sensed that in a mass society the phenomenon of power, the ability to command by threat of coercion, gives way to the phenomenon of influence, the ability to persuade by the tendency to emulation. Veblen's shrewd analysis of the social determinants of economic behavior enabled him to see how emulation functioned to cushion the effects of alienation and exploitation, thereby integrating the worker into the culture of capitalism." (DIGGINS, 1977:204)*

Já exploramos essa possibilidade no estudo dos movimentos de contra-cultura e em sua guinada para o individualismo, no cenário político pós-1968 (LUZ e SIMIQUELI, 2014). Mais que a abertura da frente de diálogo com o marxismo, Diggins se revela disposto a abrir oportunidades para comunicação com correntes geralmente pouco lidas ou discutidas pelos economistas [44] - além das teses gramscianas, o autor faz referência a Lukacs nas primeiras páginas de seu artigo.

---

[44] Paul Sweezy publica um texto sobre a crítica vebleniana da economia norte-americana em 1958. Há pelo menos um ponto digno de nota na aproximação entre a teoria marxista da revolução e o desfecho da opressão da classe ociosa sobre a classa trabalhadora: "*It might be thought that the ultimate logical outcome of Veblen's theory would be a prediction, as confident as Marx's, that capitalism must necessarily be replaced by socialism. After all, the machine process was extending its sway, and its ulterior effects seemed all to point in the direction of a socialist consummation. If Veblen did not follow through to this conclusion, the reason is the theory sketched above was, from his point of*

A importância da defesa, pelos Institucionalistas Radicais, da necessidade de resgate do diálogo possível entre Veblen e o referencial marxista ou frankfurtiano é evidenciada, de forma clara, nos parágrafos finais do texto. A *Teoria da Classe Ociosa* ganha novas cores se vista por essa ótica, muito mais prolífica, da perspectiva de nossa hipótese de leitura, do que o circular enfrentamento entre ayresianos e marginalistas.

Resgatando a importância das estruturas de poder na obra de Veblen, Diggins afirma:

> *"To Veblen the shifting movement and structure of power is the basis from which social attitudes evolve, and thereafter the ideas of the victorious class take on a life of their own and give modern capitalist ideology the same reified status that previous ruling-class ideologies enjoyed in the past. In one respect Veblen offers a synthesis of the consensus-conflict debate: The history of society is the history of power struggles that issue in a culture of status worship, a cult of masculine triumph around which a consensus is formed and through which society itself is sustained. It is no coincidence that Veblen discerned in capitalist ideology what other philosophers like George Santayana and William James saw as the curse of American culture itself: 'the bitch-goddess of success'."(DIGGINS, 1994[1977]:209)*

Diggins nos leva a uma segunda indagação - qual seria o propósito de resgatarmos Veblen a partir de um referencial marxista? Há algo de novo a se extrair da *Teoria da Classe Ociosa*, mais de um século após a sua publicação? A resposta nos é dada pelo próprio texto. O tratamento dado por Veblen à ligação entre cultura, consumo, produção, propriedade e trabalho é singular, e se apresenta, ainda hoje, como profundamente original. Não só os veblenianos têm a ganhar do diálogo com Gramsci, Lukács, Adorno e Marcuse; há muito a se explorar, em estudos do marxismo ou da teoria crítica, a partir da originalidade da contribuição vebleniana.

Por fim, a relação mudança-conservadorismo recebe cuidadoso tratamento no parágrafo final do texto:

---

view, only one side of the story. There was also the question of wht the conservative classes could and would do to defend their interests, and only after this had been taken into account would a balanced assessment of future prospects be possible." (SWEEZY, 1958:121) O motivo para que não nos detenhamos sobre a análise de Sweezy neste ponto é um só - sua principal referência não é a *Teoria da Classe Ociosa*, mas sim a *Teoria da Empresa Capitalista* (*The Theory of Business Enterprise*).

> *"Had Veblen demonstrated nothing more than the authority which the strong acquire over the weak, he would have asserted nothing more than a variation of nineteenth-century social Darwinism. Yet by grounding his analysis in the anthropomorphic nature of cultural phenomena, Veblen's approach to attitude formation not only absorbed the distinction between norms and power that divide the consensus and conflict theorists, it also called into question an assumption shared by liberals and Marxists as well as social Darwinists - the assumption of historical progress. Where the theorists of progress saw change, he saw continuity; where they saw man's increasing rationality and mastery of the environment, he saw man acting out in symbolic forms of animistic behavior the residue of his barbaric nature; and where they looked to either 'intelligence' or 'class consciousness' to undermine the old order and produce a new society and perhaps even a 'new man' (Trotsky's phrase), he looked to the 'discipline of the machine' to liberate man from his archaic traits by restoring almost intact his productive, wholesome nature that had supposedly flourished in the early stage of 'primitive savagery'." (DIGGINS, 1977:209)*

Junker, Mcfarland, Tilman, Simich, Diggins - o Institucionalismo Radical caminha no sentido de uma definição alternativa da teoria vebleniana da mudança institucional, sem nunca postulá-la de forma clara, como fazem Bush e Rutherford, a partir da posição vebleno-ayresiana. Ainda que a discussão em torno dos motivos para essa indefinição não seja particularmente frutífera, acreditamos que talvez isso se deva ao tempo relativamente curto da emergência dessas interpretações; se desconsiderarmos as críticas de Frankfurt, enunciadas no começo dos anos 1940, a absoluta maioria da reflexão institucionalista radical só se desenvolve a partir do final da década de 1970. Um segundo determinante diz respeito à percepção de que o modelo, e a redução da reflexão a uma forma normativa, passível de predição, talvez soasse pouco atraente aos veblenianos ocupados do diálogo com outras correntes à esquerda.

O primeiro ponto é reforçado por dois trabalhos de W.M. Dugger, ambos publicados em 1988 - *Radical Institutionalism: Basic Concepts* e *A Research Agenda for Institutional Economics*. Os dois representam, de certa forma, a "tomada de consciência de si" pelos institucionalistas radicais: se antes Junker já fizera referência à posição e McFarland mencionara brevemente alguns termos comuns, Dugger é o primeiro a defini-la de forma categórica, complementando sua "declaração de princípios" com uma lista de objetivos para desenvolvimento do campo. Um ponto interessante, entregue já de princípio, é a aparente redundância do termo

institucionalismo *radical*, já que, por aproximar-se do marxismo como crítica ontológica da orotodoxia econômica, *todo* institucionalismo deveria ser radical. A justificativa para o qualificante é a mesma para nossa prolongada análise dos veblenoayresianos: faz-se necessário denominar essa vertente institucionalista de radical por haverem muitos instiutcionalistas que tenham perdido contato com as implicações radicais da "tradição".

Os pontos elencados para definição do institucionalismo radical são sete, de acordo com Dugger -

> *"Radical institutionalism, though not as developed as its cousin, Marxism, is also a profoundly critical theory of industrial capitalism. Radical institutionalism is based on the works of Thorstein Veblen and, to a much lesser extent, on the works of John R. Commons. Central concepts of radical institutionalism include (1) The economy is a process, not an equilibrium; (2) Socialized irrationality frequently overwhelms the would-be solidarity of exploited classes; (3) Power and status combine with myth and authority to sustain tyranny; (4) Equality is essential to the good life; (5) Values and ideology support; (6) Participatory democracy; and (7) Radical transformation rather than incremental adjustment is called or under the current dispensation. Radical institutionalism is not based on the labor theory of value, but does share with Marxism certain critical points in relation to neoclassical economic theory."(DUGGER, 1988:552)*

Os denominadores de Dugger refletem, de forma clara, não só os elementos principais da contribuição vebleniana, como um posicionamento crítico frente à tradição ayresiana.

Ao ler a economia como um processo e não um equilíbrio, Dugger reafirma a herança crítica de enfrentamento aos cânones marginalistas; compreendendo a vida material como algo mutável, em constante transformação, o institucionalista se recusa a aceitar concepções absolutas, definidas a priori, de comportamento humano, racionalidade, escolha e indivíduo. Logo, a crítica se torna efetivamente *radical* - Dugger descarta, de pronto, alguns dos componentes que lemos como problemáticos na caracterização da tradição Veblen-Ayres-Foster.

A noção de processo, por outro lado, não supõe um télos específico - coisa prontamente rejeitada por Veblen, também. O problema com relação ao papel da história no institucionalismo emerge do que Dugger caracteriza como *blind drift*: para

Veblen, o movimento da história seria tão somente a aleatória sucessão de acontecimentos, percebida pelos seus leitores como *absurda*. Para o autor, essa noção se contraporia às filosofias da história teleológicas, aproximando-se da recusa sartreana da imposição de determinações externas sobre a liberdade radical dos sujeitos. Consideramos a posição de Dugger, nesse ponto, de difícil defesa. Por ora, a deixaremos de lado - sua crítica constitui algo que acreditamos ser um avanço em nossa hipótese de leitura, quando contrastada à posição radical.

O absurdo da história é complementado pela irracionalidade social, que o autor caracteriza como superior à potencial solidariedade entre as classes. Este é um elemento que encontramos, sob outros termos, em nossa leitura; a subversão dos instintos pelas instituições centrais da civilização capitalista garantem que os membros da classe trabalhadora sejam incapazes de compreender uns aos outros como iguais; seus olhares estão voltados para cima, para os termos da dominação da classe ociosa, travestidos e mitificados como aspirações sociais, culturais, profissionais. Logo, o potencial para transformação, o impulso criativo do trabalho exaltado por Veblen nas muitas menções ao instinto do artesanato, direciona-se não à superação da ordem imposta à classe trabalhadora por seus mestres, mas à emulação e à comparação odiosa, ao exercício conspícuo do ócio e do consumo, às demonstrações de força pecuniária. Esse argumento ganha peso ainda maior com um argumento que procuramos apresentar nas páginas anteriores: na irracionalidade institucionalizada na civilização capitalista, esses são não só os termos de distinção entre os homens, são os elementos que conferem a ele sua própria *humanidade*.

Ainda que concordemos com várias das observações de Dugger, seu terceiro ponto - a importância do poder e do status - apresenta severas dificuldades conceituais. Ao postular a importância da reflexão institucionalista radical sobre esse tema, geralmente deixado de lado pelas análises econômicas convencionais, ocupadas de uma definição estreita de ação econômica, o autor se dedica a algo próximo de uma sociologia econômica do Estado. Em uma passagem paradigmática, o pesquisador define esses dois termos de forma clara:

> *"Power and status are central concepts to radical institutionalism. Power is the ability to work one's will with the cooperation of others, or even against the opposition of others. The origins of power are found in the state. Status is the successful claim of prestige, willingly granted by others. The origins of status are*

> *found in emulation. The combining of power with status allow an elite to entrench itself. Power without status is force. Status without power is celebrity. [...] Power and status, combined into legitimate authority, is not bound by the market, as neoclassical economists would have us believe. Instead, legitimate authority goes beyond the supply and demand of the market to determine the market itself. The market does not just happen. It is not a natural phenomenon. The market is a set of instituted social relations, a set of rules determining what things can be exchanged, what things need to be exchanged, how they can be exchanged, who can exchange them, who will benefit from the exchange, and who will bear the burdens of the exchange."(DUGGER, 1988:560-561)*

Compreender o mercado como uma entidade política, fruto das relações de poder e status, é um avanço enorme frente às leituras ayresianas do institucionalismo. Mas acreditamos haver aqui um pequeno erro de interpretação. Dentro do sistema vebleniano, ou, mais especificamente, no grau de desenvolvimento das instituições predatórias em que nos encontramos, é possível dissociar de forma clara as formas *poder* e *status*? Por *poder* Dugger implica uma relação de dominação por conflito, com ameaça ou exercício direto da coerção, enquanto por *status* entende uma medida de consentimento; o reconhecimento da legitimidade do comando, do domínio, sobre os subordinados. As definições são claramente distintas, e a distinção faz sentido, se pensarmos em termos puramente lógicos - mas não se justapusermos esses termos à análise vebleniana original.

Separar poder de status dessa forma implica na percepção de que as manifestações de status não são, em si, *violentas* ou *opressoras*, e esse é um dos grandes méritos da leitura de Veblen da operação das categorias da emulação e da comparação odiosa. Não se trata tão somente de perceber outro trabalhador, ou um membro da classe ociosa, como *merecedor* daquele status, como um *homem bom*, no sistema moral dessa sociedade. Trata-se da automática percepção de si como *inferior*. Não é apenas o reconhecimento do domínio, em Veblen, mas do *direito a esse domínio*; da mesma forma, não se trata tão somente da *aceitação* dessa dominação, mas do *dever à sujeição*, por um imperativo moral fundamental: obedeço por ser merecedor de uma posição subordinada, enquanto outros homens merecem o comando, a glória, a liderança. A naturalização desse fato é um componente fundamental da desumanização do trabalhador no processo produtivo e em sua vida cotidiana. Ele não só veste menos, come menos, lê menos e aproveita menos a vida,

em geral; cada um desses componentes, ao ser declaradamente inferior à fruição do vestuário, da alimentação, da cultura e do lazer, por outros homens, *faz dele menos humano*. A distinção fundamental nas formas de trabalho, entre respeitável e indigno, que fundamenta a separação entre o que passa a ser entendido como *trabalho* e aquilo que se percebe quase que automaticamente como *proeza* é parte fundamental desse processo, e, apesar de soterrado sobre a imensidão de normas, códigos e sentidos da vida social contemporânea, permanece como um elemento perene de nossa sociabilidade.

Essa posição se torna indefensável quando avançamos na leitura dos sete pontos delineados pelo autor. A defesa aguerrida da igualdade, por exemplo, passa necessariamente pela atuação estatal - Estado este, cabe lembrar, no qual a classe ociosa exerce sua prerrogativa fundamental de *governo*. Logo, por mais que concordemos que a busca de um ideal de igualdade e justiça social seja fundamental na construção de uma sociedade harmônica, esbarramos em um obstáculo: os limites dessa igualdade seriam definidos pelo arranjo institucional, que informa as forças organizadas em torno do Estado de Direito sobre quais reivindicações são plausíveis e quais são fantasiosas, absurdas, irreais. A redução da problemática da igualdade aos termos obteníveis junto ao Estado é representativa disso: as medidas redistributivas defendidas por Dugger passam necessariamente por um mecanismo construído em torno da ideia de alijamento da participação política dos trabalhadores, se não em termos formais, diretos, pelo menos em termos informais, pela obrigatoriedade do trabalho para subsistência.

Outros pontos críticos podem ser observados na seguinte passagem:

> *"Equality is desirable to radical institutionalists because they recognize the importance of the underdog. Equality is not desirable because it will help everyone, in the long run. Radical institutionalists reject the harmony of interests myth. Ours is a class society. We are not all in the same boat; some of us have been thrown overboard so a rising tide affects us differently. But a substantially more equal distribution of income and power will provide for more adequate growth in effective demand and will allow the poor to become more productive. Most importantly, community progress, when it comes, moves from the bottom-up, not the top-down. Progress is not based on charity, but on equality. In a regime of charity, the poor are always with us - begging. In a regime of equality, the poor lift themselves out of poverty by demanding their rights. Redistribution is an essential element of*

> *progress. Simply stated, equality is instrumental."(DUGGER, 1994[1988]:564)*

Por mais que Dugger faça concessões à noção de sociedade de classes, outros elementos de sua análise comprometem o enunciado original. Em primeiro lugar, é desafiador pensar em distribuição de renda como resultante quase automaticamente em distribuição de poder - ainda mais se levamos em conta que a utilização dessa renda para demonstrações de força pecuniária envolveria o lento e progressivo aprendizado intergeracional do consumo, do ócio, do hábito, coisa à qual os trabalhadores são alheios. Da mesma forma, afirmar o caráter igualitário da elevação da demanda agregada implica em uma falácia da composição - a propriedade agregativa da demanda não implicaria na sua reversibilidade, com as partes recebendo benesses igualitárias pela dinamização do consumo; dependendo das estruturas de poder em uma dada sociedade, os resultados dessa elevação poderiam ser quase todos direcionados à classe ociosa. Um terceiro ponto peculiar é a sua consideração sobre como, com a igualdade, os pobres seriam mais produtivos. Transpondo o absurdo aparente da afirmação, acreditamos (como supomos que acreditavam também Veblen, Marx, Polanyi e tantos outros intelectuais radicais) que o problema da civilização capitalista nunca foi a baixa produtividade dos miseráveis, mas a elevadíssima *produção da miséria*, fundamental à manutenção do status quo e da dominação da classe ociosa sobre os trabalhadores. Em outra sentença curta, categórica, Dugger afirma que o progresso não se baseia na caridade, mas na igualdade, e mais uma vez nos perguntamos: quando, na *Teoria da Classe Ociosa*, Veblen parece aderir à fetichização do progresso tão recorrente em outras vertentes da reflexão em economia? Não parte dele a crítica de que o estágio bárbaro de nossa trajetória evolutiva - supostamente superado pelo ideal iluminista de progresso - permanece vivo no âmago da sociabilidade predatória?

O que pretendemos, com nosso argumento, não é recusar o bem intencionado ataque de Dugger à desigualdade política, econômica e social. Pretendemos matizá-lo. É fundamental que essa desigualdade seja lida não como sintoma, mas como elemento central do sistema - e aqui não se trata tão somente de nossa hipótese de leitura, ou do que pretendemos desenvolver a partir de nossas considerações sobre a *Teoria da Classe Ociosa*. A desigualdade é o traço fundador do sistema teórico vebleniano, e é o que une a violência das tribos bárbaras aos salários estruturalmente inferiores

recebidos por mulheres empregadas na mesma função que homens, a castração ritual de guerreiros inimigos à negação de autorização para procedimentos médicos por planos de saúde, a escravidão mercantil à celebração da igualdade contratual entre patrões e empregados. A não ser que compreendamos esses elementos como *estruturalmente ligados* à *violência institucionalizada na propriedade, no gênero e no trabalho*, não seremos capazes de superar essa desigualdade. Pelo menos não de uma perspectiva *vebleniana* e *radical*.

Mesmo com todos esses pontos, concordamos com muito do que Dugger afirma em torno da necessidade de construção de uma alternativa radical ao já desgastado institucionalismo vebleno-ayresiano. Complementando o que considera fundamental na definição do Institucionalismo Radical enquanto corrente autônoma de reflexão, o autor enumera, em *A Research Agenda for Institutional Economics*, um conjunto de pontos de interesse para desenvolvimento futuro:

> *"Before us is an ambitious research agenda for the close of the twentieth and the opening of the twenty-first centuries. Our research agenda is shaped by our fascination with social problems. Three sets of problems engage us: (1) Center versus periphery problems, (2) The modernization of Veblen's dichotomy, (3) The is and the ought of social value theory. Let us get on with the work at hand, knowing that we are continuing a proud tradition of social inquiry and social problem solving and knowing that our inquiries will continue to be relevant to the issues of the day. We seek social relevance instead of mathematical rigor. And, all those who value the relevance of social problems over the rigor of mathematical puzzles, are welcome to join us."(DUGGER, 1994[1988]:636)*

É gratificante perceber como quase três décadas após os trabalhos de Dugger e Tilman responsáveis pela delimitação do institucionalismo radical a vertente se encontra fortalecida. Os propósitos originais de diálogo com correntes críticas em economia e teoria social foram alargados, e contemplam agora uma maior aproximação com o marxismo, promovida, além de Tilman e Simich, pelas contribuições de Waller (1984, 1993, 2006 e 2012) e Henry (2014), entre tantos outros. Poderíamos nos estender mais, revisitando os pontos centrais do argumento e sua manifestação das teses radicais, mas isso só nos distanciaria de nosso objetivo: apresentar a nossa leitura da mudança institucional, embasada na crítica do

institucionalismo radical à vertente ayresiana e pautada pelo resgate do que lemos como uma teoria original da mudança institucional na *Teoria da Classe Ociosa*.

Por breve que seja nossa leitura, acreditamos ter sido capazes de delinear, de forma clara, a dicotomia entre mudança e conservadorismo não só nos termos teóricos da teoria social vebleniana, mas em termos práticos, no movimento de revisão e interpretação de suas teses. Se no Capítulo I descrevemos os conceitos chave em nossa interpretação da inovadora contribuição vebleniana à crítica da economia enquanto conhecimento cerimonial, e no Capítulo II revisitamos a *Teoria da Classe Ociosa* na busca do entendimento da ligação desses conceitos à crítica estrutural da *civilização capitalista*, neste capítulo fomos levados a uma conclusão inusitada: o *mainstream* do institucionalismo vebleniano, transformado após o falecimento de seu fundador em uma corrente constrangida, em vários sentidos, pelos limites da ortodoxia econômica, transforma-se em uma irônica confirmação de nossa hipótese de leitura.

Mas ainda há espaço para a mudança. Como observamos pela leitura dos desenvolvimentos do Institucionalismo Radical, os debates entre veblenianos experimentaram uma drástica renovação, após meados dos anos 1970, e hoje se aproximam dos flertes de Veblen com o Marxismo. Resta discutirmos como acreditamos que uma teoria radical e crítica da mudança institucional pode - e deve - ser construída. A essa tarefa dedicamos as páginas finais deste trabalho.

Ao longo deste trabalho, procuramos delinear o que consideramos ser três eixos centrais da análise da problemática da mudança institucional nas obras de Thorstein Veblen. O primeiro é sua relação com o momento em que vive o autor e as suas primeiras críticas à teoria econômica de seu tempo, marcadas pela rejeição do arrazoado marginalista. O segundo é a construção de seu *estudo econômico das instituições* em torno do domínio da classe ociosa sobre a classe trabalhadora, estruturada a partir das instituições da propriedade, das distinções de gênero e da tipificação de formas de trabalho como dignas e indignas. Por fim, dialogamos criticamente com um conjunto de intérpretes da obra vebleniana e suas leituras da *Teoria da Classe Ociosa*, dos condicionantes da mudança institucional e de seus limites.

O primeiro movimento de nossa tese consistiu na exploração de dois enunciados fundamentais - *a visceralidade da crítica vebleniana à civilização capitalista* e a *impossibilidade de compreensão dessa crítica tão somente como crítica metodológica ou epistemológica*. Vivendo entre 1857 e 1920 e publicando seus principais trabalhos ao longo das décadas de 1890, 1900 e 1910, Veblen é testemunha ocular das radicais transformações observadas pela sociedade norte-americana, no período. Mais do que isso, é um leitor atento das *convulsões* dessa mesma sociedade, da oposição, em meio ao turbilhão de transformações, de *projetos de mudança antagônicos*. O intelectual norte-americano soube ler o constante enfrentamento entre forças progressistas, questionadoras do *status quo* e de sua preservação pelas instituições de suporte às prerrogativas da classe ociosa, e os mandatos dos dignitários da ordem, da respeitabilidade, da tradição. Nesse sentido, é emblemático que seus comentários

assumam a primeira forma de *crítica à resistência da teoria econômica aos prolegômenos de uma ciência evolucionária*. Sua crítica ao marginalismo se fundamenta em três pontos centrais - sua inclinação *taxonômica,* o teor *hedonista* de sua concepção de sujeito econômico e seu recurso constante a uma noção limitada de *causalidade*. Para Veblen, as rápidas transformações na vida social imprimem sobre a ciência a obrigação de assunção de seu dever evolucionário: é fundamental que o conhecimento científico abrace a mudança acelerada e se torne não um baluarte do conservadorismo, mas um vetor da transformação. A recusa do *mainstream* econômico em reconhecer seu distanciamento da concretude das relações materiais de produção da vida é representativa não só de sua *falência teórica*, mas de seu papel enquanto *sustentáculo ideológico do conservadorismo*, entendido aqui não como mero atavismo, mas como conformação de um conjunto de interesses centrados na defesa dos privilégios da classe ociosa.

A impossibilidade de enquadramento dos comentários de *Why is Economics Not an Evolutionary Science?* sob o título convencional de 'ataque à metodologia das ciências econômicas' nos levou ao momento imediatamente posterior da produção intelectual vebleniana - a publicação de sua magistral *Teoria da Classe Ociosa*, um *estudo econômico das instituições*. Partindo da constatação de que a suposta crítica metodológica, em Veblen, é representativa de um ataque mais profundo, direcionado aos fundamentos da *civilização capitalista* e de sua *sociabilidade predatória*, organizamos nossa leitura a partir das categorias que julgamos indispensáveis à compreensão crítica e radical da obra magna do intelectual norte-americano. Assim, propusemos o resgate da *Teoria da Classe Ociosa* como um ensaio de desconstrução dos termos principais da civilização capitalista, assentada sobre a instituição bárbara da propriedade. Esta, por sua vez, estaria diretamente relacionada à propriedade da mulher, nos estágios evolucionários fundadores de nossa sociabilidade, e na caracterização da distinção entre *trabalho-proeza* e *trabalho-trabalho*; enquanto o primeiro assumiria contornos de respeitabilidade, o segundo refletiria a dominação, a repetição, o esvaziamento cotidiano de sentido da vida dos dominados. Propriedade, gênero e trabalho se afirmam como o trinômio fundador das distinções e da relação de poder entre classe ociosa e classe trabalhadora.

Com base nesses elementos fundadores, é preciso que a dicotomia entre mudança e conservadorismo seja pensada não a partir do embate entre forças

essencializadas e automáticas, mas como um *processo* contínuo e multivariado de transformação ininterrupta, *pautada pela interação conflituosa entre classe ociosa e classe trabalhadora*. A própria definição dessas classes e de sua coexistência passa pela negação da taxonomia estanque das ciências econômicas; instituições, sujeitos, classes - tudo deve ser lido da perspectiva de sua *transitoriedade*, da articulação de uma série de *processos concorrentes e interligados*. Logo, a compreensão do passado, presente e futuro dessa sociedade é fruto do desenvolvimento de suas instituições; que, por sua vez, remete às circunstâncias passadas e presentes da defesa do conservadorismo em resposta às pulsões transformadoras do trabalho; *in catena*, esta só se realiza em meio a um arranjo institucional que carrega, em si, os registros dos embates passados. Produzimos uma leitura *complexa* e *dinâmica* da historicidade da teoria social vebleniana, procurando resgatá-la não como amparo dos arrazoados limitados e limitadores do fazer convencional em economia, mas como a libertadora crítica radical que encontramos nas posições defendidas por Thorstein Veblen.

Por fim, pudemos contrastar nossa leitura peculiar da *Teoria da Classe Ociosa* e do processo de mudança institucional às posições de uma vasta gama de intelectuais alinhados com o institucionalismo originário vebleniano. Ayres, Fagg Foster, Riesman, Harris, Walker, Bush, Gordon, Rutherford, Duesenberry, Liesenstein, Junker, Dowds, Diggins, McFarland, Tilman, Simich, Dugger, Waller, Henry, e tantos outros de quem nos olvidamos ou cujos comentários não puderam ser contemplados em nossas páginas. Há uma tradição viva de leitura e produção a partir das obras de Thorstein Veblen, muito mais valiosa que o conveniente reducionismo das teorizações de North e Williamson. A vitalidade do legado vebleniano pode ser aferida a partir dos constantes debates entre seus intérpretes, e da abertura das associações dedicadas à preservação da discussão sobre sua herança a novas contribuições.

Logo, a proposta de ler Veblen de forma crítica e radical não implicou em nosso isolamento dos debates estabelecidos em torno do autor. Muito pelo contrário: as primeiras elaborações de nossa leitura da crítica vebleniana ao projeto civilizatório iluminista (SIMIQUELI, 2014), ou da discussão em torno da adequação cerimonial de vertentes da contracultura (LUZ e SIMIQUELI, 2014), ou ainda da problemática relação entre tecnologia e autoritarismo, em *Imperial Germany and the Industrial Revolution* (SIMIQUELI, 2015) foram recebidas de forma acolhedora pela *Association for Institutional Economics*, que nos proporcionou não só a rara

oportunidade de conviver com alguns dos referenciais contemporâneos na leitura de Thorstein Veblen como de perceber a importância de nossa proposta.

Lidas as principais contribuições da década de 1890 e debatida sua interpretação pelas correntes institucionalistas veblenianas posteriores, resta somente uma tarefa - enunciarmos nossa leitura do processo de mudança institucional em Thorstein Veblen.

Veblen não se arroga, em momento algum, da alcunha de historiador. Nos poucos momentos em que constrói algo que possa ser identificado como uma reflexão histórica, dispende as primeiras notas do texto recusando a imputação do título. Não se pretende um estudioso das sequências de acontecimentos, dos longos movimentos históricos, das minúcias da transformação social.

No entanto, sua contribuição teórica prima por trazer a mudança, a transformação e concepções processuais da vida social ao cerne da reflexão. Afirmar, repetindo o óbvio, que *Veblen não é um historiador* não implica em negar o valor de suas teses na construção de um arcabouço para que pensemos o peso da história na teoria política, social e econômica. Logo, sem ser um historiador, Veblen apresenta uma curiosa teoria da história da perspectiva de um cientista social.

De forma sutil, lemos essa teoria na construção das ideias de *processo* e *causalidade cumulativa* em oposição à tríade taxonomia, hedonismo e causalidade a que aderem os marginalistas. Lendo a insuficiência das suposições reunidas em torno desse eixo tripartite para a compreensão das aceleradas transformações das civilizações capitalistas, Veblen apresenta, implicitamente, um primeiro ponto de referência: não só é preciso observar os fenômenos sociais a partir de sua transitoriedade (seu caráter processual, sua ininterrupta transformação) e de suas causas multivariadas e cumulativas (sua complexidade, e o caráter *histórico* das relações fenomênicas), mas a partir também da constatação de que as formas de compreensão e ordenação da realidade são, em si mesmas, fruto desse mesmo processo. Veblen é crítico da civilização capitalista, do arrazoado que legitima essa civilização, e de sua tendência, claramente defensiva, em supor que as reviravoltas do espírito se deem de forma dissociada das vicissitudes do material. Logo, *as formas pelas quais uma sociedade reflete sobre si mesma são parte fundamental da organização dessa mesma sociedade, não podendo ser reduzidas a um caráter acessório ou determinado da trama social*. Desenvolvemos esse argumento a partir de

Why is Economics Not an Evolutionary Science?, avançando sobre as indagações do autor.

Um segundo elemento, da perspectiva da produção desse conhecimento, diz respeito ao que afirmamos no parágrafo anterior: *se esse conhecimento não pode ser visto como algo isolado da vida social, é imprescindível que pensemos a produção não só como produção de bens, mas como produção da vida - produção de cultura, de saberes, de relações sociais*. Partes da literatura sobre Veblen empreenderam vastos esforços no sentido de apartar as dimensões estritamente econômicas (curiosamente, delimitadas a partir de uma concepção de economia rejeitada pelo autor) da vida de seus traços culturais, ideológicos, abstratos. Da perspectiva do institucionalismo radical, é impossível pensar a reflexão sobre a vida para além da realização da vida; tal opção implicaria na redução das instituições a um complemento puramente jurídico, normativo, um resquício ideológico atávico de hábitos mentais pregressos. Entendidas como práticas e hábitos cotidianos, cristalizados por séculos de repetição e legitimação, as instituições, mais das vezes, são o substrato profundo, de difícil e elusiva observação, da vida social. Situam-se no domínio do inconsciente ou do incontestável. Dialogam com as classes sociais e com os sujeitos ao delimitar não só o conjunto de regras e normas explícitas de uma dada ordem social, mas os elementos intangíveis do fazer cotidiano da vida. Vestir-se, se alimentar, conversar, entender, discutir, dormir, sonhar - todos estes elementos estão, de forma discreta e peculiar, sob o jugo das instituições. Há um vestir correto, um comer correto, uma forma adequada de diálogo, um conjunto de estruturas do entendimento, os critérios pelos quais reconhecemos esta ou aquela ideia como boa ou má, a validade de uma dada posição em um debate, quanto de nossa vida deve ser dispendida em labor ou em descanso, e quais *futuros* são possíveis, factíveis ou desejáveis, para nossa sociedade.

Essas instituições, por sua vez, não se estabelecem ou se transformam de forma absoluta e impessoal. São, em última instância, reduto da opressão da classe trabalhadora pela classe ociosa. É fundamental que o *estudo econômico das instituições* seja lido por seu título - não se trata de uma *Teoria da Tecnologia e do Progresso*, ou de uma *Teoria do Consumo Suntuário*, ou ainda de uma *Teoria do Exagero na América Novecentista*. *A Teoria da Classe Ociosa, é, mais do que tudo,*

uma teoria das classes sociais[45]. Em seu âmago reside a denúncia feroz da violência do cotidiano, cristalizada em instituições que são, em si, perpetradoras e reprodutoras dos enormes abusos do gênero, da propriedade e do trabalho em parcelas de agressão sistemática e repetitiva, lembrete constante dos limites da vida para os trabalhadores, e do sabor do privilégio, para a classe ociosa.

Assim, um primeiro movimento de síntese de nossa leitura da magistral contribuição intelectual de Thorstein Veblen é que sua obra deve ser lida como uma teoria das classes sociais, estruturada em torno da crítica feroz à civilização capitalista, aos modos de vida construídos em seu interior, e à sociabilidade eminentemente predatória que pauta as relações sociais que lhe são estruturantes. Nessa empreitada crítica e radical do resgate da contribuição vebleniana, aderimos às posições do autor sobre a teoria econômica do seu e do nosso tempo, lamentavelmente etérea, perdida em considerações abstratas e generalistas sobre ficções intelectuais que pouco ou nada têm a dizer aos dilemas da vida cotidiana. Mais do que isso, reafirmamos o papel dessas teorizações irreais na defesa das prerrogativas da classe ociosa - seu aparente atavismo não é fruto da incapacidade de lidar com a mudança, é resultado da resistência direta, de uma estratégia de enfrentamento das possibilidades de transformação social. Nesse sentido, a reflexão em economia desempenha papel chave: *ao ler os supostos condicionantes e determinantes da produção e reprodução da vida material, determina os rumos possíveis para sua crítica, transformação e superação. Serve como o referencial principal na construção das verdades sobre as quais construímos nosso pensar.* É econômico o filtro de adequação cerimonial, no tempo presente.

Mas ainda há espaço para mudança. É preciso que haja. Em nosso entendimento, pautado pela leitura da interrelação entre diferentes componentes do arranjo institucional e do caráter da contribuição vebleniana como *teoria das classes sociais*, o movimento oscilante entre mudança e conservadorismo seria, por sua vez, o convoluto agregado de uma série de movimentos de enfrentamento entre as pulsões transformadoras e criativas do trabalho e as prerrogativas da classe ociosa, cristalizadas no cerne do arranjo institucional. Partindo da leitura processual e cumulativa dessas transformações, observaríamos um sistema profundamente

[45] Ainda que o olhar do autor se concentre eminentemente sobre a Classe Ociosa, ao passo que a Classe Trabalhadora é lida, grosso modo, como seu *negativo*.

complexo, em que as múltiplas instâncias do certame entre classe trabalhadora e classe ociosa se confundiriam em meio às múltiplas determinações da vida material. Mudanças institucionais tópicas seriam representativas de avanços dos trabalhadores, em seu melhor cenário, ou de concessões da classe ociosa, em seus termos mais negativos. De forma ainda mais importante, a mudança só pode ser compreendida por seu caráter relacional; não se trata, tão somente, do contraste frio entre a vida que vivíamos e aquela que hoje vivemos. O ponto fundamental é como as transformações em curso na ordem social condicionam novos modos de vida, ou cerceiam possibilidades futuras para transformação.

O pessimismo de Bukowski, na epígrafe a esta tese, é também o nosso pessimismo frente a uma civilização que carrega, em suas entranhas, as paixões selvagens pela violência e pela opressão. Na análise das trajetórias de mudança institucional é preciso, portanto, que leiamos o tenso enfrentamento entre trabalho e ócio não somente como a representação superficial dos privilégios estabelecidos, mas como o processo interminável de defesa desses privilégios frente à intransigente humanidade do trabalho. Houvesse essa humanidade, essa pulsão criadora, sido sufocada no baixo medievo pelas primeiras manifestações sistemáticas do ócio institucionalizado, não haveria, hoje ainda, a necessidade de sua defesa. Se há a busca por formas cada vez mais refinadas de legitimação do *status quo*, de validação da dominação, da expropriação, da chacina cotidiana do capital sobre o trabalho, é tão somente por resistir, ainda, esse trabalho, de forma desafiadora, enquanto guardião de formas de sociabilidade que não se pautem pela violência da propriedade.

Ler Veblen de forma crítica e radical é encontrar no autor um aliado frente ao absurdo da vida sob o jugo da propriedade privada, da opressão de gênero, da violência do ócio sobre o trabalho. É ter na sua crítica à civilização capitalista um ponto de apoio para a leitura dos incessantes movimentos de enfrentamento entre mudança e conservadorismo. É repensar a economia não da perspectiva de um cânone empoeirado de verdades mortas sobre a produção da vida, mas como um todo orgânico, complexo, multivariado, em constante transformação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, K.L. The Unity of Veblen's Theoretical System in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1933].

ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo : Ed. Unesp, 2006.

AULT, R.W., EKELUND, R.B. Habits in Economic Analysis: Veblen and the Neoclassicals in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1988].

BUSH, P.D. "Radical Individualism" vs Institutionalism, II: Philosophical Dualisms as Apologetic Constructs based on Obsolete Psychological Preconceptions in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1981].

BUSH, P.D. An Exploration of the Structural Characteristics of a Veblen-Ayres-Foster Defined Institutional Domain in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1983].

BUSH, P.D. The Theory of Institutional Change in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1987].

CAVALIERI, M. Um Lugar, um Tempo e um Sistema de Economia: ensaio interpretativo sobre o surgimento do institucionalismo norte-americano de Thorstein Veblen. In: *XII Encontro de Economia da Região Sul* - Anpec-Sul, 2009.

_____. O surgimento do institucionalismo norte-americano: Um ensaio sobre o pensamento e o tempo de Thorstein Veblen. Belo Horizonte: UFMG, Tese (Doutorado), 2009.

CAVALIERI, M. ; LIMA, I. *Aproximações de um olhar foucauldiano sobre o institucionalismo de Thorstein Veblen*. Curitiba: CEPEC - UFPR - Texto para Discussão 11/2010, 2010

COATS, A.W. The Influence of Veblen's Methodology in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1954].

CORNEHLS, J.V. On the Use and Misuse of Veblen's "Evolutionary Economics" in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1969]

DAVIS, A.K. Sociological Elements in Veblen's Economic Theory in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1945].

DIGGINS, J.P. Thorstein Veblen : theorist of the leisure class. Princeton, NJ : Princeton University Press, 1999. 261p.

DIGGINS, J.P. Reification and the Cultural Hegemony of Capitalism: The Perspectives of Marx and Veblen in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1977].

DILLARD, D. Money as an Institution of Capitalism in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1987].

DORFMAN, J. Source and Impact of Veblen in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1958].

DOWD, D. Thorstein Veblen. New Brunswick, NJ : Transaction Publishers, 2000. 205p.

DOYLE, M. Impérios Revisitados. *Penélope*, n.21, 1999. p.159-175

DUGGER, W.M. Radical Institutionalism: Basic Concepts in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1988].

DUGGER, W.M. A Research Agenda for Institutional Economics in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1988].

EDGELL, S. *Veblen in Perspective*: His Life and Thought. New York: M. E. Sharpe, 2001.

EDGELL, S. TOWNSHEND, J. John Hobson, Thorstein Veblen and the Phenomenon of Imperialism: Finance Capital, Patriotism and War. *American Journal of Economics and Sociology*, v.51, n.4 (Oct., 1992), pp. 401-420.

EVANS, J.S. e LEATHERS, C.G. Veblen on Owners, Managers, and the Control of Industry: A Reply in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1980]

FAGG FOSTER, J. Value and its Determinants in RANSON, B. (ed.) John Fagg Foster's Contribution to Scientific Inquiry. 2007 [1948]. Disponível eletronicamente em:
http://cas.umkc.edu/econ/Institutional/Readings/Foster/foster%20square%202.pdf

_____. The Origins of the American Contribution in RANSON, B. (ed.) John Fagg Foster's Contribution to Scientific Inquiry. 2007 [1950?]. Disponível eletronicamente em: http://cas.umkc.edu/econ/Institutional/Readings/Foster/foster%20square%202.pdf

GALA, P., FERNANDES, D., REGO, J. Pragmatismo e economia : elementos filosóficos para uma interpretação do discurso econômico. *Estudos Econômicos* vol.36 no.3 São Paulo July/Sept. 2006

GHOSH, S.K. On the Validity of Veblen's Criticisms of Economic Orthodoxy: An Analysis of his Positions in the Light of Current Conditions and Economic Thought in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1984].

GORDON, W. The Role of Institutional Economics in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1984].

GOROSTYZA, J. Schumpeter y el Imperialismo. *Información Comercial Española, ICE: Revista de economía*, ISSN 0019-977X, Nº 845, 2008 (Ejemplar dedicado a: Marx, Keynes y Schumpeter) , pags. 107-119

GRUCHY, A.G. The Influence of Veblen on Mid-century Institutionalism in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1988].

HAMILTON, D.B. Institutional Economics and Consumption in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1987].

HARRIS, A.L. Veblen and the Social Phenomenon of Capitalism in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1951].

HEATH, J. Thorstein Veblen and American Social Criticism in MISAK, C. (ed.) *Oxford Handbook of American Philosophy.* Oxford: Oxford University Press, 2008.

HOBSBAWM, E. *A Era dos Impérios 1875 – 1914*. São Paulo : Paz e Terra, 2004. 546p.

_____. *A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo : Companhia das Letras, 1998. 598p.

_____. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1998. 230p.

HOBSON, J.A. The Economics of Thorstein Veblen in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1937].

HODGSON, G. On the evolution of Thorstein Veblen's evolutionary economics. *Cambridge Journal of Economics*, v.22, p.415-431, 1998.

_____. 'The Revival of Veblenian Institutional Economics', *Journal of Economic Issues*, 41(2), June 2007, pp. 325-40.

_____. How Veblen Generalized Darwinism, *Journal of Economic Issues*, 42(2), June 2008, pp. 399-405.

HUNT, E.K. The Importance of Thorstein Veblen for Contemporary Marxism in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1979]

JORGENSEN, E., JORGENSEN, H. *Thorstein Veblen*: Victorian Firebrand. New York: M. E. Sharpe, 1999. 289p.

JUNKER, L. Genuine or Spurious Institutionalism? Veblen and Ayres seen from a Neoclassical Perspective raises the Question in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1979]

KOSELLECK, R. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____ Uma história dos conceitos – problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, vol.5, n.10, 1992, p.134-146.

LANDES, D. *A Riqueza e a Pobreza das Nações*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

LEATHERS, C.G. e EVANS, J.S. Thorstein Veblen and the New Industrial State in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1973]

LEATHERS, C.G. Thorstein Veblen's Theories of Governmental Failure: The Critic of Capitalism and Democracy Neglected some useful Insights, Hindsight Shows in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1989].

LEIBENSTEIN, H. Bandwagon, Snob, and Veblen Effects in the Theory of Consumers' Demand in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1950].

LOADER, C., TILMAN, R.. Thorstein Veblen's Analysis of German Intellectualism: Institutionalism as a Forecasting Method. *American Journal of Economics and Sociology*, 54: 339–350, 1995.

LUZ, M. Por uma concepção darwiniana de economia evolucionária: abordagens pioneiras, conflitos teóricos e propostas antológicas. Campinas: Unicamp, Dissertação (Mestrado), 2009.

McCORMICK, K. Duesenberry and Veblen: The Demonstration Effect Revisited. Journal of Economic Issues;Dec83, Vol. 17 Issue 4, p1125

McCORMICK, K. Veblen on the Nature of Capital in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1989].

McFARLAND, F.B. Thorstein Veblen versus the Institutionalists in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1985].

MEDEIROS, M. Teorias de Estratificação da Sociedade e o Estudo dos Ricos (Texto para Discussão no. 998). Brasília: IPEA, 2003. 26p.

MORGAN, L.H. Ancient Society. Tucson: The Univ. of Arizona Press, 2003 [1877].

NOE, F.P. e ELIFSON, K.W. An "Invidious Comparison," Class and Status, 1929-1960: Effects of Employment, Cost and Time on Veblen's Theory of Class in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1975].

PARKER FOSTER, G., RANSON, B. Thorstein Veblen on Money and Production in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1987].

PATSOURAS, L. Thorstein Veblen and the American way of life. New York, NY : Black Rose Books, 2004.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo : EdUSP, 2003. 456p.

RAMSTAD, Y. "Reasonable Value" versus "Instrumental Value": Competing Paradigms in Institutional Economics in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1989].

RIESMAN, D. The Social and Psychological Setting of Veblen's Economic Theory in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1953].

RUTHERFORD, M.H. Veblen on Owners, Managers, and the Control of Industry in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1980]

RUTHERFORD, M. Thorstein Veblen and the Processes of Institutional Change in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1984].

SCHLESSINGER, A., e FOX. D. R. (ed.) A History of American Life. New York: Simon & Schuster, 1996. 1431p.

SILVA, V. Arqueologia da Sociologia Econômica: a contribuição de Thorstein Veblen. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.13, n.24, p.133-151, 2008.

SKINNER, Q. *Visions of Politics*, 3 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 2004-2006.

_____. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, Vol. 8, No. 1 (1969), p.3-53.

SKOCPOL, T. Social History and Historical Sociology: Contrasts and Complementarities. *Social Science History*, v.11, n.1, p. 17-30, 1987.

SKOCPOL, T. e SOMERS, M. The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry. *Comparative Studies in Society and History*, v.22, n.2, p.174-197, abr.1980.

SLOTTJE, D.J., PHILLIPS, R.J. The Importance of Relative Prices in Analyzing Veblen Effects in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1983].

SOWELL, T. The 'Evolutionary' Economics of Thorstein Veblen. *Oxford Economic Papers*, New Series, Vol. 19, No. 2. (Jul., 1967), pp. 177-198.

SPENCER, H. *From Freedom to Bondage* in MACKAY, T. (ed.) A Plea for Liberty: An Argument Against Socialism and Socialistic Legislation. New York: D. Appleton and Co. 1981 [1891]

_____. Progress: Its Law and Cause. 1857. Disponível eletronicamente em: http://legacy.fordham.edu/halsall/mod/spencer-darwin.asp

_____. First Principles of a New System of Philosophy. New York: D. Appleton and Company, 1865 [1862].

STABILE, D.R. Veblen and the Political Economy of the Engineer: The Radical Thinker and Engineering Leaders came to Technocratic Ideas at the Same Time in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1986].

STANFIELD, J.R. Veblenian and Neo-Marxian Perspectives on the Cultural Crisis of Late Capitalism in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1989].

STANKOVIC, F. The Relevance of the Phenomenon of 'Conspicuous Consumption' for the General Theory of Consumption in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1986].

SWEEZY, P.M. Veblen's Critique of the American Economy in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1958].

THELEN, K. Historical Institutionalism in Comparative Politics. *Annual Review of Political Science*, n. 2, p. 369-404. 1999.

TILMAN, R. *The Intelectual Legacy of Thorstein Veblen*: Unresolved Issues. Westport: Greenwood Press, 1996. 259p.

_____. Thorstein Veblen and the Enrichment of Evolutionary Naturalism. *Journal of the History of Evolutionary Naturalism*, pp. xxiv, 344.

TILMAN, R. Some Recent Interpretations of Thorstein Veblen's Theory of Institutional Change in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1987].

TILMAN, R., SIMICH, J. Thorstein Veblen and his Marxist Critics: an Interpretative Review. *History of Political Economy*, 1982, 14(3):323-341.

TILMAN, R. e SIMICH, J.L. Critical Theory and Institutional Economics: Frankfurt's Encounter with Veblen in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1980].

TULLY, J. Meaning and Context: Quentin Skinner and His Critics. Cambridge : Polity, 1989. 370p.

VEBLEN, T. B. *The collected works of Thorstein Veblen*. London: Routledge, 1994. 10v.

_____. *Imperial Germany and the Industrial Revolution*. London: Routledge/Thoemmes Press, 1994 [1915].

_____. *Why is Economics Not an Evolutionary Science?* in *The Place of Science in Modern Civilization*. London: Routledge/Thoemmes Press, 1994 [1898].

_____. *Some Neglected Points in the Theory of Socialism* in *The Place of Science in Modern Civilization*.. London: Routledge/Thoemmes Press, 1994 [1891].

_____. *The Theory of the Leisure Class* - An Economic Study of Institutions. London: Routledge/Thoemmes Press, 1994 [1899].

_____. *Kant's Critique of Judgement. The Journal of Speculative Philosophy, July 1884 (Vol. 43, pp. 260-274).*

_____. *The Army of the Commonweal. Journal of Political Economy. Vol. 2, No. 3 (Jun., 1894), pp. 456-461*.

VUKASIN, P.N. Centenary Round Table - Discussion in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1958].

WALKER, D. Clarence Ayres's Critique of Orthodox Economic Theory. Journal of Economic Issues. Vol. 14, No. 3 (Sep., 1980), pp. 649-680

WALKER, D.A. Thorstein Veblen's Economic System in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1977].

WALLACE, H. Veblen's "Imperial Germany and the Industrial Revolution". *Political Science Quarterly*, Vol. 55, No. 3 (Sep., 1940), pp. 435-445

WALLEN, W. The Concept of Habit in Economic Analysis in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1988].

WEBER, C. The Thinning of Veblen's "Conspicuous Consumption" in the Modern Language of Economics. Working paper, 2011. Disponível eletronicamente em: http://cameroneconomics.com/cc.pdf

WEED, F.J. Interpreting 'Institutions' in Veblen's Evolutionary Theory in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1981].

WHITE, R.D. Growth versus Conservation: A Veblenian Perspective in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1978].

ZINKE, G.W. Centenary Round Table - Discussion in WOOD, J.C. (ed.) Thorstein Veblen: Critical Assessments, vol.II. London: Routledge, 1994 [1958].